

Revista NERA

n. 60



NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

AS FRONTEIRAS DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO SUL GLOBAL

Lorena Izá Pereira e Camila Ferracini Origuéla

A CRÍTICA AO PESQUISADOR E O SEU EXEMPLO NA GEOGRAFIA REGIONAL: A PROPOSTA DE PASQUELE PETRONE PARA O VALE DO RIBEIRA

Cecilia Cruz Vecina

PROPULSORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Acácio Zuniga Leite, Sergio Sauer, Bruno Portela Brasileiro e Araê Claudinei Lombardi

A LEGALIZAÇÃO NEFASTA DOS VENENOS NO BRASIL: AGROTÓXICOS, SEMENTES TRANSGÊNICAS E RISCOS À SAÚDE

Raisa Maria de Sousa Regala

OBTENÇÃO E TROCA DE SEMENTES CRIULAS PELOS GUARDIÕES E GUARDIÃS DO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP) E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Débora Pavani Silva e Antonio Lázaro Sant'Ana

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Raphael Fernando Diniz e Evandro Cesar Clemente

A EXPANSÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA SUBSIDIADA PELAS AÇÕES DO ESTADO EM MATO GROSSO DO SUL

Amanda Emiliana Santos Baratelli e Sedeval Nardoque

MATO GROSSO DO SUL E SUAS ZONAS CANAVIEIRAS: UMA REGIÃO DE FRONTEIRA (1931-2020)

Mateus de Almeida Prado Sampaio

OS IMPACTOS GERADOS PELA INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA CAMPANHA GAÚCHA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Rosa Maria Vieira Medeiros e Michele Lindner

AGRICULTURA NO REGADIO DO BAIXO LIMPOPO, GAZA, MOÇAMBIQUE: UMA BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE A TIPOLOGIA DOS AGRICULTORES

Nelson Maria Rosário

Set./Dez.

2021



Revista NERA nº. 60

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2021**

Revista NERA (RNERA) nº. 60

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CONSELHO CIENTÍFICO

Acácio Zuniga Leite – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Cassio Arruda Boechat – UFES (Vitória, ES, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Erick Gabriel Jones Kluck – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio Teixeira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Leandro Vieira Cavalcante – UFRN (Natal, RN, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hoczman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marco Antonio Mitidiero Junior – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Mateus de Almeida Prado Sampaio – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)

Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Natacha Bruna – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
 Natália Lorena Campos – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raisal Maria Regala – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Roni Mayer Lomba – UNIFAP (Amapá, AP, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UFABC (São Bernardo do Campo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – Brandon University (Brandon, Canadá)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Indexada por

Distribuída por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
 1999 – interrompida
 2000 – ano 3, nº. 3
 2001 – interrompida
 2002 – interrompida
 2003 – interrompida
 2004 – ano 7, nº. 4
 2004 – ano 7, nº. 5
 2005 – ano 8, nº. 6
 2005 – ano 8, nº. 7
 2006 – ano 9, nº. 8
 2006 – ano 9, nº. 9
 2007 – ano 10, nº. 10
 2007 – ano 10, nº. 11
 2008 – ano 11, nº. 12
 2008 – ano 11, nº. 13
 2009 – ano 12, nº. 14
 2009 – ano 12, nº. 15
 2010 – ano 13, nº. 16
 2010 – ano 13, nº. 17
 2011 – ano 14, nº. 18
 2011 – ano 14, nº. 19
 2012 – ano 15, nº. 20
 2012 – ano 15, Dossiê
 2012 – ano 15, nº. 21
 2013 – ano 16, nº. 22
 2013 – ano 16, nº. 23
 2014 – ano 17, nº. 24
 2014 – ano 17, nº. 25
 2015 – ano 18, nº. 26, Dossiê
 2015 – ano 18, nº. 27
 2015 – ano 18, nº. 28, Dossiê
 2015 – ano 18, nº. 29
 2016 – ano 19, nº. 30

2016 – ano 19, nº.31
 2016 – ano 19, nº.32, Dossiê
 2016 – ano 19, nº.33
 2017 – ano 20, nº.34, Dossiê
 2017 – ano 20, nº.35
 2017 – ano 20, nº.36, Dossiê
 2017 – ano 20, nº.37
 2017 – ano 20, nº.38, Dossiê
 2017 – ano 20, nº.39, Dossiê
 2017 – ano 20, nº. 40
 2018 – ano 21, nº. 41
 2018 – ano 21, nº. 42, Dossiê
 2018 – ano 21, nº. 43
 2018 – ano 21, nº. 44
 2018 – ano 21, nº. 45, Dossiê
 2019 – ano 22, nº. 46
 2019 – ano 22, nº. 47, Dossiê
 2019 – ano 22, nº. 48, Dossiê
 2019 – ano 22, nº. 49
 2019 – ano 22, nº. 50
 2020 – ano 23, nº. 51
 2020 – ano 23, nº. 52 – Dossiê
 2020 – ano 23, nº. 53
 2020 – ano 23, nº. 54 – Dossiê
 2020 – ano 23, nº. 55
 2021 – ano 24, nº. 56
 2021 – ano 24, nº. 57 – Dossiê
 2021 – ano 24, nº. 58
 2021 – ano 24, nº. 59 – Dossiê
 2021 – ano 24, nº. 60

Quadrimestral
 ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	AS FRONTEIRAS DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO SUL GLOBAL
	THE FRONTIERS OF CAPITAL ACCUMULATION IN THE GLOBAL SOUTH
08	LAS FRONTERAS DE LA ACUMULACIÓN DE CAPITAL EN EL SUR GLOBAL
	Lorena Izá Pereira e Camila Ferracini Origuéla
	A CRÍTICA AO PESQUISADOR E O SEU EXEMPLO NA GEOGRAFIA REGIONAL: A PROPOSTA DE PASQUALE PETRONE PARA O VALE DO RIBEIRA
23	A CRITIQUE OF THE RESEARCHER AND ITS REGIONAL EXEMPLARY: PROPOSAL OF PASQUALE PETRONE TO THE RIBEIRA VALLEY
	LA CRITICA AL INVESTIGADOR Y SU EJEMPLO EN LA GEOGRAFIA REGIONAL: LA PROPUESTA DE PASQUALE PETRONE PARA LA BAIXADA DO RIBEIRA
	Cecilia Cruz Vecina
	PROPULSORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL
48	PROPULSORS OF THE SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT IN THE AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN BRAZIL
	PROPULSORES DEL DESARROLLO SOCIOECONÓMICO EN ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA EN BRASIL
	Acácio Zuniga Leite, Sergio Sauer, Bruno Portela Brasileiro e Araê Claudinei Lombardi
	A LEGALIZAÇÃO NEFASTA DOS VENENOS NO BRASIL: AGROTÓXICOS, SEMENTES TRANSGÊNICAS E RISCOS À SAÚDE
73	THE NOCIVE LEGALIZATION OF POISONS IN BRAZIL: PESTICIDES, TRANSGENIC SEEDS AND HEALTH RISKS
	LA LEGALIZACIÓN NOCIVA DE VENENOS EN BRASIL: PESTICIDAS, SEMILLAS TRANSGÊNICAS Y RIESGOS PARA LA SALUD
	Raisa Maria de Sousa Regala
	OBTENÇÃO E TROCA DE SEMENTES CRIOULAS PELOS GUARDIÕES E GUARDIÃS DO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP) E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
97	OBTAINING AND EXCHANGING LANDRACES BY THE GUARDIANS OF TERRITÓRIO PROF.CORY/ANDRADINA (SP) AND THE

ROLE OF PUBLIC INSTITUTIONS

OBTENIENDO E INTERCAMBIANDO SEMILLAS CRIOLLAS POR GUARDIANES DEL TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP) Y EL PAPEL DE LAS INSTITUCIONES PÚBLICAS

Débora Pavani Silva e Antonio Lázaro Sant'Ana

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

123

SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES IN ACCESS TO RURAL EXTENSION SERVICE IN BRAZIL AND IN THE STATE OF GOIÁS: A GEOGRAPHIC ANALYSIS OF FAMILY FARM AND PATRONAL AGRICULTURE DATA IN THE 2006 AND 2017 AGRICULTURAL CENSUSES

INEGALITES SOCIO-SPATIALES D'ACCES AUX SERVICES DE VULGARIZATION AGRICOLE AU BRESIL ET DANS L'ÉTAT DE GOIAS: ANALYSE GEOGRAPHIQUE DES DONNEES DE L'AGRICULTURE FAMILIALE ET DE L'AGRICULTURE PATRONALE DANS LES RECENSEMENTS AGRICOLES DE 2006 ET 2017

Raphael Fernando Diniz e Evandro Cesar Clemente

A EXPANSÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA SUBSIDIADA PELAS AÇÕES DO ESTADO EM MATO GROSSO DO SUL

152

THE EXPANSION OF CAPITALIST AGRICULTURE SUBSIDIATED BY STATE ACTIONS IN MATO GROSSO DO SUL

LA EXPANSIÓN DE LA AGRICULTURA CAPITALISTA SUBSIDIADA POR ACCIONES ESTATALES EN MATO GROSSO DO SUL

Amanda Emiliana Santos Baratelli e Sedeval Nardoque

MATO GROSSO DO SUL E SUAS ZONAS CANAVIEIRAS: UMA REGIÃO DE FRONTEIRA (1931-2020)

175

MATO GROSSO DO SUL AND ITS SUGARCANE ZONES: A FRONTIER REGION (1931-2020)

MATO GROSSO DO SUL Y SUS ZONAS CAÑERAS: UNA REGIÓN FRONTERIZA (1931-2020)

Mateus de Almeida Prado Sampaio

OS IMPACTOS GERADOS PELA INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA CAMPANHA GAÚCHA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

202

THE IMPACTS OF THE INSTALLATION OF RURAL SETTLEMENTS IN THE GAÚCHA CAMPAIGN, RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

LES IMPACTS GÉNÉRÉS PAR L'INSTALLATION DES
ASSENTAMENTOS RURAUX DANS LE CAMPAGNE GAÚCHA,
RIO GRANDE DO SUL, BRÉSIL

Rosa Maria Vieira Medeiros e Michele Lindner

**AGRICULTURA NO REGADIO DO BAIXO LIMPOPO, GAZA, MOÇAMBIQUE:
UMA BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE A TIPOLOGIA
DOS AGRICULTORES**

226

AGRICULTURE IN IRRIGATION FROM THE LOWER LIMPOPO,
GAZA, MOZAMBIQUE: A BRIEF ANALYSIS AND REFLECTION
ON THE TYPOLOGY OF FARMERS

AGRICULTURA EN REGADIO DO BAIXO LIMPOPO, GAZA, MOZAMBIQUE:
BREVE ANÁLISIS Y REFLEXIÓN SOBRE LA TIPOLOGÍA DE LOS
AGRICULTORES

Nelson Maria Rosário

COMPÊNDIO DE AUTORES

250

COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

287

COMPENDIUM EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

As fronteiras da acumulação do capital no Sul global

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. e-mail:
ferracinicamila@yahoo.com.br

Resumo

O capital precisa constantemente de terras e mercados para garantir a acumulação do capital. Para isso é necessário promover novas narrativas e normativas que justifiquem tais apropriações. A partir disso, o objetivo deste artigo é realizar uma discussão acerca das diferentes fronteiras da acumulação do capital, destacando as políticas agrárias e a expansão do agronegócio, especialmente no Brasil, porém sem perder a escala de análise do Sul global. Diferentes agentes tem uma atuação importante neste processo, o Estado age na identificação de áreas para a expansão não apenas do agronegócio, mas de todas as atividades que visam a exploração de diferentes recursos, como água, mineração e ventos.

Palavras-chave: Estado; políticas públicas; narrativas; acumulação primitiva; acumulação por despossessão.

The frontiers of capital accumulation in the global South

Abstract

Capital constantly needs land and markets to ensure capital accumulation. For this it is necessary to promote new narratives and regulations that justify such appropriations. From this, the objective of this article is to carry out a discussion about the different frontiers of capital accumulation, highlighting agrarian policies and the expansion of agribusiness, especially in Brazil, but without losing the scale of analysis of the global South. Different agents play an important role in this process, the State acts in identifying areas for the expansion not only of agribusiness, but of all activities aimed at exploring different resources, such as water, mining and wind.

Keywords: State; public policy; narratives; primitive accumulation; accumulation by dispossession.

Las fronteras de la acumulación de capital en el Sur global

Resumen

El capital necesita constantemente tierras y mercados para garantizar la acumulación de capital. Para ello es necesario impulsar nuevas narrativas y normativas que justifiquen tales apropiaciones. A partir de esto, el objetivo de este artículo es realizar una discusión sobre las diferentes fronteras de la acumulación de capital, destacando las políticas agrarias y la expansión de la agroindustria, especialmente en Brasil, pero sin perder la escala de análisis del Sur global. Diferentes agentes juegan un papel importante en este proceso, el Estado actúa en la identificación de áreas para la expansión no solo de la agroindustria, sino de todas

las actividades encaminadas a explorar diferentes recursos, como el agua, la minería y el viento.

Palabras-clave: Estado; políticas públicas; narrativas; acumulación primitiva; acumulación por despojo.

Introdução

A primeira forma de acumulação é justamente aquela que deu origem ao sistema capitalista, sendo “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 2013, p. 514). A assim chamada acumulação primitiva (*the so called primitive accumulation*), tema abordado por Marx no capítulo XXIV do primeiro tomo do “O Capital”, publicado em 1867, corresponde ao processo de separação do trabalhador do meio de produção, é a acumulação originária que, ademais de incorporar novas áreas para a expansão do capital, gera uma massa de mão-de-obra barata, formando um exército industrial de reserva.

A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno. De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital (MARX, 2013, p. 531).

Todavia, para a garantia da continuidade da acumulação capitalista, são necessários novos espaços, mercados e consumidores. Desta forma, a acumulação primitiva não ficou reclusa no século XVI, período de análise de Marx (2013 [1867]) sobre os cercamentos de terra (*enclosures*) na Inglaterra. É neste sentido que Harvey (2004) discute a acumulação por despossessão como um processo atual e permanente. Como este processo ainda é realidade, Harvey (2004) entende como um equívoco denominar de primitivo ou originário e passa a trata-lo como acumulação por despossessão. Desta forma, a acumulação por despossessão é a atualização da acumulação primitiva.

Além da apropriação de espaços marginais segundo a lógica do capital (mas que na realidade são territórios de camponeses, indígenas, quilombolas e demais comunidades e povos tradicionais), a acumulação por despossessão traz no seu cerne as estratégias permanentes de apropriação de bens comuns por interesses privados, garantindo assim a acumulação de capital. O debate acerca da acumulação por despossessão é amplo e está em constante movimentos, com variações como acumulação por deslocamento (ARAGHI, 2009), acumulação por expansão (COSTANTINO, 2016) e regimes de despossessão (LEVIEN, 2012).

É neste sentido que entendemos a expansão das fronteiras de acumulação do capital, novos espaços e novos mercados incorporados à lógica do sistema capitalista com o objetivo de garantir a continuidade da acumulação de capital. Assim, aqui a fronteira não é entendida como limite, marco ou linha divisória, ou até mesmo como fronteira interna formada por grupos sociais que desbravam territórios selvagens, no sentido do *pioneirismo*, como frequentemente é abordado nos estudos da Sociologia, Antropologia, História e Geografia sobre as fronteiras (MARTINS, 2009).

Para compreender as fronteiras de acumulação do capital, partimos no sentido das “fronteiras agrícolas neoliberais”, definidas por Brannstrom (2009) como zonas de expansão das atividades agrícolas e pecuárias impulsionadas pelo mercado global (de *commodities* e, conseqüentemente, de terras), caracterizadas pela presença de corporações transnacionais que atuam em toda a cadeia alimentar e pela a intensificação da exportação, que aqui entendemos como uma dinâmica neoextrativista, uma vez que o aumento da exportação de *commodities in natura* (sem processamento) é uma marca deste processo.

É importante considerar que o avanço da fronteira de acumulação do capital está intrinsecamente relacionado com o momento econômico e político. Nos primeiros anos do século XXI, elementos como o *boom* das *commodities* e *consenso de los commodities* (SVAMPA, 2013)¹, onde o preço destes produtos estavam altos no mercado internacional, promoveram uma aceleração na busca por terras e demais recursos com o objetivo único de manter tal padrão de produção e de acumulação.

É importante entender que para a expansão da fronteira da acumulação não é apenas a terra enquanto substrato material que é apropriada pelos agentes capitalistas, mas também os recursos e objetos de trabalho preexistentes (MARX, 2013) disponíveis na mesma. Desta maneira, as águas, os minérios, a biodiversidade, a fertilidade dos solos e até mesmo os ventos e raios solares são apropriados por múltiplos agentes no processo da acumulação do capital. Contudo, para se ter acesso a estes recursos e objetos de trabalho preexistentes, a terra é primordial. Por exemplo, para ocorrer a apropriação privada dos ventos e transformá-lo em energia é fundamental que haja terra para a instalação de aerogeradores (TRALDI, 2019; PEREIRA, 2021).

La producción capitalista ha estado calculada, en cuanto a sus formas de movimiento y leyes, desde el principio, sobre la base de la Tierra entera como almacén de fuerzas productivas. En su impulso hacia la apropiación de fuerzas productivas para fines de explotación, el capital recorre el mundo entero; *saca medios de producción de todos los rincones de la Tierra*; cogiéndolos o adquiriéndolos de todos los grados de cultura y formas sociales

¹ Definido por Svampa (2013) como uma nova ordem econômica e político-ideológica, sustentada pelo aumento dos preços de matérias-primas no mercado internacional e também de bens de consumo demandados pelos países hegemônicos do sistema capitalista. Tal consenso é um dos responsáveis pela intensificação da corrida mundial por terras que ocorre em todo o globo, mas de modo mais acelerado nos países do Sul.

(...) *La apropiación súbita de nuevos territorios de materias primas en cantidad ilimitada, para hacer frente, así, a todas las alternativas e interrupciones eventuales de su importación de antiguas fuentes, como a todos los aumentos súbitos de la demanda social, es una de las condiciones previas, imprescindibles, del proceso de acumulación en su elasticidad* (LUXEMBURG, 1913, p. 173 – grifo nosso).

Neste sentido, o objetivo desta apresentação é discutir acerca das diferentes fronteiras da acumulação do capital, focando as políticas agrárias e a expansão do agronegócio, especialmente no Brasil, porém sem perder a escala de análise do Sul global, uma vez que tais dinâmicas ocorrem com importante incidência nos países da América Latina, sudoeste asiático e no continente africano. Para atingir este objetivo o artigo está organizado em três seções. Na primeira serão abordadas as narrativas e as normativas que justificam e possibilitam a expansão da fronteira da acumulação do capital. Na segunda parte serão discutidas as fronteiras da acumulação do capital no Sul global e as suas dinâmicas. Por fim, serão apresentados os artigos que compõem o sexagésimo número da Revista NERA.

As narrativas e as normativas da expansão da fronteira da acumulação

Para se ter acesso a *novas terras* é preciso instituir narrativas e normativas para justificar tal expansão. É neste cenário que as fronteiras de acumulação do capital são alargadas, incorporando terras que na realidade são territórios de camponeses, de indígenas, de quilombolas e de demais comunidades e povos tradicionais. As narrativas são diversas e se renovam no espaço e no tempo. No século XXI a convergência de múltiplas crises² – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira (BORRAS JR., et al., 2012) – são discursos que justificam a expansão das fronteiras.

A necessidade de produzir mais *commodities* para alimentar a população mundial que em 2050 atingirá a marca de nove bilhões de habitantes (FAO, 2009); a indispensabilidade de promover o desenvolvimento sustentável garantindo a conservação da natureza através da criação de serviços ambientais, como o mercado de crédito de carbono, a *climate smart agriculture*, os títulos verdes (*green bonds*) e as energias renováveis, como a fotovoltaica e eólica são algumas das narrativas postas para justificar a expansão da fronteira da acumulação, uma vez que são necessárias novas terras para solucionar a crise alimentar e ambiental/climática. São discursos contraditórios porque historicamente a fome não é um problema de produção, mas sim de distribuição (CASTRO, 1955) e as questões ambientais/climáticas não serão resolvidas pelas vias do mercado.

Ao mesmo tempo, para possibilitar a expansão das fronteiras da acumulação o Estado e as instituições multilaterais atuam na identificação de áreas para tal aumento. Em

² Lembrando que as crises são intrínsecas ao sistema capitalista (HARVEY, 2005).

escala global, o exemplo mais representativo na atualidade é o relatório “*Rising global interest in farmland. Can it yield sustainable and equitable benefits?*” (Deininger et al., 2011) publicado em 2011 pelo Banco Mundial. Neste documento foram identificados 445 milhões de hectares aptos e disponíveis para agentes capitalistas. São espaços chamados de vazios, com ocupação menor a 25 pessoas por quilometro quadrado, ou seja, não são marginais, são espaços ainda não incorporados à lógica do capital.

É interessante a reflexão de como a narrativa de espaço vazio é construída pelos agentes do capital hegemônico como terras aptas para a expansão das fronteiras de acumulação. Tais espaços são transformados em vazios e isso ocorre usualmente em terras cujo o regime de propriedade privada não é estabelecido. Ferreira (2009), ao estudar a implementação do cultivo de eucalipto no norte do estado do Espírito Santo no final do século XIX, evidenciou como ocorria a transformação de terras de uso coletivo em áreas vazias e adequadas para a apropriação pelo capital. Ao pesquisar o estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, Baka (2017) mostrou como as terras coletivas destinadas ao cultivo de *Prosopis*, considerada como floresta social e utilizada como lenha para a geração de energia, foram convertidas em espaços vazios para a implementação de projetos de produção de agrocombustíveis. A identificação destes espaços possibilita a criação de bancos de terras que estariam disponíveis para a expansão do capital (NALEPA, GIANOTTI e BAUER, 2017), ou seja, estabelece novas fronteiras.

O Brasil também cumpre um exitoso papel na identificação de áreas para a expansão da acumulação. Exemplos são múltiplos, como o MATOPIBA, regionalização delimitada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE/EMBRAPA), que abarca 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sendo considerada a última fronteira agrícola em áreas de Cerrado no Brasil (FERNANDES, FREDERICO e PEREIRA, 2019) e fronteira da estrangeirização das terras (PEREIRA e PAULI, 2019; PEREIRA, 2019). Seguindo o próspero exemplo do MATOPIBA, há propostas de regionalização como a Zona de Desenvolvimento Sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, popularmente conhecida como AMACRO, apoiada recentemente pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (SUDAM, 12 abr. 2021).

Outro exemplo é a SEALBA, regionalização que engloba 171 municípios dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia e posta pela EMBRAPA (2019) como região de alto potencial agrícola na região Nordeste do Brasil. É importante pontuar que não é apenas para a expansão via agronegócio que o Estado atua na identificação de área, um caso em emblemático é a produção de atlas de potencial eólico não apenas a nível nacional (AMARANTE et al., 2001), mas também em escala estadual, sobretudo no Nordeste, como ocorre na Bahia, Paraíba e Rio Grande de Norte. Estados como Pernambuco e Ceará

inovaram e produziram atlas híbridos, isto é, identificando o potencial eólico e solar (PEREIRA, 2021), resultando em uma “guerra dos Lugares” (TRALDI, 2019).

O Estado também atua na criação de normativas, que envolvem desde marcos jurídicos e regulatórios até políticas públicas de incentivo a expansão do capital. Além de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais vantagens financeiras disponibilizados para o agronegócio, há a promulgação de leis, decretos e medidas provisórias, que criam normativas em prol da expansão da acumulação do capital.

Os exemplos são múltiplos. São os marcos jurídicos que visam a flexibilização da apropriação de terras por estrangeiros no Brasil, como o caso do Projeto de Lei n. 2.963/2019, aprovado no Senado em dezembro de 2020 sem maiores discussões com a sociedade civil (PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2021). São os projetos de lei que objetivam a regulamentação da mineração em territórios indígenas, como o Projeto de Lei n. 191/2020, que foi justamente com esta medida que “deu-se início à política de expansão territorial da fronteira mineral” (WANDERLEY, GONÇALVES e MILANEZ, 2020). Outro exemplo é a restrição da demarcação de terras indígenas e consolidação da tese do marco temporal, como o texto base aprovado em junho de 2021 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 jun. 2021).

A liberação dos agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas também se configura como uma forma de instituir normativas, no total foram 1.137 agrotóxicos liberados³ pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desde o início do governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em 2019 e justamente por isso, no início de agosto de 2021, o Ministério Público Federal (MPF) abriu três inquéritos para apurar tal liberação indiscriminada de agrotóxicos, ademais da militarização de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a divergência nos dados sobre as queimadas (CARTA CAPITAL, 04 ago. 2021). Estes são alguns dos inúmeros exemplos das narrativas e das normativas institucionalizadas para justificar a ampliação das fronteiras da acumulação do capital, que expande em direção aos territórios indígenas, camponeses, quilombolas e de demais comunidades e povos tradicionais, são terras públicas, de uso comum e de interesse nacional que são postas a serviço do capital.

³ Tal número pode ser maior considerando que segundo o portal Repórter Brasil e a Agência Pública (26 nov. 2020), o Governo não divulga dados de 72% dos agrotóxicos, com o objetivo de proteger multinacionais que atuam no setor.

Quais os sentidos das fronteiras?

As fronteiras da acumulação do capital se expandem em múltiplas dimensões em todos os países do globo⁴, porém apresentando maior incidência no Sul global (PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2020), uma vez que nestes são identificados maiores bancos de terras disponíveis para a expansão do capital, usualmente terras cuja a lógica da propriedade privada ainda não se faz presente. No continente africano um dos casos emblemáticos é o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSAVANA), projeto criado no âmbito dos governos de Moçambique, Brasil e Japão para o desenvolvimento do Corredor de Nacala. Segundo Catsossa (2019), assim como o MATOPIBA, o ProSAVANA é uma regionalização institucionalizada pelo Estado e imbricada em um jogo de interesses geopolíticos.

No estudo “Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul” publicado pela GRAIN em setembro de 2020, foram identificadas cinco zonas prioritárias de expansão e investimentos do agronegócio na América do Sul, sendo: a Orinoquia ou os Llanos Orientais na Colômbia, os departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni nos bosques secos chiquitanos na Bolívia, o Chaco Seco Paraguai e o Chaco Argentino e, no Brasil o documento identifica o já citado MATOPIBA e as regiões no curso da rota de escoamento da hidrovía Paraná-Paraguai. Estas zonas prioritárias de expansão e investimentos do agronegócio são, na realidade, fronteiras da acumulação do capital.

Em tais zonas foram identificadas características como a alta concentração de terras agricultáveis em imóveis de extensão considerável; ocupação majoritária de monoculturas e pastagens para pecuária; aumento do controle das terras e territórios; processos de digitalização da governança da terra por meio de cadastros (como Cadastro Ambiental Rural – CAR), titulações massivas (sobretudo de propriedades privadas e individuais), georreferenciamento, dentre outros e aumento do investimento em logística e infraestruturas por parte não somente do Estado, mas também de empresas de capital privado.

No Brasil, além do MATOPIBA e das regiões no curso da rota de escoamento da hidrovía Paraná-Paraguai, identificadas no estudo da GRAIN, há outras fronteiras de acumulação em curso como as já citadas como SEALBA (EMBRAPA, 2019) e AMACRO. Ademais do agronegócio que explora a terra a partir da monocultura, existem outras fronteiras de acumulação pautadas na exploração dos recursos e dos objetos de trabalho preexistentes, como o potencial eólico e fotovoltaico. Um exemplo emblemático é o seminário da região Nordeste que desde 2009 desponta como principal área de incidência de parques eólicos.

⁴ Há pesquisas que indicam a expansão do controle dos territórios para a exploração de recursos em países da América do Norte, como EUA (LIMA e OLIVEIRA, 2018) e Canadá (DESMARAI, QUALMAN, MAGNAN e WIEBE, 2017) e também do continente europeu (PLOEG, BORRAS JR. e FRANCO, 2015).

De acordo com o Sistema de Informação de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (SIGA/ANEEL) atualmente existem 1.069 parques no Brasil, com 31.090.813,00 kW de potencial eólico outorgado (dados coletados em 13 de julho de 2021). Deste total, 963 empreendimentos estão localizados no Nordeste, sendo 627 em operação, 148 em construção e 188 outorgados e sem construção iniciada. Os principais estados onde ocorre a apropriação privada dos ventos são: Bahia (333 parques), Rio Grande do Norte (313 parques) e Piauí (116 parques).

A fronteira de exploração dos minérios também está em franca expansão. Além na manutenção da atividade predatória em regiões já consolidadas, como o quadrilátero ferrífero em Minas Gerais, conhecida pelos crimes ambientais da Samarco Mineração S.A.⁵ em Mariana, em novembro de 2015 e da Vale S.A. em Brumadinho, em janeiro de 2019 e Amazônia (GARRIDO FILHA, 1980; OLIVEIRA, 1988), especialmente o estado do Pará, que apresenta um histórico de atividade de mineração, sendo o território de diversos megaprojetos como o Programa Grande Carajás (COELHO, 2015) e a Mineração Rio do Norte (WANDERLEY, 2008), ambos implantados na década de 1970, outras localidades passam a ter a exploração mineral como realidade.

São diversos exemplos representativos, há o projeto de mineração “Pedra de Ferro⁶”, no qual a Bahia Mineração (BAMIN), controlada pelo grupo cazaquistânês Eurasian Resources Group (ERG) e que explora minério de ferro no distrito de Brejinho das Ametistas, abarcando porções dos municípios baianos de Caetité e Pindaí. A atividade predatória tem resultado em conflitos por terra e por água. De acordo com Rodrigues e Silva (2016), desde o início do investimento da empresa na região, foram registradas 1.320 famílias atingidas, sendo cerca de 261 conflitos por água, isso porque a nascente do Rio Pedra de Ferro está localizada entre Caetité e Pindaí, sendo o responsável pelo abastecimento de 3.000 famílias nos municípios de Caetité, Pindaí e Licínio de Almeida (RODRIGUES e COSTA, 2016).

Um caso representativo é a canadense Yamana Gold, que no ano de 2006 adquiriu infraestruturas de exploração mineral em Jacobina, município localizado no centro-norte baiano, local conhecido pela Serra de Jacobina. Desde sua implantação os conflitos e a conflitualidade com as comunidades tradicionais da área são realidade. É interessante sublinhar que a Serra de Jacobina também tem se consolidado como fronteira de exploração do potencial eólico. Segundo audiência pública realizada em formato virtual em 27 de julho de

⁵ As corporações Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. são as detentoras da Samarco Mineração S.A.

⁶ Segundo Rodrigues e Costa (2016), a área de abrangência do projeto é de 700 quilômetros, considerando a adutora de água do Rio São Francisco, em Malhada, até o terminal Portuário Ponta da Tulha, em Ilhéus, litoral Sul da Bahia.

2021⁷, a expansão dos parques eólicos na região está intrinsicamente relacionada com a atividade minerária.

Assim, a mineração caracterizada como genealogia do desastre (ARÁOZ, 2020) e pautada na lógica “terra morta, água morta” (SASSEN, 2016) encontra e se torna, de certa forma dependente, da energia eólica, justificada através de narrativas de conservação ambiental, de mitigação das mudanças climáticas e pela necessidade da promoção do dito desenvolvimento sustentável. Está é apenas uma das diversas contradições nas quais o processo de expansão das fronteiras da acumulação está envolto.

Ademais da terra, dos minérios e dos ventos, há o interesse na apropriação das águas como um recurso da lógica de acumulação do capital (MONDARDO e AZEVEDO, 2019). Seja pelo agronegócio ou mineração, as águas bem de uso comum são alvos da expansão do capital, que utilizam e contaminam este recurso finito. Segundo o caderno de conflitos no campo, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2021, no ano de 2020 ocorreram no Brasil 350 conflitos por água, onde os estados com maior incidência de conflitos foram Minas Gerais (125), Pará (31), Sergipe (27) e Bahia (26). Segundo Wanderley, Rocha-Leão e Coelho (2021), dos 2.039 conflitos por água registrados entre 2011 e 2020, 885 foram de responsabilidade de mineradoras, 442 de empresários, 365 de hidrelétricas, 183 do Estado, 140 de fazendeiros e apenas 24 decorrentes de outras ações.

Exemplo são diversos, como o caso de Correntina, município localizado no oeste da Bahia e palco de conflitos envolvendo a apropriação das águas para o agronegócio, o que resultou no secamento do Rio Arrojado, impactando agricultores familiares, comunidades de Fundo e Fecho de pasto e comunidades ribeirinhas, conforme destaca o mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Já na Chapada do Apodi, no Ceará, os conflitos pela água ocorrem em torno da apropriação do perímetro irrigado, disputado entre empresas produtoras de frutas, como a Del Monte Company (FERNANDES, CASSUNDÉ e PEREIRA, 2018). O número sessenta da Revista NERA evidencia muito bem esta dinâmica das fronteiras de acumulação do capital, com contribuições que analisam desde o Baixo Limpopo, em Moçambique até os assentamentos rurais da Campanha Gaúcha.

Sobre este número

Seguindo a tendência das outras edições, o 60º número da Revista NERA é marcado pela diversidade de objetos de análises. Mesmo com tal multiplicidade, as transformações

⁷ Audiência pública da Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia – Movimento Salve as Serras. Realizada em formato virtual no dia 27 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yqXLTf_WjXo>. Acesso em: 06 ago. 2021.

agrárias decorrentes da expansão do agronegócio é o elo que une os artigos deste número. No primeiro artigo da edição, intitulado “A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para a Vale do Ribeira”, a autora Cecilia Cruz Vecina problematiza o papel do pesquisador, sujeito planejador e que se pretende iluminar a sociedade. Para isso, a autora realiza uma análise da tese de doutorado do geógrafo Pasquale Petrone, que se abordou os “problemas” do Vale do Ribeira.

Em “Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil” os autores Acácio Zuniga Leite, Sérgio Sauer, Bruno Portela Brasileiro e Araê Claudinei Lombardi identificaram e analisaram os principais fatores das políticas de implementação de assentamentos rurais que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Para isso, os autores utilizaram os dados da “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” (PQRA), coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No artigo “A legalização nefasta dos venenos no Brasil: agrotóxicos, sementes transgênicas e riscos à saúde” a autora Raisa Maria de Sousa Regala analisou a partir do processo de modernização da agricultura o uso intenso de agrotóxicos no país, destacando os malefícios que isso pode ocasionar à saúde e ao ambiente.

Os autores Débora Pavani Silva e Antonio Lázaro Sant’Ana discutiram no artigo “Obtenção e troca de sementes crioulas pelos Guardiões e Guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) e o papel das instituições públicas” como ocorre a obtenção e a troca de sementes crioulas entre os guardiões(ãs) nos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP), assim como o papel das instituições públicas nessa questão. De acordo com os autores, o uso de sementes crioulas tem permitido maior autonomia produtiva, além de segurança alimentar, aos agricultores familiares. Isso fortalece a resistência e permanência dessas famílias na terra. As instituições públicas, principalmente as entidades de pesquisa e extensão rural, podem contribuir com a ampliação do uso dessas sementes, apresentando um papel fundamental nessa questão.

Em “Desigualdades socioespaciais no acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil e no Estado de Goiás: uma análise geográfica dos dados da agricultura familiar e não familiar nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017” os autores Raphael Fernando Diniz e Evandro Cesar Clemente analisaram os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 referentes ao acesso à orientação técnica por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar, com o objetivo de entender se esta política conseguiu expandir e universalizar o acesso ao serviço de ATER no país, assim como reduzir as disparidades no Brasil e, mais especificamente, no estado de Goiás. De acordo com os autores, o cenário é de profundas desigualdades socioespaciais no acesso à orientação técnica prestada por entidades estatais e não estatais de ATER, visto que os estabelecimentos familiares, principalmente de

assentados, ocupantes e parceiros não possuem atendimento técnico durante a realização de suas atividades produtivas.

No artigo “A expansão da agricultura capitalista subsidiada pelas ações do Estado em Mato Grosso do Sul” os autores Amanda Emiliana Santos Baratelli e Sedeval Nardoque analisaram as ações do Estado brasileiro nos últimos tempos para a agricultura capitalista e para a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso do Sul. De acordo com os autores, as políticas de investimentos para o campo brasileiro destinaram-se, sobretudo, à expansão da agricultura capitalista. Todavia, os governos Lula e Dilma dedicaram algumas ações tanto à manutenção como ao crescimento da agricultura camponesa.

O autor Mateus de Almeida Prado Sampaio analisou no artigo “Mato Grosso do Sul e suas zonas canavieiras: uma região de fronteira (1931-2020)” o processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul. O trabalho oferece ao leitor uma perspectiva abrangente do processo histórico de expansão da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, com enfoque nos aspectos naturais e sociais. Em “Os impactos gerados pela instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil” as autoras Rosa Maria Vieira Medeiros e Michele Lindner analisaram as mudanças ocorridas na paisagem da Campanha Gaúcha com suas novas formas produtivas, econômicas, sociais e sua relação na constituição de novos territórios. Por fim, no artigo “Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos Agricultores” o autor Nelson Maria Rosário analisou a tipologia dos agricultores existentes na região do regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza, Moçambique.

Desejamos a todas(os) uma excelente leitura e que sejam frutíferos os debates!

Referências

AMARANTE, O. A. C. do, et al. **Atlas do potencial eólico brasileiro**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2001.

ANEEL **Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA)**: Brasília, Agência Nacional da Energia Elétrica, 2021. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/siga>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis and the ecological contradictions of capitalism. *Political Economy Perspectives on the World Food Crises*, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

BAKA, Jennifer. Making space for energy: wasteland development, enclosures, and energy dispossessions. **Antipode**, v. 49, n. 4, p. 977–996, 2017.

BORRAS JR., Saturnino. M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2-3, p. 845–872, 2012.

BRANNSTROM, Christian. South America's Neoliberal Agricultural Frontiers: Places of Environmental Sacrifice or Conservation Opportunity? **Ambio**, v. 38, n. 3, p. 141-149, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. CCJ aprova texto-base de proposta sobre demarcação de terras indígenas. **Agência Câmara dos Deputados**, publicado em: 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/776718-ccj-aprova-texto-base-de-proposta-sobre-demarcacao-de-terras-indigenas/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CARTA CAPITAL. MPF abre inquérito para apurar gestão de Bolsonaro no meio ambiente. **Carta Capital**, caderno "Na Mira", publicado em: 04 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/mpf-abre-inqueritos-para-apurar-gestao-de-bolsonaro-no-meio-ambiente/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, 2019.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editora iGuana, 2015.

COSTANTINO, Agostina. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. *Revista de Estudios Sociales*, v. 55, n. 1, p. 137-149. 2016.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021.

DEININGER, K. et al. **Rising global interest in farmland**. Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C.: The World Bank, 2011.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. ¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá. **Revista NERA**, ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

EMBRAPA. **SEALBA**: região de alto potencial agrícola no Nordeste brasileiro. Aracaju: EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira; PEREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, 2019.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **"Donos do lugar"**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES. Niterói, 2009, 522f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/breves-consideracoes-conceituais-e-metodologicas-sobre-o-mapa-de-conflitos-e-injustica-ambiental-em-saude-no-brasil/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GARRIDO FILHA, Irene. **O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

GRAIN. Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. **GRAIN**, publicado em: 22 set. 2020. Disponível em: <<https://grain.org/en/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

Harvey, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Corrida global por terras: os Estados Unidos como alvo? **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 27-47, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. **La acumulación del capital**. Buenos Aires: Germinal, 1913.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistência das populações tradicionais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 296-320, 2019.

NALEPA, Rachel A.; GIANOTTI, Anne G.; BAUER, Dana M. Marginal land and the global land rush: A spatial exploration of contested lands and state-directed development in contemporary Ethiopia. **Geoforum**, v. 82, p. 237-251, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 09-21, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 148-172, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do litoral ao semiárido: o Nordeste brasileiro como região de expansão do acaparamento do território: o caso da apropriação privada dos ventos**. São Paulo/Santiago del Estero: Rede DATALUTA/The Land Matrix, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul global. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 09-20, 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 08-27, 2021.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

REPÓRTER BRASIL & AGÊNCIA PÚBLICA. Governo não divulga dados de 72% dos agrotóxicos, protegendo multinacionais. **Repórter Brasil & Agência Pública**, publicado em: 26 nov. 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/11/governo-nao-divulgados-dados-de-72-dos-agrotoxicos-protetendo-multinacionais/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

RODRIGUES, Fernanda Oliveira; COSTA, Wesley Borges. “A chegada do estranho”: mineração e conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetité e Pindaí – Bahia, Brasil. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, p. 67-89, 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões** - Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SUDAM. A Sudam e o Projeto AMACRO. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**, publicado em: 12 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudam/pt-br/noticias-1/a-sudam-e-o-projeto-amacro>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Campinas, 2019, 378f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 2008. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis F.; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 555-599, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim; ROCHA LEÃO, Pedro C.; COELHO, Tádzio Peters. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. CPT (Org.). **Conflitos no campo Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021, p. 158-169.

Sobre os autores

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do The Land Matrix Initiative. Presidenta da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2020/2022). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>.

Camila Ferracini Origuéla – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora colaboradora do Instituto de Políticas

Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1509-3604>.

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. As fronteiras da acumulação do capital no Sul global. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 08-22, set.-dez., 2021.

Recebido para publicação em 06 de agosto de 2021.

Aceito para a publicação em 20 agosto de 2021.

A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para a Vale do Ribeira¹

Cecilia Cruz Vecina

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ceciliavecina1986@gmail.com

Resumo

Apesar do atual absurdo cenário político brasileiro, em muito decorrente do deliberado descaso do presente governo federal, não nos focaremos em criticar tais negligentes práticas, mas sim, as concepções que veem como possível uma melhor gestão do capital. Tributárias da crença de um sujeito positivo (que delimita, classifica e equipara regiões), tais proposições acabam por obnubilar a exploração do trabalho e ontologizá-lo. Teremos, assim, por objetivo no atual artigo problematizar o sujeito planejador e que se pretende iluminar a sociedade: o pesquisador. Por meio da análise do doutorado de Pasquale Petrone (1966), no qual o geógrafo regionalista se debruça sobre os “problemas” do Vale do Ribeira, esperamos apresentar elementos que subsidiem uma crítica que vá além do momento histórico deste autor e recaia sobre nós mesmos, pesquisadores, sujeitos sujeitados pelo capital.

Palavras-chave: Crítica do sujeito; Pasquale Petrone; geografia regional.

A critique of the researcher and its regional exemplary: the proposal of Pasquale Petrone to the Ribeira Valley

Abstract

Despite the absurd political scenario of present days, resulting mostly from the deliberate carelessness by the current federal government, we will not focus on criticizing such neglectful practices, but on the conceptions that assume as possible an enhanced management of the capital. Supporters of a positive view of the subject (that delimits, classifies and equates regions) end up concealing the exploitation of labor and ontologizing it. Therefore, this article aims to analyse an individual who plans and intends to enlighten the society: the researcher. Through the analysis of the Pasquale Petrone's doctoral work (1966), in which the regionalist geographer dwells on the “problems” of the Ribeira Valley, we present elements to substantiate a critique that hopefully goes beyond his particular historical moment and allow us to reflect about ourselves, researchers, individuals dominated by the capital.

Keywords: Criticism of subject; Pasquale Petrone; regional geography.

La critica al investigador y su ejemplo en la geografia regional: la propuesta de Pasquale Petrone para la Baixada do Ribeira

Resumen

¹ Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, através de bolsa de doutorado, sob o nome “Formação e Crise da Territorialização do Capital. O *sentido* das transformações das relações de trabalho no campo na particularidade Vale do Ribeira/SP” (FAPESP – Processo n. 2019/20521-1).

Ademas del actual absurdo escenario político brasileño, debido en gran parte a la negligencia deliberada del actual gobierno federal, no nos centraremos en criticar prácticas tan negligentes, sino, en las concepciones que ven como posible una mejor gestión del capital. Apoyadores de una visión de sujeto positiva (que delimita, clasifica y equipara), estos terminan oscureciendo la explotación del trabajo y lo ontologizando. Buscaremos, por lo tanto, problematizar el sujeto planificador que pretende iluminar la sociedad: el investigador. A través del análisis del doctorado de Pasquale Petrone (1966), en el cual el geógrafo regionalista se centra en los “problemas” del Valle de la Ribeira, esperamos presentar elementos que apoyen una crítica que va más allá del momento histórico de este autor y recae en nosotros mismos, investigadores, sujetos sometidos al capital.

Palabras-clave: Crítica del sujeto; Pasquale Petrone; geografía regional.

Introdução

Frente aos atuais e já infelizmente corriqueiros descalabros nas medidas governamentais desde o início do atual mandato presidencial de Jair Bolsonaro (com início em 2019) (da ineficiência no controle do óleo despejado no litoral brasileiro, ao incentivo deliberado ao desmatamento dos biomas e ao atual e assombroso descaso com o sistema de saúde e daqueles que mais o necessitam), muitos argumentam que novos rumos deveriam ser tomados, cabendo aos pesquisadores das mais diversas áreas proporem caminhos para uma retomada do país e à população uma virada de consciência (o que para alguns, se enquadraria na eterna busca, e quando não, construção, do tal povo brasileiro).

Apesar da emergência que tal caminho toma a cada dia, no presente artigo não pretendemos propor nenhum novo projeto, nem tampouco apostar em qualquer presunção de iluminação alheia, faremos especificamente o reverso de ambas propostas, não porque não estejamos atônicos com o atual cenário, mas por termos por pressuposto que a crítica ao sujeito (que se acredita capaz de um melhor planejamento do capital voltado para o social ou mesmo que defende a formação de um sujeito em especial), deve ser problematizada.

Para tanto, apresentaremos a geografia regional e seu desejo seja por encontrar as supostas características que dariam identidade às áreas em estudo, seja na busca por estratégias para que essas se destacassem frente as outras. Ao final, temos por hipótese, que tal forma de compreender e planejar a realidade ainda se faz presente, porém se no passado esta se apresentou como método, por fim, de gestão populacional, hoje tal se faz presente na legitimação do confinamento de sujeitos e endividados sujeitos. Pretendemos fazer aqui, desta forma, uma terceira via de reflexão frente ao atual cenário: a crítica ao próprio sujeito formulador, o pesquisador.

Para tanto, partimos da obra de Pasquale Petrone sobre a Baixada do Ribeira (*A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*, 1966)² (localizada ao Sul do estado de São Paulo), fruto de seu doutorado, a qual pretendemos debater o suficiente para expor o método regional (em grande parte a partir da ordem exposta pelo autor, indicando sempre o capítulo e a paginação). Teórico ativo no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, ligado teoricamente ao prof. Pierre Monbeig e crítico das “trinceiras” criadas dentro da ciência (PETRONE, 1994), sua produção seguiu caminhos semelhantes à tradição do debate regional. Discutiremos, desta forma, o como, enquanto representante desta vertente, o autor compreende e analisa a realidade, com o intuito não de sugerir uma “melhor interpretação” de nossa parte, mas a fim de colocar em questão o como esta forma de compreensão é ainda atual e reproduz as contradições do capital.

A escolha por seu trabalho também se dá visto nossa experiência na Baixada do Ribeira ao longo da pós graduação, na qual realizamos desde 2015 diversos trabalhos de campo e entrevistas com moradores de comunidades quilombolas (em especial da comunidade de São Pedro e Pedro Cubas – localizadas em Eldorado), técnicos agrícolas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e da Coordenação de Assistência Técnica Integral (CATI), e agentes financeiros do Banco do Brasil. Nestas pesquisas tivemos por finalidade compreender as transformações nas relações de trabalho daqueles sujeitos (desde o momento em que, na qualidade de ex-escravos, trabalhavam para proprietários do entorno e em produções próprias, até os idos de 2006 no qual muitos obtiveram acesso a crédito agrícola via o Banco do Brasil e hoje como a reprodução se faz em tempos de pandemia pelo COVID-19).

Tais pesquisas nos possibilitaram não só acompanhar os desdobramentos nos dias atuais das reflexões de Petrone realizadas na década de 1960, como também, e principalmente, compreender a Baixada do Ribeira por meio das perspectivas dos entrevistados e pelo referencial teórico da “territorialização do capital” (HEIDEMANN, TOLEDO, BOECHAT, 2014), o que nos levou a debater os pressupostos de pesquisa daquele. Destacamos, entretanto, que se problematizamos o método regional através do trabalho deste autor, não o fazemos nos colocando de fora: somos, tanto quanto ele, pesquisadores fetichistas mediados pela lógica da mercadoria (SCHOLZ, 2015).

A crítica à equiparação

Petrone começa sua obra com o capítulo “Explicação”, no qual destaca quais serão as duas principais questões que nortearão sua pesquisa: o por quê, apesar de possuir terras

² Utilizaremos ao longo do artigo o termo Baixada do Ribeira, e não sua mais comum denominação Vale do Ribeira, dado ser aquela a utilizada por Pasquale Petrone (1966).

no seu interior suficientes para produzir e movimentar seus portos, a Baixada do Ribeira se constituiria em um verdadeiro “sertão do litoral” (PETRONE, 1966, p.5), ilhada tanto do planalto, estando “à margem do império do café” (Ibid., p.5), quanto do próprio mar; e do porquê dos recorrentes fracassos nas tentativas de implementação de projetos de colonização.

Para tanto, porém, o autor defende que uma questão precederia: a compreensão se existiria ou não uma “região” do Ribeira. E com isto Petrone nos leva a pontos que consideramos serem centrais para a análise: o como o conceito de região é compreendido por ele, os desdobramentos que tal acarreta para a sua apreensão da realidade e, por fim, como semelhantes conclusões informam tanto pesquisas acadêmicas como políticas públicas.

Assim, apesar de defender que a delimitação de uma região (seu, poderíamos dizer, desvendamento pelo pesquisador) deveria ocorrer ao final da análise, “como uma das últimas partes em um trabalho” (Ibid., p.13) e não como uma das primeiras como fez, Petrone salienta que sua escolha se deu a fim de viabilizar o trabalho de campo. O autor põe luz, com isso, sem o querer, no paradoxo que o conceito traz: a região se apresentaria ao pesquisador, porém, contraditoriamente, este deveria elencar os “elementos empiricamente significantes” (nos lembramos aqui de Hartshorne, 1969) (naturais, econômicos e da paisagem cultural), para então interpretá-los e, finalmente, compará-los com “áreas contíguas àquela”, o que se apresenta na obra de Petrone como objetivo último.

Por ponto de partida, assim, temos em consideração o questionamento realizado por Toledo (2008) quanto à existência objetiva de uma região e se esta seria negada pela formulação subjetiva do pesquisador. E com esta, o longo debate sobre a relação entre sujeito e objeto, tratado desde a oposição entre empirismo e racionalismo dos primórdios da modernidade e sua compreensão de autonomia das partes, até debates aprofundados quanto a relação dialética entre ambos. Carregaremos este debate em nossa exposição, para, pouco a pouco, sempre partindo do trabalho de Petrone, o aprofundarmos.

Petrone (1966) preocupa-se desta forma em apresentar a regionalização a qual vai se apoiar, delimitando a Baixada entre as terras de 0 a 100 metros de altitude e a dividindo em duas grandes sub-regiões: a litorânea, que dentre suas características principais destaca a presença de um “gênero de vida” baseado na pesca e nas roças itinerantes de subsistência; e de retro-terra, tendo como alguns dos “principais elementos identificadores” (Ibid., p.42) a concentração das tentativas de colonização da Baixada que, somadas ao “elemento de cor”, apresenta uma “população heterogênea” (Ibid., p.43).

Defende assim que haveria

uma série sugestiva de elementos físicos, especialmente climáticos, assim como fatos ligados ao povoamento, à organização do espaço agrícola, à formação do habitat rural e à organização da rede urbana, por exemplo, que

conferem ao conjunto uma indiscutível unidade, que mais ressalta quando comparados, tais elementos, com as formas como aparecem em outras áreas contíguas, do estado de São Paulo ou do Paraná (Ibid., p.19).

E ainda

Em face do que tivemos oportunidade de verificar nas excursões que realizamos na área que é objeto do presente estudo, não temos dúvida em caracterizá-la como uma região cultural bem definida, de unidade extraordinariamente marcante (Ibid., p.20).

A forma, assim, do como o próprio autor explicita a suposta clareza na delimitação da região e a afirmação de sua existência enquanto uma unidade coerente, andam, lado a lado, com o debate proposto por Toledo (2008) quanto ao papel do sujeito pesquisador e sua delimitação e definição de áreas. A suposição de uma região em si, “de unidade extraordinariamente marcante” (PETRONE, 1966, p.20), se confunde, por fim, com o próprio olhar do sujeito pesquisador. Questionamos, desta forma, se a região apresentaria tal unidade se outros “elementos empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) fossem escolhidos para a delimitarem e, conseqüentemente, se esta teria o mesmo “caráter”.

Com isso, se por um lado já anunciamos o como conduziremos a análise crítica da obra do autor, por outro, é preciso apresentar quais elementos ele irá por em destaque, para então chegarmos em sua tese e ao questionamento sobre a que serve o conceito de região em sua obra. Isto é, o que nos revelam as escolhas dos elementos “empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) sobre as intenções do autor e seu contexto histórico. Pretendemos com este percurso levar a cabo um debate quanto a possibilidade de uma concepção negativa de sujeito, compreendendo este enquanto sujeitoado e, portanto, sem qualquer possibilidade de apreensão positiva do objeto (KURZ, 2007).

Petrone, assim, logo apresenta o que irá considerar como uma das características marcantes desta “culturalmente bem definida” região (PETRONE, 1966, p.20): o seu “ralo” povoamento, com a presença de “‘vazio’ e ‘semi-vazios’ demográficos, que chegam quase a caracterizar a Baixada como uma verdadeira ‘ilha’ demográfica dentro do conjunto do Estado” (Ibid., p.22).

O autor, para tanto, expõe o que considera serem as especificidades da população da região³, elencando para a análise sete conjuntos de dados: a distribuição da população nos municípios que a constituem (sendo estes Cananéia, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Registro e Eldorado); as áreas urbanas e rurais; quanto ao sexo; segundo a cor; a nacionalidade; principais religiões; e quanto ao analfabetismo.

Conclui, por fim, que a população da Baixada do Ribeira se diferenciaria de seu entorno por apresentar: um crescimento “mediocre” (Ibid., p.47) frente à dinâmica do estado

³ No subitem “A população da Baixada do Ribeira, Distribuição e Composição”, presente no terceiro capítulo “População – O Povoamento e a Evolução das Paisagens”.

de São Paulo; ainda “não satisfatoriamente articulada” (Ibid., p.50) ao restante deste; que apesar do recente desenvolvimento de certas cidades seria “predominantemente rural” (Ibid., p.50); e com áreas em processos de “rejuvenescimento” (Ibid., p.51) (comprovada pelo crescimento da presença de homens) somadas a “áreas velhas” (Ibid., p.51) (dada a maior presença de mulheres). Destacando-se por um processo de “embranquecimento” (Ibid., p.53) inferior ao do Estado, visto ter a região “escapado do processo de substituição da população” (Ibid., p.54), consequência tanto do fracasso dos projetos de colonização como dadas as próprias características rurais da Baixada. Tais características rurais teriam igualmente contribuído para um maior índice de analfabetismo, representando a escola para os moradores uma “subtração de braços” (Ibid., p.67).

O que se observa com a exposição realizada até aqui é que, se anteriormente Petrone havia debatido as questões quanto a delimitação da região da Baixada do Ribeira, considerando-a como facilmente caracterizável pelos seus “vazios” populacionais, no desenvolver de sua exposição esta em realidade se define (ou diríamos, é definida), na relação com o estado de São Paulo. A região, por um lado, existiria em si e, simultaneamente, por outro lado, se definiria em comparação ao Estado.

Entretanto, as conclusões delineadas por nós sobre o método regional não são novidade, muito já foi escrito sobre a herança lablachiana e seus tradicionais conceitos de “gênero de vida” e “habitat”⁴, a incorporação pela geografia uspiana do pensamento francês (dado seu processo de fundação) e seus desdobramentos no contexto brasileiro nos anos 1930 e 1950 (MORAES, 2005).

O que gostaríamos de acrescentar ao debate, tendo em mente a elaboração teórica de Roswitha Scholz (2004) e sua apropriação crítica de Marx (1983), é que o método regional, ao ter como um dos pontos de chegada a comparação entre as partes (entre as “áreas contíguas”), não apenas se coloca o objetivo de evidenciar o “atraso” da Baixada do Ribeira (“mediocrementemente” ocupada), hierarquizando-a frente ao dinâmico estado de São Paulo, como também que ao fazê-lo reproduz a lógica da mercadoria.

Se retomarmos os escritos de Marx, lemos logo nos quatro primeiros capítulos de *O Capital* (1983, v. I, t. 1) como a troca de mercadorias se realiza, como dois produtos de qualidades diferentes se podem prestar a serem trocados e como o dinheiro, desdobramento lógico desse movimento, vem a acelerar tais relações. Assim, lembramos os incômodos de Aristóteles apresentados por Marx: como “5 almofadas” podem ser iguais a “1 casa” (MARX, 1983, p.61-2)? Como “coisas de espécies tão diferentes” podem ser comensuráveis? É a esta inquietação, que já não sentimos em nosso cotidiano pois a naturalizamos, que Marx irá se deter.

⁴ Para tanto vide, por exemplo, Lencioni (1999).

Para que coisas diferentes sejam trocadas é preciso que, no momento da equiparação, a qualidade de uma se expresse a partir da exclusão das qualidades da outra, caso contrário, coisas diferentes não se trocariam: mercadoria “A” torna-se expressão quantitativa das qualidades da mercadoria “B”, apagando, para tanto, as qualidades daquela. Reduzida assim a uma quantidade, abstraída de qualidades, presente em ambas mercadorias, Marx (1983) apresenta o que possibilita que tal abstração se realize em nossa moderna sociedade mediada pelas coisas (e que não estava presente na realidade escravista vivida por Aristóteles): o trabalho abstrato/moderno, que possibilita a mobilidade dos sujeitos (que hoje podem ser professores, amanhã ubers e depois youtubers), clamada e positivada por alguns movimentos pós-modernos (para mais sobre esta crítica ver Toledo, 2007).

Assim, a equiparação entre áreas diferentes, entre estado de São Paulo e Baixada do Ribeira (partindo do pressuposto que até mesmo esta delimitação é problemática, como abordamos anteriormente), ou ainda, entre “populações” em números abstratos (que acaba por abstrair as qualidades de cada indivíduo que compõe as estatísticas), só pode se dar em uma sociedade em que a troca é naturalizada, em que “partes” diferentes do espaço aparecem como passíveis de serem recortadas, quantificadas e são acriticamente comparadas. O método regional, apropriado por Petrone (1966), expõe desta forma o próprio fazer moderno: o caráter fetichista da sociedade capitalista, posto pela necessidade de igualar para trocar, de abstrair para quantificar, que apaga as relações sociais que a compõem.

Roswitha Scholz (2004) a partir de Marx e sua compreensão do modo de produção capitalista fundado na abstração real, problematiza o sujeito moderno, que ao colocar a todos o valor enquanto referência, acaba por ofuscar as diferenças. A autora, porém, vai também além de Marx, ao formular sua teoria crítica do valor-dissociação, colocando em debate tanto a forma dedutiva universalista, que pressupõe do todo a parte, como as leituras que entendem que a partir da análise da parte seja possível chegar ao todo. Para Scholz (2004), desta forma, é central levar em consideração para a análise a relação entre a particularidade e a totalidade, numa dialética que não subsuma a parte ao todo e nem que aquela seja dessa derivável, defendendo, por fim, que as diferenças sejam tratadas em seus diversos planos (individual – enquanto indivíduo inconfundível e singular –, estrutural – “que diz respeito a diferenças entre disparidades econômicas, racismo, antissemitismo e sexismo” – e fundamental – no âmbito do valor-dissociação, que “admite por si o particular e as diferenças”).

Não entraremos aqui nos pormenores de sua formulação, nos interessa, entretanto, salientar que Scholz (2004) define como fulcral para sua teoria, tendo por ponto de partida o debate feminista, exatamente o problema da equiparação. Ao mapear este debate, a autora

chega a conclusão que este não teria dado conta de superar a lógica da reprodução capitalista, uma vez que ao defender seja a igualdade das mulheres aos homens, seja o aparentemente oposto, a diferença entre os sexos, acaba por ou manter como referência o valor (o homem) ou por apagar o processo histórico de constituição dessas diferenças, tratando-as enquanto ontológicas. Ambos debates (a defesa da igualdade e das diferenças), não teriam fugido assim à lógica da mercadoria e seu pressuposto da comparação entre os diversos e a naturalização dos processos que são, em realidade, sociais.

É assim para nós fulcral o como a autora compreende a totalidade enquanto “contraditória em si e fragmentada”. Com isso, Scholz (2004) acaba por ir na contramão seja de concepções hegelianas (que compreende a totalidade enquanto congruente consigo própria), seja daqueles que formulam o capitalismo enquanto um processo posto por uma dialética interna-externa (que acabam por externalizar o par da contradição). Argumenta, desta forma, que não haveria algo “fora” da lógica do capital que estaria subsumido (como um sujeito que poderia ser compreendido enquanto externo às relações modernas e por isso revolucionário) e muito menos “imaneente” (isto é, derivável do conceito/valor), mas sim a existência de um fragmentado/dissociado, constituído e constituinte do valor e que possui particularidade. Como fica claro, meras comparações fogem portanto aos propósitos da teoria crítica do valor-dissociação.

Não estamos, contudo, a fim de induzir o leitor a compreender a realidade da Baixada do Ribeira, ou os genericamente identificados enquanto “elementos negros”, enquanto dissociados do estado de São Paulo, mas apenas realçar o que consideramos um dos pontos problemáticos do método de análise regional: a equiparação.

Procedimento observável desde o trabalho de La Blache *A evolução das civilizações* (1954), quando este, ao apresentar diferentes “modos de vida”, em exemplos dispersos pelo mundo, destaca quais teriam “evoluído” ou que carregariam consigo a civilização (como é o caso dos povos presentes na Europa Ocidental) e quais teriam, apesar dos contatos com outros povos, permanecido “estagnados”. Como também lemos em seu sucessor Maximilien Sorre (1984), considerado uma das “personalidades mais extraordinárias da geografia” por Petrone (em entrevista dada à Revista Geosul – MAMIGONIAN *et al*, 1993, p.120), que ao se remeter à noção de “gênero de vida” em La Blache, compara e hierarquiza povos que teriam por base o mesmo meio, porém que se desenvolveriam, dada as combinações de técnicas em cada um, de maneiras diversas.

A região sob o olhar do pesquisador

Petrone (1966), após delimitar e caracterizar a Baixada do Ribeira, passa uma longa parte de seu trabalho preocupado em reconstituir a “marcha do povoamento e as

transformações paisagísticas” (PETRONE, 1966, p.67) daquela⁵. O autor, tributário dos moldes da monografia regional e seu objetivo último de comprovar a singularidade das áreas em estudo (LENCIONI, 1999), apresenta o processo histórico de constituição da região, partindo com fôlego desde o período pré-colombiano até o século XX.

Iremos acompanhar tal processo a partir do início da mineração na Baixada do Ribeira (século XVII), atividade econômica esta, porém, que segundo Petrone (1966), não modificou em toda a realidade regional, permanecendo a centralidade nas lavouras para subsistência, como aponta considerações de 1787 presentes no livro de tombo da cidade de Cananéia (ALMEIDA, 1948 apud PETRONE, 1966, p.73):

depois de 50 anos mais ou menos de criação desta vila, que já se contava o ano de 1637, se descobriu no sertão de sua terra firme minas de ouro [...] Das quais minas não usaram naquele tempo aqueles habitantes ou por falta de cobiça ou de inteligência ou porque as suas lavouras lhes eram de maior conveniência que o próprio ouro, o qual não tinha o estimado preço que hoje tem, porque então se vendia cada oitava por preço de oito tostões.

Se no citado o relator tem a feliz constatação quanto à inexistência de um valor em si para o ouro, sendo para os habitantes de maior valia, no momento histórico, dedicarem-se às suas lavouras de subsistência dadas as relações sociais serem ainda pouco, ou talvez nada, mediadas pelo dinheiro; Petrone (1966), por sua vez, conclui que a mineração não teria modificado o “ritmo da vida dos habitantes”, por “preferirem” estes viverem isolados uns dos outros, não gerando, dessa forma, a criação e adensamento de cidades e o desenvolvimento de relações comerciais (PETRONE, 1966, p.74). O povoamento, desta forma, teria se caracterizado “pela instabilidade de fixação”, sendo a atividade de bateação “ancilarmente acompanhada pela presença de roças fugaces para subsistência, sempre marginalmente ao rio” (Ibid., p.75).

A ocupação em direção ao interior, incentivada pela busca do ouro, se intensifica no séc. XVIII, transformando a cidade de Iguape (na qual se instalou uma casa de fundição para onde convergia o ouro bateado Ribeira acima) e a ocupação das margens dos rios, com destaque para Xiririca, “em cujos arredores, em 1766, existiam vinte e um moradores que com seus escravos e mumbavas somavam duzentas e oitenta e sete pessoas trabalhando só na exploração do ouro” (Ibid., p.76).

Assim, se por um lado, a mineração passava no início do séc. XVIII a mobilizar um número maior de braços que antes se dedicavam a lavoura de subsistência, fato que repercutiu negativamente na produção agrícola; a partir do segundo quartel do séc. XVIII e principalmente em seus meados, a “lavoura sofreu incremento relativamente grande, dado que encontrará condições inclusive para exportar o possível excedente da produção” (Ibid.,

⁵ Debate que se alonga no terceiro capítulo da obra, “População”.

p.77). Além da mandioca, também se destaca o arroz, ambas cultivadas frequentemente sob o incentivo do governo da Capitania e subsidiárias à exploração do ouro.

Apesar da exploração do ouro e do cultivo de arroz e mandioca, ao fim do séc. XVIII “o habitat era de uma dispersão primária absoluta” em que “os moradores, poucas vezes com direitos de datas de sesmaria, a maioria das vezes instalando-se por simples posse, cultivavam o solo utilizando-se do sistema de culturas itinerantes” (Ibid., p.79).

Nota-se, em análise que iremos desdobrar adiante, que a história apresentada pelo autor se constrói pelos produtos que eram comercializados e não pelo como as relações sociais e suas transformações se davam. São, desta forma, as coisas produzidas que vem à frente contar sobre o processo e não os sujeitos sujeitados à lógica do capital a produzi-las.

A compreensão do autor quanto a região ser formada por indivíduos que preferiam o isolamento à dinâmica comercial, será reforçada quando este a apresenta nos inícios do século XIX sob os olhares do viajante Martim Francisco Ribeiro de Andrade. Martim teria passado pela Baixada em 1805 e realizado “observações interessantes para que se perceba em que condições se encontrava a região” (Ibid., p.82). Apropriadas por Petrone, tais colocações levam-o a concordar com o viajante, citando-o: em Cananéia a “indolência é geral” e “seguramente esta vila tende à sua extinção total, se acaso se não fomentar de novo o amor do trabalho” (ANDRADA, 1954 apud PETRONE, 1966, p.83). Características estas generalizadas para a população de toda a área e que teriam como causa a “preguiça do país” (Ibid. p.83).

A tais “interessantes” notas Petrone apenas acrescenta, sem realizar qualquer ressalva, as qualidades que permaneceram no povoamento a dentro da Baixada do Ribeira no início do século XIX: exclusivamente por via fluvial, “única possibilidade de comunicação” (PETRONE, 1966, p.84), fundado numa “agricultura itinerante predatória” (Ibid., p.83).

Reforçando mais uma vez seus estigmas sobre a Baixada, o autor conclui que esta, ainda no início do século XIX, era composta por um problemático cenário, a soma entre a falta de alternativa de “vias de comunicação” com um povo sem “amor ao trabalho” e “preguiçoso”.

A paisagem começa a mudar na primeira metade do século XIX (mas sem qualquer esperança para Petrone), passando os mineradores que ainda bateavam ouro ao cultivo do arroz (chegando a se instalar em Iguapé 82 engenhos de beneficiamento do produto em 1836 – Ibid., p.86). Esta nova produção passa a compor, inclusive, propriedades com uso de trabalho escravo em maior quantidade que as voltadas para a economia anterior, chegando aos fins do século (1874), em Xiririca, um total de 734 escravos, contra os 266 dos anos de 1766 (diminuindo, porém, relativamente em relação ao total da população).

Assim, apesar do crescimento da população de maneira geral na região, esta não deixa de estar “à margem do império do café” (Ibid., p.88), como nomeia Petrone o presente

subitem do capítulo que estamos analisando. Um “atraso da região da Ribeira, em relação ao Estado”, que se refletia em uma decadência relativa no contingente de escravos.

É assim importante ressaltar que, se por um lado, Petrone faz questão de destacar inúmeras vezes o, poderíamos assim dizer, endêmico baixo adensamento da região, a qual justifica por uma economia que a isso não favoreceria e evidenciado pela baixa presença de escravos; por outro lado, foge à sua análise a existência de inúmeras comunidades negras formadas rios adentro por cativos fugidos ou aforriados, lado a lado a fazendas de escravos. Comunidades estas responsáveis tanto pelo abastecimento de alimentos na região como, em alguns momentos, de força de trabalho àquelas propriedades que, ao menos desde meados do século XIX, localizavam-se lado a lado uma das outras (como pode ser lido em ITESP, 1998, e observado em mapa elaborado pela antropóloga Débora Stucchi, presente em PAES, 2007, p.80). São assim a estas, apesar da importância que representavam para a reprodução das visadas “atividades comerciais”, que Petrone não dá qualquer atenção, referindo-se apenas rapidamente em seu texto (PETRONE, 1966, p.91), sem porém qualquer menção a serem compostas por “elementos negros”.

O século XX se início para a Baixada do Ribeira sem qualquer transformação no que o autor considera serem os seus pontos problemáticos. Pontos estes que a impediriam de se constituir enquanto uma região possivelmente dinâmica: o parco povoamento e a ausência de vias de comunicação alternativas. Entretanto, se até aqui apresentamos os argumentos que embasam a tese do autor, de que a região se configuraria enquanto um “sertão do litoral” (Ibid., p.5), resta entrarmos em seu segundo ponto de interesse pela Baixada: as inúmeras tentativas de colonização (seja por particulares ou oficiais) e seus insucessos, configurando-se numa “verdadeira área-laboratório” (Ibid., p.96)⁶.

Para tanto, o autor irá se dedicar aos pormenores de quatro projetos de colonização⁷. O que nos interessa, porém, não é exatamente as especificidades de cada um, mas sim o como Petrone (1966) compreende seus fracassos.

É relevante, desta forma, destacar as duas referências de colonização que estão a informar o autor: as consideradas bem sucedidas colônias de pequenos proprietários no Sul do país, nas quais os imigrantes teriam conseguido se fixar na terra e realizar suas produções comerciais; e as famílias de colonos no oeste paulista, destinados a produção de café em terra alheia, na qual a “dinâmica economia” é o paradigma do autor. Fixação e dinâmica econômica, que para Petrone (1966) se traduziriam em povoamento da área, consideradas como positivas em si. Voltaremos a estes pontos adiante, no momento

⁶ Discussão apresentada no quarto capítulo, “Experiências de Colonização em uma Baixada Tropical”.

⁷ Realizado pelos confederados Norte-Americanos entre 1865 e 1870; a colônia de Pariquera-Açu, de iniciativa do governo imperial em 1861; de Santa Maria, empenhada por empresa nacional privada em 1925; e as Japonesas, organizadas pela Companhia Imperial Japonesa de Imigração a partir de 1912.

apresentarmos os motivos que são elencados por Petrone para o abandono das colônias da Baixada.

O autor expõe assim as dificuldades que os colonos estrangeiros teriam tido, sob a hipótese de que a renúncia das terras teria ocorrido, principalmente, por não se depararem aqueles com “condições satisfatórias na Baixada” (Ibid., p.109) para realizarem suas produções. Seriam estas tanto o tamanho das propriedades (“em regra demasiadamente pequenas”, Ibid., p.112), como a adoção de técnicas “atrasadas” proveniente dos caboclos (de queima e derrubada e uso exclusivo da enxada, em lugar da tração animal) e a impossibilidade de escoamento da parca produção, ficando os colonos a mercê dos comerciantes.

Em outras palavras, os colonos enfrentariam tanto problemas de produção como de circulação das mercadorias. Pontos estes que irão se retroalimentar levando-os a não se utilizarem de melhores técnicas (o que supostamente perpetuaria a degradação do solo), permanecendo como manejo da terra “um sistema primitivo de rotação de solos” (Ibid., p.111), responsável pelo “acaboclamento” dos estrangeiros.

Para além dessa suposta perda das experiências estrangeiras no contato com o nacional, vale destacar a oposição que o autor constrói entre os projetos voltados para a ocupação da Baixada (como o de Pariquera-Açú), e os de “caráter eminentemente especulativos” (como o de Santa Maria), sendo estes postos como projetos problemáticos (dadas suas falsas propagandas e seu objetivo único de obtenção do lucro por parte da empresa responsável), e aqueles o mais próximo do paradigma das colônias do Sul do país.

Compreendemos, por fim, que por pressuposto a estes três pares de opostos (povoamento versus vazio populacional, técnicas caboclas versus estrangeira e ocupação da Baixada versus projetos especulativos) não há qualquer questionamento por parte de Petrone (1966) ao processo de constituição do mercado de terras, em outras palavras, da formação da propriedade privada na região.

Assim, se as técnicas caboclas são pejorativamente compreendidas dada a suposta degradação que seu sistema de queimas e rotação geram no solo, vale salientar que em região em que a posse predominava, o rodízio de terras se realizava com um maior número de parcelas e tempo de pousio entre elas. Em outras palavras, em área que há a possibilidade contínua de acesso a novas terras, o solo tem um período maior para se regenerar, possibilitando aos “caboclos” abrirem roças em zonas de mata fechada com o auxílio do fogo (MUNARI, 2009). Desta forma, a técnica apenas se torna uma questão quando o acesso a terra é limitado nas pequenas parcelas dos colonos. É de se questionar, portanto, se se trata de um problema das origens da técnica ou da finalidade da técnica (subsistência ou comercial) e seu contexto (realizada em terras livres ou de mercado de terras em formação).

Nos remetemos também às conclusões de Petrone em seu trabalho sobre o processo de colonização antiga no estado do Espírito Santo⁸, Neste, após se utilizar dos mesmos métodos comparativos realizados no trabalho sobre a Baixada do Ribeira e constatar que o povoamento desse Estado teria ficado “à margem das principais iniciativas e correntes” (PETRONE, 2004, p.27), o autor destaca que os colonos italianos e alemães teriam se entregue a uma “completa ‘assimilação’” das técnicas “caboclas”, levando ao “desaparecimento de qualquer possibilidade de formação dos tão discutidos quistos étnicos” (Ibid., p.119). Petrone termina por se aproximar do problemático discurso oficial pela defesa do embranquecimento da população:

Julgamos, todavia, que a cabocliização não é a assimilação desejada, indiscutivelmente não é o que convém ao país. Não é para isso que levamos de colonos deslocaram-se para cá e é extremamente prejudicial o nivelamento bitolado pelos padrões dos nossos caboclos (PETRONE, 2004, p.119).

Deixada a questão sobre o que supostamente não seria desejado ao país, e voltando à oposição entre as políticas de povoamento e de “especulação”, ambas, obviamente, também possuem por pressuposto para seu “sucesso” a generalização da propriedade privada da terra: para que o colono se “fixe” é necessário o fim das posses (isto é, a privatização da terra) e a criação de “vias de comunicação”. Dois momentos que dão continuidade ao processo de formação do mercado de terras, o qual tem por interesse que se dê tanto o especulador (para que consiga tirar o melhor proveito da venda), como o povoador, para que consiga dar vazão aos seus produtos. Fixação e especulação andam assim par a par, sendo, desta forma, a oposição criada por Petrone (1966), em realidade, momentos de um mesmo processo que possui de fundo a concorrência entre os indivíduos (entre os que conseguem se estabelecer e realizar sua produção, frente aos que não o fazem), que é abstraída pelo autor.

Petrone realiza, por fim, uma defesa explícita do capital produtivo e suas consequências, exploração do trabalho (seja familiar ou do diarista) e concorrência entre os produtores.

Vale notar que, se nos posicionamos críticos a ovação do capital produtivo e, conseqüentemente, à exploração do trabalho pregada por Petrone, não o fazemos, como argumenta Moishe Postone (1993), do “ponto de vista do trabalho”, mas sim “críticos ao trabalho”. Partimos assim do entendimento que a exploração do trabalho não se torna uma questão apenas quando da separação dos sujeitos dos meios de produção, mas sim que o próprio trabalho, considerado como transhistórico, é em si problemático. Com base no

⁸ Trata-se de relatório realizado no âmbito da XII Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, de 1957, no qual Petrone, junto a uma equipe sob sua supervisão, realiza trabalhos de campo à algumas cidades de ocupação antiga do estado do Espírito Santo, especificamente ao sul do Rio Doce.

exposto, temos por pressuposto que a crítica deve recair ao trabalho, considerado este não enquanto uma característica imanente aos homens, ontológica, mas formada historicamente junto ao capitalismo.

Partilhamos, assim, das proposições de Postone (1993) de que a crítica ao capitalismo não deveria incidir apenas a apropriação do produto do mais trabalho pelo proprietário dos meios de produção (da mais-valia que é extraviada do trabalhador, como o fazem os marxistas tradicionais); mas sim ao próprio trabalho como não sendo natural do homem, considerado socialmente determinado e ao qual estamos submetidos, uma abstração social que se torna tão realidade, que aparece como positiva em si.

Por último, ainda sobre as colônias na Baixada do Ribeira, gostaríamos de problematizar a defesa pela ocupação da área pelo autor, em oposição ao que supostamente seria uma questão: seu “vazio populacional”. Petrone tem assim por desejo (assim como também o tem para os outros dois pares), que se forme uma “economia dinâmica”. Não critica nem o processo necessário para que tal ocorra, isto é, a exploração do trabalho, nem tão pouco a decorrente especulação e grilagem de terras que tal gera (como inclusive se observou na região, principalmente a partir da década de 1960 – VECINA, 2018). Desta forma, argumentamos que, o que aos olhos de Petrone (1966) se configura enquanto fracasso das colônias, para nós diz respeito ao processo de regularização fundiária que tem início na região e que, naquele momento, ainda possui grandes quantidades de terras devolutas. Vale ressaltar que, se aqui nos referimos apenas à formação do mercado de terras, este anda vis a vis com a constituição da força de trabalho e seu respectivo mercado.

O “saldo” de tais colônias para Petrone (1966), com exceção das organizadas pelo Império Japonês (dado o apoio que este deu aos seus conterrâneos quando no Brasil), foi de um baixo “índice de fixação” e solos esgotados em decorrência da “identificação cultural e técnica aos caboclos da Ribeira” (PETRONE, 1966, p.104).

Seguimos assim para seu próximo capítulo (quinto da obra), “A organização econômica do espaço”, no qual Petrone (1966) apresenta as principais lavouras presentes na Baixada e suas respectivas formas de plantio, trato, colheita e finalidade (para subsistência – como o arroz, a mandioca e o milho –, comercial – chá, café e banana – e “ensaios atuais” – seringueira e cacaueteiro), retomando sempre os argumentos, já debatido por nós, quanto ao baixo cuidado com estas e as comparações com o estado de São Paulo. Acresce, entretanto, considerações sobre os tamanhos das produções e suas rentabilidades, ponto que iremos nos debruçar.

Quanto a rentabilidade, o autor considera para cada lavoura em análise os ganhos possíveis por hectare por ano, deduzindo destes os custos para a formação do cultivo – da “mão de obra” (para formação, trato e colheita) ao beneficiamento e transporte. Conclui,

após analisar as lavouras de chá, banana, seringueira e café, que “a do chá parece constituir-se na mais estável”, com uma “rentabilidade segura em virtude da relativa inelasticidade da oferta (possibilidade de estocagem)” (Ibid., p.208), frente, por exemplo, à banana, caracterizada por uma “elasticidade da procura” (Ibid., p.208).

Não possuímos dados e tão pouco ganas de concluir por outra lavoura, uma vez que em nossos trabalhos de campo na Baixada do Ribeira muitas foram as “lavouras promessas” citadas nas entrevistas com técnicos, empresários, políticos e agricultores. Pretendemos, sim, problematizar os pressupostos do autor. Assim, para além da crítica noção que este apresenta quanto a finalidade da produção no capitalismo, acreditando que esta sirva para suprir as necessidades da população e não para valorizar o valor (concepção naturalizada de que se produz de acordo com uma demanda social, sendo esta a responsável por dar o “equilíbrio” à produção – MARX, 1983, v. III, t.1), nos focaremos em como o autor compreende a contabilidade dos “custos”. Entendimento encontrado ainda hoje nos projetos técnicos elaborados pela CATI e pela ITESP presentes na cidade de Eldorado (VECINA, 2018).

Assim, se em Petrone (1966) encontramos listado enquanto custos a “formação da lavoura”, o “custeio”, a “adubação”, o “beneficiamento” (quando há) e os “gastos com a mão de obra”; nos relatórios técnicos atuais os itens considerados nas “despesas” não se alteram em demasiado. Desta forma, se recorrermos a Marx (1983, vol. III, t.1), veremos que os gastos realizados do ponto de vista do proprietário da lavoura (o preço de custo da mercadoria) são enquadrados enquanto “capital fixo” (isto é, os equipamentos, trabalho morto – meios de produção produzidos pelo trabalho –, que a cada rotação transferem à mercadoria parte de seu valor) e “capital circulante” (matérias primas e auxiliares utilizadas, que passam todo o seu valor ao processo produtivo, somada à “mão de obra”, nos termos de Petrone e técnicos agrícolas, e nos de Marx o trabalho vivo – capital variável – o único capaz de criar novo valor). Para então, ao final da produção com a venda da mercadoria, aquele acreditar que recebeu pelo retorno de seu investimento o lucro que se concretiza na circulação (a subtração do preço de custo, do preço de mercado).

Em outras palavras, do ponto de vista do proprietário, foi seu capital (fixo e circulante) que teria produzido em condições tais que, somado a um mercado favorável, possibilitou um produto competitivo. O trabalho, responsável por transformar os materiais e movimentar o maquinário criando assim um novo valor, não passa de um recurso na contabilidade de Petrone (1966) e dos técnicos, parte do capital enquanto “mão de obra”. A exploração do trabalho é com isso obnubilada junto a qualidade única deste de criar mais valor, de variar o capital.

Em nossos trabalhos de campo, tal perspectiva ficava patente quando questionávamos os agricultores quilombolas sobre os custos para implementação da

lavoura orientada pelos técnicos agrícolas. Além dos gastos com as diárias de camaradas, aqueles salientavam: “mas teve nosso trabalho também”, se referindo ao seu trabalho e de sua família, considerado pelos técnicos de custo zero, na rubrica “tecnologia familiar”. Não por acaso, Petrone compreende as técnicas enquanto “elemento fundamental para compreender melhor as referidas atividades” (PETRONE, 1966, p.241), dedicando a estas um subitem próprio, em oposição ao trabalho, que recebe por subitem o título “o problema da mão-de-obra”. Neste o autor destaca a “sugestiva predominância dos casos em que o próprio proprietário dirige diretamente as atividades” (Ibid., p.253). Isto é, a ausência do empregado administrador, fenômeno compreendido pelo autor como consequência das pequenas áreas cultivadas e da predominância na Baixada do “cultivador direto” (Ibid., p.256). Tal contexto passaria a ser um “problema da mão de obra” com a instalação das “lavouras científicas”, que encontram dificuldade de acessar este “recurso” seja por falta de disponibilidade, seja por apresentarem baixa “qualificação”.

Apresentando de outra forma a questão, o “problema da mão de obra” se daria por se ter na Baixada proprietários e posseiros que trabalham para si, ao invés de venderem sua força de trabalho para outrem. Há neste ponto, mais uma vez, o pressuposto/defesa pela expropriação do trabalho. Caberia assim o questionamento levantado por Jean Paul de Gaudemar (1977, p.14): “por que razão se presta o trabalho, ou antes a força de trabalho dos homens, a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, que levam ao nascimento da mais-valia?”. Não que ao trabalharem para si os agricultores não estejam sendo expropriados de seu trabalho, mas não podemos de deixar de salientar que há uma, por assim dizer, gradação na violência, quando também expropriados da terra trabalham para outrem, solucionando o “problema da mão de obra” das propriedades “científicas” almejadas por Petrone.

Ao dito acima, somamos a opinião do professor instalado em 1969 na comunidade quilombola de Ivaporunduva (localizada na cidade de Eldorado), entrevistado por Queiroz (2006, p.46):

Eles são acostumados igual índio. Trabalham a hora que acham que têm necessidade. Precisa comprar arroz, roupa e outras coisas, eles saem para trabalhar. Tem arroz, feijão, não tem necessidade de trabalhar, todo mundo pára. Eles não pensam no futuro. [...] Nós aqui já falamos pra eles: ‘quem quer melhorar de vida tem que ser assim, a gente não pode mais ficar de braços cruzados.

O professor, funcionário do estado de São Paulo, se instala com o objetivo não apenas de alfabetizar mas, e nós parece central, de instituir uma rotina que levasse a uma “melhora na vida dos moradores”. Esclarecendo os termos, seria o educador responsável por inserir tanto os sujeitos formalmente nos costumes do mundo do trabalho (viabilizando de casamentos a título de eleitor, e encaminhamento doentes e mães grávidas ao Centro de

Saúde) como, simultaneamente, os instruindo para o ethos do trabalho e reprimindo toda forma de manifestação não por este valorizada. As preocupações do professor andam assim par a par com às de Petrone sobre o “problema da mão-de-obra”. O que o professor tenta sanar, o pesquisador diagnostica:

Gente habituada à rotina da utilização do solo dentro de sistemas e técnicas primitivos, não pode, de um momento para outro, sem prejuízo para quem a emprega, ser utilizada em iniciativas baseadas em sistemas e técnicas novas, frequentemente científicas (PETRONE, 1966, p.257).

Desta forma, por fim, por “organização do espaço” Petrone (1966) entende, em linhas gerais, um elencar dos “tipos de plantas cultivadas, e o papel de cada uma delas no arranjo dos elementos paisagísticos [...] [com] uma pequena atenção, pelo menos, ao problema da rentabilidade” (Ibid., p.200). O que na prática consistiu em constatar e analisar a eficácia das técnicas utilizadas e verificar o tamanho das lavouras, ficando as relações sociais de produção marginalmente postas no processo.

Temos em mente para nossa formulação a crítica elaborada por Francisco de Oliveira (2008), quando este, a fim de apresentar como compreende o conceito de “região econômica e política”, apresenta qual será seu “marco teórico”: a recusa do “enfoque dos ‘desequilíbrios regionais’”, tendo em contraposição por pressuposto à sua análise “a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p.141). Para Oliveira (2008), a região não seria “delimitada” a partir de dados, uma base estática (forma pela qual podemos em grande medida aproximar Petrone e o recorte por este utilizado por altitude e por ser a Baixada “ralamente povoada”), mas sim a partir da análise do processo de formação de relações sociais capitalistas diferenciadas.

Desta forma, desde o início Oliveira (2008) coloca as regiões do Brasil em relação ao centro, não considerando as particularidades aqui estabelecidas como arcaicas ou atrasadas, mas sim, forma de ser do capital na periferia (OLIVEIRA, 2008, p.150). A coesão da região seria mantida a partir de seu controle por classes dominantes, que a “fechariam” a fim de garantir (por meio da violência) a reprodução das relações sociais de produção, perdendo sua hegemonia quando da generalização do trabalho assalariado e da centralização do Estado, responsável esse por “abrir” a região (integra-la ao nacional).

Cabe aqui ressaltar que, quando do “fechamento da região” (OLIVEIRA, 2008), esta se dá em momento de fronteira aberta (de possibilidade de acesso/posse da terra), em que é necessário ao Coronel se impor violentamente a fim de garantir sua hegemonia. E que quando da “abertura da região” (OLIVEIRA, 2008), esta ocorre quando a fronteira está fechada, não tendo mais para onde expandir (abrir posse), estando o mercado de terras já formado.

Oliveira (2008) tem assim por objetivo se diferenciar da corrente cepalina, a qual, segundo o autor, não saberia distinguir as várias formas que a produção do valor tomaria subordinadas à dinâmica geral do capital, formulando de maneira dualista, uma vez que defensora de um planejamento que levaria as regiões “atrasadas”/“desequilibradas” a um ponto em comum ótimo de alocação das matérias-primas e da “mão-de-obra”.

Para melhor compreender a crítica do autor, e explicitá-la como esta também cabe a Petrone (1966), nos remetemos ao teórico Celso Furtado, figura importante na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e que ficou à frente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), a qual Oliveira também participou (experiência que deu origem ao estudo ao qual aqui nos remetemos). Para tanto, iremos nos debruçar rapidamente na obra *Formação Econômica do Brasil*, de Furtado (1984), mais especificamente nos capítulos referentes ao “Problema da Mão de Obra” (cap. 21 a 24), nos quais trata sobre o fim do trabalho escravo, o qual teria gerado uma “hecatombe social” (FURTADO, 1984, p.136) e as questões para “suprir de mão-de-obra” o território nacional.

Furtado (1984) parte assim da questão se não existira uma “oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão” (Ibid., p.120), pergunta que por si só já faz ecos aos reclames de Petrone (1966). Porém, se para este os “caboclos” não seriam devidamente qualificados para o trabalho, para Furtado (1984) seriam resultado da economia de subsistência, focando este a questão nos “chefes proprietários de terras” que impediriam a mobilidade do homem da roça.

Entretanto, se aparentemente Furtado (1984) não elabora crítica ao suposto atraso do caboclo, o faz aos ex-escravos: que teriam desvantagens “demasiado óbvias” (Ibid., p.139) em relação aos imigrantes mobilizados para trabalharem nos cafezais em São Paulo. Destaca também que aqueles teriam um “reduzido desenvolvimento mental”, que provocaria a “segregação parcial desta [população] após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país” (Ibid., p.140).

Assim, o que em Oliveira (2008) é o fechamento da região (forma particular de ser do capital na periferia); em Furtado (1984) configuraria o atraso (poderes locais que impedem a mobilização da “mão-de-obra” sob seu mando, dedicada à subsistência, e por isso não se configurando em uma “reserva potencial de força de trabalho”, FURTADO, 1984, p.122); e que em Petrone (1966) seriam caboclos de baixa qualificação, imobilizáveis para o trabalho. O que ambos, Petrone (1966) e Furtado (1984), buscam, por fim, é a formação de um mercado de força de trabalho, almejando atingir um certo desenvolvimento, porém que para tanto seria necessário fechar a fronteira: “Havendo abundância de terra o sistema de subsistência tende naturalmente a crescer” (FURTADO, 1984, p.120).

Em outras palavras, o que em Petrone (1966) é a busca pela superação do “ralo povoamento” da Baixada, em Furtado (1984) é a formação de um mercado de terra

autônomo dos chefes locais e que, simultaneamente, impeça a livre ocupação por posseiros. Caso contrário, o trabalho será dificilmente mobilizado, requerendo para tanto altos salários, como é o caso quando do fim da escravidão em contexto de oferta de terra “totalmente elástica” (FURTADO, 1984, p.138).

Somar-se-ia, por fim, à formação do mercado de trabalho e o fechamento da fronteira, o mercado interno, que permitiria que os produtos obtidos nessas novas condições fossem consumidos. Assim, se por um lado o foco de Petrone (1966) é o nível “regional” e de Furtado (1984) o nacional, por outro lado, ambos buscam a superação dos “arcaísmos” frente a um ideal de desenvolvimento (em Petrone, 1966, o oeste paulista e em Furtado, 1984, os Estados Unidos da América). Apagam, para tanto, a violência econômica à qual os sujeitos, mesmo com o fim da escravidão, são submetidos pelo capital. Assim, o que para nós, com Oliveira (2008), são formas particulares com que se territorializa o capital (como este mobiliza terra e trabalho), para aqueles seria falta de, por assim dizer, “territorialização do capital” (HEIDEMANN *et al*, 2014) e sua violência característica.

Com isso, voltamos a obra de Petrone (1966) e ao método regional – que como mostramos não ficou no passado, mas é ainda hoje reformulado, de forma velada, por técnicos agrícolas e teóricos –, que se presta tanto a buscar quais seriam os “problemas” que impediriam a realização das produções, como a selecionar os supostos melhores produtos para cada região. A região passa assim a ser identificada pela principal mercadoria produzida, em outros termos, muito usado pelos técnicos agrícolas da Baixada do Ribeira que entrevistamos: pela sua vocação.

Não por acaso, a história da Baixada do Ribeira (como analisamos anteriormente) é organizada a partir da evolução do que foi produzido (do ouro para o arroz), e não pelas transformações das relações sociais de trabalho. Quanto a estas, Petrone (1966) apresenta apenas uma tipologia dos habitantes do Ribeira (o capuava, o caiçara/praiano e os descendentes de imigrantes), que pouco diz das relações sociais e que se presta apenas a homogeneizar em tipos uma gama de relações particulares.

Por fim, o autor se volta para seu último capítulo, sua esperança: “A ‘redescoberta’ da região do Ribeira e sua valorização recente”. É verdade que as aspas no primeiro termo poderiam sinalizar certa desconfiança do autor sobre sua própria afirmação, mas, em realidade, o que se observa é a conclusão de um estudo que, após tantas vezes salientar quanto aos aspectos “arcaicos” das técnicas dos locais e a ausência de vias satisfatórias de circulação, encontra na evolução das estradas de rodagem a possibilidade de que surjam “interesses pelas terras da Baixada” (PETRONE, 1966, p.343). Tais interesses buscariam tanto a “valorização rápida” para sua posterior venda, como representariam a genuína “iniciativa de capitalistas”, revertendo em “imediato benefício para a região” (Ibid., p.344).

Para além da dualidade (terra para produção *versus* terra para especulação) já discutido por nós, o que nos interessa neste derradeiro capítulo é seu especial otimismo:

Acreditamos que a diversificação regional da Baixada do Ribeira [...] pode propiciar a criação de quadros novos de organização econômica, escudados em técnicas apropriadas, justificando a integração da região dentro do conjunto geo-econômico do estado de São Paulo não mais como uma área 'sub-desenvolvida' mas sim como uma sua parcela economicamente atuante e ativa. (Ibid., p.351)

Nos debruçaremos em sua busca por desenvolvimento, em sua crença na ainda possível valorização do capital, a partir de nossos atuais trabalhos de campo realizados, majoritariamente, com quem para Petrone (1966) eram os capuavas e caboclos: os personagens considerados “arcaicos” da relação com o capital.

Considerações finais

– E por que foi escolhido o pupunha?

Técnico Agrícola – Porque naquela época foi falado de búfalo... é o que tinha vocação. [...] o clima é favorável para o pupunha, do Brasil o melhor clima é aqui. O melhor palmito é daqui.

– Mas o DRS não veio direto com a pupunha... Por que veio antes o maracujá se a pupunha é a vocação?

Técnico Agrícola – O maracujá também era uma vocação, já tinha o maracujá antes, ele sempre teve, o produtor já falava que mexia com o maracujá há 15, 30 anos, e o maracujá dura seis anos. Só que daí hoje, por causa da virose, o maracujá fica um ano e olhe lá. [...] Mas já era tradição do pequeno produtor.

No trecho acima transcrevemos parte de nossa entrevista com o funcionário da Secretaria da Agricultura da cidade de Eldorado, na qual este nos explicava a chegada do programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), um dos primeiros de financiamento a pequenos e médios produtores (de articulação entre prefeituras e Banco do Brasil) da cidade do técnico. A conversa foi realizada em abril de 2017 e tinha por principal objetivo compreendermos o como se definiam as vocações e, conseqüentemente, os discursos que determinavam e validavam o porquê para um e não para outro tipo de cultivo deveria ir o financiamento. Por fim, se tradição ou vocação, o que se acompanhou dessa entrevista foi que, seja búfalo, maracujá ou pupunha, todas apresentavam vidas breves e dependiam de crédito para serem implementadas e se realizarem no mercado frente aos outros “produtos-vocação”. E com isso questionávamos: como garantir que todas as vocações se realizem? Que, através do mercado, concorram umas com as outras garantindo que, ao final, o agricultor obtenha o capital necessário para pagar salários, juros do empréstimo, receba lucro e, ainda, garanta uma parcela para reiniciar o próximo ciclo produtivo?

Assim, para que a “redescoberta” da região se realizasse, foi preciso distribuir crédito na tentativa de gerar os níveis satisfatórios de desenvolvimento técnico requeridos

pelo processo produtivo (clamados pelo próprio Petrone e que irão aparecer aos sujeitos como, por exemplo, a necessidade de buscar cada vez melhores mudas, adubos, pesticidas ou “mão-de-obra qualificada”), o que prometeria rendimentos frente à concorrência.

Investimentos são algo que o produtor terá sempre que fazer e que irão permitir, com “sorte”, que com o mesmo gasto de tempo de trabalho, possa produzir uma maior quantidade de mercadorias e/ou com melhor qualidade, dando, como resultado do processo, a possibilidade do produtor dispensar trabalho agora relativamente excedente (seu próprio e de sua família ou contratado).

Desta forma, se por um lado, os produtos competem no mercado prometendo serem mais vantajosos, simultaneamente, por outro lado, fica aos trabalhadores a necessidade de concorrerem entre si, garantindo maior exploração. Para os “capuavas” e “caboclos” que não conseguirem obter e realizar suas próprias porções de hipotecas de trabalho futuro (créditos), fica como alternativa a “liberação” de seus trabalhos (como se refere a Economia Clássica criticada por Marx, 1984, vol. I, t.2): de se empregarem para outros.

Assim, se anteriormente exibimos os relatos do professor enviado à comunidade de Ivaporunduva (QUEIROZ, 2006) que, como Petrone (1966), buscava pela formação do trabalhador, “ensinando” capuavas que mais valia se mobilizarem para outros do que manterem seu “modo de vida arcaico”. Com a “redescoberta” da Baixada, se apresenta duas possibilidades: ou mobilizam a si e a suas famílias, na expectativa de se tornarem pequenos empreendedores, acreditando nas “vocações” e na promessa de acumularem, possível apenas, é claro, se conseguirem saldar suas dívidas e ganharem na concorrência; ou se voltam para o trabalho para terceiros, alternativa esta cada vez mais escassa dado o atual desenvolvimento técnico e a decorrente dispensa de trabalho do processo produtivo.

Observamos, com isso, não somente a transformação desses sujeitos aos olhos dos planejadores (de “problemas de mão-de-obra” a redundantes trabalhadores ou endividados gestores), como sua própria experiência de reprodução se modificando: de vastas áreas passíveis de apossamento, a confinadas plantações (pois já não podem se utilizar das terras que antes faziam uso, dada a formação do mercado de terras⁹).

Concluimos que o modelo de região pregada pela geografia regional, personificada por Pasquale Petrone (1966 e 2004), não apenas equipara e hierarquiza os diferentes, apaga as relações de trabalho e positiviza a concorrência (ao almejar que a região deixe de estar “à margem” e não problematizar a violência econômica, que impele ao trabalho os sujeitos), como acaba por idealizar desenvolvidas regiões de mobilização do trabalho em

⁹ Para o contexto de confinamento, também é bastante relevante na reprodução dos “capuavas”/quilombolas da Baixada a constituição dos parques ambientais na década de 1990, limitando as áreas de plantio e criminalizando atividades antes fundamentais para suas reproduções (para mais, ver VECINA, 2018).

nível supostamente ótimo e de sujeitos inundados de mercadorias. Tal formulação encobre, por fim, a contradição fundamental do capital, isto é, que, se por um lado, o capital tem por fim último a valorização do valor, a criação de riqueza, contraditoriamente, por outro lado, para atingir tal objetivo, exclui em quantidades sempre crescentes a substância responsável por tal processo, a força de trabalho (SCHOLZ, 2016). Com o aprofundamento desse movimento tautológico, o que temos não é a diminuição da exploração do trabalho, mas sim a crescente pressão para que este se torne cada vez mais produtivo sob a ameaça de se tornar “supérfluo” (SCHOLZ, 2008).

Desta forma, as políticas de planejamento realizam-se hoje, argumentamos, mais enquanto mecanismos de contenção das populações, sob a promessa de valorizações irrealizáveis, do que em reais possibilidades de criar empresários que possam andar sobre suas próprias pernas – o que tampouco suplantaria as contradições acima apresentadas, mas apenas as acirraria.

Temos por referência para tais considerações, o que observamos em nossos trabalhos de campo na Baixada do Ribeira, junto a quilombolas, técnicos agrícolas e agentes bancários. Nos quais a maioria dos primeiros se encontravam inadimplentes com o banco (podendo inclusive ter suas dívidas securitizadas por este), quitando-as apenas quando possuíam acesso a aposentadoria de algum familiar, somada a participação em programas federais de compra de seus produtos (como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ambos políticas de garantia de preços) e acesso a auxílios, como cesta de alimentos e bolsa família (VECINA, 2018). E por isso questionamos: não seria hoje, dada a dinâmica do capital explicitada acima, o colapso a única caracterização possível à Baixada do Ribeira?¹⁰ Dado predominar na região a gestão populacional via crédito e renovadas vocações, a fim de tentar mitigar a descartabilidade a que estão submetidos os sujeitos.

Esta “qualidade”, que compreendemos que caracteriza a Baixada, não estaria apenas a ela circunscrita, dada a totalidade do capital, sujeitando a todos à sua lógica, porém a cada um com conteúdos distintos (a superprodução de doutores e de seus repetitivos artigos, diz do momento da concorrência entre os trabalhadores complexos e o fim da promessa do funcionalismo público, possível até certo momento somente graças à injeção de capital fictício na economia).

Esperamos com o exposto, não apenas termos nos diferenciado do método regional, mas, e principalmente, o analisado sob um viés que também o legitima como teoria que fornece à pesquisa um olhar que diz sobre a realidade observada e a forma de ser dos

¹⁰ Formulação quanto a uma “região do colapso” tributária aos debates ocorridos no âmbito do “Grupo de Estudos e Pesquisa permanente – Krisis-EXIT!: Teoria Crítica Social” ocorridos no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR/USP), também chamado “Grupo de Sexta”.

sujeitos modernos. É assim, quando Petrone acriticamente positiva a equiparação, realizando-se enquanto sujeito de nossos tempos, ou através de sua crítica a possibilidade da grilagem de terra com a atração dos “capitais especulativos”, faltando-lhe, porém apontar os desdobramentos na realidade em questão quando da atração dos “produtivos”.

Ao sujeito pesquisador, seja do método regional ou clamando pelo nacional, cabem duas questões. A primeira, quanto às suas ânsias por progresso: o que significa uma região, um país, não “a margem”? E a segunda, talvez de mais difícil digestão na modernidade, quanto à defesa do sujeito em si: aquele que, bem ou mal intencionado, acredita agir diretamente sobre a realidade/objeto. Por fim, no seu desdobramento recente, o fetiche da relação entre sujeito e objetivo se atualiza no momento da determinação da reprodução social pelo capital fictício, em que nem ao menos a valorização do valor se realiza, ficando apenas sua promessa.

Finalmente, a escolha dos “elementos empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) pelo pesquisador, que tem por objetivo melhor compreender e gerir a realidade, diz respeito ao fetiche deste, que crê na possibilidade de autonomização do sujeito e sua realização pelo/no trabalho, não compreendendo este como socialmente constituído e determinado pelo capital.

Referências

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 19 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio N.; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HARTSHORE, Richard. O que se entende por geografia como o estudo da diferenciação de áreas. *In*: HARTSHORE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de A.; BOECHAT, Cássio A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 55-67, Ago. 2014.
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Comunidade de Remanescente Quilombo de Ivaporunduva/Eldorado**. Relatório Técnico Científico (RTC), 1998.
- KURZ, Robert. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. **Revista EXIT!**, n. 4, 2007.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A evolução das civilizações. *In*: LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa, Cosmos, 1954. p.273-288.

- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MAMIGONIAN, Armen *et al.* Entrevistas com o professor Pasquale Petrone. **Revista GEOSUL**, n.8, p. 103- 137, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MORAES, Antonio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória Social e Ecologia Histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução / Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAES, Gabriela S. M. **A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas**. São Paulo, 2007, 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PETRONE, Pasquale. Baixada do Ribeira: estudos de geografia humana. **Boletim da FFLCH-USP**, n. 283, São Paulo, 1966.
- PETRONE, Pasquale. Pasquale Petrone e a Geografia na USP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 139-150, dec. 1994.
- PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do estado do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004.
- POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: a reinterpretation on Marx critical theory**. Cambridge University Press, 1993.
- QUEIROZ, Renato da S. **Caipiras Negros no Vale do Ribeiro: Um Estudo de Antropologia Econômica**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SCHOLZ, Roswitha. A nova crítica social e o problema das diferenças. **Revista EXIT!**, n.1, 2004.
- SCHOLZ, Roswitha. O ser-se supérfluo e a “angustia da classe média”: o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo. **Revista EXIT!**, n.05, 2008.
- SCHOLZ, Roswitha. Viva o Fetiche! **Revista EXIT!**, n.12, 2015.
- SCHOLZ, Roswitha. Cristovão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do ‘Colapso da Modernização’. **Revista EXIT!**, n.13, 2016.
- SORRE, Maximilien. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.
- TOLEDO, Carlos de A. Das velhas às novas barreiras no processo crítico de modernização e mobilização do trabalho. *In*: SEYFERTH, Giralda (orgs.). **Mundo em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. p. 217-239.
- TOLEDO, Carlos de A. **A região das lavras baianas**. São Paulo, 2008, 246f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VECINA, Cecília C. **As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF**: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas. 2018. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VECINA, Cecília C. A expansão da disponibilidade de crédito PRONAF às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP como expressão da crise imanente do capital. **Geografares**, jan/jun, 2019, pp.264-290.

Sobre a autora

Cecilia Cruz Vecina – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (n. do Processo 2019/20521-1). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5651-042X>.

Como citar este artigo

VECINA, Cecília Cruz. A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para a Vale do Ribeira. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 23-47, set.-dez., 2021.

Recebido para publicação em 22 de janeiro de 2021.
Devolvido para a revisão em 11 de maio de 2021.
Aceito para a publicação em 13 de maio de 2021.

Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil

Acácio Zuniga Leite

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail:

Sérgio Sauer

Universidade de Brasília (UnB) – Planaltina, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: sauer@unb.br

Bruno Portela Brasileiro

Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil.

e-mail: brasileiro@ufpr.br

Araê Claudinei Lombardi

e-mail: arae.agroeco@gmail.com

Resumo

Apesar da política de assentamentos ter beneficiado cerca de um milhão de famílias desde 1985, são poucos os estudos que avaliam avanços e desafios para sua implementação. Consequentemente, existem lacunas na avaliação das situações de vida nos assentamentos pelas próprias famílias. Este estudo procura identificar os fatores principais da política de implementação de assentamentos agrários que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Foram utilizados dados da “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” (PQRA), coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2010. A análise dos dados, por meio de regressão logística, subsidia a discussão da relação entre o acesso a políticas públicas e a satisfação das famílias assentadas. Os resultados demonstram a existência de diferentes respostas em abrangências nacional e regionais, que podem ser exploradas para o desenvolvimento dos assentamentos. Os principais achados estão relacionados ao impacto das políticas de apoio técnico, habitação e a relevância do fator tempo no aumento da satisfação das famílias beneficiadas.

Palavras chave: Desenvolvimento rural; razões de chance; percepção; avaliação de políticas públicas.

Propulsores del desarrollo socioeconómico en asentamientos de reforma agraria en Brasil

Resumen

Aunque la política agraria ha beneficiado a alrededor de un millón de familias asentadas desde 1985, los estudios que evalúan su implementación son escasos. Además, hay brechas en la evaluación de las situaciones de vida actuales en los asentamientos por parte de las propias familias. Este estudio busca identificar los principales factores en la política de implementación de asentamientos agrarios que contribuyen al desarrollo socioeconómico de las familias asentadas. Se utilizaron datos de la “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” lograda por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) en 2010. La análisis de los datos, mediante regresión logística,

apoya la discusión de la relación entre acceso a políticas públicas y satisfacción de las familias asentadas. Los resultados demuestran la existencia de diferentes respuestas a nivel nacional y regional, que pueden explorarse para el desarrollo de asentamientos. Los principales hallazgos se relacionan con el impacto de las políticas de apoyo técnico, vivienda y la relevancia del factor tiempo para incrementar la satisfacción de las familias beneficiarias.

Palabras clave: Desarrollo rural; oportunidad relativa; percepción; evaluación de políticas públicas.

Propulsors of the socioeconomic development in the agrarian reform settlements in Brazil

Abstract

Although the settlement policy has benefited about one million families since 1985, studies evaluating advances and challenges in its implementation are scarce. Accordingly, there are gaps in families' own assessment of their current life situations in settlements. This study searches for the main factors in agrarian settlements implementation policy that contribute to socioeconomic development of settled families. Data from the "Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária" realized by INCRA in 2010 were used. The data analysis through logistic regression support the discussion between public policies access and families' satisfaction. The results demonstrate the existence of different responses at national and regional levels, which can be explored for the settlements' development. The main findings are related to the impact of technical assistance policies, housing and the relevance of the time living in the settlement increasing the satisfaction of the beneficiary families.

Keywords: Rural development; odds ratio; perception; public policy evaluation

Introdução

Para além da desconcentração e distribuição de terras, o Estado Brasileiro deve, de acordo com a legislação agrária, executar outras políticas públicas de desenvolvimento dos projetos de assentamento, atendendo necessidades e direitos expressos principalmente no artigo 6º da Constituição Federal. Existem melhorias quase que imediatas nas condições de vida de uma família que sai de um barraco de lona preta, moradia transitória e precária, para um lote em um assentamento. Mas as condições precárias não são superadas apenas com o acesso à terra (MATTEI, 2011; DELGADO, 2017). A ação do Estado, quando do reconhecimento da situação de vulnerabilidade de grupos ou famílias, deveria garantir as plenas condições para que os sujeitos se desenvolvam e tenham controle sobre a própria vida, dando condições de acesso aos instrumentos que garantiriam o desenvolvimento socioeconômico (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA], 2013; FERNANDES, 2016).

Em última instância, a criação de assentamentos deve propiciar que os sujeitos exerçam suas capacidades humanas básicas, garantindo integridade psicofísica, um lugar digno para morar e condições para desenvolver seus modos de vidas. Portanto, a política

pública não deveria tratar apenas do acesso à terra (criação de projetos de assentamentos) e concessão de créditos, mas de garantir capacidades produtivas para essas famílias no intuito de alavancar um amplo desenvolvimento, com melhorias sociais, econômicas e políticas (LEITE, 2017).

A política de criação de assentamentos, paralisada depois de 2017 (LEITE, 2019; LEITE, TUBINO e SAUER, 2019), apresenta uma série de entraves e equívocos na sua execução criando, ainda que ocasionalmente, verdadeiros fracassos que não atendem a proposta de desenvolvimento social (SPAROVEK, 2003). Situações de precariedade e dificuldades, como a criação de assentamentos em locais de difícil acesso ou mesmo em imóveis com solos altamente degradados, alimentam leituras que negam a necessidade de uma reforma agrária como uma ação estruturante e condenam a política realizada de implantação de assentamentos. Tais posições infelizmente têm ganho respaldo na sociedade em geral, especialmente após 2016.

Nas disputas por recursos públicos e direcionamento de políticas, diversas manifestações na mídia caracterizam os assentamentos como favelas rurais (O ESTADO, 2013), com acusações de baixa produção (NUBLAT, 2009), partindo de atores sociais de diferentes posições no campo político. Ainda que pontualmente, o mesmo tipo de afirmação ocorre em espaços acadêmicos, a partir da análise de situações específicas, utilizadas equivocadamente para caracterizar essa política de abrangência nacional e com mais de trinta e cinco anos de duração (MELLO, 2012; SILVEIRA, 2008).

Para uma melhor compreensão, a realidade dos assentamentos deve ser lida dentro da sua complexidade e especificidades, apresentando visões suficientemente amplas sobre a viabilidade de uma política de reforma agrária (MATTEI, 2017; DELGADO, 2017). Estudos sobre a pertinência ou atualidade da reforma agrária, com levantamentos de abrangência nacional, ganham maior relevância, especialmente diante da paralisação completa das políticas governamentais e captura do INCRA por setores ruralistas (LEITE, TUBINO e SAUER, 2019). Apesar de existir um bom número de teses, estudos e pesquisas acadêmicas sobre as condições de vida em assentamentos, as informações, em geral, vêm de pesquisas locais (PEREIRA, 2005; PRANDO, 2011; MERCADANTE e ALMEIDA, 2019), microrregionais (FERREIRA, SILVA e ANTUNIASSI, 1999; MAZZINI, MARTIN e FERNANDES, 2007; FERRANTE, BARONE e ALMEIDA, 2010; CARVALHO, 2013; POLLNOW, CALDAS e SPERLING, 2020) ou, quando muito, de caráter regional (FERRANTE e BERGAMASCO, 1995; LEITE, HEREDIA e MEDEIROS, 2004; IPEA, 2013; MAIA, KHAN e SOUSA, 2013).

Poucos estudos analisaram, em escala mais ampla, o impacto das políticas de criação de assentamentos (acesso à terra, combinado com a implementação de políticas públicas) sobre as condições de vida das famílias beneficiárias. Destacam-se os trabalhos de maior abrangência geográfica de Leite e co-autores (2004), Sparovek (2003) e Monte e

Pereira (2009). Ganha especial relevância, portanto, a aferição da situação de vida das famílias assentadas, seja para fortalecer ações de prestações de contas do Estado à sociedade, seja para contribuir com análises sobre a implantação de assentamentos e o aperfeiçoamento da política fundiária, mas especialmente para resistir ao desmantelamento de políticas públicas (MATTEI, 2017) e reivindicar a execução da reforma agrária (DELGADO, 2017; LEITE, 2017).

Este artigo identifica os fatores principais da política de implementação de assentamentos agrários (propulsores) que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das famílias por meio da análise da base de dados da “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” (PQRA), realizada em 2010 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2011). O estudo destaca convergências entre a promoção de direitos e estruturação produtiva, enfatizando a avaliação das condições de vida pelas próprias famílias assentadas e procura colocar em diálogo a percepção das famílias assentadas sobre o seu desenvolvimento socioeconômico (o que pensam sobre suas condições de vida), o tempo de criação do assentamento e a pertinência dos mecanismos de promoção de direitos e estruturação produtiva (acesso a crédito, utilização de práticas agrícolas específicas etc.), executados no escopo da política de implantação de assentamentos pelo Governo Federal. Considerando as percepções das famílias assentadas, a intenção é debater o disseminado argumento de que os assentamentos são territórios de fracasso ou sem condições de desenvolvimento (FERNANDES, 2008; 2016; LEITE, 2017).

Além dessa introdução, o artigo apresenta três outras seções. A subsequente com os materiais e métodos empregados no estudo, seguida pelos os resultados obtidos em diferentes escalas e suas análises. Por fim, nas considerações finais são apontados elementos síntese deste trabalho, além de ressalvas na inferência dos resultados obtidos.

Materiais e métodos

Referendar as políticas de reforma agrária exige também disputar o sentido de sua existência ou atualidade (FERNANDES, 2016; 2017; LEITE, 2017). Exige disputar novas particularidades, ou simplesmente rechaçá-las (DELGADO, 2017; MATTEI, 2017). Para tanto, é corriqueiro o uso de levantamentos, de diversos níveis de embasamento e recortes metodológicos, sobre a situação dos assentamentos de reforma agrária. Nesta análise, foram utilizados os dados da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA), realizada em 2010. O objetivo do estudo do INCRA foi obter e sistematizar dados relacionados à situação social e econômica dos projetos

de assentamento em nível nacional (INCRA, 2011), privilegiando uma abordagem a partir da percepção dos sujeitos.¹

O universo amostral da PQRA foi composto tendo como base 804.867 famílias, assentadas entre os anos de 1985 e 2008, em projetos localizados em todo o território brasileiro. Os dados amostrais foram obtidos por meio da aplicação de questionários junto a 16.147 famílias de 1.164 assentamentos, localizados nas 27 unidades federativas. A PQRA coletou dados relativos à produção, infraestrutura, renda, educação, saúde e recursos naturais dos assentamentos (INCRA, 2011). A distribuição dos questionários aplicados encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição dos questionários aplicados por quantidade de famílias, assentamentos, região e período de criação dos assentamentos.

Região	1985-1994	1995-2003	2004-2008	Total Geral
	Famílias (Assentamentos)	Famílias (Assentamentos)	Famílias (Assentamentos)	Famílias (Assentamentos)
Norte	1.288 (50)	1.963 (82)	1.678 (82)	4.929 (214)
Nordeste	984 (100)	2.131 (155)	2.197 (174)	5.312 (429)
Centro-Oeste	346 (40)	744 (65)	786 (64)	1.876 (169)
Sudeste	660 (47)	1.054 (77)	783 (71)	2.497 (195)
Sul	536 (49)	671 (70)	326 (38)	1.533 (157)
Brasil	3.814 (286)	6.563 (449)	5.770 (429)	16.147 (1.164)

Fonte: Base de dados da PQRA (Incra, 2011) – Elaboração própria.

A análise dos dados da PQRA neste texto empregou métodos estatísticos de análise multivariada, mais especificamente a regressão logística. O método permite estudar a influência de diferentes situações de acesso a mecanismos de alavancagem produtiva e do tempo de criação dos assentamentos sobre a avaliação das famílias em relação às condições de renda, buscando identificar a existência de propulsores para o desenvolvimento (KRZANOWSKI, 1988).

De posse da base de dados da PQRA (INCRA, 2011), foi gerada uma planilha em que variáveis que tinham respostas múltiplas foram transformadas em variáveis *dummy* (as variáveis utilizadas estão no Apêndice I). Foi mantida a condição multicategórica da variável relacionada à fase etária (ano de criação) do assentamento (1985-1994; 1995-2003; 2004-2008) estabelecida pela PQRA.² Em relação às respostas sobre renda, as respostas “muito melhor” e “melhor” à situação anterior ao assentamento foram agregadas e transformadas em resultado positivo (grupo A). As respostas “igual”, “pior” e “muito pior” à situação anterior foram

¹ A pesquisa foi motivada pela divulgação de informações, em 2009, com base em relatório do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) (NUBLAT, 2009), encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmando a situação precária dos assentamentos e a inviabilidade da reforma agrária no Brasil sobre assentamentos.

² As últimas quatro décadas, tomando como início o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, pode ser classificado em três períodos: 1985-1994, 1995-2003 e 2004-2008.

agregadas e transformadas em resultado nulo (grupo B). Da mesma forma, o período histórico em que o assentamento foi criado (1985-1994; 1995-2003; 2004-2008) gerou uma nova variável temporal.

A escolha da variável subjetiva (e dependente) foi baseada na importância da avaliação da renda como possível indicador para a percepção de desenvolvimento e melhoria de vida das pessoas entrevistadas. Com base em autores como Polanyi e Sen, inclusive para defender a pertinência de políticas fundiárias abrangentes como parte constitutiva do desenvolvimento, Leite (2017, p. 53) afirma que o desenvolvimento rural deve ser compreendido “[...] como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade”, cabendo ao Estado ações e políticas para melhorar as condições de vida e trabalho como preservar a natureza no campo brasileiro. Portanto, o desenvolvimento deve ter abordagem multidimensional – nos termos de Amartya Sen (2000) –, mas a variável de satisfação em relação à renda pode ser considerada como fator mensurável principal. A geração de renda e a sua distribuição não são os únicos fatores analíticos considerados, mas não seria possível discutir o desenvolvimento das famílias sem considerar as possibilidades de acesso à renda, inclusive considerando os dados disponibilizados.

A escolha das variáveis objetivas foi baseada nas possíveis relações com a obtenção e/ou melhoria de renda, limitadas ao tempo de existência do assentamento. Esta escolha se deu em quatro eixos principais: (i) acesso a capital; (ii) utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra; (iii) existência de cooperação ou associação e, (iv) estratégias de comercialização.

As variáveis que apresentaram efeito significativo nacionalmente (*p-value* menor que 0,1) foram repetidas para as análises estaduais e para as cinco regiões do País. Os resultados são apresentados na forma de razões de chance (OR).

A análise dá oportunidade de avaliar o poder de discriminação de cada uma das variáveis escolhidas. Descrevendo sinteticamente a forma de interpretação dos resultados, uma razão de chance igual a 1 indica que o evento sob estudo é igualmente provável de ocorrer nos grupos A e B. Uma razão de chance maior do que 1 indica que a condição ou evento tem maior probabilidade de ocorrer no grupo A, enquanto que uma razão de chance menor do que 1 indica o inverso.

Outros estudos voltados à identificação de fatores de satisfação já utilizaram a regressão para caracterizar elementos preditores em diversas áreas do conhecimento. Em especial, a razão de chances tem sido utilizada como uma forma de expressar os resultados em alguns tipos de ensaios clínicos, em análise de enquetes, em estudos mercadológicos e em epidemiologia, tal como em estudos caso-controle (GONÇALVES, GOUVÊA e MANTOVANI, 2013; JOIA, RUIZ e DONALISIO, 2007; PERRACINI e RAMOS, 2002; PILZ e SCHERMANN, 2007; CABRAL, 2014).

Resultados e discussão

A reflexão sobre possíveis propulsores do desenvolvimento de assentamentos se concentra na identificação de variáveis que podem impactar (positiva ou negativamente) a percepção das famílias sobre as suas novas condições de renda. As possibilidades de renda na agricultura familiar, em especial nos assentamentos de reforma agrária, são mais amplas do que as variáveis exploradas neste trabalho. Kageyama (2001) analisa as múltiplas fontes de renda das famílias no campo e conclui que as suas três principais fontes são o trabalho agrícola (55%), os trabalhos fora da agricultura (25%) e os benefícios sociais (16,6%). Ressalvados eventuais ajustes nessas proporções ocorridos nos últimos anos, verifica-se a predominância do trabalho agrícola sobre as demais fontes de renda.

A identificação dos principais fatores que viabilizam a satisfação em relação à renda é elemento fundamental para entender o processo de desenvolvimento. Sen (2000), abordando situações para diferentes realidades econômicas, geográficas e culturais, conclui que a privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades, afetando o desenvolvimento, o que justifica a opção em trabalhar com essa categoria. Em último caso, a obtenção de renda satisfatória é um dos fatores que possibilitam a permanência das famílias nos assentamentos (LEITE, HEREDIA e MEDEIROS, 2004).

Analisando os dados da PQRA, as variáveis que apresentaram nacionalmente maior efeito significativo para satisfação em relação à renda foram: (i) acesso a outras modalidades de Pronaf (OR = 1,5876); (ii) acesso ao crédito de instalação - aquisição de material de construção (OR = 1,4276); (iii) acesso ao Pronaf A (OR = 1,3748); (iv) educação ambiental (OR = 1,3217); (v) recuperação de áreas degradadas (OR = 1,3043); e (vi) perfil etário do assentamento (OR = 0,6449). Essa última variável tem o seu aspecto positivo representado pelo efeito inverso: assentamentos mais antigos têm maiores chances de ter avaliação positiva do que assentamentos criados mais recentemente. Isso se dá em função da codificação dos perfis etários 1985-1994, 1995-2003 e 2004-2008 em 1, 2 e 3, respectivamente, de forma que, na análise estatística, quanto maior o código (ou mais recente o assentamento), menor a razão de chance.

Excetuando-se, neste momento, a variável referente ao tempo de criação do assentamento, das outras cinco que tiveram resultados mais expressivos, quatro variáveis estão diretamente ligadas à existência de apoio técnico às famílias. A exceção foi o acesso ao crédito de instalação - modalidade aquisição (material de construção). Esse resultado reforça a importância do serviço de assessoria técnica, econômica e social (ATES) para o desenvolvimento socioeconômico das famílias. Infelizmente, a PQRA não levantou dados

sobre a cobertura de ATES, o que torna impossível avaliar a relação entre satisfação com a renda e ATES apesar de, como dito acima, haver uma ligação direta entre as duas.

Os resultados obtidos em análise nacional apontam a relevância do acesso a financiamentos com rebates e juros subsidiados (Pronaf A, outras modalidades de Pronaf e crédito de instalação - modalidade aquisição de material de construção). Outra questão de grande relevância é o resultado referente às práticas conservacionistas (participação em atividades de educação ambiental e recuperação de áreas degradadas), obtendo razões de chance próximos ao obtidos pelo acesso aos financiamentos citados.

Passando para uma abordagem das variáveis a partir das grandes regiões brasileiras, cabem duas considerações: (i) para além da variável afeta ao tempo de criação do assentamento, que será abordada em seguida e apresenta significância para todas as regiões, outras nove variáveis apresentaram significância em mais de uma região (Quadro 2); e (ii) grandes disparidades nos resultados podem ocorrer em função de condições específicas afetas ao desenvolvimento das forças produtivas, do comportamento dos mercados e outros fatores não identificados.

Quadro 2: Resultados de razão de chance para variáveis que apresentaram resultado de OR significativo sobre a avaliação de melhoria da renda em mais de uma região.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda					
	Brasil	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Acesso a outras modalidades de Pronaf	1,5876	1,3928	-	2,3762	1,2879	1,5542
Acesso ao crédito instalação - aquisição material de construção	1,4276	-	1,5268	-	1,4760	1,5067
Acesso ao Pronaf A	1,3748	-	1,3547	1,7365	1,2396	1,4003
Recuperação de áreas degradadas	1,3043	-	-	-	1,4594	1,7028
Atividades conjuntas de comercialização da produção	1,2415	-	1,4915	-	-	1,5072
Produção de grãos vendida para atravessador	1,2289	0,5004	1,5420	-	1,2360	1,2925
Pousio	1,1912	-	-	-	1,4526	1,1859
Acesso a crédito instalação - apoio inicial	1,1406	1,4491	0,6799	-	1,2069	1,2173
Adubação orgânica	-	-	1,4630	-	1,4285	-
Perfil etário do assentamento	0,6449	0,6515	0,7197	0,5592	0,6436	0,7001

Fonte: Base de dados da PQRA (INCRA, 2011) – Elaboração própria.

Aldrighi (2015) problematiza a existência de um único desenho de políticas para as famílias assentadas. Em tese, tanto as famílias assentadas no Pará como as de Santa Catarina deveriam ter acesso ao mesmo tipo de apoio e suporte por parte do Incra, o que na prática não acontece. Como pode ser verificado na divulgação inicial dos dados da PQRA, existem abissais diferenças na implementação das políticas nas diferentes unidades da federação (INCRA, 2011).

A análise de regressão permite aprofundar esta reflexão inicial: para além de não haver uma operacionalização similar nas diferentes unidades da federação, os impactos das ações apresentam uma amplitude de resultados que deve ser considerada.

De maneira geral, e ressalvando que os resultados obtidos são fruto de uma fotografia tirada em um momento específico, ocorre uma predição média, ainda que de composição muito variável, de desenvolvimento padrão dos assentamentos para as diferentes realidades do Brasil atendidas, estruturada na oferta de capital e no apoio técnico, conforme demonstrado no Quadro 2. Entretanto, a maior riqueza de análise não está em olhar um comportamento nacional padrão e estabelecer um receituário como um caminho para o desenvolvimento dos assentamentos em escala nacional. Para além disso, os resultados apontam para uma diferença no efeito atingido pelas diferentes variáveis apresentadas, que apontam caminhos específicos para a satisfação das famílias. Resguardada a constatação de que as famílias de assentamentos mais antigos têm maior satisfação em relação à renda, para todas as regiões com resultados muito próximos,³ as demais variáveis de maneira geral apresentam oscilações. Esse fato tende a ser amplificado pelos diferentes contextos, histórias de vida e estímulos emanados pelos numerosos fatores com ação direta e indireta sobre as perspectivas de vida das famílias assentadas em cada região, em especial os fatores econômicos. É preciso estipular políticas específicas para atingir condições de vidas satisfatórias em diferentes contextos, obtendo-se assim maior efetividade na execução de políticas públicas.

Ao recuar mais um degrau na escala de análise foram obtidos resultados por unidade da federação. Restringindo arbitrariamente as que apresentaram valores de OR iguais ou maiores que 1,5 ou iguais ou menores que 0,5, constata-se a amplitude de variáveis com resultados positivos e resultados diferentes dentro e entre regiões. Em sequência, são apresentadas todas as condições e resultados maiores que 1,5 e os respectivos valores.

³ Em sequência, são apresentados os valores de ORs, obtidos para a variável perfil etário do assentamento (1985-1994; 1995-2003; 2004-2008), considerando o Brasil e Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, respectivamente, 0,6449; 0,6515; 0,7197; 0,5592; 0,6436; 0,7001.

Quadro 3: Rol de variáveis dependentes relacionadas ao acesso a capital e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Acesso ao crédito instalação - apoio inicial	RS (2,3114) PR (5,4455)	-	-	PI (1,6090) PE (1,7635)	AM (1,8205)
Acesso ao crédito instalação - aquisição material de construção	SC (2,2697)	MG (1,8514) RJ (1,7057)	-	MA (1,9002) CE (3,7545) BA (1,6862) RN (2,7816)	-
Acesso ao crédito instalação - recuperação material de construção	-	RJ (2,2609)	-	AL (2,6186)	AC (0,2943) TO (0,4974) RO (3,3482)
Acesso ao crédito instalação - fomento	-	-	-	-	AP (1,7755)
Acesso ao crédito instalação - apoio semiárido	-	-	-	AL (1,7951)	-
Acesso ao crédito instalação - reestruturação da produção	-	-	-	-	TO (0,3742)
Acesso ao Pronaf A	-	-	MT (2,9649)	PI (4,7368)	TO (2,3491)
Acesso ao Pronaf A/C	-	-	-	RN (6,0802) MA (2,7024)	TO (3,9638)
Acesso a outras modalidades de Pronaf	-	ES (2,3270)	GO (2,3270) MT (11,7520)	-	PA (1,9540)
Financiamento de fontes diversas, exceto Pronaf	-	-	-	BA (2,6917) PI (2,0889)	TO (2,2306)

Fonte: Base de dados da PQRA (INCRA, 2011) – Elaboração própria.

Entre os principais mecanismos de acesso a capital, destaca-se o crédito para aquisição de material de construção, tanto pela frequência obtida quanto pelo peso deste na satisfação das famílias, conforme resultados atingidos nas regressões nas escalas estaduais, regionais ou nacional. Apesar de não ser um crédito de produção, a família deixa de investir na construção da casa para investir em mais produção, lazer ou bens de consumo. Não foram encontrados estudos na literatura analisando os impactos das diversas modalidades de crédito de instalação na satisfação das famílias residentes em assentamentos ou em suas condições de vida.

Com exceção do crédito de instalação na modalidade apoio à mulher, as demais modalidades apresentaram resultados significativos em, pelo menos, uma unidade federativa, demonstrando a importância dessa modalidade de financiamento para dar condições de instalação e consequente estratégia de desenvolvimento das famílias assentadas.

Os resultados de OR inferiores a 1,0 obtidos para as modalidades fomento e adicional fomento estão em desacordo com os resultados encontrados para os demais mecanismos de apoio à produção. Algumas hipóteses podem ser lançadas para serem exploradas por eventuais estudos posteriores: (i) em função da discricionariedade de gestores regionais do Incra, pode ter sido dada prioridade ao público em pior situação de renda para receber acesso a estas modalidades de crédito; (ii) elevada expectativa de melhoria na renda em função do acesso ao crédito, que tem baixo valor (iii) desvinculação dessa modalidade, até 2013, do acesso à assistência técnica.

Em simulações realizadas visando garantir a efetividade do crédito de instalação na modalidade fomento, para garantir 80% da cesta alimentar de uma família média de quatro indivíduos, o custo médio de implantação de sistemas de produção girava em torno de R\$ 5.200 em 2013. Com isso se justifica que tal modalidade deveria ser tratada como subvenção com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias e não como crédito. Outro fator a ser considerado, em especial quando se trata dos financiamentos, é a qualidade da elaboração dos projetos técnicos e do apoio técnico prestado na execução dos projetos, variável de difícil mensuração para análises mais globais.

As três variáveis que captaram o acesso às diferentes modalidades de Pronaf apresentaram resultados nacionais significativos. Não foi objetivo deste estudo realizar inferências sobre a relação entre os sistemas de produção e a satisfação em relação à renda. Porém, os resultados obtidos estadualmente, especialmente para as modalidades de custeio do Pronaf, indicam que os maiores resultados positivos de satisfação podem estar ligados a cultivos específicos, o que necessitaria ser aprofundado por estudos complementares. O peso do financiamento de fontes diversas obtido nacionalmente e nos estados da Bahia, Piauí e Tocantins indicam que as famílias assentadas estão obtendo financiamento fora do sistema bancário oficial, provavelmente com atravessadores ou com o complexo agroindustrial mediante operações do tipo *barter*.

Diferentemente do que ocorre com as diversas modalidades de crédito de instalação, existe uma gama variada de estudos, em diferentes áreas do conhecimento, que analisam as modalidades do Pronaf referentes à satisfação de agricultores (CORONEL et al., 2008), à especialização da produção (COSTA e GONÇALVES, 2012), à produtividade (KAGEYAMA, 2003; SANTOS e BRAGA, 2013), à renda (GOMES et al., 2012; DAMASCENO, KHAN e LIMA, 2011; MAGALHÃES et al., 2006) e ao desenho normativo (AQUINO e SCHNEIDER, 2010; MATTEI, 2015). O efeito do acesso ao Pronaf é tema que gera divergências na comunidade acadêmica. O debate dos efeitos do Pronaf sobre agricultura familiar foi tema central que movimentou as discussões sobre crédito nos anos 2000. Esse debate permanece residualmente até os dias atuais. Guanzioli (2007) sintetizou dez anos de execução do Pronaf, analisando a distribuição regional dos recursos e os custos para o Tesouro. Além

disso, apresentou uma síntese de 13 avaliações realizadas por outros autores que, em suma, questionaram os resultados obtidos pelo Pronaf. Bianchini (2016) realizou um balanço dos vinte anos de execução do Pronaf reforçando a necessidade de adequar o Pronaf à diversidade regional dos agricultores familiares em suas diferentes tipologias.

Mattei (2011), analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006 para o estado de Santa Catarina, concluiu que a agricultura familiar apresentou em todos indicadores um desempenho extraordinariamente positivo. Isto revela que o seu potencial produtivo é o maior responsável pela dinamização do setor agropecuário catarinense. Magalhães et al. (2006), analisando a eficácia do Pronaf em Pernambuco, encontrou impactos muito reduzidos e até negativos, em alguns casos, para a renda e a produtividade do trabalho. Isto reforça que existem peculiaridades no processo de execução dos créditos e que o mero aporte de recursos não acarreta um processo linear de desenvolvimento.

Quadro 4: Rol de variáveis dependentes relacionadas a práticas conservacionistas de uso da terra e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Adubação verde	SC (4,0605)	-	-	-	-
Rotação de culturas	-	-	-	AL (2,9533)	-
Consórcio de culturas	-	-	-	SE (2,1952)	-
Recuperação de áreas	-	-	-	PB (0,1657) MA (1,5897)	RO (2,7637)
Adubação orgânica	SC (1,8482)	-	-	BA (1,5276) PB (1,6736) PE (2,0415)	-
Controle alternativo de pragas e doenças	-	-	-	PB (2,4519)	RO (2,3551) RR (0,3677)
Sistema agroflorestal	-	-	-	-	RO (0,2921)
Educação ambiental	-	-	-	SE (3,3813)	-
Pousio	-	-	-	CE (1,5585) PE (2,4805)	AP (4,8422)

Fonte: base de dados da PQRA (Incra, 2011) – elaboração própria.

Sobre a utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra, destacam-se nacionalmente os resultados obtidos com a educação ambiental (OR = 1,3217) e a recuperação de áreas degradadas (OR = 1,3043), além das práticas de pousio (OR = 1,1912) e rotação de culturas (1,1462). Saltam aos olhos também os resultados positivos para OR obtidos em algumas unidades da federação quanto ao uso de adubação verde (SC 4,0605; PR 2,5165) e à adubação orgânica (SC 1,8482; MG 1,4247; BA 1,5276; PB 1,6736; PE 2,0415, Nordeste 1,4285), ao consórcio de culturas (SE 2,1952) e ao controle alternativo de pragas e doenças (PB 2,4519, RO 2,3551), ainda que existam pontualmente resultados contraditórios (adubação verde na BA 0,6269; consórcio de culturas na Região Sudeste 0,8091; recuperação de áreas degradadas na PB 0,1657; adubação orgânica no Maranhão

0,5057; controle alternativo de pragas e doenças em Roraima 0,3677; cultivo de agroflorestas em RO 0,2921). Os resultados sinalizam os potenciais positivos de construção de modelos de produção agropecuários estruturados em bases orgânicas ou na agroecologia.

Quadro 5: Rol de variáveis dependentes relacionadas com cooperação ou associação e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Participação frequente em reuniões da associação ou cooperativa	-	MG (1,6259)	-	-	AC (1,8309)
Atividades conjuntas de aquisição de produtos para produção	-	-	-	AL (0,2279)	AM (3,2158)
Atividades conjuntas de comercialização da produção	-	-	-	-	AM (2,7281) PA (2,5002)

Fonte: base de dados da PQRA (Inkra, 2011) – Elaboração própria.

As análises realizadas não apontam resultados significativos nacionalmente sobre a relação da satisfação com a renda e a existência de cooperação ou associação na produção ou com a participação de membros das famílias em associações e/ou cooperativas. A exceção foi a comercialização conjunta da produção, que se repete nas regiões Sudeste e Norte, além dos estados do Amazonas e Pará.

Quadro 6: Rol de variáveis dependentes relacionadas com aspectos de comercialização e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Produção de grãos prioritariamente vendida para o mercado institucional	-	MG (0,1549)	-	-	-
Produção de grãos prioritariamente vendida para atravessadores	PR (0,3344)	ES (4,5150)	GO (4,5150)	PB (2,4768) MA (1,8072)	AP (3,3897) RO (2,2349)
Produção de frutas prioritariamente vendida para atravessadores	-	-	-	-	AC (2,3328)
Materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos para atravessadores	-	-	-	-	RR (0,2680)
Produção animal prioritariamente vendida para atravessadores	-	MG (2,0021)	-	-	-
Produção de grãos prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	-	PB (3,1295)	-

Produção de hortaliças prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	MT (0,2592)	BA (3,7941)	-
Produção de frutas prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	ES (3,4385)	GO (3,4385)	-	AM (2,3837)
Materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos diretamente para consumidores	-	-	-	PB (0,2643) PE (0,0687)	AP (2,9114)
Produção animal prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	-	PB (2,4705)	AP (3,6961)
Produção agroindustrial prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	-	AL (2,7765) SE (8,2629)	AM (1,8613) AP (1,6057)

Fonte: base de dados da PQRA (Incra, 2011) – elaboração própria.

Os mecanismos públicos de comercialização institucional ainda interferem pouco na satisfação em relação à renda de acordo com os dados obtidos na pesquisa. Existem estudos que ressaltam a importância dos mercados institucionais nos assentamentos (CAMARGO et al. 2013; MARQUES, MOAL e ANDRADE, 2014). Mas, dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento apontam que, em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a participação em números absolutos vem diminuindo. Enquanto em 2012 o PAA estava presente em 31,6% dos assentamentos, percentual que reduziu para 18,9 em 2013 e 13,5 em 2014.

Infelizmente, houve uma diminuição na alocação de recursos orçamentários e execução de políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária após o levantamento de informações da PQRA. Nos anos subsequentes, particularmente no início do segundo mandato da presidenta Dilma (2014-2016), houve diminuição de recursos orçamentários, por exemplo, na criação de novos assentamentos (ver Fernandes, 2017; Delgado, 2017). Em consequência do impeachment em 2016, os Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-em vigência) não só paralisaram as atividades fundiárias, como esvaziaram políticas públicas e reverteram conquistas históricas (LEITE, TUBINO e SAUER, 2019). Essas ações governamentais se constituem em constantes ameaças a direitos conquistados, mas não invalidam os dados obtidos em 2010, que demonstram avanços e perspectivas de desenvolvimento nos projetos de assentamentos (FERNANDES, 2017; LEITE, 2017).

Assim como identificado por Leite, Heredia e Medeiros (2004), os atravessadores têm peso significativo no processo de comercialização nos assentamentos, em especial na cadeia de grãos. Porém, cabe enaltecer os resultados encontrados para os mecanismos de comercialização direta, destacando as cadeias curtas de comercialização. Há tempo são

apresentadas restrições das produções dos assentamentos à inserção nos mercados. Essa posição de baseia no argumento de que pequenos produtores isolados dificilmente são capazes de atingir escala de produção suficiente para realizar transações comerciais rentáveis. A ação em conjunto, em termos práticos, seria capaz de reduzir custos de comercialização, atingir regularidade de oferta e viabilizar a capacidade de negociação de preços, resultando em vantagens competitivas.

As políticas públicas direcionadas ao processamento e à comercialização dos produtos da agricultura familiar, incluindo, neste caso, as direcionadas aos assentamentos, evidenciam oportunidades históricas muito bem determinadas no tempo e no espaço. Uma das primeiras foi o extinto Procefa. Mais recentemente as oportunidades estiveram presentes no Programa Terra Sol, criado pelo Incra em 2004 para estimular a agroindustrialização e a comercialização por meio da gestão e implantação de agroindústrias, com recursos até 2013, obtendo suplementações sucessivas em 2014 e 2015 e abandonadas a partir de 2016, e no Pronaf Agroindústria, modalidade criada em 1998 que possibilita a realização de investimentos visando beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização, com baixíssimos índices de aplicação (ALVES, 2014).

Se, por um lado, a diversificação produtiva constitui uma das características positivas da agricultura familiar, entendida por alguns autores como estratégia desenvolvida para assegurar rentabilidade para a família, por outro lado cria dificuldades para o processo de comercialização e para a inserção regular nos canais de comercialização. Tais dificuldades devem-se à baixa escala, à falta de regularidade na oferta da produção e à falta de padronizações do produto final.

Os sistemas produtivos dos assentamentos estão associados ao setor agropecuário, cuja atividade principal diz respeito ao cultivo do solo para a produção de vegetais (legumes, hortaliças, sementes, frutos, cereais etc.) e/ou à criação de animais (bovino, suíno, frangos, e derivados como leite, queijo, ovos e mel etc.). Em grande medida estão associados também à produção de panificados ou aos produtos que tiveram algum grau de processamento mínimo como: derivados do leite, polpas de frutas, doces, mel, embutidos etc. O produtor isolado, com dificuldade no acesso aos mercados, em certas ocasiões, entrega a sua produção a um intermediário, por um preço mais baixo, deixando de se apropriar de uma margem de renda que poderia obter se vendesse diretamente para o consumidor. As formas tradicionais de comercialização, baseadas em relacionamento individual com intermediários (dotados de infraestrutura de comercialização) são fatores responsáveis pela baixa renda das atividades na agricultura familiar (RANGEL, 2012).

A maioria das transações envolvendo os produtores familiares e canais de venda (como quitandas, varejões, feiras, intermediários) se realiza no livre mercado, no qual preço, quantidade, pagamento e entrega são definidos no momento e a transação não se prolonga

no tempo. São comuns também transações via contratos informais, baseados em confiança, contratos formais e parceria.

A inserção da produção dos agricultores beneficiários das políticas de criação de assentamentos nos mercados e a remoção dos gargalos no escoamento da produção são os principais desafios para o pleno desenvolvimento dos assentamentos rurais (BETANHO e EID, 2008). Permanece a importância de pesquisas e estudos sobre os mercados de comercialização dos produtos. Isso irá auxiliar o aperfeiçoamento, tanto da ação pública quanto das decisões dos produtores, individuais e coletivas.

Com os resultados obtidos pela regressão logística pode-se simular cenários de satisfação em função das especificidades locais. Para além da apresentação de uma situação específica, ressalta-se o resultado díspar das mesmas ações realizadas em diferentes regiões, para famílias em projetos de assentamento de diferentes perfis etários, conforme pode-se observar no Quadro 7, onde foram comparadas, com a situação anterior, quinze situações hipotéticas em que haja, cumulativamente, acesso Pronaf A e outra modalidades de Pronaf, créditos de instalação nas modalidades apoio inicial e aquisição material de construção, atividades conjuntas de aquisição de insumos e comercialização da produção, além de práticas de adubação verde e adubação orgânica.

Quadro 7: Chances de satisfação em relação à renda para diferentes regiões e perfis etários.

Perfil Etário	Região				
	Norte	Nordeste	Centro- Oeste	Sudeste	Sul
1985-1994	66,80%	55,14%	35,28%	81,98%	53,43%
1995-2003	58,48%	44,17%	23,36%	76,61%	42,78%
2004-2008	49,65%	33,75%	14,56%	70,21%	32,75%

Fonte: base de dados da PQRA (Incra, 2011) – elaboração própria.

Os resultados obtidos na simulação apontam resultados muito dispares, embora sempre positivos, para a o mesmo pacote de políticas, o que aponta a relevância da realização de estudos a partir das realidades antes da implementação de políticas.

Considerações Finais

Compreender a importância e o efeito de cada um dos fatores relacionados com a satisfação em relação à renda é essencial para entender os processos de desenvolvimento nos assentamentos, possibilitando inclusive a criação de ferramentas que modulem a execução de políticas públicas com foco no aumento da eficiência na identificação das melhores ações governamentais. Neste trabalho foi possível demonstrar, ao mesmo tempo, a capacidade dos instrumentos em alavancar esse processo, apresentando especificidades

regionais que podem ser exploradas para otimizar o bem estar das famílias residentes nos assentamentos. Os principais achados desta pesquisa estão relacionados ao impacto das políticas de apoio técnico, habitação e a relevância do fator tempo no aumento da satisfação das famílias.

Apesar do desmantelamento atual derivado da tentativa de esvaziamento da CF 88, as conclusões demonstram a importância das políticas fundiárias.

Como limitantes à pesquisa realizada, ressalva-se que os dados não permitem discriminar o peso dos fatores de produção terra e força de trabalho na satisfação das famílias. Além disso, cada ponto de vista registrado é resultado de bagagens, experiências, sonhos e expectativas únicas e que podem variar com o tempo. Os resultados devem ser interpretados como indicativos. A opção do olhar principal sobre a renda dos assentados – que, em certa medida, é uma visão limitada a um fator, se deve ao fato de que, na pesquisa realizada pelo Incra e analisada neste trabalho, o elemento renda era um dos fios condutores do debate.

Entretanto, tais limitações são secundárias dado o ineditismo tanto do método de análise dos dados em relação ao diálogo entre fatores subjetivos e objetivos da vida das famílias assentadas, quanto pela abrangência da amostra obtida.

Referências

ALDRIGHI, C. F. S. **Contribuição crítica à política de ater do Incra para assentamentos de reforma agrária**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. 2015.

ALVES, M. O. **Informe Rural ETENE**, v.8, n. 1, p. 1-19, 2014.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *In: Anais do 8º Congresso Latino-americano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas, PE. 2010.

BETANHO, C.; EID, F. Desafios do processo de realização da mercadoria em assentamentos de reforma agrária de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. **Revista ABET**, v. 7, n. 2, p. 118-137, 2008.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BUAINAIN, A. M. Reforma agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil. *In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008, p. 17-128.

CABRAL, C. I. S. **Aplicação do Modelo de Regressão Logística num Estudo de Mercado**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2014.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R.S. Programa de aquisição de alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, estado de São Paulo. **Informações econômicas**, v. 43, n. 1, p. 18-28, 2013.

CARVALHO, L. H. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária.** Franca, 2013, 228f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

Tese de doutorado). Universidade do Estado de São Paulo, Franca, Brasil, 2013.

CORONEL, D. A.; SONAGLIO, C. M.; ANGELO, H. D.; ZAMBERLAN, C. O.; SILVA, A. F. Pronaf a salvação da lavoura ou problema? Uma análise do nível de satisfação dos produtores. *In: Anais do 46º Congresso da SOBER.* Rio Branco, AC. 2008

COSTA, V. G.; GONÇALVES, A. F. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Revista Aval**, v. 1, n. 9, p. 93-108, 2012.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 1, p. 129-156, 2011.

DELGADO, G. A questão agrária hoje. *In: MATTEI, L. Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas.* Florianópolis: Ed. Insular, 2017, p. 93-108.

FERNANDES, B. M. Questões teóricas e políticas de um governo em disputa: A reforma agrária no Governo Dilma. *In: MATTEI, L. Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas,* Florianópolis: Ed. Insular, 2017, p. 247-267.

FERNANDES, B. M. A importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento do Brasil. *In: DIMENSTEIN, M. et al. (orgs.). Condições de vida e saúde mental em contextos rurais.* São Paulo: Intermeios, 2016, p. 19-44.

FERNANDES, B. M. Conflituosidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Ed. Unicamp, 2008, p. 173-230.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L. M. M. C. Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, v. 11, p. 9-21, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo.** Araraquara: UNESP, 1995

FERREIRA, A. D. F.; SILVA, C. P.; ANTUNIASSI, M. H. Assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil: organização da produção agrícola, condições de vida e sustentabilidade. **Cadernos CERU**, v. 2, n. 10, p. 135-172, 1999.

GOMES, G.; KALESKI, D. W.; CUNHA, P. R.; TOLEDO FILHO, J. R. Avaliação das contribuições do programa de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf e a melhoria da renda familiar dos piscicultores de Blumenau, Santa Catarina. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 84, p. 21-31, 2012.

GONÇALVES, E. B.; GOUVÊA, M. A.; MANTOVANI, D. M. N. Análise de risco de crédito com o uso de regressão logística. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n.20, p. 139-160, 2013.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Base de dados da Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil**. [s.l.]: [s.n.], 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Brasília: IPEA, 2013.

JOIA, L. C.; RUIZ, T.; DONALISIO, M. R. Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, p. 131-138, 2007.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, A. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

KRZANOWSKI, W. J. **Principles of multivariate analysis**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

LEITE, A. Z. **Estudo da política de implementação de assentamentos com foco no desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2016.

LEITE, A. Z. A paralisação da criação de assentamentos de reforma agrária e da homologação de famílias. **Boletim Dataluta**, n. 136, p. 2-7, 2019.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2019, p. 171-190.

LEITE, S.P. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barracloch, Furtado, Hirschman e Sen. In: MATTEI, L. **Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas**. Florianópolis: Ed. Insular, 2017, p. 37-67.

LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA e NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO, R.; DIAS, F. M.; BARROS, A. R. A experiência recente do Pronaf em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 57-74, 2006.

MAIA, G. S.; KHAN, A. S.; SOUSA, E. P. Avaliação do impacto do programa de reforma agrária federal no Ceará: um estudo de caso. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 379-398, 2013.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo. **Ruris**, v. 8, n. 1, p. 63-89, 2014.

MATTEI, L. Por uma nova política de financiamento para os assentados dos programas agrários. **Artigos Oppa**, n. 39, p. 1-4, 2011.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015.

MATTEI, L. Dilemas da reforma agrária brasileira. In: MATTEI, L. **Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas**, Florianópolis, Ed. Insular, 2017, p. 21-36.

MAZZINI, E. J. T.; MARTIN, E. S.; FERNANDES, B. M. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional. **Formação**, v. 1, n. 14, p. 56-66, 2007.

MELLO, P. F. Reforma agrária brasileira: uma análise da brokerage. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 2, p. 430-450, 2012.

MERCADANTE, P. T. M.; ALMEIDA, R. A. Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no Assentamento 20 de março em Três lagoas/MS. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MONTE, P. A.; PEREIRA, A. E. S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 4, p. 1023-1040, 2009.

NUBLAT, J. **Pesquisa revela produção baixa de assentados**. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200910.htm>. Acesso em 12 set 2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Opinião: As 'quase favelas rurais'**. 2013. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,as-quase-favelas-rurais-imp-,998260>. Acesso em 12 set 2020.

PEREIRA, C. C. **"Devo não nego, pago quando puder"**: entendendo a inadimplência no assentamento rural Casas Altas, Seropédica (RJ). (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil, 2005.

PERRACINI, M. R.; RAMOS, L.R. Fatores associados a quedas em uma coorte de idosos residentes na comunidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 709-716, 2002.

PILZ, E. M. L.; SCHERMANN, L. B. Determinantes biológicos e ambientais no desenvolvimento neuropsicomotor em uma amostra de crianças de Canoas/RS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 181-190, 2007.

POLLNOW, G. E.; CALDAS, N. V.; SPERLING, D. R. O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 260-278, 2020.

PRANDO, A. **Políticas públicas para assentamentos de sem-terra: o caso do assentamento Perseverança em Marmeleiro-PR**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Brasil, 2011.

RANGEL, I. **Obras reunidas** (Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012.

REIS, C. V. S.; MOREIRA, T. B. S.; VILPOUX, O. F. Fatores que Afetam a Eficiência Técnica de Produção em Assentamentos Rurais: fronteira estocástica e Two-Limit Tobit. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 3, p. 411-424, 2018.

SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 299-324, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, J. M. F. J. Prefácio. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, Ed. Unicamp, 2008, p.9-16.

SPAROVEK, G. (Org.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

**Apêndice I: Variáveis objetivas escolhidas para a realização de regressão logística
com a variável subjetiva satisfação em relação à renda.**

Categoria	Variável	Descrição
acesso a capital	X ₃	recebimento de crédito apoio inicial pelo Incra;
acesso a capital	X ₄	recebimento de crédito apoio para aquisição de material de construção pelo Incra;
acesso a capital	X ₅	recebimento de crédito apoio para recuperação de habitação pelo Incra
acesso a capital	X ₆	recebimento de crédito apoio mulher pelo Incra
acesso a capital	X ₇	recebimento de crédito apoio fomento pelo Incra
acesso a capital	X ₈	recebimento de crédito apoio adicional fomento pelo Incra
acesso a capital	X ₉	recebimento de crédito apoio semiárido pelo Incra
acesso a capital	X ₁₀	recebimento de crédito apoio reabilitação ao Proceca pelo Incra
acesso a capital	X ₁₃	recebimento de financiamento na modalidade Pronaf A
acesso a capital	X ₁₄	recebimento de financiamento na modalidade Pronaf A/C
acesso a capital	X ₁₅	recebimento de financiamento no Pronaf outras linhas
acesso a capital	X ₁₆	recebimento de financiamento de fontes diversas
estratégias de comercialização	X ₂₉	produção de grãos prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₀	produção de hortaliças prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₁	produção de frutas prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₂	materiais de reflorestamento prioritariamente vendidos para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₃	materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₄	produção animal prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₅	produção agroindustrial prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₆	produção de grãos prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X ₃₇	produção de hortaliças prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X ₃₈	produção de frutas prioritariamente vendida para atravessadores

estratégias de comercialização	X39	materiais de reflorestamento prioritariamente vendidos para atravessadores
estratégias de comercialização	X40	materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos para atravessadores
estratégias de comercialização	X41	produção animal prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X42	produção agroindustrial prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X43	produção de grãos prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X44	produção de hortaliças prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X45	produção de frutas prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X46	materiais de reflorestamento prioritariamente vendidos diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X47	materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X48	produção animal prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X49	produção agroindustrial prioritariamente vendida diretamente para consumidores
existência de cooperação ou associação	X1	participação de algum membro da residência em associação ou cooperativa;
existência de cooperação ou associação	X2	participação frequente de algum membro da residência em associação ou cooperativa;
existência de cooperação ou associação	X11	comercialização da produção realizada em conjunto com outros assentados;
existência de cooperação ou associação	X12	aquisição de sementes, fertilizantes e outros produtos para produção realizada em conjunto com outros assentados;
existência de cooperação ou associação	X50	produção no lote desenvolvida de forma coletiva/comunitária
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X17	realização de práticas conservacionistas: adubação verde
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X18	realização de práticas conservacionistas: curvas de nível
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X19	realização de práticas conservacionistas: rotação de culturas
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X20	realização de práticas conservacionistas: consórcio de culturas

utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₁	realização de práticas conservacionistas: recuperação de áreas
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₂	realização de práticas conservacionistas: adubação orgânica
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₃	Realização de práticas conservacionistas: controle alternativo de pragas e doenças
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₄	realização de práticas conservacionistas: sistema agroflorestal
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₅	realização de práticas conservacionistas: educação ambiental
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₆	realização de práticas conservacionistas: cordões de vegetação
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₇	realização de práticas conservacionistas: pousio
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₈	realização de práticas conservacionistas: outras
tempo de criação do assentamento	X ₅₁	perfil histórico de criação do assentamento

Fonte: base de dados da PQRA (INCRA, 2011) – elaboração própria.

Sobre os autores

Acácio Zuniga Leite – Graduação em Engenharia Florestal pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB). Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários da Universidade de Brasília (UnB). **OrCID** – <http://orcid.org/0000-0002-4066-0447>.

Sérgio Sauer – Graduação em Teologia pela Escola Superior de Teologia e em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás. Mestre em Filosofia da religião pela School of Mission and Theology - Faculty of Arts/University of Bergen, Noruega. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor dos Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGCDS) e Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMADER) da Universidade de Brasília (UnB). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2014-3215>.

Bruno Portela Brasileiro – Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em Recursos Genéticos Vegetais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em Genética e Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-2807-7993>.

Araê Claudinei Lombardi – Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), especialização em Agroecologia pela Universidade Internacional de Andalucia e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3918-6549>.

Como citar este artigo

LEITE, Acácio Zuniga; SAUER, Sérgio; BRASILEIRO, Bruno Portela; LOMBARDI, Araê Claudinei. Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 48-72, set.-dez., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica, foram desenvolvidas em grupo. O autor **Acácio Zuniga Leite** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e aquisição de dados; o autor **Sérgio Sauer**, pela supervisão dos trabalhos e revisão final; o autor **Bruno Portela Brasileiro**, pelo tratamento, e análise estatística dos dados; o autor **Araê Claudinei Lombardi** pelo desenvolvimento teórico-conceitual e revisão final.

Recebido para publicação em 12 de setembro de 2020.

Devolvido para a revisão em 11 de maio de 2021.

Aceito para a publicação em 23 de maio de 2021.

A legalização nefasta dos venenos no Brasil: agrotóxicos, sementes transgênicas e riscos à saúde

Raisa Maria de Sousa Regala

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: raisa.regala@unesp.br

Resumo

Parte-se do princípio da entrada do capital no campo, com o uso de agrotóxicos e das sementes transgênicas, a partir da modernização da agricultura. Esse processo sendo um dos que auxiliou a legitimação da concentração fundiária, com a expropriação, sendo desigual e excludente e altamente danosa à saúde. No Brasil, a legislação e os governantes regulam e permitem uma política de incentivo ao aumento no uso de agrotóxicos e das sementes transgênicas, os quais, por consequência, infringem num acentuado número de casos de intoxicações, câncer, problemas respiratórios, reprodutivos, endócrinos, etc. Com isso, o artigo tem como objetivo apreender o processo de modernização da agricultura brasileira, compreendendo esse a partir do uso de agrotóxicos e destacando sua tipologia e os riscos à saúde e ao ambiente. Para isso, tem-se uma abordagem quantitativa, a partir de uma leitura crítica dos dados coletados junto aos órgãos fornecedores.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; legislação; veneno; doenças.

The nocive legalization of poisons in Brazil: pesticides, transgenic seeds and health risks

Abstract

It is assumed that the entry of capital into the field, with the use of pesticides and transgenic seeds, from modernization of agriculture. This process, being one of the ones that helped to legitimize land concentration, reinforces expropriation and is harmful to health, being unequal and excluding. In Brazil, legislation and government officials regulate and allow a policy that encourages the increase in the use of pesticides and transgenic seeds, bringing an increase in poisoning, cancer, respiratory, reproductive, endocrine problems, etc. With this, the article aims to apprehend the modernization process of Brazilian agriculture, understand this from the use of pesticides and highlight its typology and the risks to health and the environment. For this, a quantitative approach is taken, based on a critical reading of the data collected from the supplying agencies.

Keywords: Rural development; legislation; poison; disease.

La legalización nociva de venenos en Brasil: pesticidas, semillas transgénicas y riesgos para la salud

Resumen

Se asume que la entrada de capital al campo, con el uso de plaguicidas y semillas transgénicas, a partir de la modernización de la agricultura. Este proceso, al ser uno de los que ayudó a legitimar la concentración de la tierra, refuerza la expropiación y es nocivo para la salud, siendo desigual y excluyente. En Brasil, la legislación y los funcionarios gubernamentales regulan y permiten una política que fomenta el aumento del uso de pesticidas y semillas transgénicas, lo que conduce a un aumento de intoxicaciones, cáncer,

problemas respiratorios, reproductivos, endocrinos, etc. Con esto, el artículo tiene como objetivo aprehender el proceso de modernización de la agricultura brasileña, entendiéndolo desde el uso de pesticidas y destacando su tipología y los riesgos para la salud y el medio ambiente. Para ello, se adopta un enfoque cuantitativo, basado en una lectura crítica de los datos recabados de las agencias proveedoras.

Palabras-clave: Desarrollo rural; legislación; veneno; enfermedad.

Introdução

*Nada nem ninguém deve se colocar
no caminho do homem armado
com o pulverizador (CARSON, 1962, p. 83)*

Esse artigo traz reflexões desenvolvidas a partir de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba¹, entre os anos de 2017 à 2019; e buscará atualizar, quando possível, os dados sobre o uso de agrotóxicos e das sementes transgênicas no Brasil. Também entenderá que o uso dessas substâncias e sementes trazem males à saúde da população e do ambiente, além de diminuir a biodiversidade pois o uso de um está intrinsecamente aliado a outra.

Tem-se como objetivo, apreender o processo de modernização da agricultura, ligados à entrada do capital no campo, a partir do uso de agrotóxicos, compreendendo como se deu a abertura uso de agrotóxicos e de aumento no decorrer dos anos, apontando as sementes transgênicas nesse processo e os males que podem trazer ao trabalhador e ao ambiente.

A entrada do capital no campo, no Brasil, se deu através do desenvolvimento rural, que no seu início esteve vinculado, principalmente, ao período da ditadura militar (1964-1985). Esse momento desenvolvimentista esteve atrelado à expansão de rodovias, construção de açudes e à industrialização da agricultura, que estava voltada para a produção de equipamentos e insumos agrícolas. Esse processo conhecido mundialmente como Revolução Verde, tinha por objetivo o desenvolvimento rural integrado (CHONCHOL, 2003). Na realidade, tratava-se da subordinação do campo ao capital (GRAZIANO DA SILVA, 1981), e que acarretou em impactos no espaço geográfico do Brasil e do mundo.

Mas por qual motivo haveria essa dependência? Esse se deu, em especial, aos créditos rurais, a partir de empréstimos e incentivos fiscais, já que os mesmos deveriam ser destinados, principalmente, a compra de insumos agrícolas e equipamentos, e nesse momento também é observado um incentivo à exportação. Assim vê-se um ciclo vicioso, onde a agricultura fica refém do capital do início ao fim do processo de produção (REGALA, 2019), além de ser tendencioso, beneficiando alguns produtos e produtores.

¹ Orientada pela Professora Emília de Rodat Fernandes Moreira e co-orientada pela Professora Martha Priscila Bezerra Pereira. Financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Deste modo, é visto que nesse período se estabelece uma produção mecanizada e dependente de insumos, que cada vez menos se precisa das condições naturais para a produção (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Além de, também, observar mudanças na forma como o trabalhador se relacionava com a terra, uma delas em relação a maneira de limpar, plantar e colher, onde o homem depende cada vez menos do que a natureza pode oferecer (ODENT, 2003; BOMBARDI, 2011).

O que se esperava foi alcançado com o aumento na produção para exportação, mas paralelamente a isso pode-se observar uma série de problemas sociais e econômicos, como a expropriação e a transformação de parte dos pequenos produtores em trabalhadores assalariados, uma concentração de terras e o avanço do agronegócio, também foi observado uma diminuição, em tamanho, das culturas de alimentos (MOREIRA, 1988; REGALA, 2019), bem como os impactos negativos na saúde do trabalhador e ao ambiente. Há um aumento nas exportações de *commodities*, mas uma necessidade de importação de culturas alimentares, já que “Consecuencia de ello es que el sector de exportaciones agrícolas primarias ha crecido con mayor rapidez que la producción para el mercado interno” (CHONCHOL, 2003, p. 215).

A produção de *commodities* também implica num aumento no uso de agrotóxicos, que pode estar intrinsecamente relacionado aos créditos rurais (LOPES e ALBUQUERQUE, 2018). De forma que em um primeiro momento se fez obrigatório a utilização de uma parcela do recurso com defensivos agrícolas, sendo desvinculada essa compulsoriedade no ano de 1982 (FUTINO e SILVEIRA, 1991). Mas, mesmo com a referida desassociação, ainda pôde ser observado um crescimento na relação agrotóxicos-créditos rurais, de “54% em 1977 para 71% em 1980, e 79% em 1981. Ou seja, no início da década de 80, cerca de 3/4 do mercado de defensivos eram financiados pelo crédito agrícola de custeio.” (FUTINO e SILVEIRA, 1991, p. 23).

O agrotóxico é um produto químico, produzido para matar, destruir, repelir, eliminar as ervas daninhas e as pragas que se entende como nocivas (BRASIL, 1989), sendo ele

providencial ao desenvolvimento das indústrias químicas e farmacêutica, através da utilização de fertilizantes sintéticos, como herbicidas, pesticidas, inseticidas, os agrotóxicos em geral, que são produtos utilizados na agricultura para matar insetos, combater doenças, pragas e plantas daninhas. Eles também são conhecidos como defensivos agrícolas ou agroquímicos (ODENT, 2003, p. 44).

Dito isso, questiona-se: quem na verdade é nocivo? Qual o limite entre matar, destruir ou eliminar uma erva daninha ou um inseto e matar o ser humano? O agronegócio sempre põe em letras garrafais e defende como a agricultura com uso de sementes transgênicas e de

agrotóxico é mais rentável e mais barata para os agricultores, mas na prática os pagamentos dos *royalties*, tornam o custo mais elevado.

Quanto as sementes transgênicas, consideradas Organismos Geneticamente Modificados (OMG) e produzidas a partir de “melhoramento” genético (EMBRAPA, 1999), relacionamo-las nesse estudo aos vários problemas acarretados para a biodiversidade, e também as inúmeras doenças, como será apresentado mais adiante (IDEC, 2014).

Por fim, dividiu-se o artigo em cinco partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira se debruça em explicar a metodologia utilizada, contendo dados e problemáticas enfrentadas sobre os agrotóxicos e as sementes transgênicas. A segunda trata dos agrotóxicos, como eles são classificados, seu grau de toxicidade e iniciais pontos de seus agravos à saúde. A terceira aborda novamente os agrotóxicos, trazendo uma discussão sobre a legislação, isenções, crescimento e permissividade. A quarta tratará das sementes transgênicas, como se deu sua inserção na agricultura brasileira e os dados sobre sua plantação. A quinta e última tratará os agravos do projeto de Industrialização da agricultura, os casos de intoxicação e dados de estudos sobre os mesmos na saúde humana. É necessário pontuar que o título de cada tópico está relacionado a ditos populares, documentários, letras de músicas ou títulos de livros.

Os dados falam

Muito se põe que a pesquisa quantitativa é próxima ao método positivista ou ao hipotético dedutivo, mas quando se traz argumentos, comentários e relações dos dados postos, podendo ter assim uma pesquisa quantitativa crítica, pois não se é utilizado os dados por si só, mas sim para se entender a realidade e tecer críticas argumentativas sobre a mesma. Quando esta está alicerçada em uma leitura bibliográfica, também crítica e que possa nos expor fundamentos que trazem uma base histórica e do presente, tendo uma pesquisa baseada no método dialético, que trará as contradições postas nessa realidade. E assim, tecer e trazer a importância das pesquisas quantitativas críticas.

É recorrente uma dificuldade na disponibilidade de dados² - de agrotóxicos e sementes transgênicas, mas após o golpe político-jurídico-parlamentar³-midiático⁴-machista⁵, em 2016, observa-se que esse acesso vem enfrentando mais impasses. É preciso compreender que quem está no governo é a bancada ruralista. E eles são os responsáveis

² Com quebra de periodicidade, acesso limitado, dados não explicados, etc.

³ Político-jurídico, por “decisão política daqueles que perderam as últimas eleições presidenciais, e não quiseram esperar até 2018 para tentar reconquistar a chefia dos poderes do Estado.” (DIAS, 2018, p. 66).

⁴ Midiático, por ser observado como a mídia influenciou a opinião, não só dos políticos, mas de grande parte da população.

⁵ Machista, pela presidente eleita em 2016 ser mulher e a forma como a mídia, os políticos e a população trataram a mesma, com palavras de baixo calão, atitudes e tentativas de silenciamento.

por organizar as leis, por fiscalizá-las e executá-las, mas nada é feito para que o projeto de expansão da produção de *commodities* não seja prejudicado.

Para isso, utilizam-se os dados coletados nos Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Nesse sentido, diante da dificuldade em acessar essas fontes que se apresentam em alguns casos desatualizadas, com quebra de periodicidade, com problemas para o entendimento e não disponibilizados abertamente, mas apenas com solicitação e entregue na forma de microdados, optamos por utilizar os dados da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

“Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve/ Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista/ Mas até hoje na verdade nunca houve/ Um desenvolvimento tão destrutivista/ É o que diz aquele que vocês não ouvem/ O cientista, essa voz, a da ciência/ Tampouco a voz da consciência os comove/ Vocês só ouvem algo por conveniência”
(Carlos Renno / Francisco Cesar Goncalves)

Com isso, os dados supracitados, vão auxiliar a compreensão sobre o uso de agrotóxico, no Brasil, e assim apreender o processo de saúde-doença, pois a realidade poderá responder às questões postas, como as doenças relacionadas ao seu uso. Laurell (1982) aponta em seus argumentos que há uma “modernização” da doença, isso sendo observado a partir das modificações ocorridas na sociedade, com isso tece sobre as relações entre a industrialização da agricultura e as várias transformações das doenças, já que há uma modificação da relação sociedade-natureza (REGALA, 2019).

Foram analisados os dados sobre a potabilidade de água, com os dados referentes ao nível de princípios ativos encontrados na mesma, disponibilizados no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA). Os dados de uso, de vendas, consumo e utilização de agrotóxico foram transformados em gráficos e tabelas, aqui analisados. Cabe pontuar que mesmo com os dados coletados nas fontes citadas, foi observado que não há efetiva transparência, já que 72% do total de agrotóxicos liberados e comercializados no Brasil não são divulgados (FREITAS, 2020).

Veneno para o campo⁶

Tem-se atrelado ao agrotóxico a noção de que o mesmo seria uma forma de promover o fim da fome no mundo. Mas será que apenas por conta deles, que ajudam a repelir, matar ou destruir insetos e plantas daninhas, a produção alimentar aumentaria e assim

⁶ Referência à concepção de agrotóxico – agro campo, tóxico veneno.

acabaria a fome? ou esse discurso está apenas baseado em uma economia alimentar, que traz consigo todo o processo desigual e excludente tratado anteriormente?

Sabe-se que o mundo já produz o suficiente para acabar com a fome, mas o mesmo não acontece; a realidade é que estamos frente a uma má distribuição dos alimentos, sendo ela um “fenômeno social” (CASTRO, 1984), mas também econômico, já que não se busca uma solução para o problema da fome, mas sim uma narrativa que permita a manutenção da acumulação do capital.

Pesquisas apresentam que os responsáveis de fato pela produção alimentar do mundo encontram-se na agricultura familiar, onde produzem “70% dos alimentos consumidos no Brasil” (MITIDIERO, BARBOSA e DE SÁ, 2017, p. 14), com isso “Las granjas familiares producen alrededor del 80% de los alimentos del mundo en términos de valor” (FAO, 2014, n.p.), no qual a maioria não faz uso de veneno e sim de uma cultura agroecológica e orgânica.

Já o agronegócio produz *commodities* comercializadas em mercados de futuro, com a lógica da regulação dos preços ligados ao lucro, a partir da financeirização da agricultura⁷ (PAULA, SANTOS e PEREIRA, 2015). Tendendo a serem flexíveis, isto é, direcionadas à produção de ração animal, fibras, agrocombustíveis. Havendo um direcionamento no lucro das vendas,

Em alguns produtos os quais os grandes superam em valor de produção, evidentemente explica-se pelo papel no mercado de alimentos que esses produtos assumem, principalmente devido sua dinâmica pautada pelo mercado financeiro de *commodities* (MITIDIERO, BARBOSA e DE SÁ, 2017, p. 44).

Pode-se apontar em linhas gerais sobre financeirização, esse aspecto também pode se configurar numa disputa política pelo espaço, pois a partir disso há o estabelecimento dos preços, regulando assim os valores investidos nesse meio de produção (COCA, 2019). Uma exemplificação é o caso dos tomates⁸, não sendo raro notícias sobre o descarte de produção. Assim, observa-se que a afirmativa posta anteriormente, que relaciona o fim da fome e o agrotóxico, não é de total verdade, que o mesmo é um produto nocivo, com uma cadeia/ciclo altamente danosa, excludente e que traz desigualdade. Se analisar suas principais funções, os agrotóxicos são vilões, já que os mesmos são produtos químicos capazes de destruir, eliminar e repelir animais e plantas que são consideradas nocivas para as culturas.

Para entender sua nocividade existe uma classificação do grau de toxicidade. Assim observa-se o quanto podem ser prejudiciais para toda a biodiversidade. São “Pouco Tóxico”

⁷Esse processo pode acarretar na insegurança alimentar para economias que não conseguem entrar na lógica da competitividade imposta pela financeirização (PAULA, SANTOS e PEREIRA, 2015). Sendo essa atividade ditada principalmente por organizações internacionais que delimitam e controlam o direito à alimentação.

⁸Insatisfeitos com preço, agricultores jogam toneladas de tomate às margens de rodovia - <https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2019/02/01/insatisfeitos-com-preco-agricultores-jogam-toneladas-de-tomate-as-margens-de-rodovia.ghtml>. Acesso em 6 de jan. de 2021.

– classe IV, “Medianamente Tóxico” – classe III, “Altamente Tóxico” – classe II, “Extremamente Tóxico” – classe I (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2015), elas são fundamentais para nos fornecer dados em relação ao ser humano, já que é calculado a partir de sua Dose Letal 50% (DL₅₀) (GARCIA; BUSSACOS e FISHER, 2008). Esse debate para à classificação surge a partir da Organização Mundial da Saúde (OMS), na década de 1970, estabelecer os parâmetros para redução dos riscos dos agrotóxicos para a saúde humana. É necessário compreender a periculosidade do agrotóxico que

Está associada com a potencialidade da substância, a exemplo da toxicidade aguda e crônica, bioacumulação etc., ao passo que a exposição está associada com a quantidade da substância e também com as condições de uso e de distribuição no ambiente (PERES, MOREIRA, DUBOIS, 2003, p. 29).

Muito se debateu, em âmbito legislativo, sobre como deveriam ser nomeado os agrotóxicos. Por um tempo era tido como defensivo agrícola, mas só após a lei federal Nº 7.802/89 que o mesmo passa a ser denominado de agrotóxico, sendo assim para compreender a sua periculosidade (PASCHOAL, 2019; REGALA, 2019). Após toda a discussão, com a PL 6.299/2002 o mesmo passa legalmente a ser batizado de “defensivo fitossanitário”, podendo-se afirmar que essa alteração se trata apenas uma forma de mascarar a sua real função, a qual continuava a ser um “veneno para o campo”.

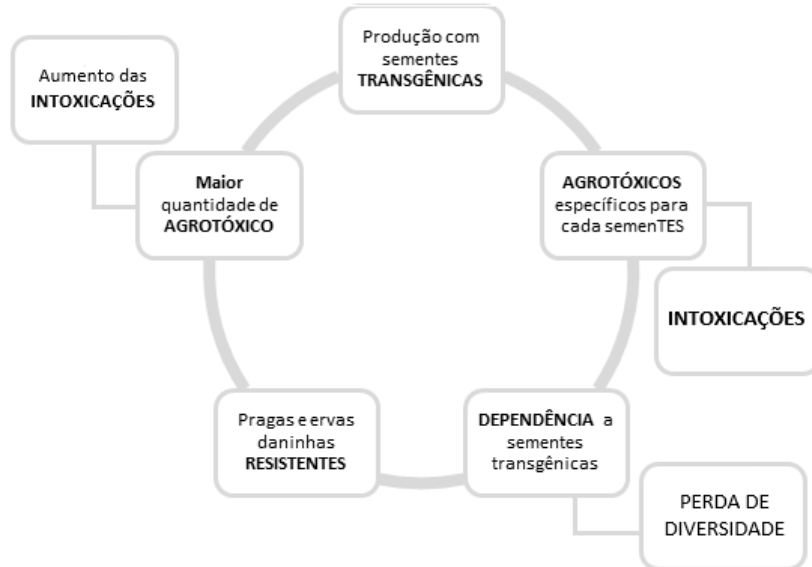
Essa substância pode ser dividida em vários tipos, como acaricida (para ácaros), desfoliantes (para folhas indesejadas) herbicidas (para ervas daninhas), inseticidas (para insetos), fumigantes (para bactérias no solo), fungicidas (para fungos), moluscocidas (para moluscos), nematocidas (para nematoídeos/vermes) e rodenticidas (para roedores) (PERES, MOREIRA, DUBOIS, 2003), e podem ter uma infinidade de componentes e princípios ativos.

Além da infinidade de substâncias presentes, mais adiante será visto o crescimento do uso dos princípios ativos e dos agrotóxicos e seus prejuízos, por serem tóxicas para os neurônios, para o sistema endócrino e reprodutor e muitas das vezes carcinogênicas. Em adição aos supracitados problemas relacionados ao uso de agrotóxicos, tem-se outra adversidade que está intrinsecamente ligada a esse veneno, são as sementes transgênicas, que também tem causado novos prejuízos ao ambiente (REGALA, 2019). Estudos comprovam que o uso das sementes transgênicas tem aumentado em quantidade significativa ao uso de agrotóxicos – já que estão sendo identificadas resistência nas pragas, necessitando um aumento das substâncias –, assim como também puderam ser identificados alguns problemas relacionados elas (IDEC, 2019).

Sabe-se que para cada semente transgênica existe um agrotóxico próprio. Assim revelando mais uma vez a dependência ao ciclo, que vem sendo debatido no decorrer do texto (figura 1). Se para cada semente se tem um agrotóxico específico, com o passar do

tempo se constituirá uma dependência, que traz perdas de diversidade e, também, uma resistência natural – com superpragas e superervas – assim sendo necessário um aumento na quantidade de agrotóxicos, causando um crescimento nas intoxicações.

Figura 01: Dependência ao agrotóxico e às sementes transgênicas



Organização: Autora (2020).

Atrelado ao aumento do uso de agrotóxicos, vê-se um crescimento no número de intoxicações. Estudos apontam que o agrotóxico já está em nós desde o momento em que se nasce até a morte (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2015; CARSON, 1962; ODENT, 2003).

Mas quem está por trás desse aumento no uso de agrotóxicos? E qual o motivo desse crescimento? Mesmo sendo tóxico, por que esse uso e esse aumento são legais? Por que o Brasil é tido como o berço e se tornou o decacampeão em uso de agrotóxicos?

Uma “nuvem de veneno”⁹ legal

No Brasil, observa-se um crescimento no uso de agrotóxico. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (2015) aponta que nos primeiros anos do século XXI já pode ser visto no mercado de agrotóxico no Brasil um aumento de 190%, quase 100% acima do mundial. Com isso, no final da primeira década o país conseguiu superar os Estados Unidos e se tornar o maior mercado de agrotóxico.

Pode-se associar, também, esse crescimento de uso à redução de impostos sobre agrotóxicos no Brasil. No bojo do processo de industrialização da agricultura, citado

⁹ Referência ao documentário produto da tese de Wanderley Antônio Pignatti. Os Riscos, Agravos e Vigilância em Saúde no Espaço de Desenvolvimento do Agronegócio no Mato Grosso. 2007. 114 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

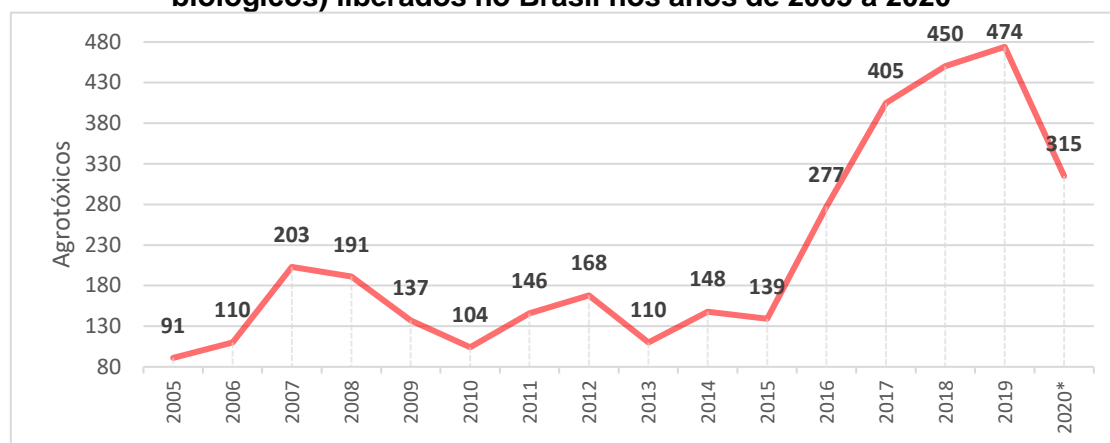
anteriormente, no ano de 1970 se tem a criação da Política Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), que inicialmente visava a produção interna de agrotóxicos, mas a longo prazo tinha como estratégia uma internacionalização das empresas líderes (TERRA, 2008). Também se pode observar a política de isenção de impostos sobre agrotóxicos, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que trazia uma redução na base do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os produtos agrícolas (REGALA, 2019).

Mas a isenção de impostos aos agrotóxicos não se reduz apenas ao ICMS. Em 2004, é reduzido a zero os impostos do PIS/PASEP e da COFINS que são responsáveis na “importação e na comercialização no mercado interno de adubos, fertilizantes, defensivos agropecuários e outros produtos” (BRASIL, 2005). Posteriormente, a partir de um decreto, houve a isenção de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

Em apenas seis anos, de 2011 a 2016, estima-se que se deixou de arrecadar R\$ 6.850 bilhões em relação ao PIS/Confins (ANGELO, 2019). Esse número pode ser alarmante, pois é uma expressiva cifra que o país deixa de arrecadar, o mesmo poderia ser investido na saúde, para o tratamento de vítimas de intoxicações ou até mesmo na busca de tecnologias limpas.

os recursos que poderiam ser arrecadados pelos estados são perdidos, ficando a União responsável por cobrir todos os outros gastos referentes ao controle e reparação dos danos decorrentes do uso de agrotóxicos, [...]. Se, ao contrário, os agrotóxicos fossem taxados em 12% de ICMS, como ocorre com a maioria dos alimentos brasileiros, a arrecadação gerada, algo em torno de um bilhão de reais por ano, seria suficiente para cobrir essas despesas e financiar pesquisas de tecnologias mais limpas que a agroquímica (SOBREIRA e ADISSI, 2003, p. 988).

Essa isenção ou redução nos impostos sobre os agrotóxicos influenciam e possibilitam empresas multinacionais a se instalarem no Brasil ou buscarem liberação dos seus produtos no país. Isso, de certa forma, influencia no crescimento dos agrotóxicos permitidos (gráfico 01).

Gráfico 01: Agrotóxicos (entre princípios ativos, Ingredientes químicos e pesticidas biológicos) liberados no Brasil nos anos de 2005 a 2020*

* até setembro de 2020. Fonte: Ministério da Agricultura – out. 2020. Org: Autora (2020).

Como se pode observar, desde o golpe político-jurídico-parlamentar-midiático-machista, já citado, foram liberados mais agrotóxicos que nos anos anteriores. De fato, apesar dos dados do ano de 2020 não estarem finalizados, faltando três meses, já se tem um número mais alto até que o ano de 2016. Desses 315, cinco são registros inéditos e os outros 310 são genéricos aos já lançados. Sendo 255 ingredientes químicos e princípios ativos e 60 pesticidas biológicos.

Mesmo estando em meio a uma pandemia, do coronavírus, onde os esforços principalmente do Governo e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) deveriam estar focados em minimizar os efeitos dessa doença, o governo publica o decreto 10.282/2020 que não deve haver interrupções na liberação/avaliação desses produtos, já que os mesmos são atividades essenciais (PEREIRA; REGALA, 2020). Aproveitando para que se “passe a boiada¹⁰”, além de haver um processo de negação do momento pandêmico, há um desprezo com as políticas ambientais e um afrouxamento com as políticas agrícolas para a produção de *commodities* (BRASIL DE FATO, 2020; PEREIRA, COCA, ORIGUÉLA, 2021)

Reafirmando o que foi dito anteriormente, pode-se relacionar esse fato ao de ter uma bancada ruralista no congresso, um presidente, um ministro do meio ambiente e uma ministra da agricultura¹¹ – que é chamada de “musa do veneno”, representantes e defensores do agronegócio.

O agronegócio só visa seu crescimento e lucro através da prática da monocultura e do uso indiscriminado de agrotóxico, sem se importar com a soberania alimentar, deixando de lado as relações sociais, as questões ambientais e a saúde da população. Com essa visão

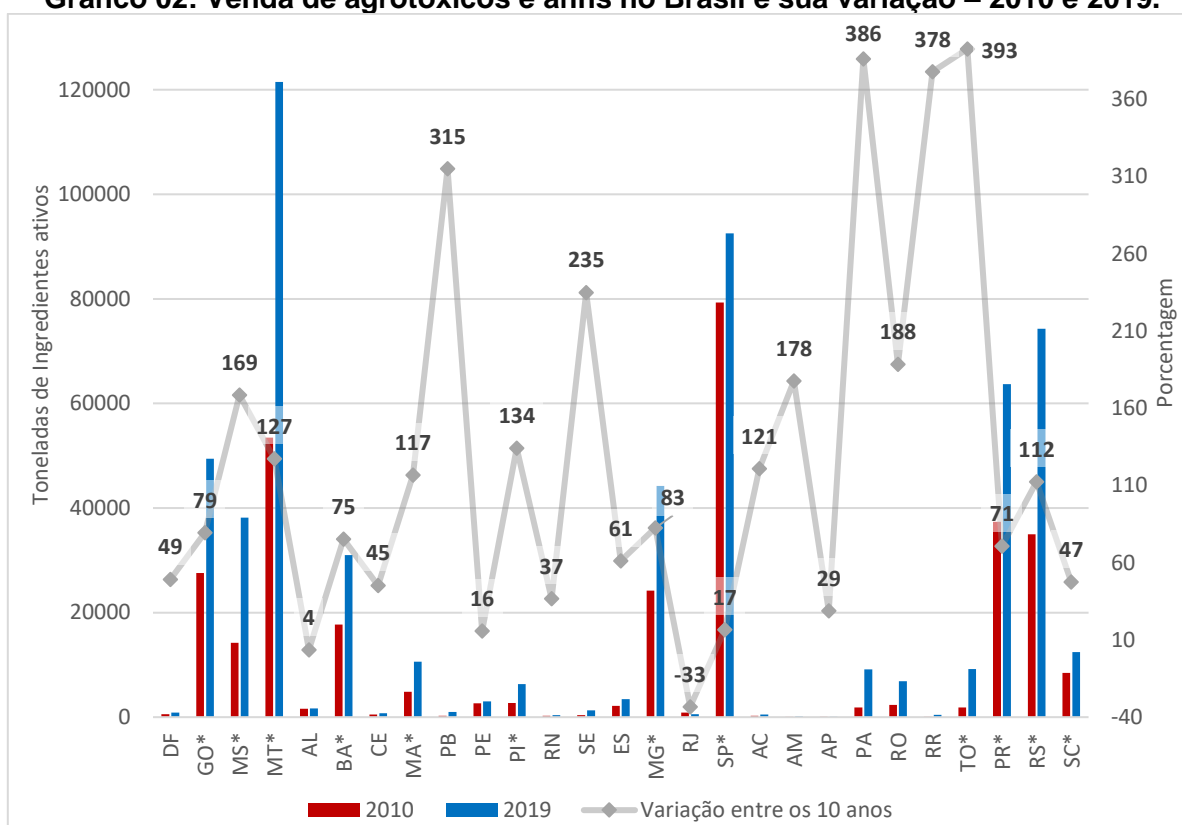
¹⁰ Expressão coloquial que denota facilidade para algo. A mesma foi utilizada pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles durante uma reunião ministerial ocorrida em abril de 2020, para aproveitar o momento em que todos estavam focados nas questões da pandemia de COVID-19 e assim fossem modificadas leis ambientais. Mas que no fim a expressão pode ser utilizada para todo o governo atual, já que estão “passando a boiada” nas legislações de agrotóxicos, de desmatamento, de grilagem, etc.

¹¹ Jair Messias Bolsonaro, Ricardo de Aquino Sales, Tereza Cristina, respectivamente.

mercadológica dos alimentos - sem entender que a diversidade alimentar é de suma importância para a população -, há um crescimento na balança comercial, mas atrelado a isso há um crescimento no consumo de agrotóxico e dos princípios ativos.

A comercialização desse veneno tem uma maior concentração nas áreas de produção das *commodities*, pelo agronegócio – Sudeste, parte do Centro-Oeste, e Sul do país e nas áreas do MATOPIBA¹² - (gráfico 02). Nessas regiões pode-se observar um consumo aproximado de 7kg/ha (gráfico 03).

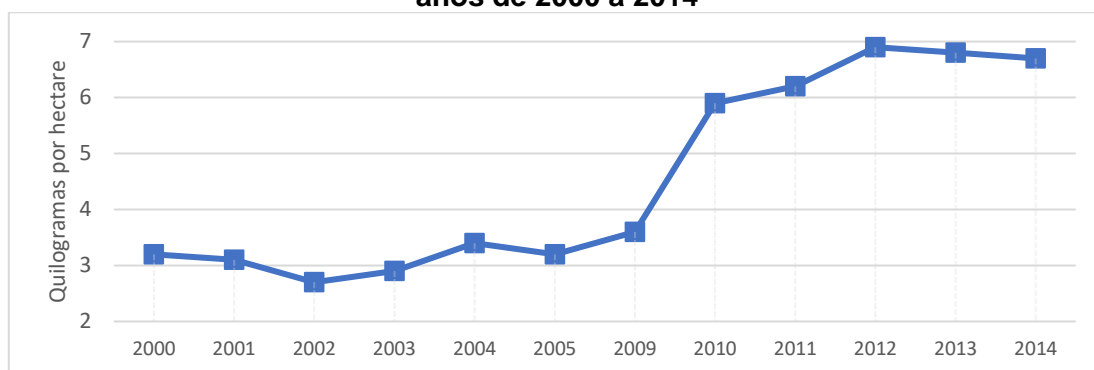
Gráfico 02: Venda de agrotóxicos e afins no Brasil e sua variação – 2010 e 2019.



Fonte: IBAMA, 2020 – Relatório de comercialização de agrotóxicos – consulta ao banco de dados out. 2020. Org.: Autora (2020).

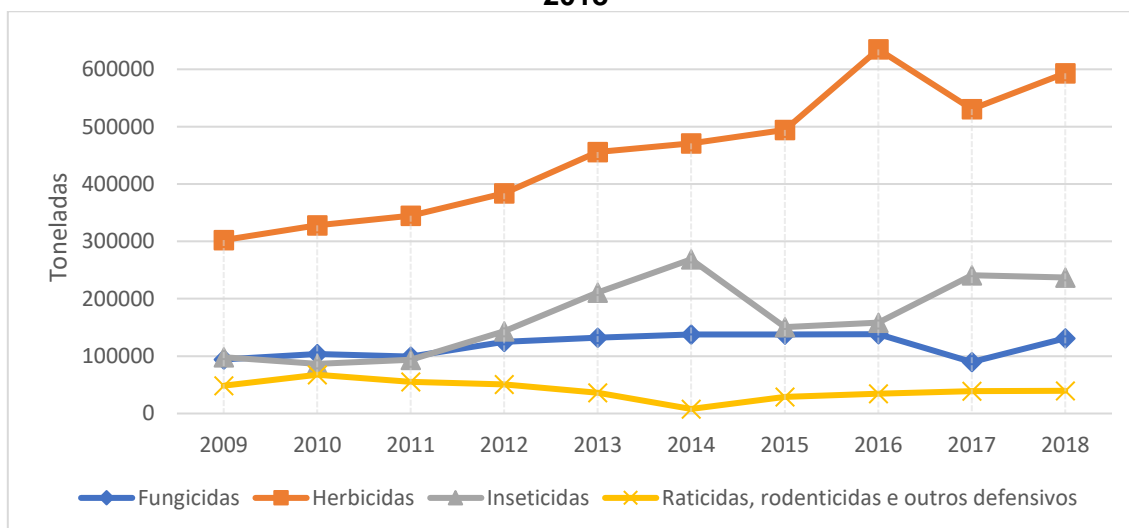
Verifica-se que alguns estados possuem variação abaixo de 100%, mas trazem uma alta nas vendas de agrotóxicos, como é o caso de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Outros possuem uma baixa venda e uma alta variação, como Tocantins, Roraima, Amapá, Pará, Paraíba e Sergipe. Apesar de alguns não estarem nas áreas citadas anteriormente, de produção de *commodities*, os últimos são áreas de expansão da cana-de açúcar (LIMA, 2011). Já outros dois estão no MATOPIBA ou no Norte do país, que vem sendo muito influenciada pela área citada.

¹²Acrônimo às iniciais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Regionalização proposta pelo GITE/EMBRAPA, compreendendo 337 municípios destes estados. Segundo Frederico e Almeida (2019), é a última fronteira agrícola do Cerrado brasileiro.

Gráfico 03: Consumo de ingredientes ativos de agrotóxicos por área plantada nos anos de 2000 a 2014

Fonte: IBGE – Indicadores de Desenvolvimento sustentável – tabela 771 – consulta ao banco de dados out 2020. Org.: Autora (2020).

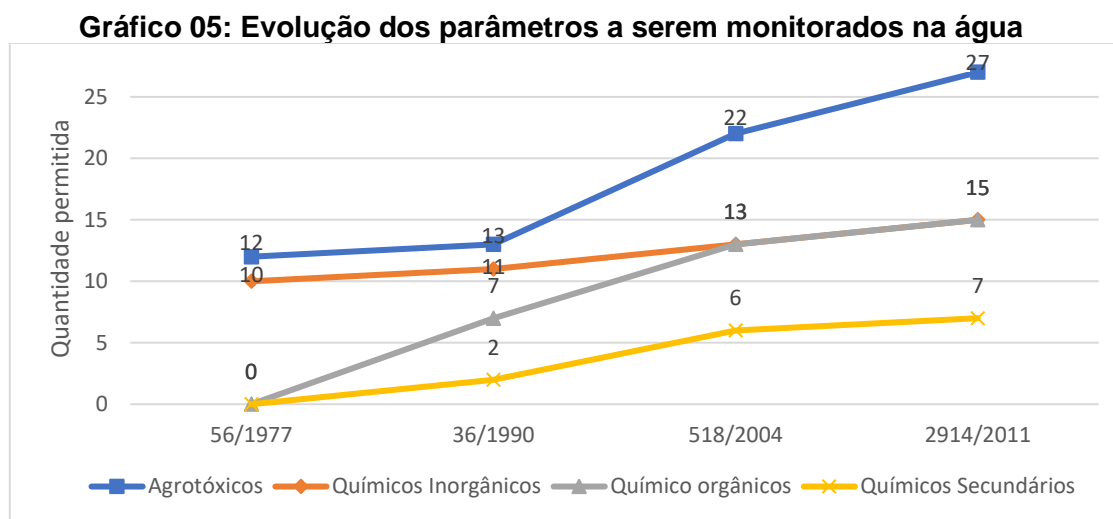
Só em 2016, o ano com a maior quantidade, foram 508.058 toneladas de herbicidas comercializadas no Brasil (gráfico 04), e esses são os que mais se destacam em relação a problemas como casos de mortes em abelhas (FAITA et al, 2019) – apesar de serem agrotóxicos para ervas daninhas –, implicam em casos de câncer, intoxicações, etc. Com isso, observa-se que os agrotóxicos não só cumprem sua função, como também vão além, assim podendo ser cada vez mais prejudicial à saúde.

Gráfico 04: Quantidade de agrotóxico vendido, segundo o tipo nos anos de 2009 a 2018

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual (Produto) – tabela 6705 e 5806 – consulta ao banco de dados out. 2020. Org.: Autora (2020).

Pode-se relacionar o crescimento do uso de agrotóxicos com a flexibilização na legislação: na primeira norma de potabilidade da água, de 1977, eram permitidos 12 tipos de agrotóxico; na segunda norma, de 1990, já eram permitidos 13 tipos de agrotóxicos; já a terceira norma, de 2004, é permitido o uso de 22 tipos de agrotóxicos e a quarta e última

norma, de 2011, são permitidos 27 tipos de agrotóxicos. A norma de 2017 mantém os números da anterior, mesmo com vários estudos que comprovam os riscos dos agrotóxicos à saúde. Ou seja, o Estado estabelece marcos regulatórios/jurídicos para legitimar a expansão do veneno no Brasil, como se observa no gráfico 5:



Fonte: Brasil – Portarias 56/1977; 36/1990; 518/2004; 2914/2011. Org.: Autora (2020).

Observa-se que os padrões estabelecidos não são elevados à quantidade/presença de agrotóxicos, produtos orgânicos, inorgânicos e secundários para considerar uma água potável. Na realidade os níveis máximos permitidos vão na contramão de vários países. Como é o exemplo do Glifosato, que é um dos princípios ativos mais comercializados no Brasil, e a sua permissividade que é 5.000 vezes maior que nos países da União Europeia (U.E). Já o 2,4 D, que é o segundo no país, tem seu limite máximo é 300 vezes maior que na U.E. O Acefato, quarto mais vendido em 2019, não existe limite máximo para o seu uso (BOMBARDI, 2017). Com isso afirma-se que pode ter uma ligação entre o crescimento no consumo e na liberação do agrotóxico e a permissividade em água.

“Verde que é bom é nosso”?¹³

Como visto nos tópicos anteriores, a presença dos agrotóxicos vem crescendo, tanto na produção de veneno, quanto no uso/venda, não sendo diferente no caso das sementes transgênicas, em que se vê um crescimento nas áreas plantadas.

As sementes passam a ser vistas de formas diferenciadas, apenas como mercadorias, uma forma de monopólio, controle, privatização etc. nesse processo de

¹³ Referência a superstição quando pessoas falam algo ao mesmo tempo e se procura tocar em algo verde e falar a referida frase. Tem-se sempre a referência ao verde como algo bom, o verde sendo referenciado como natureza, natural. Será que todo verde é bom?

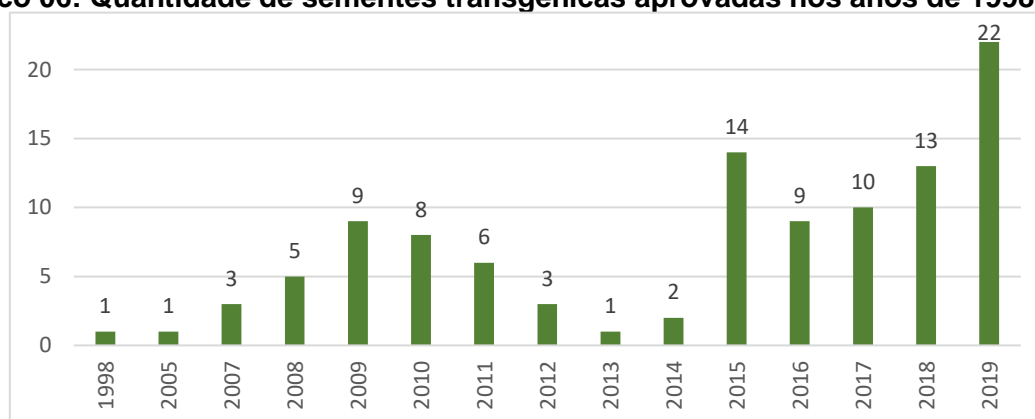
industrialização da agricultura. Mas, para as camponesas e os camponeses, as sementes não modificadas geneticamente são algo sagrado (PORTO-GONÇALVES, 1989). Elas não são apenas alimentos, elas fazem parte dos seus rituais, superstição. Para eles, as sementes são vida, elas são o ciclo do passado, presente e futuro, já que após sua semeadura se transformam em mais outras, assim servindo para alimentação e para a próxima arada, além de servir para troca entre os camponeses.

Para as sementes transgênicas, observa-se o inverso – a quebra no ciclo supracitado em face de que as mesmas são menos ricas e não possíveis de replantio nas próximas estações. Deste modo, os agricultores não teriam mais o benefício de replantio de suas sementes, sendo obrigados a comprar novas para assim cultivá-las.

Como no mercado de agrotóxicos, o de sementes transgênicas estaria promovendo uma dependência, como apontado anteriormente. Além de tornar a agricultura um monopólio, pois a cada estação é necessário a compra de novas sementes, agrotóxicos e fertilizante; logo, a afirmativa de que essa nova forma de produção é rentável, é negada logo em seguida a partir do aumento no valor de investimento (Porto-Gonçalves, 2004). Ademais, há lugares que são mais vantajosas as sementes convencionais, chegando as transgênicas serem 56% mais caras – nos Estados Unidos –, ou o custo por hectare ser quinze reais mais baratas nas tradicionais – Rio Grande do Sul –, onde o “preço extra tem sido praticado durante os dois primeiros anos de lançamento das cultivares resistentes para pagar pela pesquisa e desenvolvimento, e os royalties de patentes utilizados para a obtenção do produto” (MONQUERO, 2005, p. 523).

O aumento de sementes transgênicas está diretamente relacionado ao crescimento de agrotóxicos (gráfico 06). Mas como explicar que mesmo existindo uma associação, os números do primeiro não são tão altos quanto o do segundo? Basta compreender que existem mais de um agrotóxico para cada semente (herbicida, inseticida, fungicida, etc.), por isso os números de um são mais elevados que os do outro.

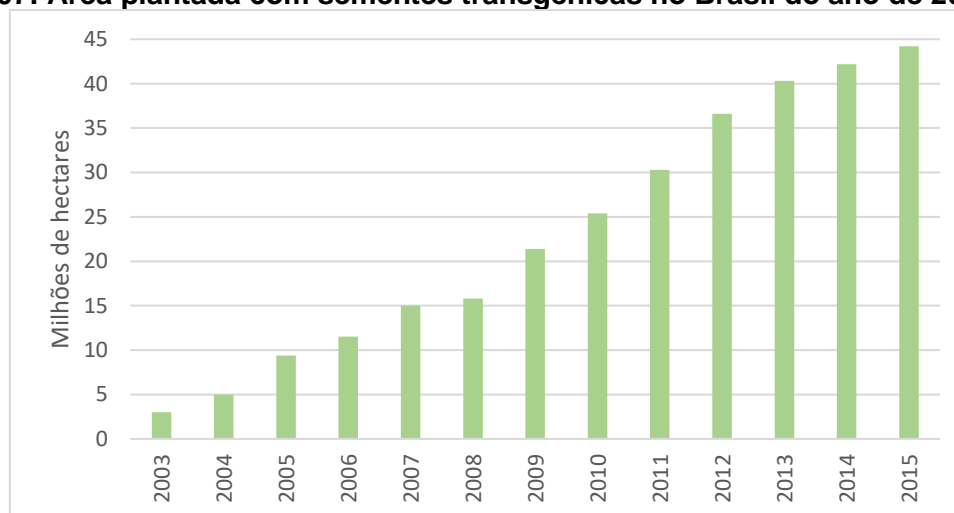
Gráfico 06: Quantidade de sementes transgênicas aprovadas nos anos de 1998 a 2019



Fonte: Conselho de Informações sobre Biotecnologia – consulta ao banco de dados out. 2020 – CIB.
Org: Autora (2020).

Só em 2019 foram aprovadas 22 novas sementes transgênicas. As sementes transgênicas representam 60,8% das aprovações, desde que o CTNBio começou sendo o que mais é aprovado de organismos geneticamente modificados. No atual governo Bolsonaro as sementes transgênicas se mostram mais importantes que as vacinas, que representam a ciência do país, já que no ano de 2019 nenhuma foi aprovada. Das sementes, 57,7% são de milho, 20,7% algodão, 17,1% de soja, 4,5% entre cana-de-açúcar, eucalipto e feijão.

Gráfico 07: Área plantada com sementes transgênicas no Brasil do ano de 2003 a 2015



Fonte: Campanha permanente contra o uso de agrotóxicos e pela vida – consulta ao banco de dados out. 2020. Org.: Autora (2020).

Pode-se relacionar esse aumento com a expansão da monocultura de culturas não alimentares. Assim, o objetivo posto no processo de industrialização da agricultura, que justifica a criação das sementes transgênicas porque as mesmas iriam aumentar a produção alimentar e assim acabar com a fome do mundo, não foi atingido. No fim as mesmas trouxeram desvantagens e desencadearam vários problemas como novos tipos de alergias, desequilíbrio no ecossistema, diminuição da biodiversidade e com potencial de produzir substâncias tóxicas e efeitos imprevisíveis (MELO, MONTEIRO e PAZ, 2018). Também é importante apontar que podem ser perigosos para a saúde do trabalhador, dos animais e do meio ambiente (MONQUERO, 2005).

“É veneno ou é remédio?”¹⁴

Como posto anteriormente, os agrotóxicos são classificados de acordo com um grau de toxicidade. Também já foi apresentado que os mais comercializados são os de classe II e III (altamente e medianamente tóxicos), sendo o medianamente acima de 60% e o altamente

¹⁴ Referência ao livro “É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente” de Peres e Moreira (2003).

chegando a mais de 30%, os de classe IV, que são altamente, tanto para inalação, quanto ingeridos e em contato com a pele, chegam a 11%, mas os que são os mais brandos a saúde e ao ambiente nunca passaram de 3% na sua comercialização.

Dos mais comercializados, o altamente tóxico, pode trazer danos irreversíveis à saúde do trabalhador e também para o meio ambiente – já que é irregular, de acordo com cada agrotóxico, o tempo que eles desaparecem do ambiente, a solubilidade em água, a relação com a temperatura e a pressão, e até mesmo a reação que seus componentes químicos tem em relação a outros de distintos agrotóxicos (OLIVEIRA-SILVA, ALVES e ROSA, 2003). Além dessa classificação se dá a partir de análises e testes da toxicidade – aguda e crônica - diante de organismos que não serão os alvos da substância, mas também observam qual o potencial delas com causas de câncer, mutações e deficiências, em peixes (PERES, MOREIRA e DUBOIS, 2003).

Eles têm um poder imenso, não apenas de envenenar como de penetrar nos processos mais vitais do corpo e altera-los de forma sinistra e muitas vezes mortal [...] eles destroem as enzimas cuja função é proteger o corpo contra danos; bloqueiam os processos de oxidação que fornecem energia para o corpo; impedem o funcionamento normal de vários órgãos e podem desencadear em células, a lenta e irreversíveis mudanças que conduz às doenças malignas (CARSON, 1962, p. 30).

A exposição, a partir do tempo e intensidade, aos agrotóxicos podem causar riscos à saúde do trabalhador, como aponta a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), os efeitos podem ser agudos, subagudos e crônicos, podendo aparecer em um curto período ou tardio, expostos a grande quantidade, mediana quantidade ou pequenas exposições e também relacionados a grau de toxicidade dos produtos:

Na intoxicação aguda os sintomas surgem rapidamente, algumas horas após a exposição excessiva, por curto período, a produtos extrema ou altamente tóxicos. Pode ocorrer de forma leve, moderada ou grave, a depender da quantidade de veneno absorvido. [...]. **A intoxicação subaguda ocorre por exposição moderada ou pequena** a produtos altamente tóxicos ou medianamente tóxicos e tem aparecimento mais lento. Os sintomas são subjetivos e vagos, tais como dor de cabeça, fraqueza, mal-estar, dor de estômago e sonolência, entre outros. **A intoxicação crônica caracteriza-se por surgimento tardio**, após meses ou anos, por exposição pequena ou moderada a produtos tóxicos ou a múltiplos produtos, acarretando danos irreversíveis, do tipo paralisias e neoplasias. (OPAS, 1997, p. 23, grifos nossos).

Quando a exposição é por um curto período de tempo ou uma única vez, nos casos agudos são observadas dores de cabeça, tontura, náuseas, vômitos, contração muscular, parestesia, desorientação, dificuldade respiratória, coma e até a morte; já os casos crônicos podem apresentar paralisia reversível, ações neurotóxicas irreversíveis – se forem retardadas

– alguns distúrbios neurológicos e diminuição de glóbulos brancos, vermelhos e plaquetas (OPAS, 1997).

Em relação a uma exposição continuada e longa, nos casos agudos podem ser observados hemorragias, hipersensibilidade e morte fetal. Já os casos crônicos são capazes de causar lesão cerebral irreversível, tumores malignos, testículos atrofiados, esterilidade masculina, lesão nos nervos periféricos, dermatites de contato, catarata, atrofia dos nervos óticos, entre outras (OPAS, 1997).

Ainda compreendendo como as manifestações produzidas pelos agrotóxicos, dessa vez a partir da interação de um ou mais agentes tóxicos com o sistema biológico, podem causar diversos efeitos está exposta abaixo no Quadro 01:

Quadro 01: Exposição prolongada a variados agrotóxicos

Sistemas/órgão	Efeito
Sistema nervoso	Síndrome asteno-vegetativa, polineurite, radiculite, encefalopatia, distonia vascular, esclerose cerebral, neurite retrobulbar, angiopatia da retina
Sistema respiratório	Traqueíte crônica, pneumofibrose, enfisema pulmonar, asma brônquica
Sistemas cardiovasculares	Miocardite tóxica crônica, insuficiência coronária crônica, hipertensão, hipotensão
Fígado	Hepatite crônica, colecistite, insuficiência hepática
Rins	Albuminúria, nictúria, alteração do clearance da uréia, nitrogênio e creatinina
Trato gastrointestinal	Gastrite crônica, duodenite, úlcera, colite crônica (hemorrágica, espástica, formações polipóides), hipersecreção e hiperacidez gástrica, prejuízo da motricidade
Sistema hematopoético	Leucopenia, eosinopenia, monocitose, alterações na hemoglobina
Pele	Dermatites, eczemas
Olhos	Conjuntivite, blefarite

Fonte: Kaloyanova Simeonova, apud OPAS/OMS, Org.: Autora (2020)

Assim pode ser visto que a mistura prolongada dos agrotóxicos para o ser humano, pode acarretar em inflamações, lesões, insuficiências e problemas nos nervos e sistemas respiratórios, baixa nos glóbulos brancos, e também problemas diretos nos órgãos, etc.

Como observado, vários são os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente, e mesmo assim ainda pode ser visto um alto índice no uso dos mesmos. Em 2019 os agrotóxicos mais comercializados tinham como base os princípios ativos Glifosato; 2,4-D; Mancozebe; Acefato; Atrazina; Clorotalonil; Dicloreto de Paraquate; Malationa; Enxofre e Corpirifós.

O Glifosato não é seletivo e acaba afetando não só as plantas que deveriam ser atingidas (ROMAN et al, 2005). Enquanto a Atrazina causa degeneração nas fibras de Purkinje, posteriormente causando problemas renais até a morte (Xing et al. apud CARMO et

al, 2013). Ela também pode trazer problemas no sistema reprodutor e levar a alterações físicas e neurológicas em anfíbios, peixes, zebras e ratos (CARMO et al, 2013). O Acefato tem relações com neurotoxicidade, suspeita de carcinogenicidade e de toxicidade reprodutiva. Já o Dicloreto de Praquate ou Paraquete tem toxicidade pulmonar e renal (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA 2015).

Ademais, também há comprovações de deformação física em recém-nascidos no Brasil, no qual os pais tinham a agricultura como ocupação principal e trabalhavam diretamente com o veneno, assim podendo ser relacionado o uso de agrotóxico as deformidades (GASPARI et al, 2012).

Além de todos esses problemas supracitados, ainda há também os casos de intoxicações. Essas, segundo Bombardi (2011) sofrem subnotificações altas, para cada notificação podem existir mais outras 50 que não são comunicadas. E recentemente o órgão responsável por isso vem sofrendo com a disponibilização dos dados¹⁵.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC que apontava os riscos tanto para à agricultura, saúde e ao meio ambiente (IDEC, 2019).

As plantas transgênicas [...] são cultivadas em milhões de hectares no território brasileiro, o que tem gerado preocupações ainda maiores, seja devido a fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais envolvidos, ou pela ineficiência dos estudos toxicológicos e ambientais apresentados durante o processo de liberação na predição dos possíveis efeitos do plantio e do consumo desses alimentos para a biodiversidade ou para a saúde humana (GURGEL, 2018, p. 34).

Ademais, as pragas e as ervas-daninha podem se tornar resistentes e produzir “superervas” e “superpragas” (IDEC, 2019). Sendo essa resistência “um fenômeno desenvolvido por seleção em populações de espécies normalmente suscetíveis a determinados agrotóxicos” (PASCHOAL, 2019, p. 33). Logo, tornando-se prejudicial a toda a biodiversidade brasileira, sendo esse um país riquíssimo, além de trazer uma “poluição genética” (IDEC, 2019).

Considerações finais

Inicialmente chamadas de grandes propriedades, posteriormente latifúndios e mais recente agronegócio se fazem dotados de recursos financeiros, maquinários modernos, beneficiados pela forma como está posta a estrutura fundiária – que o protege –, além de vinculados a *slogans* positivos e favorecidos por uma legislação que incentiva a produção de

¹⁵ Informamos aos usuários que o menor número de casos de intoxicações e envenenamentos registrados nas estatísticas publicadas pelo SINITOX, nos últimos anos, ocorreu em virtude da diminuição da participação dos Centros de Informação e Assistência Toxicológicas (CIATs) nestes levantamentos.

commodities, com uso abusivo de agrotóxicos e sementes transgênicas que, em suma, representa apenas a monocultura, e que muitas das vezes não produz alimentos. Trazem consigo riscos à saúde do trabalhador e destruição dos recursos naturais/meio ambiente – com exploração da terra e da água – que devora o campesinato, a agricultura familiar, os povos originários que buscam, em sua maioria, uma produção limpa e livre de veneno.

Dessa maneira pode-se relacionar que o crescimento no uso dos agrotóxicos está intrinsicamente ligado aos processos de liberação e permissividade dessa substância, que está associado ao aumento das sementes transgênicas. No Brasil, o crescimento na liberação, consumo e comercialização dessas substâncias pode ter como causa um negacionismo, por parte dos fiscalizadores e dos legisladores, frente aos danos que essas substâncias podem causar na saúde e no ambiente. Os que enfrentam e tratam do assunto são fortemente ameaçados, alguns outros tem sua vida ceifada.

Na saúde muitos são os danos causados por esses venenos. Assim pode ser compreendido que os agrotóxicos não são remédios e sim veneno para a saúde do trabalhador e para o ambiente, pois são substâncias carcinogênicas e que estão ligadas a intoxicação, problemas endócrinos, respiratórios e de mutações; além de repelir e matar animais que são considerados primordiais para o ciclo na natureza, a exemplo das abelhas; e contaminar águas, sejam elas superficiais e subterrâneas, trazendo problemas não só para quem trabalha diretamente com a substância. Estão no nosso corpo desde o nosso nascimento até a nossa morte, além de permanecerem no ambiente por inúmeros anos; ademais, quando entram em contato com outros agrotóxicos podem formar novas ligações químicas cada vez mais prejudiciais à saúde.

Já as sementes transgênicas são causa de perda de biodiversidade, aumento de alergias, além de trazer danos aos cultivos que não utilizam a semente, não só na plantação, mas também do ponto de vista financeiro; já que trabalhadores sofrem cada vez mais com processos, por em suas plantações serem verificadas a mutações transgênicas - fato que ocorre por conta da dispersão pelo ar ou por animais. Também é possível apontar sobre o quanto essas não são rentáveis, já que não servem para o replantio, fazendo com que o trabalhador sempre tenha que compra-las novamente, garantindo lucro apenas para as grandes empresas que produzem e comercializam esse tipo de semente.

Por fim, o agronegócio traz um “processo de insustentabilidade ambiental” (PIGNATI, MACHADO e CABRAL, 2007, p. 107), já que o mesmo inicialmente desmata, contamina, intoxica, leva danos à saúde e mata. Desta forma, pode-se afirmar que o responsável pelos altos números do uso de insumos é o agronegócio, alicerçado no governo, nas legislações, na falta de fiscalização, no processo de industrialização da agricultura e na não credibilidade aos estudos científicos que são realizados no Brasil e no mundo.

Referências

ANGELO, M. **A mamata das isenções fiscais bilionárias para agrotóxicos**. In Intercept, 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/07/agrotoxicos-isencoes-fiscais-bilionarias>>, acesso em: out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo- Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

_____. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, v. 45, p. 1-21, 2011.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. **Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>. Acesso: out 2020.

BRASIL. Decreto Nº 10.282, de 20 de março de 2020 **Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso: dez 2020.

_____. Portaria nº 36, de 19 de janeiro de 1990. **Aprova normas e o padrão de potabilidade da água para consumo humano em todo o território nacional**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1990/prt0036_19_01_1990.html>. Acesso em: out 2020.

_____. Portaria nº 518, de 25 de março de 2004. **Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/portaria_518_2004.pdf>. Acesso em: out 2020.

_____. Portaria 2914, de 12 de dezembro 2011. **Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade**. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso em: out 2020.

BRASIL DE FATO. O que passou na “boiada” de Ricardo Salles durante a pandemia? **Brasil de Fato**, caderno Geral, publicado em 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-sallesdurante-a-pandemia>. Acesso em: 06 de jan. 2021.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Objetivos e Pauta**. [Online] disponível em:<<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

CARMO, D. A.; et al. Comportamento ambiental e toxicidade dos herbicidas atrazina e simazina. In: **Revista Ambiente e Água**. v.8, n.1 Taubaté Jan.- Abr. 2013.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. 2. Ed. São Paulo: Portico, 1962.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou ação. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COCA, E. L. F. O alimento e a atualidade da Geopolítica. ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VALE, Ana Rute do (Org.). **A dimensão política no espaço**. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, 2019, p. 261-276.

CONCHOL, J. La reforma agraria em America Latina. **Proceso agrario en Bolivia y América Latina**. p. 205 – 222. La paz, 2003.

DIAS, A. A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil. **ARGUMENTOS: Revista de Filosofia**, v. 19, p. 62-72, 2018.

FAITA, M. R. et al. Os herbicidas a base de glifosato têm algo a ver com a diminuição do número de abelhas? **Zumzum**, Florianópolis, p. 7 - 11, 30 jun. 2019. Disponível em: <<https://labento.paginas.ufsc.br/files/2019/06/Efeito-Glifosato-sobre-a-diminui%C3%A7%C3%A3o-de-polinizadores.pdf>>.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREIRAS, H. Governo não divulga dados de 72% dos agrotóxicos, protegendo multinacionais. **Repórter Brasil/Agência Pública**. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2020/11/governo-nao-divulga-dados-de-72-dos-agrotoxicos-protetendo-multinacionais/>>. Acesso em: nov 2020.

FUTINO, A. M.; SILVEIRA, J. M. J. F. A indústria de defensivos agrícolas no Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo. 38: 1- 43. 1991.

GARCIA, E.; BUSSACOS, M. A.; FISCHER, F. M. Harmonização e classificação toxicológica de agrotóxicos em 1992 no Brasil e a necessidade de prever os impactos da futura implantação do GHS. **Ciência saúde coletiva** vol. 13 suppl. 2 Rio de Janeiro. 2008.

GASPARI, L.; et al. **High prevalence of micropenis in 2710 male newborns from an intensive-use pesticide area of Northeastern Brazil**. Int J Androl. Jun 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. A. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IBAMA. **Relatórios de comercialização de agrotóxicos**. 2019. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos>>. Acesso em: out 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual**. 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: out 2020.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: out 2020.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>> Acesso em: out 2020.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Saiba o que são os alimentos transgênicos e quais os seus riscos**. Disponível em: <<https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/saiba-o-que-sao-os-alimentos-transgenicos-e-quais-os-seus-riscos#:~:text=Os%20perigos%20que%20os%20transg%C3%AAnicos,e%20%22super%2Dervas%22.>>> Acesso em: out 2020.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E. D. (org.). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, 1983. p. 133- 158.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **SAÚDE DEBATE**. RIO DE JANEIRO, V. 42, N. 117, P. 518-534, ABR-JUN 2018

MELO, P.; MONTEIRAO, T. M.; PAZ, A. Boletim de Inovação e Sustentabilidade. **Agrotóxicos e Transgênicos**. São Paulo 2018.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. E. de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 7-77, set.-dez. 2017.

MONQUERO, P. A. **Plantas transgênicas resistentes aos herbicidas: situação e perspectivas**. *Bragantia*, Campinas, v. 64, n. 4, pág. 517-531, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-87052005000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0006-87052005000400002>.

MOREIRA, E. R. F. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira. **Boletim de Geografia** do Departamento de Geociências da UFPB: João Pessoa, v. 1, n.7, p. 45-55, 1988.

ODENT, M., **O camponês e a parteira: uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto** / Michel Odent; tradução de Sarah Bauley. São Paulo: Ground, 2003.

OLIVEIRA-SILVA, J.J; ALVES, S. R.; ROSA, H. V. D. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO HUMANA A AGROTÓXICOS. In: Frederico Peres; Josino Costa. (Org.). **É veneno ou é remédio? - Agrotóxicos Saúde e Ambiente**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

OPAS. **Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Opas/OMS, 1997.

FAO. **Hacia una agricultura familiar más fuerte**. Roma. 2014.

PASCHOAL, A.D. **Praga, praguicida e a crise ambiental: problemas e soluções**. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

PAULA, N. M.; SANTOS, V. F.; PEREIRA, W. S. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro de 2015, v. 23, n. 2, p. 295-314, ISSN 1413-0580.

PEREIRA, M. P. B.; REGALA, R. M. S. Agrotóxicos: um problema a mais para a saúde do Brasil em 2020. In: **Boletim Geográfico AGB Fortaleza**. Fortaleza, ano 2, edição IV, ago. 2020.

PEREIRA, L. I.; COCA, E. L. F.; ORIGUÉLA, C. F. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa (Org.). **É veneno ou é remédio?** agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/sg3mt/pdf/peres-9788575413173.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde - MT. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 105-114, Mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis** (Florianópolis), v. 1, n.1, 2004. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>. Acesso em: nov. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15ª São Paulo: Contexto, 2011. v. 1. 147p.

REGALA, R. M. S. **Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa: conflitos territoriais e resistência camponesa contra o uso de agrotóxico**. João Pessoa. 2019, 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ROMAN, L. V. et al. **Como funcionam os herbicidas: da biologia à aplicação** / Editado por Erivelton Scherer Roman, Leandro Vargas. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2005.

SOBREIRA, A. E. G.; ADISSI, P. J. Agrotóxicos: falsas premissas e debates. **Ciência saúde coletiva** [online], vol.8, n.4, pp.985-990, 2003.

TERRA, F. H. B. **A Indústria de Agrotóxicos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

Sobre os autores

Raisa Maria de Sousa Regala – Graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I João Pessoa. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I João Pessoa. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-0743-2717>

Como citar este artigo

REGALA, Raisa Maria de Sousa. A legalização nefasta dos venenos no Brasil: agrotóxicos, sementes transgênicas e riscos à saúde. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 73-96, set.-dez., 2021.

Recebido para publicação em 07 de janeiro de 2021.
Devolvido para a revisão em 07 de maio de 2021.
Aceito para a publicação em 09 de junho de 2021.

Obtenção e troca de sementes crioulas pelos Guardiões e Guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) e o papel das instituições públicas¹

Débora Pavani Silva

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Ilha Solteira, São Paulo, Brasil.
e-mail: depavanisilva@gmail.com

Antonio Lázaro Sant'Ana

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Ilha Solteira, São Paulo, Brasil.
e-mail: lazaro.sant@unesp.br

Resumo

As sementes crioulas têm sido utilizadas pelos agricultores familiares como uma forma de ampliar sua autonomia produtiva e segurança alimentar, além de contribuírem para o fortalecimento da resistência e permanência na terra. As entidades de pesquisa e extensão rural podem ser grandes aliadas nessa questão. O presente trabalho buscou identificar como ocorre a obtenção e a troca dessas sementes entre os guardiões(ãs) nos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP); e o papel que as instituições públicas vêm exercendo nessa questão. Para tanto, foi aplicado um questionário semiaberto na forma de entrevista, junto a 55 guardiões(ãs), e entrevistados três profissionais de instituições públicas de pesquisa e extensão atuantes no Território. Verificou-se que os guardiões adquirem as sementes crioulas por doações, troca, herança e pela compra. Porém, a maioria encontra dificuldades para adquiri-las, sobretudo pela pouca oportunidade de interagirem entre si. Os projetos de conservação de sementes crioulas no Território são recentes e, embora dependam de apoio de políticas públicas, mostram-se promissores, no sentido de articular os guardiões(ãs) e reforçar essa estratégia do agricultor familiar para enfrentar contextos adversos.

Palavras-chave: Sementes crioulas; guardiões e guardiãs de sementes; agricultura familiar; agrobiodiversidade; extensão rural.

Obtaining and exchanging Landraces by the guardians of Territory Prof.Cory/Andradina (SP) and the role of public institutions

Abstract

Landraces have been used by family farmers as a way to expand their productive autonomy and food security, in addition to contributing to the strengthening of resistance and permanence on land. Research and rural extension entities can be great allies in this matter. The present work sought to identify how these landraces are obtained and exchanged among guardians in the rural settlements of Território Prof. Cory/Andradina (SP); and the role that public institutions have been playing in this matter. To obtain this information, a semi-open questionnaire was applied in the form of an interview, together with 55 guardians, and three professionals from public research and extension institutions working in the Territory were interviewed. It was found that the guardians acquire the landraces through donations, exchange, inheritance and purchase. However, most of them find it difficult to acquire, especially due to the lack of interaction between them. Landraces conservation projects in the Territory are recent and, although they depend on public policy support, they

¹ Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro concedido pela CAPES, por meio de uma bolsa de mestrado.

are promising, in the sense of articulating the guardians and reinforcing this important family farmer strategy to face adverse contexts.

Keywords: Landrace seeds; seed guardians; family farming; agrobiodiversity; rural extension.

Obtendo e intercambiando sementes criollas por los Guardianes del Territorio Prof. Cory/Andradina (SP) y el papel de las instituciones públicas.

Resumen

Las semillas criollas han sido utilizadas por los agricultores familiares como una forma de expandir su autonomía productiva y seguridad alimentaria, además de contribuir al fortalecimiento de la resistencia y la permanencia en la tierra. Las entidades de investigación y extensión rural pueden ser grandes aliados en este asunto. El presente estudio buscó identificar cómo se obtienen e intercambian estas semillas entre los guardianes en los asentamientos rurales del Territorio Prof. Cory/Andradina (SP); y el papel que las instituciones públicas han estado jugando en este tema. Para recopilar esta información, se aplicó un cuestionario semiabierto en forma de entrevista, junto con 55 guardianes, y se entrevistó a tres profesionales de instituciones públicas de investigación y extensión que trabajan en el Territorio. Se descubrió que los guardianes adquieren las semillas criollas a través de donaciones, intercambios, herencias y compras. Sin embargo, a la mayoría les resulta difícil adquirirlos, especialmente debido a la falta de interacción entre ellos. Los proyectos de conservación de semillas criollas en el Territorio son recientes y, aunque dependen del apoyo de las políticas públicas, son prometedores, en el sentido de articular a los guardianes y reforzar esta importante estrategia de agricultores familiares para enfrentar contextos adversos.

Palavras claves: Sementes criollas; guardianes de sementes; agricultura familiar; agrobiodiversidad; extensión rural.

Introdução

O processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro fomenta cada vez mais a adoção de tecnologias modernas na agricultura, incluindo o uso de cultivares de sementes melhoradas, desenvolvidas para responder com alta produtividade aos pacotes tecnológicos que fornecem boas condições de cultivo por meio da intensa utilização de insumos agrícolas. Esse processo gera consequências que extrapolam “o aspecto genético e agrícola, se estendendo aos aspectos socioculturais da população e das comunidades rurais, incluindo aí os assentamentos de reforma agrária” (RIBEIRO, 2015, p. 111).

A questão referente a aplicação de tecnologias na agricultura, não se restringe ao conteúdo científico produzido, mas no uso político desse conhecimento monopolizado por empresas multinacionais, que controlam a comercialização e o uso das variedades produzidas e os insumos necessários ao seu cultivo (CALAÇA, 2010). Apenas nas culturas da soja e milho, que juntas representam 74% do setor de sementes (ABRATES, 2017), fica evidente o domínio de três grupos no escalão tecnológico de ponta: Bayer-Monsanto, Dow-

Du Pont e ChemChina (com aquisições da Nidera e Syngenta) (BANDEIRA, MEDEIROS, 2019).

O avanço dessas tecnologias, apesar dos ganhos na produtividade, causou mudanças no padrão de competitividade na agricultura, com a venda de pacotes tecnológicos de alto custo com necessidade de assistência técnica para a aplicação, provocando a marginalização da agricultura camponesa. Além dessa marginalização mercantil, verifica-se a perda da biodiversidade agrícola, já que uma das marcas do modelo da agricultura tecnificada é a semente híbrida e/ou transgênica, em monocultura, o que segundo Santilli (2009) causou a substituição de materiais locais e tradicionais por cultivares “modernas”, de alto rendimento e estreita base genética, prejudicando a segurança alimentar das comunidades agrícolas e da população local.

Diante desse contexto, uma alternativa adotada pelos agricultores camponeses como estratégia para enfrentar as contradições vividas no campo é a conservação da biodiversidade agrícola por meio da utilização de sementes crioulas. Em vários lugares do Brasil, experiências com tecnologias sociais envolvendo sementes crioulas tem se mostrado positivas, como banco comunitários de sementes, rede de troca de sementes e saberes e até mesmo melhoramento genético participativo, como apontam Londres (2014), Cassol e Wizniewsky (2015), Ribeiro (2015), Lima e Santos (2018), Oliveira et al. (2018), entre outros.

Sementes crioulas são populações de plantas cultivadas e selecionadas pelos próprios agricultores ao longo dos anos. O uso de semente crioula é o alicerce de dois fatores muito importantes que compõem as estratégias dos agricultores familiares: a soberania alimentar e autonomia produtiva, por ser um sistema autossuficiente na produção desse insumo. Londres (2014) e Machado (2014) salientam que essas variedades conservadas localmente são extremamente adaptadas ao solo, clima e às práticas de manejo das comunidades rurais, combinando também, fatores culturais. Portanto, além da obtenção da própria semente, o uso desses materiais crioulos diminui a dependência do agricultor aos insumos externos, em razão de serem adaptados ao ecossistema local e ao sistema de cultivo em que são produzidos.

Por trás do uso de sementes crioulas, existe uma figura social denominada guardiã de sementes. Os guardiões e guardiãs de sementes são agricultores(as) que cultivam sementes próprias, buscando a autossuficiência, mantendo saberes tradicionais e um patrimônio genético. Segundo Amorim (2016), a troca de material genético e o intercâmbio de saberes entre os guardiões são elementos fundamentais para a conservação da biodiversidade agrícola.

As instituições públicas como entidades que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) ou instituições de pesquisa e ensino, ao atuarem junto com os

agricultores, podem ser grandes aliadas no avanço em termos da conservação dessa biodiversidade e como mediadoras do processo de desenvolvimento rural.

A base da obtenção da semente crioula é, geralmente, a relação social, e não aquisição monetária. Portanto, a interação dos guardiões e guardiãs de sementes é fundamental para a conservação da agrobiodiversidade. O presente trabalho buscou identificar como é a obtenção e a troca dessas sementes entre os guardiões e guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) e o papel que as instituições públicas vêm exercendo nessa questão. Este artigo é parte da pesquisa de mestrado da primeira autora sob orientação do segundo².

Atuações de instituições públicas na conservação da agrobiodiversidade como uma estratégia do desenvolvimento rural

Agroecologia tem sido abordada como um modelo alternativo de desenvolvimento diante do contexto da “modernização” da agricultura. Frente ao modelo do agronegócio, principalmente pelo caráter mercadológico que transformou o setor de sementes em uma importante estratégia capitalista, o resgate das tradições agrícolas envolvendo o uso de sementes crioulas se transformou em uma relevante estratégia de desenvolvimento rural.

A ideia de resgatar tradições lançada nos discursos agroecológicos não é sinônimo de arcaico, ou contrária ao avanço científico, mas sim um tipo de modernidade distinto do padrão dominante (agronegócio); é uma construção discursiva surgida a partir das transformações trazidas pela modernidade, com significado de resistência e identificação social (PAULINO; GOMES, 2015). Ou seja, o conceito de resgatar tradições na agroecologia também é uma invenção moderna, sendo um modelo de desenvolvimento distinto do agronegócio.

Hobsbawm (1984) define “tradição inventada” como um conjunto de práticas que visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, estabelecendo continuidade com um passado histórico para expressar identidade e legitimidade. “As tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas. Elas são indícios” (HOBSBAWM, 1984, p. 21). Portanto, o resgate das “tradições” no meio rural, difundido principalmente entre os agricultores mais pobres, pode ser considerado um indício de que o modelo “moderno” da agricultura dominante, não contempla a diversidade de processos e modos de trabalho e vida presentes no meio rural, resultando na marginalização e enfraquecimento das camadas mais pobres.

Uma vez que o padrão de modernização se expande de modo desigual e abarca situações plurais (PAULINO; GOMES, 2015), as universidades, escolas agrárias, institutos

² Dissertação intitulada “Diagnóstico da produção de sementes crioulas em assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP)”, (2018) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Unesp, Câmpus de Ilha Solteira-SP.

de pesquisa e entidades que prestam assistência técnica e extensão rural têm grande responsabilidade no sentido de fomentar processos de desenvolvimento rural que considerem a diversidade dos ecossistemas agrícolas e as condições socioculturais presentes no meio rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). No Brasil, muitas experiências de interação entre agricultores e entidades demonstram que é possível a manutenção de variedades crioulas como parte das estratégias para o desenvolvimento rural.

No município de Ibarama – RS, existe a Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas para tratar de estratégias de resgate e manutenção das sementes, e segundo Kaufmann (2014), as parcerias institucionais foram decisivas para a consolidação e fortalecimento das experiências de resgate, conservação e uso das sementes crioulas. A autora registra que, de um lado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) do estado atuou acompanhando a trajetória das experiências, sendo um facilitador entre os agricultores e as políticas públicas e, de outro, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), colaboraram na promoção de eventos e na elaboração de projetos que articulam pesquisa, ensino e extensão voltadas para a conservação.

Outro caso muito conhecido acontece no estado da Paraíba, na região semiárida, onde agricultores familiares têm criado Bancos de Semente Comunitários, que se integram numa rede chamada de Sementes da Paixão (MORAIS et al., 2014) Esse modo de desenvolvimento e aplicação de saberes distintos do padrão dominante, além de ser um conjunto de técnicas agrícolas, é um ato de resistência e defesa da identidade do camponês, transformando a semente crioula em objeto político, um ator actante (PAULINO; GOMES, 2015). As pressões empreendidas por parte da sociedade civil, resultantes da reivindicação para que as políticas de enfrentamento das secas no semiárido brasileiro, de caráter emergencial, fossem substituídas por ações mais estruturantes e permanentes, tiveram como marco histórico a ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993 (SIEBER; GOMES, 2020). Essas pressões tiveram como um dos resultados, a inclusão da política de banco de sementes na Campanha Contra a Fome do Nordeste, lançada pelo governo do presidente Itamar Franco, em 1995 (LONDRES, 2014).

A partir destas conquistas, algumas experiências com o melhoramento genético participativo tiveram lugar na região do semiárido paraibano por meio de parcerias entre grupos locais, organizações vinculadas à Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), pesquisadores, professores e estudantes de instituições como a Embrapa, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Estes trabalhos serviram para resgatar variedades tradicionais, verificar o rendimento dessas em relação às sementes melhoradas

que são distribuídas pelo governo e analisar quais técnicas de armazenamento utilizadas pelos agricultores são mais eficientes (LONDRES, 2014).

O Melhoramento Genético Participativo propõe inverter a tendência histórica da separação entre agricultores e melhoristas, de modo que juntos possam desenvolver novas cultivares ou melhorar o que já existe (CLEVELAND; SOLERI, 2002). São ensaios realizados com rigor científico, utilizando a mesma metodologia empregada nos ensaios de sementes comerciais. A diferença é que o trabalho se desenvolve com grupos de produtores, no agroecossistema no qual estão inseridos, combinando o saber científico com o conhecimento, habilidades, experiências, práticas e preferências dos produtores (SANTOS et al., 2012; MACHADO, 2014). No Brasil e em diferentes regiões do mundo, trabalhos de melhoramento participativo têm tido um forte impacto no desenvolvimento comunitário (ALMEKINDERS; ELINGS, 2001; MACHADO et al., 2002).

As entidades de ATER e pesquisa podem desempenhar um importante papel sobre a mobilização inicial para a organização de associações ou rede de guardiões de sementes crioulas, além de realizar eventos que orientem sobre a importância da conservação da agrobiodiversidade. Kaufmann (2014) cita que a experiência de resgate, manutenção e conservação de sementes crioulas sofre grande influência deste trabalho de mobilização desempenhado pelos técnicos. Porém, esse tipo de trabalho requer uma mobilização de esforços, não apenas da comunidade e de entidades de extensão rural e pesquisa, mas também do poder público, viabilizando, por meio de medidas legais e institucionais, a atividade de resgate, seleção e melhoramento participativo (VOGT et al., 2007).

Além dos bancos comunitários de sementes e do melhoramento participativo, utilizados para a conservação da agrobiodiversidade, existem também as coleções de germoplasma. Segundo Burle e Veiga (2015), uma ampla diversidade de variedades crioulas está abrigada e disponível nas coleções de germoplasma do país. Diversas instituições públicas, tais como universidades e empresas estaduais de pesquisa agropecuária, mantêm coleções de germoplasma estratégicas para a agricultura brasileira e mundial (MARIANTE et al., 2009). No entanto, a manutenção dessas coleções muitas vezes está ameaçada, principalmente por falta de institucionalização das mesmas, o que as torna frágeis em função de mudanças/flutuações na gestão das instituições, aposentadoria de professores-curadores, dentre outros fatores (BURLE; VEIGA, 2015). Esses mesmos autores defendem uma conexão entre as coleções e as instituições para aprimorar as atividades de curadorias e a organização das coleções.

Alguns autores consideram que a conservação *ex situ* em coleções de germoplasmas não respeita a dinâmica da evolução natural das plantas, por retirar o germoplasma de seu ambiente. Afirmam também que os bancos são mais acessíveis a empresas especializadas e, na prática, são poucos os bancos que permitem o acesso aos

agricultores, o que fortalece a concentração do sistema de sementes no mundo (GLIESSMAN, 2002; CANCI, 2006; BOEF et al., 2007; KAUFMANN, 2014).

Em todas as estratégias de conservação de sementes crioulas aqui citadas, como as casas comunitárias de sementes, redes de troca, melhoramento genético participativo e coleções de germoplasma, observa-se que a combinação de diversos fatores ou ações as torna mais eficientes. Isso reforça a importância do uso de estratégias coletivas e de uma rede de conhecimentos que valorize os saberes locais, articulando-os com os saberes de origem acadêmica, bem como o apoio do poder público, para que a agricultura evolua de maneira mais harmoniosa possível com todos os elementos de diversidade do ecossistema.

Procedimentos metodológicos

O Território em estudo

O presente trabalho foi desenvolvido dentro da delimitação do Território Prof. Cory/Andradina que está localizado no noroeste do estado de São Paulo. O Território é formado por onze municípios: Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis (CODETER ANDRADINA, 2013).

O Território Prof. Cory/Andradina (SP) apresenta uma acentuada concentração fundiária com um histórico de predominância de grandes fazendas com criação extensiva de bovinos de corte. A paisagem do Território vem sofrendo modificações: as áreas destinadas à pecuária, embora ainda muito expressivas, vêm perdendo espaço para as grandes lavouras de cana de açúcar, transformando a paisagem do campo de forma monótona pela uniformidade da monocultura (SANT'ANA, 2016; YAMAMOTO, 2014).

Na década de 2000, o Território apresentou também avanços em termos de desconcentração da propriedade fundiária, em função da forte presença de movimentos sociais de luta pela terra, com a criação de vários assentamentos (SILVA, 2012). No total são 38 assentamentos, abrigando 3.448 famílias, alocadas em uma área de 62.935ha (INCRA, 2018).

A implantação de assentamentos possibilita o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar que vai além do produtivismo que orienta a agricultura produtora de *commodities*, tornando os assentamentos um espaço de resgate da biodiversidade agrícola (GAVIOLI, 2009). Essa característica resulta em impactos regionais, gerando a dinamização das economias locais, com o incremento dos serviços públicos e a diversificação da produção e da paisagem agrícola, especialmente em regiões de monocultura extensiva (HEREDIA et al., 2002).

Levantamento e análise dos dados

Em uma das etapas da pesquisa de mestrado, já referida, foram identificados os guardiões de sementes crioulas nos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina pelo método conhecido “bola de neve”, ou, ainda, como “cadeia de informantes” (BERNARD, 2006). No total, foram identificados 55 **guardiões e guardiãs** residentes em 24 assentamentos do Território, no período entre setembro de 2017 e junho de 2018.

Para levantar dados em relação a obtenção e troca de sementes crioulas no Território, foi aplicado um questionário semiaberto, ou seja, composto de perguntas fechadas e abertas (GIL, 2008), na forma de entrevista, junto aos **guardiões e guardiãs** identificados, sempre em seus próprios locais de moradia (estabelecimentos rurais).

No questionário foram abordadas questões sobre o modo pelo qual obtiveram as sementes que utilizam, a maneira que empregam para trocar e adquirir novos materiais (assim como as possíveis dificuldades), sobre a participação em feiras de troca de sementes, cursos ou palestras, e se recebiam orientação técnica sobre sementes crioulas.

Para uma análise da atuação das instituições públicas na conservação de sementes crioulas foram entrevistados três profissionais de entidades atuantes no Território: um professor da Escola Técnica Estadual (Etec) Sebastiana Augusta de Moraes, de Andradina (SP) e coordenador do curso de Agronomia da Fundação Educacional de Andradina (FEA), com doutorado em agronomia e atuação em pesquisa de adubação orgânica, agricultura orgânica, familiar e sementes crioulas; uma analista de desenvolvimento agrário e extensionista social do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) de Andradina, com formação de assistente social e especialização em desenvolvimento rural; e o Coordenador do Núcleo operacional de Ilha Solteira da Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (Coater) (entidade, na época, com contrato de terceirização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra), formado em engenharia agrônômica, com linha de pesquisa voltada para extensão rural e meio ambiente. Durante a entrevista foram levantados aspectos sobre: o incentivo à conservação de sementes crioulas, grau de tradição de sementes crioulas no Território, projetos e iniciativas existentes, e as dificuldades encontradas pelos profissionais no que se refere às ações e projetos envolvendo sementes crioulas.

Os resultados deste trabalho foram estruturados em três partes: Nos dois primeiros itens, “Obtenção e troca de sementes crioulas utilizadas pelos **guardiões e guardiãs** do Território” e “Cursos, Palestras e Assistência Técnica sobre sementes crioulas”, foram apresentados e discutidos, por meio de estatística descritiva, os dados obtidos com a aplicação do questionário junto aos 55 guardiões do Território. No terceiro item, “Atuações de instituições públicas do Território Prof. Cory/Andradina (SP) na conservação de sementes

crioulas”, foram apresentadas as informações sobre a atuação das instituições públicas no Território no que se refere às sementes crioulas, obtidas durante a entrevista com os profissionais atuantes no Território.

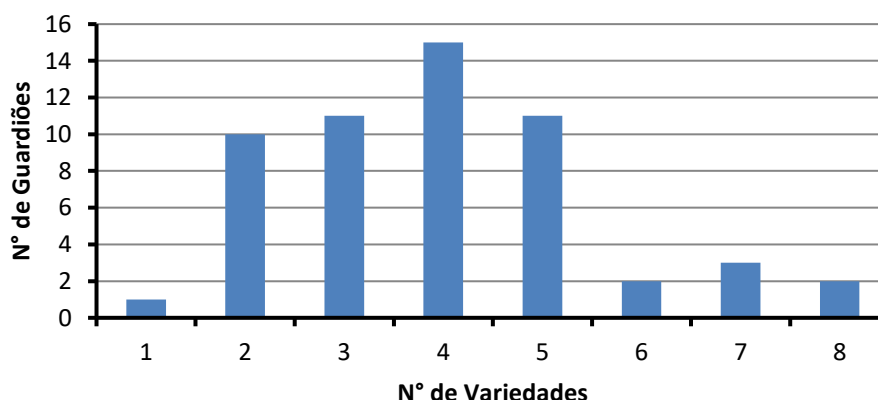
Resultados e discussão

Obtenção e troca de sementes crioulas utilizadas pelos guardiões e guardiãs do Território

Os guardiões e guardiãs identificados nos assentamentos do Território Prof. Cory/Andradina são, em sua grande maioria, agricultores e agricultoras com uma média alta de idade (59 anos), em relação aos outros produtores assentados da região³, com grande experiência no desenvolvimento de atividades agrícolas e que participaram da luta pela terra. Possuem em média quatro variedades de sementes crioulas, com predominância de duas a cinco variedades, e apenas 12,7% (7) dos guardiões cultivam seis ou mais variedades (Figura 1). A espécie de semente mais encontrada foi a de feijão-catador, *Vigna unguiculata* (L.) Walp., citada por 76,4% (42) dos guardiões e guardiãs. As sementes de feijão-catador apresentaram grande variação de cores e morfologia, sendo um alimento tradicional da região, utilizado em pratos típicos, como frango com farofa.

Dentre os guardiões pesquisados, 56,4% (31) são mulheres e 43,6% (24) homens, o que corrobora estudos que mostram o papel fundamental desempenhado pelas mulheres na conservação da biodiversidade por meio do resgate de sementes (GASPARETO; ETGES; KARNOPP, 2019; SANTOS, 2020), reforçando o protagonismo da mulher no meio rural (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Figura 1: Distribuição dos guardiões e guardiãs de sementes pesquisados de acordo com o número de variedades crioulas que cultivam no Território Prof. Cory/Andradina - SP.



Fonte: Próprios autores, 2017-2018.

³ Silva (2016) verificou nos assentamentos do Território uma média de idade de 49 anos para as produtoras e de 52 anos para os produtores.

O acesso a sementes de variedades tradicionais torna-se cada vez mais difícil, tendo como espaço de resistência as casas ou bancos comunitários de sementes mantidas pelos próprios agricultores. Desde o início desse século já se constatava, na área de sementes, a redução drástica da base genética disponível no mercado, com nítida tendência para uma oferta de cultivares melhoradas (CARVALHO, 2003).

Sobretudo a partir da “modernização agrícola”, desencadeou-se a desnacionalização e internacionalização da agricultura brasileira, tema amplamente discutido por Bandeira e Medeiros (2019), com destaque para as mudanças no setor de sementes. Os autores abordam os fatores que levaram ao atual cenário de dependência em relação às corporações transnacionais e o caráter estratégico que passou a ter o setor de sementes para o agronegócio, pelo aprofundamento da financeirização na agricultura, após as inovações tecnológicas das últimas décadas.

De forma predominante, a base da obtenção das variedades tradicionais é a relação social, por meio da troca entre os agricultores ou pela transferência por *herança* de familiares, mas também, podem ser adquiridas por meio da compra que ocorre informalmente entre os agricultores. Amorim (2016) cita as redes de sementes de agricultores camponeses como um dos componentes principais do sistema de aquisição de sementes, por meio do qual ocorre a troca entre os membros das comunidades ou até mesmo entre comunidades distintas, sendo um sistema essencial para a conservação da biodiversidade.

Os guardiões e guardiãs do Território obtiveram as sementes crioulas que cultivam por diferentes maneiras (Tabela 1). Constatou-se que 38,2% (21) adquiriram por meio de doações, feitas por produtores vizinhos ou de outros assentamentos, pela distribuição realizada por pesquisadores do Território (como professores da Etec de Andradina que realizam o trabalho de resgate, formando um banco de sementes, e também por pesquisadores da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios -APTA de Andradina, que desenvolvem pesquisas principalmente com variedades de feijão crioulo) e por intermédio do serviço de ATER terceirizado do Incra (vigente à época).

A obtenção por meio de troca (em feira de troca de sementes ou com os próprios produtores dos assentamentos) ocorreu em 36,4% (20) dos casos. Entre os pesquisados, 29,1% (16) afirmaram ter conseguido as sementes por *herança*, passadas de uma geração para a outra; 18,2% (10) compraram frutos no mercado para a retirada das sementes ou compraram sementes de outros produtores ou ainda em Casas da Agricultura. Houve relatos de agricultores que fazem uma espécie de rodízio de sementes, principalmente com o feijão catador, em que a cada safra um produtor separa para os demais vizinhos as sementes que serão utilizadas para a próxima semeadura.

Tabela 1: Formas de obtenção das sementes crioulas cultivadas, pelos guardiões e guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP).

Origem das sementes cultivadas	Guardiões e guardiãs* (Nº)	Guardiões e guardiãs (%)
Doação	21	38,2
Troca	20	36,4
Herança	16	29,1
Compra	10	18,2

Nota: *Total com repetição – produtor(a) podia citar mais de um tipo de origem.

Fonte: Próprios autores, 2017-2018.

No caso das sementes que foram adquiridas por meio da compra de frutos em mercados ou sementes em Casas da Agricultura, ao serem cultivadas e selecionadas pelos guardiões por pelo menos cinco ciclos de cultivo em suas propriedades, podem ser consideradas variedades locais (MACHADO et al., 2008).

As sementes crioulas podem ser desenvolvidas localmente por agricultores, ou terem como origem sementes provenientes de outros locais, por meio do cultivo e seleção ao longo do tempo em um mesmo ecossistema (desde que não sejam sementes originadas pela transgenia ou hibridação). Em alguns casos, podem também ser oriundas de institutos de pesquisa, uma vez que cultivadas em um mesmo local durante muitos anos, adquiriram características peculiares e/ou foram se adaptando aquele local, por seleção natural ou massal. Exemplo clássico pode ser considerado a soja cultivar IAS 5, lançada pela pesquisa na década de 1960, e que até os dias atuais é semeada em algumas regiões do Rio Grande do Sul (BEVILAQUA et al., 2014).

No Território pode-se citar o caso do feijão “carioca”. Um feijão diferenciado dos demais foi constatado no campo por um engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura de Ibirarema (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI) e levado ao Instituto Agrônomo em 1966. Introduzido oficialmente na coleção de plantas do Instituto Agrônomo, recebeu o número I 38700, e como consta, foi introduzido como variedade ‘carioca’ (BULISANI, 2008). Quatro guardiões do Território o adquiriram em certa época da vida e o conservaram por vários anos (entre 4 e 20 anos nos casos pesquisados), por meio de plantios sucessivos, no mesmo local, com a finalidade de autoconsumo da família. Esse cultivo sucessivo e a seleção feita pelos guardiões favoreceram a frequência dos genótipos que mais se adequaram ao local, fazendo com que seja uma adaptação específica.

Quando questionados sobre a possibilidade em obter sementes crioulas, a maioria (65,5%) dos guardiões e guardiãs do Território disseram encontrar dificuldades (Tabela 2). Entre os que citaram alguma dificuldade, os motivos que interferem negativamente na troca e obtenção foram: falta de pessoas que usam sementes crioulas ou não ter informação sobre onde estão esses produtores, ausência de oportunidade para realizar trocas (em feiras, por exemplo), falta de hábito dos agricultores em guardar sementes (alguns guardiões fizeram relatos que doam as sementes, mas o produtor que recebeu consome ou vende tudo que plantou, não guardando parte para a próxima safra), e uma dificuldade específica para a cultura do milho, já que grande parte dos produtores vizinhos utilizam cultivares (predominantemente transgênicos) ou variedades comerciais e a polinização é aberta (alterando, às vezes de forma irreversível, as características da semente crioula).

Tabela 2: Dificuldades encontradas pelos guardiões e guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) na troca e obtenção de sementes crioulas.

Nota: com	Variável	Sim		Não		*Total
		N°	%	N°	%	
	Dificuldade para obter ou trocar sementes	36	65,5	19	34,5	
	Motivos da dificuldade	N°*		%		
	Falta de hábito dos agricultores em guardar sementes	27		49,1		
	Não ter informação sobre onde estão os produtores guardiões	20		36,4		
	Ausência de oportunidade para realizar trocas	18		32,7		
	Polinização aberta da cultura do milho	5		9,1		

repetição – produtor(a) podia citar mais de um tipo de dificuldade.

Fonte: Próprios autores, 2017-2018.

A dificuldade relatada pelos guardiões e guardiãs como “falta de hábito dos agricultores em guardar a semente”, pode-se relacionar com o distanciamento da tradição de manejar sementes crioulas, provocado pela monetização das sementes, já que o modelo do agronegócio preconiza que haveria uma superioridade do conhecimento técnico “moderno” em relação ao conhecimento tradicional do camponês, admitindo que o melhoramento genético das variedades/cultivares deve ser feito apenas por profissionais e disponibilizado para a população por meio da compra.

Ribeiro (2015) ao analisar a diversificação produtiva em assentamentos rurais, a partir do milho crioulo, em Jataí - GO, constatou que houve dificuldades por parte de algumas famílias em armazenar as sementes e que essa dificuldade não significava desinteresse pelas sementes, e sim, dificuldade técnica em retomar a prática de produzir a própria semente.

Uma vez que na medida em que a família vai se prendendo ao mercado ela vai se desfazendo, não somente da produção daquilo que ela passa a comprar, mas, sobretudo, da prática e tradição de fazê-lo, implicando no adormecimento das relações estabelecidas no ato de trabalhar e de produzir determinado produto (RIBEIRO, 2015, p. 116).

A prática de resgate de sementes não implica somente a multiplicação e distribuição da semente, abarca o resgate de um conjunto de saberes sobre as ações que envolvem as sementes crioulas, que está nas mãos dos agricultores e agricultoras que as cultivam. A importância da presença de organizações, entidades de pesquisa e órgãos de ATER se dá na identificação dos guardiões e na criação de espaços que permitem a troca desses saberes, ao articular a participação de outros produtores da região nesses encontros. Neste espaço de intercâmbio é muito importante uma dinâmica em que todos os sujeitos são educandos e educadores (FREIRE, 2013), valorizando o encontro do conhecimento científico com o saber do agricultor, adquirido por meio da experiência ao longo da vida e na sua relação com a natureza, denominada por alguns autores como ecoformação (SILVA; BRANDENBURG; LAMINE, 2019).

Ao aproximar os guardiões e outros agricultores, é possível formar uma rede de troca de sementes e articular a criação de um banco comunitário de sementes que pode ser alojado nas sedes dos assentamentos. Essas ações atendem também a dificuldade relatada pelos guardiões de “não ter informações sobre onde estão os produtores guardiões”, já que a identificação e aproximação dos guardiões é um dos primeiros passos.

Amorim et al. (2015) ao analisarem o encontro de guardiões de sementes crioulas, ocorrido em Poço Redondo (SE), em março de 2015, observaram que esses eventos e intercâmbios entre os camponeses se constituem em importantes instrumentos metodológicos/formativos na valorização e no resgate de sementes crioulas. Destacam que a troca de saberes e de sementes permite uma reflexão sobre as sementes crioulas, partindo da própria realidade e vivência dos agricultores, evidenciando a importância da conservação como estratégia de autonomia e empoderamento frente ao agronegócio. Este tipo de ação, ao mesmo tempo em que fortalece a ação dos camponeses, estimula os demais a refletirem sobre a importância da diversificação e da conservação das sementes (AMORIM, 2016).

Os guardiões e guardiãs entrevistados mencionaram a ausência de oportunidade para realizar a troca de sementes. Além das redes de troca e bancos comunitários, os eventos como as Feiras de Mudas e Sementes, se mostram uma boa opção, sendo também um espaço precioso de debate. As feiras, geralmente, são eventos maiores e conseguem reunir pessoas de comunidades agrícolas diferentes, possibilitando a troca de informação

sobre estratégias para a manutenção das redes e bancos comunitários, além de permitir a troca de novas variedades crioulas.

Porém, apenas 18,2% (10) dos guardiões e guardiãs do Território já tinham participado de feira de troca de sementes. Essa baixa participação, segundo os mesmos, é devido à falta de informação, oportunidade e problemas com transporte. Dentre aqueles que participaram, os locais de troca mencionados foram: II Seminário de Agricultura Orgânica do Território Noroeste Paulista, realizado no dia 7 de outubro de 2016 em Jales - SP; Feira Nacional da Reforma Agrária realizada nos dias 22 a 25 de outubro de 2015, no Parque da Água Branca, em São Paulo - SP; I Simpósio de Agricultura Orgânica e Feira de Troca de Sementes e Mudas do Centro Oeste Paulista, no dia 30 de novembro de 2017, em Bauru - SP; II Encontro Sorocabano de Trocas de Sementes, Sabores e Saberes, realizado nos dias 9 e 10 de maio de 2015, em Sorocaba-SP.

Franco, Corlett e Schiavon (2013) destacam a importância da realização de mais eventos como as feiras de trocas de sementes e a ocorrência em polos centrais, facilitando o deslocamento e a presença dos agricultores. O deslocamento até os eventos é um fator limitante para os agricultores assentados, visto que muitas vezes têm que percorrer grandes distâncias em estradas de terra que nem sempre estão em boas condições.

Cursos, Palestras e Assistência Técnica sobre sementes crioulas

Com relação às palestras ou cursos sobre sementes crioulas, os guardiões e guardiãs relataram uma participação maior do que em feiras de troca, mas ainda assim somente 36,4% (20) frequentaram ao menos um desses cursos. Os motivos mencionados pelos 63,6% (35) que nunca participaram de palestras ou cursos sobre sementes crioulas foram falta de informação ou de interesse (Tabela 3).

Tabela 3: Participação dos guardiões e guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) em cursos e palestras sobre sementes crioulas, e se já receberam orientação técnica sobre o manejo de sementes crioulas.

Variável	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
Participação em cursos ou palestras	20	36,4	35	63,6
Motivos da não participação	Nº		%	
Falta de informação	29		82,8	
Falta de interesse	6		17,2	
Variável	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
Já recebeu orientação técnica	8	14,5	47	85,5

Fonte: Próprios autores, 2017-2018.

Os motivos mencionados pelos guardiões e guardiãs de não terem participado de nenhum curso ou palestra podem estar relacionados com a porcentagem baixa dos guardiões que já receberam orientação técnica sobre sementes crioulas. Somente 14,54% (8) já receberam alguma orientação técnica (além dos cursos/palestras) a respeito de sementes crioulas. As entidades mencionadas foram a Coater (4), Itesp (3) e Etec de Andradina (1).

Vale ressaltar que, as iniciativas voltadas para a conservação de sementes crioulas no Território por parte dos serviços de ATER, como será demonstrado no próximo tópico do trabalho, são recentes, refletindo na baixa porcentagem de guardiões e guardiãs que já receberam orientação técnica sobre esse tema.

A carência de projetos que abordam sementes crioulas está associada principalmente à falta de políticas públicas para impulsionar a agricultura familiar dentro dos moldes agroecológicos, visando a autonomia produtiva, e também pelo histórico da extensão rural brasileira, cujo modelo difusionista continua enraizado nas instituições que executam ações em assentamentos rurais.

Os sistemas de ATER surgiram na América Latina em meados do século passado, inspirados no modelo estadunidense, com o objetivo de incrementar a produtividade da agricultura mediante à transferência de tecnologias (SCHALLER, 2006; BRITO et al., 2012). Nas últimas décadas ocorreram mudanças nas diretrizes para a prática de ATER no Brasil, inicialmente com proposições da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004, e que, com algumas alterações, se tornou a Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, trazendo um novo modelo de desenvolvimento rural baseado em metodologias participativas e em princípios da agricultura de base ecológica (BRASIL, 2010).

Porém, Landini (2015), Zuin, Zuin e Manrique (2011) e outros autores mostram que as mudanças institucionais não necessariamente modificaram os modos que os agentes de ATER conduzem o trabalho, havendo persistência de algumas práticas difusionistas e produtivistas. Landini (2015) aponta a necessidade de fortalecer a formação dos extensionistas voltada para uma ATER interdisciplinar e agroecológica, mas também relaciona essa persistência do modelo difusionista com a falta de políticas públicas e iniciativas institucionais permanentes de apoio ao desenvolvimento rural, focado à agricultura familiar.

A falta dessas iniciativas institucionais permanentes pode ser um impedimento para o desenvolvimento rural, pois o agricultor familiar fica submetido à instabilidade e descontinuidade de políticas públicas que o favorece. Por isso, é de grande importância encadear estratégias que reforcem a autonomia do produtor, principalmente no cenário político atual, em que esse setor se encontra completamente desarticulado e desassistido.

Segundo Grisa (2020), o desmantelamento das políticas públicas vem ocorrendo desde 2014, a partir das crises política e econômica que se estabeleceram no país, mas se potencializaram a partir de 2016 e ganharam magnitude expressiva no governo Bolsonaro, no sentido de diminuição do número de políticas, de instrumentos que essas políticas acionam e da própria intensidade desses instrumentos. Essa mesma autora, com base na classificação de Bauer et al. (2012), menciona a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como casos de desmantelamento por omissão, em que o governo não assume o ônus de extinguir as políticas, mas também não oferece condições política, financeira e de recursos humanos para sustentar as mesmas.

A extensão rural deve ser uma grande aliada na formação das estratégias que reforcem a autonomia produtiva, a partir do estabelecimento de relações democráticas com o agricultor, resgatando conhecimentos tradicionais, como aqueles relacionados às sementes crioulas, e atuando de forma a superar o modelo difusionista focado no repasse de “pacotes de novidades”, pois “embora todo desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento” (FREIRE, 2013, p. 47).

Atuações de agentes de ATER em algumas regiões do Brasil têm se mostrado um fator positivo no resgate de sementes e saberes, operando como mediadores. Tem-se como exemplo um grupo de 35 agricultores e agricultoras do município de Ibarama – RS, que estimulados por extensionistas da Emater/RS, passou, a partir de 1998, a organizar-se e desenvolver procedimentos de resgate, conservação e multiplicação de cultivares crioulos em busca de autonomia produtiva. Em 2008, essas famílias criaram a Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas de Ibarama e, com o apoio da UFSM e Emater/RS, seguem firmes na manutenção e conservação das cultivares crioulas (CASSOL; WIZNIEWSKY, 2015).

Os guardiões e guardiãs do Território não possuem uma organização autônoma específica para tratar de assuntos ligados à agroecologia, sementes crioulas ou casas comunitárias de semente (SILVA; SANT'ANA, 2019). Esse tipo de organização é benéfico para alicerçar várias dimensões, como o fortalecimento das relações sociais, facilitação de ações em conjunto, formação de estratégias de resistência e permanência na terra, acesso a políticas públicas, criação de canais para comercialização e sobretudo a formação de uma rede de guardiões de sementes.

Esse tipo de ação pode ser observado no Movimento Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina, que segundo Gaspareto, Etges e Karnopp (2019), a partir de debates no Movimento sobre a soberania alimentar, garantia das sementes como patrimônio da humanidade e valorização de práticas acumuladas, criaram o Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, em 2001, fortalecendo a produção de alimentos, ervas medicinais e

de flores. Este Programa integra várias dimensões que vai desde a renda até debates para além das “hortaliças”, discutindo a agricultura camponesa dentro de uma visão mais ampla, não se referindo apenas à produção (GASPARETO; ETGES; KARNOPP, 2019).

Outro caso a ser destacado é o do Polo da Borborema (PB), onde os agricultores familiares junto a sindicatos e organizações não governamentais formam uma rede de atuação a partir de ações ligadas a agroecologia, em que se discute o manejo e a conservação das sementes crioulas (OLIVEIRA et al., 2018). A partir dessa organização os produtores já conseguiram vários avanços em relação à infraestrutura, como uma unidade frigorífica e o acesso à canais de escoamento da produção, além de contribuir para a segurança alimentar das famílias.

Atuações de instituições públicas do Território Prof. Cory/Andradina (SP) na conservação de sementes crioulas

A entrevista realizada com os profissionais atuantes no Território permitiu obter um panorama a respeito dos trabalhos de resgate que vem ocorrendo para fortalecer uma base de obtenção e troca de sementes crioulas entre os agricultores e agricultoras assentados da região. Os três entrevistados consideram que o incentivo à conservação de sementes crioulas no Território Prof. Cory/Andradina ainda é baixo e recente, mas acreditam ser de grande importância. Consideram que são necessárias mais ações para promover a conscientização, pois para os moldes de produção da agricultura familiar, as sementes crioulas constituem-se em uma opção viável para manter uma relativa independência frente aos pacotes tecnológicos e assegurar a segurança e soberania alimentar.

A grande maioria dos agricultores e agricultoras do Território não têm o costume de cultivar sementes crioulas, e os entrevistados relacionam essa falta de tradição com a forma de colonização do Território. Historicamente, a estrutura fundiária da região de Andradina foi caracterizada pela acentuada concentração e predominância de grandes fazendas, que criavam extensivamente bovinos de corte. Quando ocorreram avanços em termos de desconcentração da propriedade fundiária, a reforma agrária foi realizada em fazendas com grandes áreas de pastagens, e os agricultores recém assentados ficaram sem muita opção, a não ser a criação de gado de leite.

Outro motivo seria a origem das famílias assentadas, pois grande parte não tinha experiência agrícola ou antes trabalhavam para setores do agronegócio e buscaram alternativas produtivas semelhantes aos exemplos de sucesso das grandes fazendas. Como adverte Welch e Fernandes (2008), o agronegócio abarca tecnologias e políticas agrícolas sob o controle do capital, enquanto a agricultura familiar, quando participa desta estrutura, o faz de forma subordinada às condições do sistema.

Apesar desse histórico, ocorreram alguns avanços nos incentivos dos processos de transição agroecológica. Os professores da Etec de Andradina iniciaram e estão desenvolvendo um banco comunitário de sementes crioulas. Para incrementar as ações, fizeram gestões para conseguir recursos via emenda parlamentar, no entanto, não houve êxito. Depois, fizeram uma articulação com uma organização sindical e com a Superintendência o Inkra do estado de São Paulo, e na época da entrevista (05/2018), o projeto do banco comunitário estava em análise. Posteriormente, chegou a ser aprovado e seria iniciado em 2019, mas com a mudança de governo e o cancelamento dos contratos de serviços de ATER nos assentamentos, esta iniciativa foi abortada.

O Banco de Sementes da Etec de Andradina conta com diversas espécies, como sementes/mudas de milho, feijão, arroz, mamona, mandioca, amendoim, batata doce, inhame, adubos verdes, entre outras (Figura 2).

Figura 2: Amostras de sementes armazenadas no Banco de Sementes da Escola Técnica Estadual (Etec), Sebastiana Augusta de Moraes, de Andradina (SP).



Foto: Próprios autores, 2018.

Uma das sementes presentes no banco é do milho crioulo Asteca e há registro de mais de 40 anos de cultivo no mesmo local por agricultores camponeses reassentados na época da construção das barragens na região. Muitas vezes, alguns materiais conseguidos em feiras de troca de sementes não se adaptam às condições edafoclimáticas, como foi o caso da aveia, não sendo possível fazer a multiplicação. Mudanças de espécies arbóreas nativas ou exóticas também estão presentes no banco de sementes (SILVA; SANT'ANA, 2017).

Vasconcelos e Mata (2011) consideram que a implantação de um banco de sementes é uma tecnologia social de grande relevância para os agricultores e agricultoras rurais, considerando que exerce papel importante na preservação do resgate não apenas das sementes, mas da cultura popular. Afirmam que as casas de sementes têm atraído

novos agricultores familiares, principalmente jovens e mulheres, para modelos mais sustentáveis de produção, mostrando para os poderes públicos e para a sociedade a importância de manter o controle das sementes pelos próprios agricultores, como forma de assegurar a soberania alimentar de nossa população.

Além do Banco de Sementes, foi desenvolvido, por meio de parcerias institucionais, um dia de campo com palestras teóricas e posterior partilha de parte das sementes armazenadas na Etec e na FEA, junto com a Coater e a APTA Regional de Andradina. Além disso, o Itesp, especialmente por meio da extensionista social, tem buscado incentivar a participação de agricultores e agricultoras assentados em feiras de troca de sementes e eventos de cunho agroecológico, sendo uma importante conexão do público assentado com esses eventos.

Na parte de ensino, a Etec possui uma área com um laboratório vivo, ligado ao componente curricular sobre Agricultura Orgânica, em que os alunos aprendem várias técnicas referentes ao tema. Em uma das atividades, os alunos estão tentando adequar a variedade do Milho Asteca para as condições do produtor local, buscando modificar algumas de suas características, como reduzir a altura de inserção da primeira espiga, mas mantendo-o como semente crioula. Além da importância para conhecimento dos alunos, estes educandos também têm um papel ativo como multiplicadores, pois recebem as sementes e as levam para o estabelecimento rural da família, nos assentamentos rurais. Em relação à pesquisa científica, o Professor da Etec comentou sobre um de seus trabalhos em que materiais crioulos de milho, híbridos simples e cultivares comerciais foram testados para observar a interação com o *Azospirillum brasilense* e os resultados mostraram que quanto menor a pressão genética de melhoramento presente no material, maior a eficiência do *Azospirillum* (SILVA.; SANT'ANA, 2017).

Ainda de acordo com o professor entrevistado da Etec de Andradina, dentro do componente curricular Agricultura Orgânica, desenvolvido naquela Instituição, os professores fazem partilha de sementes crioulas orgânicas com os alunos e relatam a importância destas para a autonomia e soberania alimentar da família, especialmente dos assentados de reforma agrária. Os ensinamentos em sala de aula são componentes extremamente eficientes na conscientização da população rural em relação à importância das sementes crioulas. Vale ressaltar a inexistência de disciplinas acadêmicas com esse tipo de conteúdo em muitos cursos de ciências agrárias, de instituições nacionais de ensino superior.

Os entrevistados também afirmaram que apesar desses avanços, algumas dificuldades ainda são encontradas pelos profissionais que atuam no Território para desenvolver um projeto com sementes crioulas, como recursos financeiros muito restritos, dificuldade de conseguir agência de fomento interessada nessa temática, pouca

conscientização dos próprios agricultores do valor dessas sementes e a interrupção dos programas de ATER, que também causam um impacto negativo, já que muitos projetos não tem continuidade (pela interrupção do trabalho quando termina uma chamada pública, o que às vezes implica também em mudança da instituição prestadora do serviço ou, no caso recente, o cancelamento de qualquer tipo de ATER por tempo indeterminado). Entretanto o Território tem o público adequado para esse tipo de prática, áreas disponíveis, técnicos de ATER e órgãos de pesquisa, faculdades e escola técnica, e todos esses fatores são pontos fortes que podem subsidiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão com sementes crioulas.

Entre as estratégias que poderiam ser usadas para reverter o quadro, os entrevistados citaram a necessidade de dar continuidade no projeto do banco comunitário de sementes. Também mencionaram a necessidade de uma maior aproximação com os agricultores e agricultoras para conhecer como fazem sua prática de manejo de produção e, concluída essa fase, caberia motivá-los para uma maior conscientização sobre a importância de alinhar seus sistemas de produção aos processos de transição agroecológica.

Herrmann et al. (2010) afirmam que a formação de uma rede entre instituições parceiras e os agricultores seria favorável para difundir informações, localizar, resgatar e assim manter as sementes crioulas, além de inteirar os agricultores sobre o tema agroecologia. A troca de informações entre essas famílias também enriquece o trabalho no campo, o costume de doar/repartir as sementes e fortalece os laços de amizade e a solidariedade entre vizinhos (GOFI, 2017).

Os entrevistados acreditam que há boa participação e interesse dos assentados nessa temática. Apesar de a produção leiteira ser expressiva para esse público, a produção de autoconsumo é de interesse de todos. Um dos entrevistados relatou que durante a partilha de sementes feita no evento realizado em parceria entre as instituições do Território, os agricultores ficaram incrédulos que as sementes distribuídas eram gratuitas.

Os profissionais atuantes no Território Prof. Cory/Andradina contribuem com a realização de atividades de extensão e pesquisa no que diz respeito à conservação da agrobiodiversidade, sendo interlocutores diretos com os agricultores e agricultoras e participantes importantes para que as ações sejam executadas. Essas iniciativas são valorosas e cruciais, e ainda assim há muito o que ser feito sobre políticas de conservação no Território, levando em consideração o seu público e o cenário em termos potenciais. Essas iniciativas podem se constituir em alicerce e estímulo para a consolidação de uma rede envolvendo os guardiões de sementes.

Considerações finais

Os guardiões e guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) obtiveram as sementes crioulas que cultivam por diferentes meios: doações, troca, herança e compra. Porém, a maioria dos guardiões encontra dificuldades em obter e trocar sementes crioulas, principalmente pela pouca oportunidade de interagirem entre si e pelo distanciamento dos agricultores com a tradição de produzir as suas próprias sementes.

Há iniciativas recentes de projetos voltados para a conservação de sementes crioulas no Território e, embora sejam ainda em pequeno número, vinham se mostrando promissores. Os profissionais atuantes no Território Prof. Cory/Andradina são atores sociais que têm buscado trabalhar em conjunto com os agricultores, para que as ações de extensão e pesquisa, voltadas à conservação da agrobiodiversidade, sejam articuladas e ampliadas, pois é necessário não somente fortalecer e aproximar os guardiões já existentes, como também estimular outros agricultores e agricultoras a adotarem a prática da semente crioula. No entanto, esses mediadores dependem do apoio de políticas públicas de ATER e pesquisa que, na conjuntura atual, foram completamente desmanteladas.

Reforçar a autonomia dos agricultores familiares e camponeses por meio do incentivo ao uso e ao resgate das sementes crioulas, assim como de outras práticas tradicionais que trilham nesse mesmo sentido, significa apoiar estratégias importantes para que as famílias se contraponham às contradições geradas pelo modelo do agronegócio, à instabilidade e descontinuidade de políticas públicas que deveriam os favorecer e, dessa forma, ampliar a capacidade dos mesmos em resistir e permanecer na terra.

Referências

ABRATES. **Mercado de Sementes movimenta R\$ 10 Bi ao ano no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.abrates.org.br/noticia/mercado-de-sementes-movimenta-r-10-bi-ao-ano-no-brasil>. Acesso em: 13 fev. 2020.

ALMEKINDERS, C. J. M.; ELINGS, A. Collaboration of farmers and breeders: Participatory crop improvement in perspective. **Euphytica**, Dordrecht, v. 122, n. 3, p. 425-438, 2001.

AMORIM, L. O. do, et al. Troca de saberes como estratégia de formação e valorização das sementes crioulas: a ação do movimento de pequenos agricultores (MPA) em Poço Redondo, Sergipe, Brasil. In: Congresso Latino Americano de Agroecologia, 5, 2015, La Plata. **Memorias del V Congreso Latinoamericano anais...** La Plata, 2015. p. 1-5

AMORIM, L. O. do. **Plantando semente crioula, plantando agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão Sergipano**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

BANDEIRA, J. L.; MEDEIROS, M. C. Desnacionalização e internacionalização na agricultura brasileira: impactos estratégicos no caso do setor de sementes. **Geosul**, [s.l.], v. 34, n. 71, p.

40-60, 7 maio 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p40>.

BAUER, M. W.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉTIER, A. (eds.). **Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects**. Oxford: Oxford University Press. 2012.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches**. 4. ed. Walnut Creek: Altamira, 2006. 821 p.

BEVILAQUA, G. A. P. et al. Agricultores Guardiões de Sementes e Ampliação da Agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-118, abr. 2014.

BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. H.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B. R. Biodiversidade, agricultura e conservação: conceitos e estratégias. In: [S.l.]. **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007. Cap. 2, p. 35-59.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm. Acesso em 09 jul. 2020.

BRITO, L. et al. Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n.5, 2015. doi: 10.1590/s003476122012000500008.

BULISANI, E.A. **Feijão carioca: uma história de sucesso**. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/FeijaoCarioca/index.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018

BURLE, M. L.; VEIGA, R. F. A. Os Sistemas de Curadorias de Germoplasma no Brasil. In: VEIGA, R. F. A.; QUEIRÓZ, M. A. (Ed.). **Recursos fitogenéticos: A base da agricultura sustentável no Brasil**. Brasília: Amaro Comunicação, 2015. p. 87-98.

CALAÇA, M. TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 9, p. 18-35, 30 mar. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ag.v4i9.9388>.

CANCI, I. J. **Relações dos sistemas informais de conhecimento no manejo da agrobiodiversidade no oeste de Santa Catarina**. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, SAF, DATER, 2004. 166 p.

CARVALHO, H. M. de. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 352 p.

CASSOL, K. P.; WIZNIEWSKY, C. R. F. SABERES TRADICIONAIS E SEMENTES: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de ibarama/rs. **Campo-território: revista de geografia agrária**, S. l., v. 10, n. 20, p. 246-275, jul. 2015.

CLEVELAND, D. A.; SOLERI, D. Farmers, scientists and plant breeding: knowledge, practice and the possibilities for collaboration. In: **Farmers, scientists and plant breeding: integrating knowledge and practice**. New York: Cabi Publishing, 2002. p.1-18.

CODETER ANDRADINA **Proposta:** transformação do Território Rural de Andradina em Território da Cidadania. Documento enviado a SDT/MDA. Andradina (SP), 2013. 24p.

FRANCO, C. D.; CORLETT, F. M. F.; SCHIAVON, G. de A. Percepção de agricultores familiares sobre as dificuldades na produção e conservação de sementes crioulas. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-5, nov. 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 89 p. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira.

GASPARETO, S. A. K. ETGES, V. E.; KARNOPP, E. O programa de sementes crioulas no âmbito do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina – Brasil. **Revista Campo Território**, [s.l.], p. 346-364, 30 abr. 2019. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/rct143214>.

GAVIOLI, F. R. Conservação e manejo da biodiversidade em um assentamento rural. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Curitiba, 2009. v. 4, p. 298 - 301.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecosystem sustainability: developing practical strategies. Book Series Advances in Agroecology, CRC Press, Boca Raton, 2000. In: MÉNDEZ, V. E. GLIESSMAN, S. R. Un enfoque interdisciplinario para la investigación en agroecología y desarrollo rural em el trópico latino-americano. **Manejo Integrado de Plagas y Agroecología**, Costa Rica, n. 64 p. 5-16, 2002.

GOFI, R. **O Processo de Sucessão Familiar em Famílias Guardiãs de Sementes Crioulas: Estudo de Caso no Município de Anchieta/SC**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GRISA, C. Abastecimento, segurança alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto da pandemia do novo coronavírus: entrevista com Catia Grisa (UFRGS). **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-19, dez. 2020.

HEREDIA, B. et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, p. 73-112, 2002

HERRMANN, D. da R. et al. **Projeto Rede Oeste de sementes crioulas e agroecologia**. Cascavel: SENEMA, 2010.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Cap. 1. p. 9-23.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos do Brasil**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

KAUFMANN, M. P. **Resgate, conservação e multiplicação da agrobiodiversidade crioula: um estudo de caso sobre a experiência dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama (RS)**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal De Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2014.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, n. 2, p. 371-377, fev. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20140598>.

LIMA, L. G.; SANTOS, F. No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 192-217, jan.-mar. 2018.

LONDRES, F. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. 84 p.

MACHADO, A. T. et al. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília, DF: Embrapa, 2008. 102 p.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T.; COELHO, C. H. M.; ARCANJO, J. N. **Manejo da diversidade genética do milho e melhoramento participativo em comunidades agrícolas nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 22 p.

MACHADO, A. T. Construção histórica do melhoramento genético de plantas: do convencional ao participativo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p.35-50, fev. 2014.

MARIANTE, A. S.; SAMPAIO, M. J. A.; INGLIS, M. C. V. **The state of Brazil's plant genetic resources: conservation and sustainable utilization for food and agriculture**. Brasília, DF: Embrapa Technological Information, 2009.

MORAIS, R. C. et al. Sementes da Paixão: cultivando vidas e saberes no Cariri, Curimataú e Seridó paraibano. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 19-23, 2014.

OLIVEIRA, L. C. L.; DIAS, E.; CURADO, F. F.; OLIVEIRAA, A. E.; MUNIZ, E. L. S.; SANTOS, A. S. Perspectivas da pesquisa e gestão dos bancos de sementes comunitários, Paraíba – Síntese do Seminário do Polo da Borborema. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília, v. 13, n. 1, p.1-7, 2018.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 53, n. 3, p. 517-528, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303008>.

RIBEIRO, D. D. Diversificação produtiva, geração e aumento de renda em assentamentos rurais a partir do milho crioulo. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 109-127, dez. 2015.

SANT'ANA, D. Z. **Visões dos sujeitos escolares sobre a Educação do Campo na Microrregião Geográfica de Andradina**. 2016. 311 f. Mestrado (Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009. 519 p.

SANTOS, A. S.; CURADO, F. F.; SILVA, E.D.; PETERSEN, P. F.; LONDRES, F. **Pesquisa e Política de Sementes no Semiárido Paraibano**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012. 60 p. (Documentos, 179).

SANTOS, T. M. Guardiãs de Sementes Crioulas do Alto Sertão de Sergipe: mulheres que produzem soberania alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 15, n. 3, p. 1-7, jun. 2020.

SCHALLER, N. **Extensión rural: hacia dónde vamos?, hacia donde ir?** El Colorado, Argentina: INTA, 2006. 19p

SIEBER, S. S.; GOMES, R. A. Do enfrentamento à convivência: o fórum seca como movimento político. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, n. 1, p. 339-357, dez. 2020.

SILVA, D. P.; SANT'ANA, A. L. Identificação e caracterização dos guardiões de sementes crioulas dos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina – SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 281, 1 ago. 2019. Retratos de Assentamentos. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i2.375>.

SILVA, D. P.; SANT'ANA, A. L. Perspectiva geral das atividades de pesquisa e extensão com sementes e/ou mudas crioulas em assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP). In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 8., 2017, Campinas. **Anais...** Campinas: Feagri/Unicamp, 2017.

SILVA, F. C. da. **Agricultura familiar em duas microrregiões do Noroeste do Estado de São Paulo**: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2012.

SILVA, F. C. **Tecnologia social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)**: uma alternativa para a promoção de avanços dentro da perspectiva da agroecologia? As experiências vivenciadas no Território Rural Prof. Cory/Andradina (SP). 2016. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2016

SILVA, J. C. B. V.; BRANDENBURG, A.; LAMINE C. Relação entre ecoformação e ecologização da agricultura familiar. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, UFCC, v. 39, n. 2, p. 313-329, dez. 2019.

SPANVELLO, R. M.; MATTE, A. BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). **Polis**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 1-19, set. 2016.

VOGT, G. A.; CANCI, I. J.; CANCI, A. Uso e manejo de variedades locais de milho em Anchieta SC. In Sementes da Biodiversidade. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 2007.

VASCONCELOS, J. M. G.; MATA, M. F. Casas de sementes comunitárias: estratégias de sustentabilidade alimentar e preservação da biodiversidade no semiárido cearense. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p.1-5, dez. 2011.

WELCH, C.; FERNANDES, B.M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULILO, E. T.; FABRINO, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

YAMAMOTO, F. A. S. **Entre a (re)conquista de um pedaço de chão e a permanência na terra**: histórias de resistência em assentamentos paulistas. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B.; MANRIQUE, M. A. D. A comunicação dialógica como fator determinante para os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem na capacitação rural: um estudo de caso em um órgão público de extensão localizado no interior do estado de São Paulo. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 5, p. 917-923, 2 maio 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-84782011005000054>.

Sobre os autores

Débora Pavani Silva – Graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual Paulista, campus de Ilha Solteira. Doutoranda em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Ilha Solteira. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-9902-9898>.

Antonio Lázaro Sant'Ana – Graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Professor Adjunto do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia da Universidade Estadual Paulista, campus de Ilha Solteira. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3287-7144>.

Como citar este artigo

SILVA, Débora Pavani; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Obtenção e troca de sementes crioulas pelos Guardiões e Guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) e o papel das instituições públicas. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 97-122, set.-dez., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Débora Pavani Silva** ficou responsável pela coleta e análise dos dados e redação preliminar do artigo; o segundo autor **Antonio Lázaro Sant'Ana** orientou todas as etapas do trabalho e atuou na revisão do artigo.

Recebido para publicação em 02 de agosto de 2020.
Devolvido para a revisão em 21 de março de 2021.
Aceito para a publicação em 09 de junho de 2021.

Desigualdades socioespaciais no acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil e no Estado de Goiás: uma análise geográfica dos dados da agricultura familiar e não familiar nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Raphael Fernando Diniz

Universidade Federal de Jataí (UFJ) – Jataí, Goiás, Brasil.
e-mail: rfdiniz87@gmail.com

Evandro Cesar Clemente

Universidade Federal de Jataí (UFJ) – Jataí, Goiás, Brasil.
e-mail: evandrocclemente@gmail.com

Resumo

Não obstante a reinserção do serviço extensionista na agenda política nacional no início deste século XXI, a aquisição de novos conhecimentos e inovações científico-tecnológicas e a inclusão em políticas públicas têm sido limitadas no país. Neste sentido, buscou-se analisar, no presente artigo, um conjunto de dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 referentes ao acesso à orientação técnica por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar. O recorte espacial adotado na investigação compreendeu o Brasil, o estado de Goiás e suas cinco Mesorregiões Geográficas. A partir da interpretação e exame dos dados, constatou-se que ainda existem profundas desigualdades socioespaciais na obtenção deste serviço no campo brasileiro e goiano, além de se verificar o aumento do número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos e a diminuição daqueles que praticam a agricultura e/ou pecuária orgânica. Em um contexto de imposição de reformas econômicas neoliberais e de ascensão de um governo de natureza neofascista, cada vez mais o Estado brasileiro se ausenta e se omite na promoção do serviço extensionista à agricultura familiar, o que acentua as dificuldades enfrentadas por este segmento e aprofunda suas vulnerabilidades, intensificando sua dependência e subordinação às grandes empresas e organizações privadas.

Palavras-chave: Assistência técnica; extensão rural; políticas públicas; PNATER; desenvolvimento rural.

Socio-spatial inequalities in access to rural extension service in Brazil and in the State of Goiás: a geographic analysis of family farm and patronal agriculture data in the 2006 and 2017 Agricultural Censuses

Abstract

Notwithstanding the reinsertion of the extension service into the Brazilian national political agenda at the beginning of the 21st century, the acquisition of scientific and technological innovations, knowledge and the inclusion in public policies has been limited in the country. In this sense, we analyze, in this article, a set of data in the 2006 and 2017 Agricultural Censuses regarding access to rural extension service by agricultural establishments of family farmers and patronal agriculture. The territory analyzed in this research included Brazil, the state of Goiás and its five Geographical Mesoregions. Based on an interpretation and examination of the census data, we found that there are still profound socio-spatial inequalities in obtaining this service in the Brazilian and Goiás countryside, in addition to an increase in the number of agricultural establishments that use pesticides and a decrease in those that practice organic agriculture and / or organic livestock production. In the context of

the imposition of neoliberal economic reforms and the rise of a neo-fascist government, the Brazilian State is increasingly absent and omitted in promoting rural extension services to family farming, which accentuates the difficulties faced by this segment and deepens their vulnerabilities, intensifying their dependence and subordination to large companies and private rural extension organizations.

Keywords: Rural extension service; public policies; PNATER; rural development; Brazil.

Inégalités socio-spatiales d'accès aux services de vulgarization agricole au Brésil et dans l'État de Goiás: une analyse géographique des données de l'agriculture familiale et de l'agriculture patronale dans les recensements agricoles de 2006 et 2017

Résumé

Malgré la réinsertion du service de vulgarisation agricole dans l'agenda politique national au début du 21^e siècle, l'acquisition d'innovations scientifiques et technologiques, de connaissances et l'inclusion des agriculteurs dans les politiques publiques a été limitée au Brésil. En ce sens, nous avons analysé, dans cet article, un ensemble de données issues des recensements agricoles de 2006 et 2017 concernant l'accès au service de vulgarisation agricole par les exploitations agricoles familiales et patronales. Le territoire analysé dans cette étude comprend le Brésil, l'état de Goiás et ses cinq mésorégions géographiques. À partir de l'interprétation et de l'examen des données, nous avons constaté qu'il existe encore de profondes inégalités socio-spatiales dans l'obtention de ce service dans les espaces ruraux brésiliens et de Goiás, en plus d'une augmentation du nombre d'établissements agricoles qui utilisent des pesticides et d'une diminution de ceux qui pratiquent l'agriculture et / ou l'élevage biologique. Dans le contexte de l'imposition de réformes économiques néolibérales et de la montée d'un gouvernement néo-fasciste, l'État brésilien est de plus en plus absent et omis dans la promotion des services de vulgarisation agricole à l'agriculture familiale, ce qui accentue les difficultés rencontrées par ce segment et s'approfondit leurs vulnérabilités, intensifiant leur dépendance et leur subordination aux grandes entreprises et aux organisations privées de vulgarisation agricole.

Mots-clés: Vulgarisation agricole; politiques publiques ; PNATER ; développement rural ; Brésil.

Introdução

No decorrer da segunda metade do século XX, as entidades de assistência técnica e extensão rural (ATER) se tornaram um importante instrumento do Estado brasileiro destinado à intermediação entre os institutos de pesquisa e inovação tecnológica e os produtores rurais, assim como na execução de políticas agrícolas e de crédito rural. As ações por elas engendradas contribuíram para a ocorrência de um amplo e profundo processo de (re)produção e (re)organização do espaço rural brasileiro, levando à fragmentação e alienação da sociedade e do território e ao isolamento social dos agricultores em um sistema que tem por natureza o individualismo exacerbado e a plena integração da agricultura à cadeia produtiva agroindustrial (FONSECA, 1985; QUEDA, 1987; CAPORAL, 1998; MENDONÇA, 2010).

No entanto, tendo em vista os efeitos sociais, econômicos e ambientais negativos deste processo, no início do século XXI os serviços de ATER foram reinseridos na agenda política nacional com outros propósitos, direcionados a mitigar as questões sociais e ambientais historicamente presentes no espaço rural do país por meio da democratização do acesso aos agricultores familiares e da promoção da transição agroecológica em seus sistemas produtivos. Para isso, foi instituída e implementada a partir de 2004 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a qual teve como principal objetivo estabelecer novas bases filosóficas e teórico-metodológicas para a execução de uma ação extensionista mais comprometida com a sustentabilidade ambiental e exclusiva aos agricultores familiares, quilombolas, indígenas, assentados, ribeirinhos, mulheres, jovens etc. (CAPORAL, 2014; DINIZ; HESPANHOL, 2014, 2018; RAMBO *et al.*, 2015; DIESEL *et al.*, 2015; DINIZ, 2018).

Complementarmente, em 2013, cedendo aos interesses e jogos de poder da bancada ruralista no Congresso Nacional, o governo federal instituiu por meio da Lei Nº 12.897/13 a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que passaria a exercer suas funções somente em 2017. Em seu conteúdo, a lei apresenta um texto que reforça a perspectiva instrumental dos serviços de ATER, avaliza o projeto tecnocrático sem conferir prioridade aos imperativos socioambientais, se orienta pelo paradigma difusionista-produtivista de extensão rural e dá centralidade à transferência de tecnologias, além de incluir os “médios produtores” entre o público beneficiário de suas ações (retirando a “exclusividade” dos agricultores familiares). Com efeito, a ANATER representou, para os movimentos sociais e ambientalistas, um momento de inflexão do Estado em seu compromisso com a promoção de um serviço extensionista exclusivo aos grupos sociais marginalizados e voltado à promoção da transição agroecológica nos sistemas de produção agropecuária (DIESEL *et al.*, 2015; ZARNOTT *et al.* 2015; BERGAMASCO *et al.*, 2017; DINIZ, 2018).

Apesar dessa considerável involução, a operacionalização da PNATER entre 2004 e 2018 contou com recursos financeiros de mais de R\$ 2,4 bilhões¹ para a execução de ações voltadas à oferta do serviço de extensão rural em todos os estados da federação, à capacitação de técnicos extensionistas e beneficiários de seus serviços, à disponibilização de recursos e equipamentos para ampliação e modernização da infraestrutura de trabalho das entidades de ATER, ao desenvolvimento e socialização de novos conhecimentos e tecnologias sociais etc. (CAPORAL, 2014; BERGAMASCO *et al.*, 2017; DINIZ, 2018; DINIZ; HESPANHOL, 2018). Ao final deste período, foram beneficiadas aproximadamente sete milhões de famílias em todo o país, sendo a maior parte residente na região Nordeste

¹ Dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2019 por meio do acesso Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

(48,4%), seguida pelas regiões Sul (20,7%), Sudeste (13,1%), Centro-Oeste (10,2%) e Norte (7,6%) (DINIZ, 2018).

Não obstante o conjunto de medidas adotadas desde 2004 visando o pleno cumprimento dos objetivos estabelecidos na PNATER, pesquisas recentes (RAMBO *et al.*, 2015; ZARNOTT *et al.*, 2015; DINIZ, 2018; DINIZ; HESPANHOL, 2018; DINIZ; CLEMENTE, 2020a, 2020b, 2020c), diagnósticos realizados por entidades de ATER (ASBRAER, 2018) e dados produzidos pelas pesquisas do IBGE (2009, 2019) apontam que o Estado brasileiro não conseguiu garantir o pleno e contínuo acesso ao serviço extensionista aos agricultores familiares e demais grupos e sujeitos sociais marginalizados no campo, assim como promover a contento a transição agroecológica nos sistemas de produção agropecuária.

Dada a importância e o ineditismo das ações realizadas pelo Estado brasileiro em sua política extensionista neste início de século, torna-se imperativo investigar em que medida esta política conseguiu (ou não) expandir e universalizar o acesso ao serviço de ATER no país, reduzindo as disparidades entre agricultores familiares e não familiares, e promoveu (ou não) a sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária.

Almejando construir conhecimentos que possam elucidar parte destas questões, busca-se, neste artigo, examinar um conjunto de dados estatísticos dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com informações a respeito do acesso dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar ao serviço de orientação técnica prestados por entidades estatais e não-estatais em todo o território nacional.

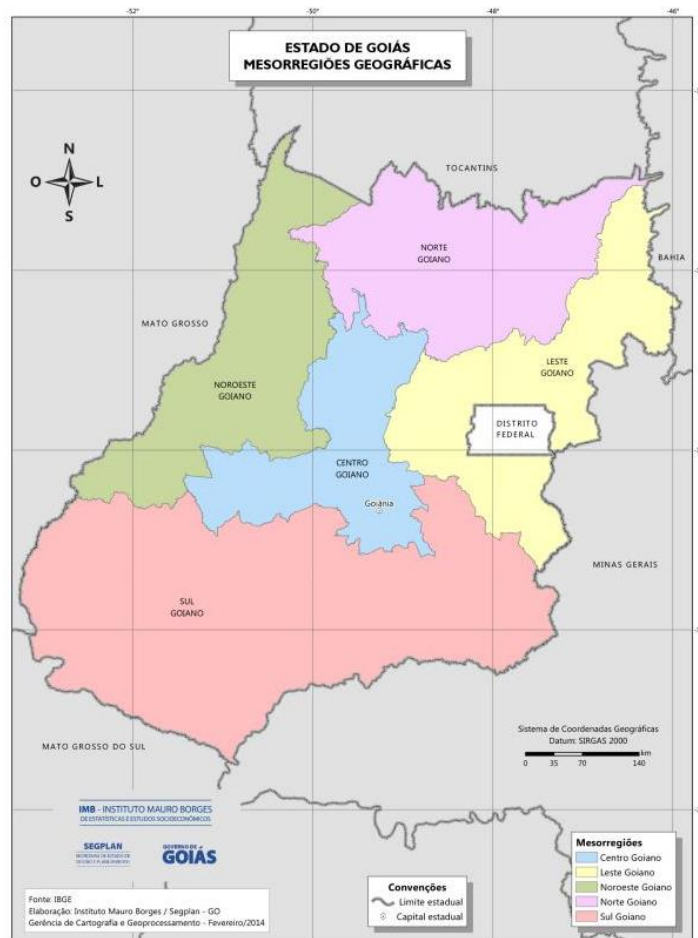
Considerando que as pesquisas censitárias do IBGE abrangem um período de tempo significativo e de fases distintas do processo de implementação da PNATER, que inclui os anos com maior aporte de recursos e ações executadas (2004-2015) e, mais recentemente, de drástica redução dos investimentos por parte do governo federal (2016-2018), argumenta-se que os dados estatísticos em questão podem ajudar a esclarecer os avanços, limites e desafios do Estado brasileiro em reduzir as desigualdades socioespaciais no acesso ao serviço extensionista e em fomentar a expansão dos sistemas de produção agroecológicos no país.

Ademais, afirma-se que a compreensão da situação e variação espaço-temporal destes dados possibilita aos governos federal e estaduais conhecerem melhor o cenário e o perfil do acesso ao serviço de extensão rural, podendo subsidiar a elaboração de iniciativas que visam mitigar ou mesmo resolver questões que envolvem a ação extensionista em distintos contextos geográficos, de modo a atenuar as disparidades socioespaciais existentes no acesso a este serviço.

O recorte espacial de investigação delimitado para este estudo compreende o Brasil e o estado de Goiás com suas cinco Mesorregiões Geográficas (Nordeste, Norte, Centro, Leste e Sul Goianos), visualizados no Mapa 1.

A escolha do estado de Goiás como recorte espacial de análise justifica-se por realizarmos nesta unidade federativa uma pesquisa de pós-doutorado, executada no Laboratório de Geografia e Estudos Territoriais (LAGET) da Universidade Federal de Jataí (UFJ), sob a supervisão o Prof. Dr. Evandro César Clemente, que tem como objeto de estudo a ação extensionista e as transformações socioespaciais engendradas no espaço rural ao longo do processo de implementação da PNATER. Ademais, cumpre observar que os serviços de ATER desempenham, há seis décadas, um importante papel na transformação da base técnica das atividades agropecuárias neste estado, na organização social dos agricultores e agricultoras, na dinamização econômica dos espaços rurais e na implementação de políticas públicas nos territórios da agricultura familiar, assentamentos rurais, comunidades quilombolas etc. (ASSUNÇÃO *et al.*, 2009; FREITAS *et al.*, 2009; LIMA *et al.*, 2009; SANTOS; MENDONÇA, 2014; RIBEIRO, 2015).

Mapa 1: Limites administrativos do estado de Goiás e de suas Mesorregiões Geográficas delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Fonte: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO (2014).

Para o pleno cumprimento destes objetivos, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: compilação, sistematização, organização, cruzamento e espacialização de diferentes dados dos Censos Agropecuários relativos à orientação técnica, resultando na construção de tabelas conforme os propósitos de análise deste estudo. O acesso a estes dados foi feito por meio do sítio eletrônico do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no qual constam as informações relativas aos anos de 2006 e 2017. Foram analisados os seguintes dados: acesso ao serviço de orientação técnica pelos estabelecimentos agropecuários considerando a categoria social do responsável pelo estabelecimento (agricultor familiar e não familiar), a condição do produtor em relação à terra, a origem do serviço prestado, o uso de agrotóxicos e a prática da agricultura e/ou pecuária orgânica. A título de esclarecimento, o glossário do IBGE (2019) estabelece as seguintes definições para algumas destas variáveis:

Estabelecimento agropecuário (2006): Unidade de produção de área contínua ou descontínua, desde que situada no mesmo setor censitário e utilizando os mesmos recursos técnicos e humanos, dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua situação (urbana ou rural), tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda.

Estabelecimento agropecuário (2017): Unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). As áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor são consideradas como um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo Município, utilizando os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e os mesmos recursos humanos (mesmo pessoal), e, também, subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador.

Condição do produtor em relação à terra: Condição que se deriva em função da área e da composição das terras do estabelecimento agropecuário, na data de referência da pesquisa, classificada em: proprietário de terras próprias; assentado sem titulação definitiva; arrendatário; parceiro; comodatário; e ocupante. A presença de terras próprias implica na condição proprietário, mesmo que não seja a parcela dominante.

Orientação técnica: Assistência prestada ao estabelecimento agropecuário por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, florestais ou agrícolas, veterinários, zootecnistas, biólogos, técnicos agrícolas, tecnólogos de alimentos ou economistas domésticos, com a finalidade de transmissão de conhecimento e orientação aos produtores agropecuários. Nesta categoria, não são consideradas as demonstrações de uso de produtos agrícolas (inseticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes, maquinaria, entre outros) efetuadas por vendedores ou demonstradores de

fábricas, bem como a participação em palestras, reuniões, seminários, congressos, entre outros eventos.

Agricultura e/ou pecuária orgânica: Prática de produção agropecuária que não utiliza insumos artificiais (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados pelo homem (OGMs), entre outros) e que adota outras medidas para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, conforme definido na Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

Ademais, por meio de requerimentos feitos no sítio eletrônico do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), foram obtidos documentos oficiais que continham informações e dados referentes às ações e investimentos realizados pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a implementação da PNATER. Complementarmente, foram consultados estudos que se dedicaram a avaliar os avanços e desafios enfrentados pelo governo federal e por entidades de ATER no processo de operacionalização da política.

A partir desses procedimentos, foi possível interpretar e analisar a espacialização e a evolução histórica dos dados estatísticos relativos ao acesso à orientação técnica pelos agricultores familiares e não familiares no recorte espacial delimitado para este estudo, assim como apresentar argumentos que explicam as mudanças observadas nestes dados e a sua expressão socioespacial nos territórios goiano e nacional.

No item seguinte, buscamos construir uma inteligibilidade crítica sobre os avanços e desafios à superação da desigualdade socioespacial do acesso aos serviços de ATER no Brasil e no estado de Goiás, bem como sobre o estado da arte do nível de sustentabilidade ambiental de seus sistemas agropecuários.

A questão do acesso aos serviços de orientação técnica por agricultores familiares e não familiares no Brasil e no estado de Goiás entre 2006 e 2017

As pesquisas realizadas pelo IBGE em 2006 e 2017 revelam que o espaço rural brasileiro tem passado por um processo complexo e acelerado de transformações de natureza quantitativa e qualitativa, que reverberam em mudanças consideráveis na paisagem e na dinâmica das relações sociais e produtivas. Um dos principais efeitos desse processo é a redução no número total de estabelecimentos agropecuários no país, que passou de 5,17 para 5,07 milhões, como pode ser constatado pela análise da Tabela 1. Embora esta redução represente uma mudança quantitativa pequena, de apenas -2%, houve uma transformação qualitativa mais expressiva na composição dos estabelecimentos agropecuários, que são classificados em duas categorias: agricultura familiar e não familiar. A análise dos dados destas duas categorias evidencia que ocorreu uma variação bastante desigual entre os números de ambas, uma vez que se constatou a redução de 469 mil

estabelecimentos familiares, o que equivale a uma variação negativa de -11%, totalizando em 2017 cerca de 3,9 milhões, enquanto que entre os não familiares houve um aumento de 45% com o acréscimo de 366 mil novos estabelecimentos, perfazendo um total de 1,17 milhão neste ano.

Esta significativa redução no número de estabelecimentos de agricultura familiar representa não apenas uma mudança de natureza quantitativa, mas também qualitativa, conforme justificado por Antônio Carlos Florido, gerente técnico do Censo Agropecuário, e apontado nos estudos de Del Grossi (2019a, 2019b) e Del Grossi *et al.* (2019). Significa dizer que tal redução não se deu exclusivamente pela extinção das unidades de produção desta categoria, mas, sobretudo, pela reclassificação de boa parte dos estabelecimentos que foram contabilizados como familiares em 2006 e passaram a compor o universo dos não familiares em 2017, tendo em vista as alterações ocorridas nas metodologias do IBGE e as transformações sociais e econômicas vivenciadas por muitas famílias rurais no período. Uma década após a realização do Censo Agropecuário 2006, houve mudanças expressivas no que diz respeito ao aumento do número de estabelecimentos em que o responsável trabalha fora, assim como uma considerável redução da média de pessoas ocupadas nas unidades de produção devido à diminuição da mão de obra familiar nas atividades produtivas, do envelhecimento e aposentadoria dos produtores e do aumento da mecanização e da contratação de serviços temporários (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, s/d; DEL GROSSI *et al.*, 2019). Com efeito, muitos estabelecimentos deixaram de atender aos critérios básicos estabelecidos pela Lei 11.326/2006 e pelo Decreto 9.064/2017 para a identificação das unidades de produção familiar, passando a ser considerados pelo IBGE como não familiares. Ademais, com a exigência estabelecida pelo Decreto 9.064/2017 de que a renda do agricultor familiar deve ser predominantemente obtida no domicílio, dos 4,6 milhões de estabelecimentos com até 4 módulos fiscais existentes em 2017, aproximadamente 700 mil não atenderam a este critério, inviabilizando, por conseguinte, sua classificação enquanto estabelecimentos de agricultura familiar (DEL GROSSI 2019a, 2019b; DEL GROSSI *et al.*, 2019). Uma das principais razões para esta exclusão foi o aumento da pluriatividade entre as famílias rurais, fazendo com que grande parte dos rendimentos do grupo familiar fosse obtido fora do estabelecimento, o que levou, por consequência, muitas famílias pobres e/ou proprietárias de estabelecimentos de pequeno porte a serem desclassificadas enquanto agricultores familiares (DEL GROSSI *et al.*, 2019). Por fim, destacam-se as mudanças realizadas nas metodologias do Censo Agropecuário de 2017, que passou a considerar como um único estabelecimento as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor e existentes no mesmo município, enquanto que em 2006 estas áreas só seriam consideradas como um único estabelecimento se estivessem no

mesmo setor censitário, o que resultou, por conseguinte, na redução do número de estabelecimentos neste último censo (DEL GROSSI, 2019b).

Tendo em vista estas mudanças, constata-se que em relação ao acesso ao serviço de orientação técnica entre os estabelecimentos da agricultura familiar, o número de unidades assistidas no período em questão reduziu de 832 mil para 708 mil, o que representa uma variação negativa de -15%, ao passo que entre os não familiares houve um aumento de 2%, passando de 312 mil para 317 mil estabelecimentos atendidos. Em termos relativos, contudo, a proporção de estabelecimentos sem acesso a este serviço aumentou entre ambos os grupos: de 61,4% para 73% entre os não familiares, o que se deve, sobretudo, à criação de novos estabelecimentos, a maioria sem ter recebido nenhum atendimento técnico, e de 80,9% para 82% entre os familiares, o que se justifica, principalmente, pela redução no número de estabelecimentos não assistidos e daqueles que antes recebiam este serviço.

O exame destes números também revela que apesar da diminuição da proporção de estabelecimentos não familiares com acesso ao serviço de orientação técnica, passando de 2/5 para 1/4, ainda se observa a permanência de disparidades em comparação com as unidades familiares, que reduziram de 1/5 para 1/6 neste período. Essas disparidades evidenciam o que já apontamos em outro estudo (DINIZ; CLEMENTE, 2020b) e qualificamos como **natureza classista**² do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil, dado que a oferta e as possibilidades de atendimento técnico possuem um forte viés de classe no campo brasileiro, estando os produtores mais capitalizados em melhores condições financeiras, organizacionais e políticas de receber os serviços prestados por entidades estatais e não-estatais de ATER.

Observa-se, com efeito, que não obstante o aumento dos recursos investidos e das ações realizadas pelo governo federal visando a expansão e a continuidade dos serviços de ATER entre os agricultores familiares, a maior parte deste público ainda realiza suas atividades sem contar com o auxílio de técnicos agropecuários, o que pode reverberar negativamente no acesso às novas tecnologias, sobretudo em termos de tecnologias sociais, e conhecimentos que promovam a sustentabilidade e garantam maior autonomia de seus sistemas produtivos, assim como lhes restringe as possibilidades de inclusão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar e implementadas pelas entidades de extensão rural.

A reinserção da ação extensionista na agenda política nacional não foi suficiente para romper com os principais problemas enfrentados pelo segmento familiar, como: econômicos (por exemplo os baixos rendimentos), sociais (como a relativa desmobilização),

² Além da natureza classista, demonstramos também que o acesso ao serviço de orientação técnica possui um forte viés sexista, racista e regionalista. Para mais informações, consultar (DINIZ; CLEMENTE, 2020a).

políticos (por exemplo a falta de organização e representação nos âmbitos local, regional e nacional) e institucionais (como o descrédito e as predileções que as entidades de ATER têm por determinados grupos sociais e a carência de técnicos provocada pela não realização de concursos públicos decorrente da adoção do receituário neoliberal pelos estados) que impedem o acesso dos agricultores familiares a este serviço, o que evidencia a necessidade de novas ações e políticas mais amplas, articuladas e contínuas visando a superação dessas questões.

Depreende-se, portanto, que a retomada do interesse do Estado brasileiro a partir do nível federal em promover a oferta de assistência técnica e extensão rural de forma pública, gratuita e contínua ao segmento da agricultura familiar deve ser considerada como positiva e que trouxe alguns resultados relevantes, como o crescimento relativo ao acesso de assistência por parte de alguns. Porém, por diversos motivos, ficou muito longe em universalizar esse acesso público e gratuito, como dentre eles: a) caráter neoliberal que revestiu a gestão destas políticas, em muitos casos repassando as atividades e ações a terceiros; b) a desarticulação das ações entre as esferas administrativas do Estado, no caso municipal, estadual e federal; c) a desestruturação e o sucateamento das Redes de Assistência Técnica Rural (EMATERs) nos estado da federação, com cada vez menos recursos humanos e materiais, como resultado da adoção de medidas e políticas neoliberais a partir dos anos 1990, tornando-as incapazes de promover uma extensão rural pública, gratuita, contínua e para além da questão técnica; d) pressão dos agentes hegemônicos, como os ruralistas, no sentido de reduzir as questões agrárias e de sustentabilidade ambiental apenas à esfera tecnológica, desconsiderando as demais dimensões na busca pela sustentabilidade ambiental; e) falta de articulação da referida política com as demais políticas públicas para a agricultura familiar, que, quando existem, têm sido isoladas, insuficientes e inadequadas etc. (CLEMENTE, 2011, 2013, 2015).

Tabela 1: Acesso à orientação técnica pelos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar no Brasil, em Goiás e suas Mesorregiões Geográficas nos anos de 2006 e 2017

União, Estado e Mesorregiões Geográficas	Categoria social	2006			2017		
		Total de estabelecimentos	Acesso ao serviço de orientação técnica		Total de estabelecimentos	Acesso ao serviço de orientação técnica	
			Recebeu	Não recebeu		Recebeu	Não recebeu
Brasil	Agricultura não familiar	809.369	312.347 (38,6%)	497.022 (61,4%)	1.175.916	317.125 (27%)	858.791 (73%)
	Agricultura familiar	4.366.267	832.702 (19,1%)	3.533.565 (80,9%)	3.897.408	708.318 (18%)	3.189.090 (82%)
Goiás	Agricultura não familiar	47.366	20.203 (42,7%)	27.163 (57,3%)	56.490	18.424 (33%)	38.066 (67%)
	Agricultura familiar	88.326	19.758 (22,4%)	68.568 (77,6%)	95.684	14.995 (16%)	80.689 (84%)
Mesorregiões							
Noroeste Goiano	Agricultura não familiar	5.462	2.272 (41,6%)	3.190 (58,4%)	6.526	1.733 (27%)	4.793 (73%)
	Agricultura familiar	8.888	2.251 (25,3%)	6.637 (74,7%)	10.658	1.109 (10%)	9.549 (90%)
Norte Goiano	Agricultura não familiar	5.156	1.349 (26,2%)	3.807 (73,8%)	6.280	1.261 (20%)	5.019 (80%)
	Agricultura familiar	12.607	1.717 (13,6%)	10.890 (86,4%)	12.036	1.008 (8%)	11.028 (92%)
Centro Goiano	Agricultura não familiar	12.158	3.685 (30,3%)	8.473 (69,7%)	15.193	3.568 (23%)	11.625 (77%)
	Agricultura familiar	25.179	4.119 (16,4%)	21.060 (83,6%)	27.557	3.333 (12%)	24.224 (88%)
Leste Goiano	Agricultura não familiar	5.990	1.908 (31,9%)	4.082 (68,1%)	8.813	2.380 (27%)	6.433 (73%)
	Agricultura familiar	16.820	2.750 (16,3%)	14.070 (83,7%)	16.685	2.345 (14%)	14.340 (86%)
Sul Goiano	Agricultura não familiar	18.600	10.989 (59,1%)	7.611 (40,9%)	19.678	9.482 (48%)	10.196 (52%)
	Agricultura familiar	24.832	8.921 (35,9%)	15.911 (64,1%)	28.748	7.200 (25%)	21.548 (75%)

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Organização: autores.

No estado de Goiás, por sua parte, constata-se que, diferentemente da realidade nacional, o número de estabelecimentos agropecuários aumentou no período entre 2006 e 2017, passando de 136 mil para 152 mil, o que representa um crescimento de 12%. Este aumento se deu em maior número entre os estabelecimentos não familiares, os quais tiveram cerca de 9,1 mil novas unidades criadas, o que equivale a um crescimento de 19%, totalizando 56,5 mil estabelecimentos agropecuários, enquanto que as unidades familiares apresentaram uma variação positiva de 8% com a criação de 7,3 mil novos estabelecimentos, perfazendo um total de 95,7 mil.

O aumento no número de estabelecimentos agropecuários não familiares no estado justifica-se por duas razões principais: a expansão geográfica do capital – agronegócio – no bioma Cerrado em decorrência da elevação do preço das *commodities* agrícolas no mercado externo, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar, e da implementação de políticas públicas voltadas à produção de “biocombustíveis”, como o Plano Nacional de Agroenergia (PNA) e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), conforme observam Calaça; Dias (2010) e Ribeiro; Dias (2013; 2016) em seus estudos. No que concerne aos estabelecimentos de agricultura familiar, destacam-se dois fenômenos: a ampliação do número de assentados, que passou de 6,5 para 10 mil, e de arrendatários, que aumentou de

1,8 para 3,3 mil, os quais foram responsáveis, juntamente, por cerca de 70% do total de novos estabelecimentos familiares criados no estado neste período.

Em relação ao acesso ao serviço de orientação técnica, observa-se a diminuição tanto do número de estabelecimentos familiares como de não familiares assistidos, porém, em maior número na agricultura familiar: cerca de 4,7 mil unidades familiares deixaram de receber este serviço entre 2006 e 2017, o que representa uma variação negativa de -24%, enquanto que entre os não familiares foram apenas 1,8 mil, o que equivale a uma redução de -9%. No que concerne aos estabelecimentos que não receberam orientação técnica, observa-se um aumento em ambos os grupos, equivalente a cerca de 10,9 mil novas unidades desassistidas entre os familiares e 12,1 mil entre os não familiares, representando, respectivamente, um crescimento de 18% e 40% no período.

Embora a proporção de estabelecimentos da agricultura não familiar com acesso à orientação técnica tenha sido reduzida de 3/7 para 1/3 entre 2006 e 2017 no estado, ainda assim se observa uma situação menos crítica do que aquela vivenciada pelos produtores familiares, que apresentaram uma variação de 2/9 para 1/6 no período. Ou seja, assim como no restante do país, em Goiás ainda existe uma significativa discrepância no recebimento do serviço de orientação técnica entre os estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar, o que evidencia a permanência de sérias dificuldades de obtenção de novos conhecimentos e técnicas agropecuárias que podem fortalecer as estratégias de reprodução social e manutenção deste segmento no campo.

Dentre as principais razões para essa questão, podem ser citados: os baixos investimentos feitos pela União na oferta de serviços de ATER à agricultura familiar goiana, em torno de R\$ 50 milhões entre 2004 e 2018, quantia que deixou Goiás entre os dez estados que menos receberam investimentos federais no período, e a carência de recursos humanos na Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER-GO), que não realiza desde 1990 concursos públicos para a contratação de novos técnicos extensionistas. Com efeito, grande parte dos agricultores familiares goianos encontra-se inviabilizada para superar questões que os colocam em condição de vulnerabilidade e desvantagem no campo, impossibilitados do acesso a novos conhecimentos, técnicas e políticas públicas que possam aumentar e diversificar suas fontes de renda e promover a sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos.

Entre as Mesorregiões Geográficas do estado, observa-se que apenas na Norte e na Leste houve diminuição no número de estabelecimentos de agricultura familiar, 571 (-5%) e 135 (-1%), respectivamente, enquanto que nas demais o número de unidades familiares e não familiares aumentou em todas, com destaque para a Sul, onde se constata o maior crescimento de estabelecimentos familiares, 3.916 (16%), e na Centro e Leste, onde se observa os maiores aumentos nos números de unidades não familiares, 3.035 (25%) e

2.378 (9%), nesta ordem. Esse fenômeno é indicativo da expansão geográfica do capital – agronegócio da cana-de-açúcar, da soja e do milho – do Sul em direção ao Centro e ao Leste do estado nestas duas últimas décadas, enquanto que, contraditoriamente, a agricultura familiar se reproduz nas áreas ignoradas ou ainda não cobiçadas pelo grande capital nestas regiões.

Em relação ao acesso ao serviço de orientação técnica, constata-se que os estabelecimentos de agricultura familiar das Mesorregiões Noroeste e Norte foram os que apresentaram as maiores variações negativas entre aqueles que foram assistidos, -51% e -41%, respectivamente, enquanto que as unidades familiares das demais regiões tiveram variações entre -15% e -19%. Por outro lado, entre os estabelecimentos agropecuários não familiares, à exceção da Mesorregião Leste, que apresentou um crescimento de 25% no número de unidades com acesso ao serviço de orientação técnica, em todas as demais houve redução no número de assistidos, com destaque novamente para a Mesorregião Norte, que apresentou a maior variação negativa no período, -24%, enquanto que as demais Mesorregiões tiveram reduções entre -3% e -14%, valores, a propósito, bem inferiores àqueles observados entre as unidades familiares.

No que concerne ao número de estabelecimentos que não receberam o serviço de orientação técnica, constata-se um crescimento em ambos os grupos, variando entre 32% (Norte) e 58% (Leste) entre os agricultores familiares e 1% (Norte) e 44% (Noroeste) entre os não familiares. Também neste caso se observa que os estabelecimentos da agricultura familiar apresentam variações maiores do que os não familiares, o que corrobora nossa tese do viés classista do acesso ao serviço de orientação técnica no país, que se reproduz de forma desigual nas Mesorregiões do estado de Goiás, em proporções mais expressivas entre aquelas menos dinâmicas economicamente, como a Norte e a Noroeste. Ou seja, trata-se de um caso em que o atendimento técnico no campo brasileiro e, especificamente, goiano, é caracterizado por um quadro de profunda desigualdade socioespacial, no qual as regiões e grupos sociais mais dinâmicos economicamente possuem melhores condições e recursos para acessarem este serviço.

A análise desagregada dos dados da agricultura familiar, feita a partir da Tabela 2, nos revela que os estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva foram os únicos que apresentaram crescimento no Brasil entre 2006 e 2017, com a criação de 49,1 mil novas unidades, enquanto que em todas as demais categorias se observam expressivas reduções, com destaque para os ocupantes, produtores sem área, proprietários e arrendatários, que tiveram, nesta ordem, 185,1 mil, 158,6 mil, 105,6 mil e 38,1 mil unidades extintas no período.

Em Goiás, por outro lado, apenas a categoria dos ocupantes e produtores sem área tiveram estabelecimentos agropecuários extintos, 1,8 mil para ambos, enquanto que os

assentados sem titulação definitiva e os proprietários apresentaram os maiores crescimentos, 3,5 mil e 3,4 mil, respectivamente, seguidos pelos arrendatários, com 1.632 novas unidades, e parceiros, com 542. Entre as Mesorregiões do estado, a Sul e a Centro foram as que apresentaram o maior crescimento no número de proprietários, 2,6 mil e 1,3 mil, respectivamente, enquanto que os estabelecimentos de assentados se expandiram de forma mais expressiva na Leste, com 1,3 mil novas unidades criadas, seguida pela Sul, com 819, Noroeste, com 739, Norte, com 622, e Centro com apenas 33. Os estabelecimentos agropecuários de arrendatários e parceiros tiveram crescimentos menos expressivos, variando, respectivamente, entre 54 (Noroeste) e 932 (Centro) e 29 (Norte) e 205 (Sul) novas unidades criadas.

Em relação ao acesso ao serviço de orientação técnica, constata-se que os estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva foram os únicos que apresentaram aumento do número de unidades que não receberam este serviço no país, uma variação da ordem de 50% com o acréscimo de 58,9 mil novas unidades desassistidas, totalizando 179,3 mil estabelecimentos, enquanto que em todas as demais categorias houve diminuição deste número, o que se justifica pela extinção de estabelecimentos agropecuários conforme demonstrado no parágrafo anterior. Em relação aos estabelecimentos que receberam orientação técnica, observa-se que em todas as categorias houve diminuição do número de unidades assistidas, com destaque para os produtores sem área, que apresentaram uma variação negativa de -54%, seguidos pelos arrendatários (-27%), ocupantes (-26%), assentados (-21%), parceiros (-16%) e proprietários (-13%).

Em Goiás, por outro lado, constata-se que, à exceção dos ocupantes e produtores sem área que tiveram redução no número de unidades sem orientação técnica, o que se justifica pela expressiva extinção de estabelecimentos destes grupos, observa-se que em todas as demais categorias houve aumento da quantidade de unidades desassistidas no período, com destaque para os parceiros, os quais apresentaram a maior variação, 231%, seguidos pelos arrendatários, com 86%, assentados, com 79%, e proprietários, com 13%. Entre os estabelecimentos que receberam o serviço de orientação técnica, apenas os arrendatários e parceiros tiveram aumento no número de unidades atendidas, 10% e 30%, respectivamente, ao passo que todos os outros apresentaram reduções, com destaque para os produtores sem área e ocupantes, os quais atingiram as maiores variações negativas no estado, -94% e -85%, respectivamente, enquanto que os assentados alcançaram -5% e os proprietários -27% de redução. Entre as Mesorregiões do estado, constata-se que os arrendatários só não apresentaram crescimento no número de assistidos na Noroeste, enquanto que nas outras variou entre 3% (Sul) e 89% (Leste), ao passo que o número de assentados e parceiros assistidos aumentou apenas na Leste, 21% e 80%, respectivamente, e Sul, 15% e 59%, nesta ordem. Proprietários, ocupantes e produtores

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

sem área, por sua parte, apresentaram diminuição no número de estabelecimentos com acesso à orientação técnica em todas as cinco Mesorregiões.

Tabela 2: Acesso à orientação técnica no Brasil, no estado de Goiás e em suas Mesorregiões Geográficas segundo a condição do agricultor familiar em relação às terras nos anos de 2006 e 2017

Agricultura Familiar															
União, Estado e Mesorregiões Geográficas	Orientação Técnica	2006						2017							
		Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área	Orientação Técnica	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área	Comandatário
Brasil	Recebeu	672.297	50.834	43.617	16.303	35.457	14.194	Recebeu	587.428	40.151	31.867	13.660	26.180	6.493	2.539
	Não recebeu	2.590.071	119.477	152.452	110.493	333.194	227.878	Não recebeu	2.569.273	179.327	79.359	74.983	157.353	76.940	51.855
Goiás	Recebeu	16.170	1.965	815	79	448	281	Recebeu	11.805	1.865	897	103	68	17	240
	Não recebeu	57.825	4.571	1.801	224	2.501	1.646	Não recebeu	65.586	8.185	3.351	742	1.086	126	1.613
Mesorregiões															
Nordeste Goiano	Recebeu	1.623	531	55	3	31	8	Recebeu	705	376	13	6	1		8
	Não recebeu	5.117	1.193	94	10	185	38	Não recebeu	6.987	2.087	190	83	73	1	128
Norte Goiano	Recebeu	1.259	290	12	9	26	121	Recebeu	685	285	19	3	8	2	6
	Não recebeu	8.834	983	133	35	471	434	Não recebeu	8.686	1.610	122	70	417	32	91
Centro Goiano	Recebeu	3.614	203	163	40	74	25	Recebeu	2.855	91	248	28	27		84
	Não recebeu	19.037	312	665	71	650	325	Não recebeu	21.089	457	1.512	262	182	35	687
Leste Goiano	Recebeu	2.115	548	18	5	37	27	Recebeu	1.606	663	34	9	16		17
	Não recebeu	11.291	1.555	81	42	462	639	Não recebeu	11.050	2.741	134	91	168	19	137
Sul Goiano	Recebeu	7.559	393	567	22	280	100	Recebeu	5.954	450	583	57	16	15	125
	Não recebeu	13.546	528	828	66	733	210	Não recebeu	17.774	1.290	1.393	236	246	39	570

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Organização: autores.

Em relação aos agentes que prestam o serviço de orientação técnica aos estabelecimentos agropecuários, constata-se, a partir do exame da Tabela 3, que as entidades estatais (federais, estaduais e municipais), apesar de terem diminuído no Brasil sua participação nos atendimentos realizados aos estabelecimentos familiares em 23% e em 11% aos não familiares, ainda constituem um dos principais agentes de ATER no país, uma vez que, das unidades atendidas em 2017, seus profissionais ofereceram assistência a aproximadamente 43% das familiares (ante 48% em 2006) e 26% das não familiares (ante 29% em 2006). Assim como as entidades estatais de ATER, as empresas integradoras e as empresas privadas de planejamento também tiveram variações negativas nos atendimentos realizados no período: o número de estabelecimentos de agricultura familiar atendidos por ambos os agentes reduziu-se em -14% e -64%, respectivamente, enquanto que os não familiares apresentaram variações de -5% e -72%, nesta ordem. Por outro lado, os demais agentes tiveram crescimento no número de unidades atendidas no país, com destaque para as formas de assistência própria ou do próprio produtor, com variação de 31% entre os estabelecimentos não familiares e 22% entre os familiares, e as cooperativas, com aumento de 15% e 10%, respectivamente. Com estes aumentos, cresceram também as proporções de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares que receberam orientação técnica por estas duas modalidades de atendimento: a forma de assistência própria ou do próprio produtor respondia por cerca de 51% das unidades não familiares assistidas em 2017, ante 40% em 2006, e 22% das familiares, ante 15% em 2006, enquanto que as

cooperativas atenderam 22% das não familiares que receberam orientação técnica em 2017, ante 19% em 2006, e 26% das familiares, ante 20% em 2006. Tais dados demonstram o crescimento da oferta de assistência técnica privada em detrimento da pública, consoante então com os preceitos neoliberais.

Depreende-se, pela análise destes números, que o princípio estabelecido pela PNATER de exclusividade do serviço público de extensão rural aos estabelecimentos familiares não é seguido pelas entidades estatais de ATER no país, haja visto que, mesmo sem garantir a universalidade e a continuidade do atendimento a este público, atuam fornecendo orientações aos estabelecimentos de agricultura não familiar. Ademais, não obstante o aumento dos recursos federais investidos nas entidades estatais de ATER em todos os estados, o número de atendimentos por elas realizados caiu de forma considerável no período, levando os produtores a buscarem orientação por iniciativa própria ou por meio das cooperativas, ficando, com efeito, à mercê de agentes que atuam segundo uma lógica produtivista e orientada à intensificação do uso de inovações científico-tecnológicas nas atividades agropecuárias. Essas mudanças constituem um dos desdobramentos da implementação de um projeto neoliberal que busca redefinir o papel e a presença das entidades estatais de ATER no campo, diminuindo o número de técnicos e sucateando sua infraestrutura de trabalho para, então, “repassar” a incumbência de seus serviços à própria sociedade civil e aos agentes privados. Isso tem prejudicado fortemente o segmento da agricultura familiar, que, via de regra, não pode pagar pelos serviços prestados por estes agentes.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Tabela 3: Origem do serviço de orientação técnica aos agricultores familiares e não familiares no Brasil, no estado de Goiás e em suas Mesorregiões Geográficas nos anos de 2006 e 2017

2006										
União, Estado e Mesorregiões Geográficas	Categoria social	Total de estabelecimentos com acesso à orientação técnica	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	Organização não governamental (ONG)	Outra	
Brasil	Agricultura não familiar	312.347	91.181	124.521	60.344	22.880	34.323	1.480	11.289	
	Agricultura familiar	832.702	400.426	125.742	165.177	130.980	50.873	5.313	19.087	
Goiás	Agricultura não familiar	20.203	3.554	10.109	2.880	1.191	3.549	116	601	
	Agricultura familiar	19.758	8.121	6.685	2.970	682	1.790	116	396	
Mesorregiões										
Noroeste Goiano	Agricultura não familiar	2.272	362	1.317	45	132	405	27	84	
	Agricultura familiar	2.251	1.194	658	181	61	167	5	27	
Norte Goiano	Agricultura não familiar	1.349	285	760	29	33	260	6	26	
	Agricultura familiar	1.717	855	633	66	17	135	9	20	
Centro Goiano	Agricultura não familiar	3.685	990	1.959	179	168	420	23	134	
	Agricultura familiar	4.119	1.713	1.650	350	139	304	6	116	
Leste Goiano	Agricultura não familiar	1.908	508	1.050	53	73	241	3	120	
	Agricultura familiar	2.750	1.908	649	77	23	109	2	53	
Sul Goiano	Agricultura não familiar	10.989	1.409	5.023	2.574	785	2.223	57	237	
	Agricultura familiar	8.921	2.451	3.095	2.296	442	1.075	94	180	
2017										
União, Estado e Mesorregiões Geográficas	Categoria social	Total de estabelecimentos com acesso à orientação técnica	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	Organização não governamental (ONG)	Outra	Sistema S
Brasil	Agricultura não familiar	317.125	80.910	162.706	69.225	21.778	9.771	1.933	15.211	2.446
	Agricultura familiar	708.318	307.167	153.688	182.295	113.172	18.531	6.729	36.906	5.234
Goiás	Agricultura não familiar	18.424	1.618	12.470	3.713	1.271	691	32	685	107
	Agricultura familiar	14.995	3.897	6.327	3.708	631	595	48	622	217
Mesorregiões										
Noroeste Goiano	Agricultura não familiar	1.733	182	1.256	167	113	30	4	85	17
	Agricultura familiar	1.109	462	420	121	26	6	13	44	87
Norte Goiano	Agricultura não familiar	1.261	250	879	43	47	26	3	61	6
	Agricultura familiar	1.008	548	349	55	16	11	3	48	7
Centro Goiano	Agricultura não familiar	3.568	523	2.518	369	180	65	5	180	19
	Agricultura familiar	3.333	976	1.636	487	138	32	12	222	45
Leste Goiano	Agricultura não familiar	2.380	398	1.777	90	68	73	9	107	14
	Agricultura familiar	2.345	1.281	852	198	21	27	11	109	16
Sul Goiano	Agricultura não familiar	9.482	265	6.040	3.044	863	497	11	252	51
	Agricultura familiar	7.200	630	3.070	2.847	430	519	9	199	62

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Organização: autores.

Em Goiás, por sua parte, observa-se uma redução mais acentuada no número de atendimentos realizados por entidades estatais de ATER, da ordem de -52% entre os estabelecimentos agropecuários familiares e -54% entre os não familiares. Com efeito, entre as unidades que receberam orientação técnica no estado, a proporção de familiares assistidas por estas entidades reduziu de 41% para 26% no período em questão, enquanto que para as não familiares foi de 18% para 9%. A maior parte dos serviços de orientação técnica prestados no estado continua sendo na forma de assistência própria ou do próprio produtor, que cresceu em 23% entre os estabelecimentos não familiares e diminuiu em -5% entre os familiares, porém, em ambos aumentou em proporção em relação ao total de

unidades atendidas, passando de 50% para 68% entre os primeiros e 34% para 42% entre os familiares.

As cooperativas também apresentaram crescimento do número de atendimentos em ambos os grupos no período: 29% entre os estabelecimentos não familiares e 25% entre os familiares, atingindo a proporção de 20% de atendimentos realizados aos primeiros (ante 14% em 2006) e 25% aos familiares (ante 15% em 2006). Dentre os demais agentes, observa-se que, à exceção do conjunto de “outras” modalidades de atendimento, todos apresentaram variações negativas no número de estabelecimentos atendidos, com destaque para as empresas privadas de planejamento, que tiveram as maiores reduções, -81% entre as unidades não familiares e -67% entre as familiares, representando, para ambos os grupos, uma proporção de 4% do total de estabelecimentos atendidos em 2017 (ante 18% para os não familiares e 9% para os familiares em 2006).

Entre as Mesorregiões do estado, observa-se que as entidades estatais de ATER tiveram sua participação na oferta do serviço de orientação técnica aos estabelecimentos familiares e não familiares reduzida em todo o território goiano, com destaque para a Mesorregião Sul, que apresentou as maiores variações negativas, de -74% para os familiares e -81% para os não familiares, enquanto que nas demais regiões variou entre -33% (Leste) e -61% (Noroeste) para as unidades familiares e entre -12% (Norte) e -50% (Noroeste) para as não familiares.

Já a forma de orientação própria ou do próprio produtor, diferentemente, apresentou os maiores crescimentos nos estabelecimentos não familiares, variando entre 16% (Norte) e 69% (Leste), enquanto que nas unidades familiares aumentou apenas no Leste Goiano, 31%, reduzindo nas demais regiões entre -1% (Sul e Centro) e -45% (Norte). Por sua parte, os serviços prestados pelas cooperativas se expandiram entre os estabelecimentos não familiares de todas as Mesorregiões do estado, variando entre 18% (Sul) e 271% (Noroeste), enquanto que entre as unidades familiares, à exceção das situadas no Noroeste e Norte Goiano, que apresentaram redução de -33% e -17%, respectivamente, houve crescimento entre 24% (Sul) e 157% (Leste). Empresas integradoras, empresas privadas de planejamento e Organizações Não Governamentais (ONGs) tiveram redução no número de atendimentos entre a maior parte dos estabelecimentos familiares e não familiares de todas as regiões, apresentando quantidade de estabelecimentos não muito expressiva onde houve aumento dos serviços prestados.

Depreende-se, a partir do exame desses dados, que a expressiva capilaridade da EMATER-GO no território goiano não tem sido suficiente para promover uma maior cobertura dos serviços de ATER no estado, sobretudo aos estabelecimentos familiares, considerados pelo discurso oficial da empresa como público prioritário de atendimento. Ressalta-se, ademais, que embora a EMATER-GO informe haver 220 unidades locais para

atendimento ao produtor nos municípios goianos, em 2017 o número de municipalidades com agricultores familiares atendidos pelos profissionais da empresa foi de 211, o que representa 86% do total de municípios do estado (246), ante 223 (91%) em 2006, ou seja, um quantitativo menor do que informado pela instituição em sua página oficial. Uma das principais razões para a expressiva redução do número de estabelecimentos agropecuários assistidos pela EMATER-GO é a carência de extensionistas (agropecuários e de bem-estar social) para prestação de serviços no campo, uma vez que a empresa conta com apenas 284 profissionais de ATER nos escritórios locais, o que equivale, em números relativos, à média de 1 técnico para 478 estabelecimentos, proporção bastante elevada para que se possa prestar, de maneira efetiva e satisfatória, um serviço de forma contínua e universal.

No que concerne aos dados relativos à utilização de agrotóxicos nas atividades agropecuárias, constata-se, pela análise da Tabela 4, que o número de estabelecimentos que não fazem o seu uso, embora tenha diminuído de 3,78 para 3,37 milhões entre 2006 e 2017, ainda continua maior do que aqueles que os utilizam, os quais aumentaram em torno de 290 mil unidades, totalizando 1,68 milhão (ante 1,39 milhão em 2006). Dentre os estabelecimentos que usam agrotóxicos, a maior parte é constituída por agricultores familiares, cujo montante aumentou em 13% com o acréscimo de 151 mil novas unidades, perfazendo um total de 1,29 milhão, o que equivale a 1/3 do total de estabelecimentos familiares (ante 1,14 milhão em 2006, que representavam ¼ do total). Os estabelecimentos de agricultura não familiar, por sua parte, tiveram um aumento de 135 mil unidades que utilizam agrotóxicos, o que representa um crescimento de 54%, perfazendo em 2017 cerca de 387 mil, cerca de 1/3 do total (ante 252 mil em 2006, que representavam 1/3 do total).

Um fato ainda mais grave neste fenômeno é que o maior aumento do número de estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar que utilizam agrotóxicos se deu por aqueles que não receberam orientação técnica, 25% e 109%, respectivamente, totalizando 1,06 milhão, enquanto que o número de estabelecimentos que usaram estes produtos e foram assistidos aumentou em 16% entre os não familiares e diminuiu em -4% entre os familiares, perfazendo um total de 617,3 mil. A análise desses dados evidencia também que a maior parte dos estabelecimentos de agricultura familiar, 66%, e não familiar, 55%, que utilizaram agrotóxicos em 2017 não recorreram ao serviço de orientação técnica para obter informações sobre a real necessidade de seu uso e/ou sobre a dosagem “correta” e “forma adequada” de aplicação. Observa-se, neste sentido, um cenário de sérios riscos aos produtores, às suas famílias, aos trabalhadores rurais, aos consumidores e ao ambiente, sobretudo porque a maior parte da alimentação consumida no país provém dos estabelecimentos de agricultura familiar, como se observa nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 4: Acesso à orientação técnica pelos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar e utilização de agrotóxicos nos manejos agropecuários no Brasil, em Goiás e em suas Mesorregiões Geográficas nos anos de 2006 e 2017

União, Estado e Mesorregiões Geográficas	Categoria Social	2006				2017		
		Total de estabelecimentos	Orientação técnica	Uso de agrotóxicos		Total de estabelecimentos	Uso de agrotóxicos	
				Utilizou	Não utilizou		Utilizou	Não utilizou
Brasil	Agricultura não familiar	809.369	Recebeu	150.480	161.867	1.175.916	174.828	141.864
			Não recebeu	101.316	395.706		211.973	642.619
	Agricultura familiar	4.366.267	Recebeu	460.199	372.503	3.897.408	442.476	264.563
			Não recebeu	684.082	2.849.483		852.463	2.316.780
Goiás	Agricultura não familiar	47.366	Recebeu	6.609	13.594	56.490	9.340	9.084
			Não recebeu	2.947	24.216		7.784	30.265
	Agricultura familiar	88.326	Recebeu	3.703	16.055	95.684	5.385	9.608
			Não recebeu	5.682	62.886		14.280	66.370
Mesorregiões								
Noroeste Goiano	Agricultura não familiar	5.462	Recebeu	534	1.738	6.526	902	831
			Não recebeu	377	2.813		1.527	3.266
	Agricultura familiar	8.888	Recebeu	248	2.003	10.658	397	712
			Não recebeu	549	6.088		2.284	7.264
Norte Goiano	Agricultura não familiar	5.156	Recebeu	299	1.050	6.280	567	694
			Não recebeu	293	3.514		829	4.186
	Agricultura familiar	12.607	Recebeu	233	1.484	12.036	298	708
			Não recebeu	603	10.287		1.603	9.416
Centro Goiano	Agricultura não familiar	12.158	Recebeu	977	2.708	15.193	1.546	2.022
			Não recebeu	1.047	7.426		2.291	9.329
	Agricultura familiar	25.179	Recebeu	747	3.372	27.557	1.099	2.234
			Não recebeu	2.227	18.833		4.539	19.676
Leste Goiano	Agricultura não familiar	5.990	Recebeu	548	1.360	8.813	1.065	1.315
			Não recebeu	274	3.808		889	5.542
	Agricultura familiar	16.820	Recebeu	323	2.427	16.685	795	1.550
			Não recebeu	789	13.281		1.953	12.379
Sul Goiano	Agricultura não familiar	18.600	Recebeu	4.251	6.738	19.678	5.260	4.222
			Não recebeu	956	6.655		2.248	7.942
	Agricultura familiar	24.832	Recebeu	2.152	6.769	28.748	2.796	4.404
			Não recebeu	1.514	14.397		3.901	17.635

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Organização: autores.

Em Goiás, por outro lado, constata-se que, assim como no Brasil, o número de estabelecimentos que não utilizam agrotóxicos é maior do que aqueles que fazem o seu uso, embora tenha diminuído em 1% no período, totalizando 115,3 mil em 2017 (ante 116,7 mil em 2006). No entanto, diferentemente do cenário nacional, a quantidade daqueles que usam estes produtos no estado aumentou de forma bem mais expressiva, em cerca de 94%, passando de 18,9 mil para 36,8 mil, o que equivale dizer que um a cada quatro estabelecimentos agropecuários goianos usa agrotóxicos (ante 1/7 em 2006). Dentre o total de estabelecimentos que utilizam estes produtos, há um relativo equilíbrio entre familiares e não familiares, 53% e 47%, respectivamente, enquanto que em 2006 a divisão era de 50% para cada grupo. No entanto, o exame destes dados nos permite constatar que o aumento do número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos se deu de forma mais expressiva entre os familiares, em torno de 110%, passando de 9,4 mil para 19,7 mil, o que equivale dizer que um em cada cinco estabelecimentos de agricultura familiar no estado recorre ao uso de agrotóxicos (ante 1/9 em 2006), enquanto que entre os não familiares houve um crescimento de 80% com o acréscimo de 4,8 mil unidades que utilizam estes produtos,

totalizando 17,1 mil em 2017, o que corresponde à proporção de um a cada três estabelecimentos de agricultura não familiar (ante 1/5 em 2006).

Este quadro se torna ainda mais grave quando se observa que o número dos estabelecimentos familiares que usam agrotóxicos e não recebem orientação técnica aumentou em 151% entre 2006 e 2017, totalizando 14,3 mil unidades, o que corresponde à maior parte dos que utilizam estes produtos, cerca de 73% (ante 61% em 2006). Entre os não familiares que usam agrotóxicos e não são assistidos, houve um aumento de 164% no período, perfazendo 7,8 mil unidades, que correspondem a 45% (ante 31% em 2006) dos estabelecimentos que utilizaram estes produtos. Ou seja, em números totais, cerca de 60% dos estabelecimentos que usam agrotóxicos em Goiás não recebem orientação técnica, o que evidencia um cenário preocupante para a saúde da população e para o ambiente no estado.

A realização de uma análise regional destes dados nos permite constatar que as Mesorregiões Sul e Centro, justamente as que possuem os maiores números de estabelecimentos produtores de *commodities* agrícolas, são as que possuem a maior quantidade dos que utilizam agrotóxicos no estado, 14,2 mil e 9,5 mil, respectivamente, seguidas pela Noroeste, com 5,1 mil, Leste, com 4,7 mil e Norte, com 3,3 mil. Entre 2006 e 2017, no entanto, as Mesorregiões Noroeste, Leste e Norte foram que se destacaram por apresentarem os maiores aumentos relativos no número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, 199%, 143% e 131%, respectivamente, seguidas pela Centro, com 190%, e Sul, com 160%.

Em relação aos estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, constata-se que apenas as unidades não familiares das Mesorregiões Sul e Leste apresentam maiores proporções com acesso à orientação técnica, 70% e 55%, respectivamente. Entre as demais Mesorregiões, as que possuem menores proporções de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos e receberam orientação técnica em 2017 foram a Noroeste e a Norte, cujas unidades familiares apresentaram 15% e 16%, respectivamente, e as não familiares 37% e 41%, nesta ordem. Ou seja, conforme demonstrado na Tabela 1, justamente as duas regiões que detêm os mais altos índices de estabelecimentos sem acesso ao serviço de orientação técnica em Goiás. Cumpre observar, no entanto, que comparando os dados de 2006 e 2017, observa-se que ambos os grupos de estabelecimentos apresentaram redução percentual nestes índices em todas as Mesorregiões do estado, variando entre seis e 21 pontos percentuais entre um ano e outro.

Por fim, no que concerne aos dados relativos à prática da agricultura e/ou pecuária orgânica, deve-se esclarecer, primeiramente, que em 2006 o Censo Agropecuário contabilizou os estabelecimentos com produção orgânica não certificada e certificada por alguma instituição certificadora, enquanto que em 2017 foram contabilizados apenas

aqueles que possuíam a certificação orgânica. Ademais, cumpre também ressaltar que em 2017 os dados foram desagregados em “produção vegetal orgânica”, “produção animal orgânica” e “produção vegetal e animal orgânica”, enquanto que em 2006 estes dados foram informados de forma agregada apenas como “agricultura orgânica”, a qual tem o mesmo significado no Censo Agropecuário de 2006 e 2017, conforme destacado na metodologia. Para possibilitar a análise comparativa entre os dados, optamos por apresentá-los em 2017 de forma agregada, assim como estão em 2006, sendo que, para este ano, os estabelecimentos que produzem de forma orgânica foram separados em “certificados” e “não certificados”.

A partir do exame da Tabela 5, constata-se que em 2006 havia no país cerca de 90,5 mil estabelecimentos com produção orgânica, sendo que a maioria deles, 85,4 mil, não possuía nenhum tipo de certificação. Em 2017, no entanto, foram contabilizados 64,7 mil estabelecimentos produzindo de forma orgânica e certificados, o que representa um aumento de aproximadamente 1.200% em relação a 2006, quando apenas 5,1 mil estavam certificados.

Dentre os estabelecimentos que adotam a produção orgânica, os familiares constituíram a maioria em 2006, 74,8 mil, e 2017, 49,3 mil, enquanto que os não familiares não tiveram alteração significativa no período, 15,7 mil em 2006 e 15,4 mil em 2017.

Quanto ao acesso ao serviço de orientação técnica, observa-se que as unidades que praticam este modelo de produção não foram, em sua maioria, atendidas por entidades de ATER, atingindo um quantitativo equivalente a cerca de 78% de estabelecimentos familiares desassistidos em 2017 (ante 79% em 2006) e 69% de não familiares (ante 58% em 2006).

Depreende-se, a partir da análise destes números, que os atendimentos técnicos prestados aos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar ainda estão fortemente fundamentados em princípios que orientam a adoção de insumos sintéticos e inovações científico-tecnológicas dependentes de recursos não renováveis e poluentes, uma vez que a maioria das unidades assistidas em 2006 e 2017 não pratica a agricultura e/ou pecuária orgânica. Afirma-se, da mesma forma, que a adoção de novos conhecimentos e práticas de manejo voltados à sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária tem sido feita, em grande parte, de forma independente dos serviços prestados por entidades estatais e não estatais de ATER, visto que a maioria dos estabelecimentos que praticam a agricultura e/ou pecuária orgânica não recebeu nenhum tipo de atendimento técnico neste período.

Constata-se, com efeito, que a almejada transição agroecológica proposta pela PNATER em 2003, mesmo com todas as ações e investimentos realizados pelo governo federal desde então, tem encontrado sérias limitações de diversas ordens e escalas, a exemplo da resistência empreendida pelas próprias entidades de ATER e por seus

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

profissionais, pelo conservadorismo dos currículos universitários em que se formam os agrônomos e técnicos agropecuários, pelos jogos de poder nos espaços de decisão política nos âmbitos federal, estadual e municipal, pelos agentes econômicos que atuam local e globalmente, pelos próprios agricultores movidos por interesses pragmáticos e mercantilistas etc. Neste sentido, a conjunção de diversos fatores tem impedido e, em muitos casos, promovido retrocessos, como se observa nas análises feitas dos dados das tabelas 4 e 5, a socialização e a adoção de novos conhecimentos e técnicas que permitem produzir de forma menos nociva ao ambiente no campo. Estimula-se, por conseguinte, um processo que se traduz no aumento do número de estabelecimentos utilizando agrotóxicos e na diminuição da quantidade daqueles que praticam a agricultura e/ou pecuária orgânica.

Tabela 5: Acesso ao serviço de orientação técnica e prática da agricultura/pecuária orgânica pelos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar no Brasil, em Goiás e em suas Mesorregiões Geográficas nos anos de 2006 e 2017

União, Estado e Mesorregiões Geográficas	Categoria social	Orientação técnica	2006			2017		
			Agricultura e/ou pecuária orgânica			Orientação técnica	Agricultura e/ou pecuária orgânica	
			Prática		Não prática		Prática	Não prática
			Certificados	Não certificados				
Brasil	Agricultura não familiar	Recebeu	1.101	5.439	305.807	Recebeu	4.811	93.632
		Não recebeu	389	8.764	487.869	Não recebeu	10.549	523.090
	Agricultura familiar	Recebeu	2.022	13.891	816.789	Recebeu	10.868	175.496
		Não recebeu	1.594	57.298	3.474.673	Não recebeu	38.462	1.897.716
Goiás	Agricultura não familiar	Recebeu	32	248	19.923	Recebeu	322	5.795
		Não recebeu	16	239	26.908	Não recebeu	709	23.525
	Agricultura familiar	Recebeu	37	354	19.367	Recebeu	363	6.165
		Não recebeu	28	651	67.889	Não recebeu	2.323	50.551
Mesorregiões								
Nordeste Goiano	Agricultura não familiar	Recebeu	2	39	2.231	Recebeu	14	522
		Não recebeu	1	40	3.149	Não recebeu	34	2.707
	Agricultura familiar	Recebeu	1	91	2.202	Recebeu	24	475
		Não recebeu	4	45	6.545	Não recebeu	146	5.966
Norte Goiano	Agricultura não familiar	Recebeu	2	20	1.327	Recebeu	24	440
		Não recebeu	1	21	3.785	Não recebeu	93	3.304
	Agricultura familiar	Recebeu	4	20	1.693	Recebeu	29	381
		Não recebeu	4	62	10.824	Não recebeu	262	7.143
Centro Goiano	Agricultura não familiar	Recebeu	15	62	3.608	Recebeu	67	1.259
		Não recebeu	5	79	8.389	Não recebeu	230	7.162
	Agricultura familiar	Recebeu	6	89	4.024	Recebeu	79	1.423
		Não recebeu	7	192	20.861	Não recebeu	919	14.481
Leste Goiano	Agricultura não familiar	Recebeu	8	62	1.838	Recebeu	64	764
		Não recebeu	3	70	4.009	Não recebeu	163	3.939
	Agricultura familiar	Recebeu	14	85	2.651	Recebeu	70	931
		Não recebeu	7	189	13.874	Não recebeu	391	8.724
Sul Goiano	Agricultura não familiar	Recebeu	5	65	10.919	Recebeu	153	2.810
		Não recebeu	6	29	7.576	Não recebeu	189	6.413
	Agricultura familiar	Recebeu	9	115	8.797	Recebeu	161	2.955
		Não recebeu	9	117	15.785	Não recebeu	605	14.237

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Organização: autores.

No estado de Goiás, por outro lado, observa-se um cenário um pouco distinto deste observado no âmbito nacional, uma vez que entre 2006 e 2017 houve um crescimento de 132% no número de estabelecimentos agropecuários produzindo de forma orgânica no campo, passando de 1,6 mil para 3,7 mil. A maior parte deste aumento se deve aos estabelecimentos de agricultura familiar, que apresentaram uma variação positiva de 151% com o acréscimo de 1,6 mil unidades de agricultura e/ou pecuária orgânica, enquanto que entre os não familiares houve um crescimento de 93%, passando de 535 para 1 mil

estabelecimentos de produção orgânica. Cumpre observar, no entanto, que apesar do expressivo aumento relativo, o montante de estabelecimentos de agricultura e/ou pecuária orgânica no estado ainda representa uma parcela pouco expressiva do total de estabelecimentos agropecuários goianos, da ordem de 2% em 2017 (ante 1% em 2006), sendo que os familiares referem-se a 3% de seu conjunto (ante 1% em 2006) e os não familiares a 2% (ante 1% em 2006).

Em relação ao acesso ao serviço de orientação técnica, observa-se que, semelhantemente ao contexto nacional, a maior parte dos estabelecimentos familiares e não familiares que praticam a agricultura e/ou pecuária orgânica não recebe orientação técnica em Goiás, contabilizando-se uma proporção equivalente a 86% entre os primeiros (ante 63% em 2006) e a 69% entre os não familiares (ante 48% em 2006).

Entre as Mesorregiões do estado, observa-se que, à exceção da Noroeste, onde houve uma redução de -2% no número de estabelecimentos que adotam o modelo de produção orgânica, em todas as outras observa-se um crescimento destes números, com destaque para a Sul, com 212% de aumento, seguida pela Norte, com 204%, Centro, com 185%, e Leste, com 57%. Em relação aos grupos de estabelecimentos, constata-se que apenas os não familiares da Mesorregião Noroeste apresentaram variação negativa neste índice, da ordem de -41%, enquanto os demais grupos de todas as outras Mesorregiões tiveram crescimento, com destaque para os familiares da Centro, com 239%, e os não familiares e familiares da Sul, com 226% e 206%, respectivamente. A respeito do acesso ao serviço de orientação técnica, observa-se que em todas as Mesorregiões a maior parte dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar que adotam o modelo de produção orgânica não recebeu nenhum tipo de atendimento, com proporções variando entre 55% e 92% do montante de cada grupo.

Frente a esta realidade, fica evidente que a reinserção do serviço extensionista na agenda política nacional no início deste século XXI e os investimentos e ações realizados pelo Estado brasileiro desde então não foram suficientes para romper com as estruturas segregacionistas que impedem o acesso mais equânime e democrático à orientação técnica entre os distintos e antagônicos grupos sociais e as regiões menos dinâmicas economicamente, assim como não possibilitaram superar os princípios produtivistas e a lógica tecnicista – fundamentada apenas na difusão de insumos mecânicos e sintéticos altamente poluidores – que orienta, há mais de meio século, as entidades de ATER em todo o país.

Considerações Finais

A instituição de uma nova política pública de extensão rural, complementada com o aumento dos recursos financeiros disponibilizados pela União, com a criação de uma legislação com novas orientações e diretrizes de ação aos extensionistas e com o estabelecimento de uma agência nacional para fomentar as atividades de difusão de novos conhecimentos e inovações científico-tecnológicas, constituíram-se em importantes mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro com o propósito de se promover o acesso universal, público, democrático e contínuo a um serviço de ATER orientado pela promoção da sustentabilidade no campo neste início de século XXI.

No entanto, após mais de uma década de implementação de diversas ações, o cenário observado no país e, no caso específico deste estudo, o estado de Goiás e suas Mesorregiões Geográficas, ainda é caracterizado por profundas desigualdades socioespaciais no acesso à orientação técnica prestada por entidades estatais e não estatais de ATER, uma vez que os estabelecimentos de agricultura familiar, especialmente os mais marginalizados, como os assentados, ocupantes e parceiros e as regiões menos dinâmicas economicamente, como a Norte e a Noroeste, estão, em grande parte, privados do atendimento técnico durante a realização de suas atividades produtivas.

A permanência e o agravamento destas questões evidenciam que as ações realizadas pelo governo federal não bastam por si só, necessitando haver por parte dos estados federativos medidas e outras políticas complementares e articuladas, como a contratação de novos profissionais para as entidades estatais de ATER, o fomento aos serviços prestados por entidades não estatais, a melhoria da infraestrutura de trabalho dos técnicos extensionistas, o aumento da oferta de cursos de capacitação a estes profissionais e aos agricultores e agricultoras familiares, um maior envolvimento das instituições de ensino superior, dentre outras medidas que precisam ser implementadas em atendimento às demandas e especificidades de cada contexto geográfico.

No entanto, a adoção de um conjunto de políticas neoliberais nos últimos anos, intensificadas com imposição ao Governo Federal de um teto de gastos pela Emenda Constitucional 95, e a ascensão de um governo de natureza neofascista em 2019, constituem sérias limitações à manutenção e ampliação de ações e recursos destinados à implementação de uma política extensionista voltada aos grupos sociais marginalizados e à transição agroecológica no campo. O aprofundamento das medidas neoliberais tem feito com que haja aumento dos agricultores familiares desassistidos pela extensão rural pública, que constitui-se no segmento que é mais vulnerável e mais sofre com esse processo. Além disso, a ausência desta política pública tende a trazer dificuldades para a sua produção agrícola, seja em inovações para o aumento da produtividade, na resolução de eventuais problemas produtivos, como também visando executar a transição agroecológica. Com efeito, este segmento cada vez mais tende a ficar à mercê de grupos empresariais privados,

que fornecem pacotes tecnológicos e estão muito mais interessados na obtenção de lucros do que ofertar extensão rural e/ou promover mudanças e melhorias socioambientais no campo.

Urge, portanto, a articulação e a organização dos agricultores familiares e suas entidades de representação, assim como dos movimentos sociais no campo, grupos tradicionais, ONGs, universidades etc. visando elaborar e executar novas estratégias de resistência e cooperação para mitigar estas questões, instituindo redes que favoreçam a produção e o compartilhamento de novos conhecimentos e tecnologias sociais que concorram para fortalecer e manter suas famílias no campo em um contexto sociopolítico e socioambiental de sérias ameaças advindas de agentes do Estado, do agronegócio e do grande capital financeiro.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 11 anos agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**, s/d. Disponível em: <<https://cutt.ly/AbUDSWE>>. Acesso em: 08 maio 2021.

ASBRAER – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Proposta para a assistência técnica e extensão rural do Brasil**. Brasília: ASBRAER, 2018.

ASSUNÇÃO, H. F.; RIBEIRO; D. D.; DIAS, M. S.; LIMA, T. M. de. Efeito das ações de assistência técnica sobre a qualidade de vida de um assentamento rural no município de Jataí (Goiás-Brasil). In: **Anais... X SIMPOSIO INTERNACIONAL Y V CONGRESO NACIONAL DE AGRICULTURA SOSTENIBLE**, 2009, Tuxtla Gutiérrez-México. v. 1. p. 1-10.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; DELGADO; G. C. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 314-342.

CALAÇA, M.; DIAS, W. A. A modernização do campo no cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia-MG, v. 5, n. 10, p. 312-332, ago. 2010.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

_____. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M. da; OLIVEIRA, M. A. C. de; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA, 2014. p. 19-48.

CLEMENTE, E. C. **O programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales/SP**. 2011. 353 f. Tese (Doutorado em

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente-SP, 2011.

_____. Análise da proposta de desenvolvimento territorial na realidade brasileira. **REVISTA GEOAMBIENTE ONLINE**, Jataí-GO, n. 21, p. 127-151, 2013.

_____. A agricultura familiar a questão da sustentabilidade: alguns pontos para o debate. **REVISTA ATELIÊ GEOGRÁFICO**, Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 88-108, dez/2015.

DEL GROSSI, M. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista Necat**, Florianópolis-SC, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019a.

_____. **Novo Censo Agropecuário brasileiro: agendas de pesquisas.** Texto para discussão. Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar – CEGAFI: Universidade de Brasília – UNB – Faculdade de Planaltina – FUP, 2019b.

DEL GROSSI, M.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGES, L. F. R.; OLIVEIRA, M. S. de. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista Necat**, Florianópolis-SC, v. 8, n. 16, p. 40-45, jun./dez. 2019.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-128

DINIZ, R.F. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?** Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2018. 489f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente-SP, 2018.

DINIZ; R. F.; CLEMENTE, E. C. A questão do acesso aos serviços de orientação técnica no Brasil e no estado de Goiás. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 15, n. 35 Abr., p. 230-259, 30 jun. 2020a.

_____. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 58, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu-PR: SOBER, 2020b, p. 01-20.

_____. A geografia do acesso ao serviço de orientação técnica pelos agricultores familiares no Brasil e no estado de Goiás: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Revista Pegada Eletrônica (ONLINE)**, Presidente Prudente-SP, v. 21, p. 128-160, 2020c.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. p.1-10.

_____. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, abr./jun. 2018.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FREITAS, T. F.; MARTINS, J. P.; ASSUNÇÃO, H. F.; RIBEIRO, D. D. Assistência Técnica aos agricultores familiares de um Projeto de Assentamento no Município de Jataí – GO, para produção e conservação de forragem de milho crioulo. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Dois Vizinhos-PR, v. 4, n. 2, p. 1909-1912, nov. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura Familiar – Segunda apuração, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. **Glossário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LIMA, T. M.; ASSUNÇÃO, H. F.; RIBEIRO, D. D.; SANTOS, P. F. Extensão Participativa e Assistência Técnica Agrônômica a agricultores familiares para reprodução de variedades de milho crioulo. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Dois Vizinhos-PR, v. 4, n. 2, p. 2796-2799, nov. 2009.

MENDONÇA, S. R. de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 14, n. 2, p. 188-196.

QUEDA, O. **A Extensão Rural no Brasil**: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. 1987. 201 f. Tese (Livre Docência) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, Piracicaba-SP, 1987.

RAMBO, J.R.; DINIZ, R.F.; HESPANHOL, A.N.; SANT'ANA, A.L. Políticas públicas de extensão rural no Brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso. In: CONGRESSO DA SOBER, 53., João Pessoa-PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. p.1-15.

RIBEIRO, D. D. Diversificação produtiva, geração e aumento de renda em assentamentos rurais a partir do milho crioulo. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 109-127, dez/2015.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. de S. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: o PAA e o PNPB. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, 2013.

_____. Efeitos do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no território camponês em assentamento rural. **Revista Interações**, Campo Grande-MS, v. 17, n. 1, p. 15-21, jan./mar. 2016.

SANTOS, V. C. dos; MENDONÇA, M. R. Extensão rural e saberes agrícolas tradicionais: práticas extensionistas na comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO). **Anais...** XV Jornada do Trabalho, 2014, Guarapuava - Paraná, p. 1-16.

ZARNOTT, A.V.; DALBIANCO, V.P.; NEÜMANN, P.S.; FIALHO, M.A.V. Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 53., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: SOBER, 2015. p.1-20.

Sobre os autores

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Raphael Fernando Diniz – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-0664-2026>.

Evandro Cesar Clemente – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Associado I da Universidade Federal de Jataí (UFJ). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>.

Como citar este artigo

DINIZ, Raphael Fernando; CLEMENTE, Evandro Cesar. Desigualdades socioespaciais no acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil e no Estado de Goiás: uma análise geográfica dos dados da agricultura familiar e não familiar nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 12-151, set.-dez., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Raphael Fernando Diniz** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados e suas interpretações e análises; o autor **Evandro Cesar Clemente** pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 12 de janeiro de 2021.

Devolvido para a revisão em 02 de maio de 2021.

Aceito para a publicação em 17 de maio de 2021.

A expansão da agricultura capitalista subsidiada pelas ações do Estado em Mato Grosso do Sul

Amanda Emiliana Santos Baratelli

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: baratelli46@gmail.com

Sedeval Nardoque

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: nardoque@hotmail.com

Resumo

As ações do Estado neoliberal brasileiro, nos últimos anos, serviram ao desenvolvimento da agricultura capitalista, via subsídios financeiros e estruturas, sobretudo na expansão das áreas de monocultivos de soja, de milho, de eucalipto e de cana-de-açúcar, vinculados à dinâmica de exportação de *comodities*, e apresentaram rebatimentos nas políticas públicas do campo, mormente, para a agricultura familiar camponesa. O objetivo deste artigo é analisar as ações do Estado brasileiro nos últimos tempos para a agricultura capitalista e para a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos seguiram a revisão bibliográfica sobre a temática e também foram utilizados dados da plataforma Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, por meio da Pesquisa Agrícola Municipal de 2019 e da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura de 2019. Desta forma, constatou-se que as políticas de investimentos para o campo brasileiro destinaram-se, principalmente, à expansão da agricultura capitalista. Entretanto, os ditos Governos progressistas (Lula e Dilma) ainda dedicaram algumas ações à manutenção e ao crescimento da agricultura familiar camponesa que, no presente momento, corre risco devido aos avanços no desmonte das políticas públicas.

Palavras-chave: Estado; agricultura capitalista; Mato Grosso do Sul; reprimarização da economia; políticas públicas.

The expansion of capitalist agriculture subsidiated by state actions in Mato Grosso do Sul

Abstract

The actions of the Brazilian neoliberal state, in recent years, have served the development of capitalist agriculture, through financial subsidies and structures, mainly in the expansion of the areas of soy, corn, eucalyptus and sugar cane monocultures, linked to the commodities export dynamics, and had repercussions on public policies in the countryside, especially for family peasant agriculture. The objective of this article is to analyze the Brazilian State actions in recent times for capitalist agriculture and for family peasant agriculture in Mato Grosso do Sul. The methodological procedures followed the bibliographic review on the topic and data from the IBGE's Automatic Recovery System - SIDRA platform were also used, through the 2019 Municipal Agricultural Research and the 2019 Vegetable Extraction and Silviculture Production. Thus, it was noticed that investment policies for the Brazilian countryside were mainly aimed at the expansion of capitalist agriculture. However, the so-called progressive governments (Lula and Dilma) still dedicated some actions to the maintenance and growth of

family peasant agriculture that, at the present moment, is at risk due to advances in the public policies dismantling.

Keywords: State; capitalist agriculture; Mato Grosso do Sul; economic reprimarization; public policies.

La expansión de la agricultura capitalista subsidiada por acciones estatales en Mato Grosso do Sul

Resumen

Las acciones del Estado neoliberal brasileño, en los últimos años, han servido al desarrollo de la agricultura capitalista, a través de subsidios financieros y estructuras, especialmente en la expansión de las áreas de monocultivos de soja, maíz, eucalipto y caña de azúcar, vinculados a la dinámica de exportación de commodities, y repercutió en las políticas públicas en el campo, especialmente para la agricultura familiar campesina. El objetivo de este artículo es analizar las acciones del Estado brasileño en los últimos tiempos para la agricultura capitalista y la agricultura familiar campesina en Mato Grosso do Sul. Los procedimientos metodológicos siguieron la revisión bibliográfica sobre el tema y también se utilizaron datos del Sistema de Recuperación Automática del IBGE - plataforma SIDRA, a través de la Encuesta Agrícola Municipal de 2019 y la Producción de Extracción Vegetal y de Silvicultura de 2019. Así, se encontró que las políticas de inversiones para el campo brasileño estaban principalmente dirigidas a la expansión de la agricultura capitalista. Sin embargo, los llamados gobiernos progresistas (Lula y Dilma) aún dedicaron algunas acciones al mantenimiento y crecimiento de la agricultura familiar campesina que, en el momento actual, se encuentra en riesgo por los avances en el desmantelamiento de las políticas públicas.

Palabras clave: Estado; agricultura capitalista; Mato Grosso do Sul; reprimarización de la economía; políticas públicas.

Introdução

Historicamente, o Estado brasileiro tem direcionado esforços em ações de infraestrutura territorial e, efetivamente, os programas elaborados pelos Governos serviram como importantes subsídios para atrair a territorialização do capital no campo. Nesse sentido, o Estado sempre foi (e ainda é) importante peça na economia para reprodução ampliada do capital (HESPANHOL, 1999).

Assim, os direcionamentos das políticas de infraestrutura do Estado foram diferentes em cada momento histórico no país, uma vez que os objetivos econômicos eram distintos também. Todavia, em todos os Governos, no campo, os principais direcionamentos foram destinados à expansão da agricultura capitalista.

Neste sentido, algumas políticas de infraestrutura nos anos 1970 objetivavam o desenvolvimento territorial, econômico e a integração regional, tais como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e Programa para o Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), foram determinantes para ao direcionamento das atividades

agrícolas desempenhadas. Entretanto, as crises cambiais reduziram os orçamentos destes Programas, fazendo-os desaparecer.

No entanto, as heranças históricas dessas ações do Estado se somaram às novas dinâmicas da expansão da agricultura capitalistas e de empresas ligadas ao setor (à jusante e à montante), contribuíram para a reprimarização da economia como forma de garantir estabilidade fiscal e elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, os Governos brasileiros, transvestidos de roupagem e premissas neoliberais, seguiram direcionando investimentos públicos para o crescimento da agricultura capitalista, entretanto, os Governos ditos progressistas¹ (Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores), apesar de ineficientes na luta pela Reforma Agrária, pautaram importantes políticas públicas para a agricultura familiar camponesa, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O presente artigo é resultado de reflexões de pesquisa em nível de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. Para tanto, as discussões e reflexões, realizadas durante a disciplina “Território, Questão Agrária e Políticas Públicas no Brasil”², na qual o objetivo foi a discussão acerca das ações do Estado, capital e as contradições das políticas públicas no campo brasileiro, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento e para os resultados preliminares da pesquisa. Neste sentido, a adoção da escala sul-mato-grossense da investigação ocorre devido à presença (em crescimento) da territorialização do capital, subsidiada pelo Estado, em especial no setor sucroalcooleiro e da celulose e da monopolização do território, via empresas que atuam no setor de grãos (soja e milho), contribuindo para o crescimento das áreas de plantio.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar as ações do Estado brasileiro nos últimos tempos para a agricultura capitalista e para a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos seguiram a revisão bibliográfica sobre a temática e também foram utilizados dados da plataforma Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), por meio da Pesquisa Agrícola Municipal de 2019 e da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura de 2019. Considerando o percurso para alcançar o objetivo proposto, o artigo divide-se em três partes: a) o Estado e a reprodução ampliada do capital; b) O Estado

¹ Os governos considerados progressistas são aqueles que construíram suas frentes políticas com a representação de setores populares (operariado, assalariados, camponeses etc). De acordo com Veltmeyer e Petras (2014) a adoção do modelo de reprimarização econômica (exportação em *comodities*) tornou-se tendência em países sul-americanos, de governos progressistas, devido a possibilidade de adquirir estabilidade econômica, crescimento no PIB e torna-se atrativo para investimentos internacionais. A última crise do capitalismo, de 2008, fez com que capitalistas transferissem seus capitais de investimento para localidade em que a reprodução ampliada do capital fosse facilitada, por meio da apropriação da renda da terra e da natureza, como no caso do Brasil (NARDOQUE, 2017).

² A disciplina foi ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFMS, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) e ministrada pelos professores Sedeval Nardoque e Evandro César Clemente.

neoliberal e seus investimentos na reprimarização da economia em Mato Grosso do Sul e c) Breves considerações sobre o Estado neoliberal e a tendência ao desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa.

O Estado e a reprodução ampliada do capital

O Estado brasileiro representou, em suas ações, nítido favorecimento às classes dominantes, isto é, a sua face burguesa e latifundiária. Todavia, essa forma de direcionamento estatal não se limita ao Brasil, muito pelo contrário, está atrelada à essência do Estado burguês. Assim, de acordo com Harvey (2005), ao analisar o Estado a partir da teoria marxista, enfatiza que o mesmo não é uma “coisa” abstrata e alheia à sociedade, mas uma relação que se materializa por meio da representação de suas instituições, seja em âmbito jurídico, político, militar, administrativo e/ou ideológico, como forma de instrumento de dominação para subsidiar o desenvolvimento do capitalismo.

Todavia, as formas de organização e de ações do Estado não ocorrem de maneira homogênea em todo espaço geográfico, isto porque a centralidade da acumulação capitalista está na produção de escalas geográficas desiguais, evidenciadas no ciclo produtivo do capital (produção-distribuição-circulação-consumo). Para conseguir êxito nessa dinâmica espacial, o poder da relação capitalista se divide entre países imperialistas e países periféricos, materializados, por exemplo, nas estratégias de descentralização para barateamento da produção. Assim, a expansão do capital se intensifica com o fator geográfico, rompendo barreiras espaciais e potencializando a circulação livre das mercadorias (HARVEY, 2005).

O Estado, enquanto peça fundamental no sistema, deve cumprir, então, com a manutenção da reprodução ampliada do capital e o não cumprimento pode sujeitá-lo a reformas (HARVEY, 2005). Nessa perspectiva, para Poulantzas (1985), o Estado, controlado pela classe dominante, manobra as crises políticas assumindo características de estatismo autoritário que, por meio de seus arranjos internos, tais como as estratégias de coerção, neutralizam a luta de classes e retomam o controle do tipo capitalista de Estado (JESSOB, 2009).

As relações sociais ocorrem de forma desigual-combinada³ e não são neutras ao avanço do capitalismo e, assim, as lutas de classes travadas representam que o território está além das relações tipicamente capitalistas de produção e que, na verdade, ele é produto concreto e essencialmente contraditório dessas relações – em constante disputa, logo, ele reproduz relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Sendo assim, o território é

³ A teoria de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma tentativa de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. Ver em “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, do autor Michael Löwy, 1995.

entendido como a síntese contraditória da totalidade do processo de produção, distribuição, circulação e consumo do capitalismo (OLIVEIRA, 1999).

O território, enquanto produto concreto da luta de classes e contradição sistêmica, se expressa nas relações sociais de produção capitalistas e não-capitalistas e no campo nos processos de territorialização do capital e monopolização do território. No primeiro, o capitalismo territorializa-se e exerce a reprodução ampliada do capital em plenitude, apropriando-se de renda na produção e de lucro. No segundo, o capital redefine as relações de produção camponesa e as monopoliza, apropriando-se da renda da terra na circulação (OLIVEIRA, 1999).

Nesta perspectiva, a renda da terra é fator determinante nas relações capitalistas e não-capitalistas na agricultura, considerando que a propriedade da terra representa um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que, para a territorialização do capital, o capitalista precisa destinar parte do seu capital na compra – renda capitalizada – e/ou arrendamento da terra. Enquanto isso, o proprietário fundiário, que se assenhora da propriedade privada da terra, exerce o direito de auferir a renda, paga por toda sociedade por meio das relações desiguais que extraem a mais-valia social como tributo coletivo (MARTINS, 1981).

A extração da renda da terra também ocorre por meio da monopolização do território, ou seja, no bojo da reprodução das relações não-capitalistas de produção. O capitalista age como atravessador na produção camponesa, assim, a renda da terra e do trabalho, que compõe parte do preço da produção, é apropriada quando as relações de mercado as monopolizam (OLIVEIRA, 1999). Essa dinâmica representa a relação contraditória e desigual-combinada desempenhada no modo capitalista de produção, uma vez que o camponês detém a força trabalho e a propriedade privada da terra e, mesmo assim, tem sua renda apropriada.

No que se refere às ações do Estado desempenhadas no campo, para a reprodução ampliada do capital, está a garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção (a terra) e da força de trabalho (lucro e renda).

A centralidade na questão agrária do Brasil deve ser relacionada à origem da propriedade capitalista da terra, instituída pela Lei de Terras de 1850, que serviu como forma de torná-la mercadoria e institucionalizar os latifúndios distribuídos no regime sesmario, além de, principalmente, objetivar barrar a ocupação de terras ociosas por ex-escravizados e camponeses e, ao mesmo tempo, permitir a apropriação aos mais abastados (MARTINS, 2010).

Diante das ações do Estado brasileiro para a reprodução ampliada do capital, torna-se determinante analisá-lo para além dos subsídios mínimos burocráticos, seu viés capitalista tem sido representado também nas ações de desenvolvimento territorial. Desde a década de 1930, foram incorporados os princípios europeus *keynesianistas* de Estado “presente”,

entretanto, diferente do que houve na Europa – melhora na qualidade de vida e de direitos dos trabalhadores –, o Estado brasileiro direcionou seus investimentos na constituição de infraestruturas que servissem como fluidez e atrativo territorial ao capital (HESPANHOL, 1999).

Nesse sentido, as ações do Estado brasileiro centravam-se em políticas para acompanhar o movimento de industrialização internacional, motivado pela crescente onda tecnológica e de técnica herdadas da II Guerra Mundial, porém, com concentração dos investimentos e áreas industrializadas no Sudeste e a incorporação de outras regiões como fornecedoras de alimentos, de matérias-primas e consumidoras de produtos manufaturados.

Nesta perspectiva, dentre as áreas com retardo no dinamismo econômico, destaca-se a região Centro-Oeste que, no período da Era Vargas (1930-1945), fora exemplo das estratégias de integração nacional, implantadas com o programa de “Marcha para o Oeste” por meio das Colônias Agrícolas Nacionais, incentivando o povoamento das regiões e o desenvolvimento econômico (HESPANHOL, 2000). No atual Mato Grosso do Sul, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados remete-se às políticas do Governo Vargas.

Em consonância a essas ações, o Governo brasileiro criou as Superintendências de Desenvolvimento Regional, responsáveis por incentivar e integrar a economia do país. Assim, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) criou os polos de desenvolvimento especiais, tais como: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) (HESPANHOL, 1999).

Os Programas Especiais em questão objetivavam determinar atividades econômicas específicas para as áreas de Cerrado⁴ e, principalmente, integrar a produção agropecuária do Centro-Oeste e incentivar plantios em grande escala para suprir a demanda de exportação de *commodities*.

Com o POLOCENTRO, objetivava-se incentivar desenvolvimento nas áreas de pastagem, lavouras e reflorestamento, além disso, uma das metas consistia em aumentar o cultivo de grãos em 60% e reduzir a pecuária em 40% (TEIXEIRA 2005; HESPANHOL 2000). Pelo PRODEGRAN, objetivava-se aproveitar o potencial agrícola da região de Dourados (MS) para o cultivo de cereais e oleaginosas voltadas à exportação (ABREU, 2005). Com o PRODEPAN, pretendia-se incorporar a área do Pantanal ao mercado nacional como

⁴ A lógica da expansão da agricultura capitalista nas áreas de Cerrado se mantém em vigor ainda em tempos atuais (2021). De acordo com Pereira e Pauli (2019), a região da MATOPIBA – última fronteira agrícola de Cerrado, que abrange os estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, com cerca de 337 municípios e área de 73.173.485 hectares – têm sofrido com o avanço predatório da agricultura capitalista, causando destruição nos poucos resquícios de Cerrado, territórios camponeses, indígenas, quilombolas, entre outras comunidades tradicionais.

responsável por desempenhar o abastecimento de carne bovina para diversas partes do país (ABREU, 2000).

De fato, pode-se analisar que as principais metas dos polos de desenvolvimentos especiais consistiam em dinamizar a agropecuária das grandes propriedades, com incentivos ao plantio de monoculturas e criação de bovinos, logo, os investimentos do Estado serviram como subsídio para o enriquecimento individual dos proprietários de terras na Região Centro-Oeste do Brasil.

Os incentivos governamentais para a integração e incorporação econômica da Região Centro-Oeste com as demais regiões do Brasil a designou para a expansão das monoculturas e o cultivo de grãos. Nesse sentido, a centralidade do cultivo de soja e de milho (principais grãos exportados) ficou na região da Grande Dourados, antigo sul de Mato Grosso (atual sul de Mato Grosso do Sul), incentivada pelo PRODEGRAN. Assim, com o processo de divisão do estado de Mato Grosso (1979), o Mato Grosso do Sul foi incorporado à lógica econômica com a incumbência de desempenhar o papel de “celeiro” do Brasil (MISSIO; RIVAS, 2019).

É fato que o Brasil tem desempenhado importante papel na exportação de matéria-prima, desde o período de sua colonização, como o pau-brasil, seguido do regime de *plantations* de cana-de-açúcar, café, algodão, extração da borracha etc., além do esgotamento de jazidas de ouro e diamante com a intensa mineração (CALIXTO, 2011).

Todavia, os períodos de crises e os processos de substituição de importações (período entre as grandes Guerras Mundiais) fizeram com que o Brasil dinamizasse sua economia, tornando-o um país também industrial e, nesta perspectiva, as atividades agrícolas, historicamente desempenhadas no país, passaram a adquirir nova roupagem, embutidas de técnicas e tecnologias. A territorialização das agroindústrias e a intensificação da agricultura capitalista realizaram modificações nas tradicionais atividades do campo, entretanto, mantiveram a centralidade na concentração fundiária e na exportação de matéria-prima, só que agora num modelo denominado de reprimarização.

Por fim, cabe destacar, a Região Centro-Oeste não estava desocupada no processo de expansão das fronteiras agrícolas. Nela residiam populosas comunidades indígenas, tais como os Ofaié, os Terena, os Kadiwúé, os Xavantes e os Guarani-Kaiowá (além de outros), quase que dizimados num processo brutal de violência com a finalidade de alcançar o dinamismo econômico e/ou “povoar” a região (CHAMORRO e COMBÈS, 2015), uma vez que às políticas e Programas de ocupação para a região centravam seus discursos no pressuposto de espaços “vazios”.

O Estado neoliberal e seus investimentos na reprimarização da economia em Mato Grosso do Sul

A premissa econômica do neoliberalismo consiste em reduzir as ações do Estado no que diz respeito às suas áreas de investimentos e/ou regulamentação da economia, assim, o Estado tenderia a agir de forma mínima. Todavia, no Brasil os investimentos públicos para os grandes setores da economia se mantiveram mesmo com regime neoliberal e um dos principais setores que recebeu investimentos públicos foi a agricultura capitalista e as empresas ligadas ao setor, bem como sua integração ao sistema financeiro⁵.

A transição da Ditadura Militar (keynesiana) para a efetivação do neoliberalismo foi marcada por intensas crises cambiais e de significativo endividamento externo. A década perdida, entre 1980-1990, fez com que o país buscasse alternativas de estabilidade econômica em atividades agrícolas, sobretudo, na intensificação da exportação de *commodities* a partir da década de 1990 (DELGADO, 2012).

A intensificação da economia brasileira voltada à exportação de *commodities*, na década de 1990, ocorreu como estratégia do Governo FHC (1995-1998 e 1999-2002) no período de ascensão do modelo de Estado neoliberal. O endividamento externo e a queda do valor de compra da moeda brasileira direcionaram o país a buscar alternativas de economia que mantivesse estabilidade fiscal e crescimento a longo prazo (DELGADO, 2012).

Nesse sentido, de acordo com Nardoque (2017), os investimentos do Governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002) nas atividades ligadas ao agronegócio iniciaram com mais de R\$ 12,8 bilhões em seu primeiro mandato e cresceram exponencialmente para R\$ 22,4 bilhões em 2002, seu último ano do seu segundo mandato.

O Estado passou, então, a investir no modelo de reprimarização da economia que, de acordo com Veltmeyer e Petras (2014), consiste na exploração dos recursos naturais e na exportação de matérias-primas em larga escala. O modelo em questão intensifica a relação de importação-exportação com centros capitalistas e possibilita estabilidade nas balanças fiscais.

Para Veltmeyer e Petras (2014), a adoção do modelo de reprimarização da economia tem sido tendência nos países mesmo com governos ditos progressistas da América Latina, isto porque a exportação em larga escala proporciona elevação no percentual do PIB (Produto Interno Bruto) e potencial de crescimento a longo prazo.

O Governo Lula (Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010), de viés progressista, seguiu o mesmo caminho adotado no Governo FHC, de investimentos para

⁵ A integração entre agricultura, empresas e bancos pode ser denominada de agronegócio.

a agricultura capitalista. Em seu primeiro mandato, os recursos destinados foram de mais de R\$ 36,6 bilhões e saltaram, em 2010, para mais de R\$ 82 bilhões (NARDOQUE, 2017).

No Brasil, então, há a ideologização do agronegócio como as atividades de grande produtividade, exemplo da propaganda da Rede Globo de televisão cujo *slogan* é “agro é pop, agro é tech, agro é tudo”⁶, criando a ilusão da eficiência econômica e tem servido como discurso do Estado brasileiro para legitimar os gastos públicos com as atividades ligadas ao agronegócio. Assim:

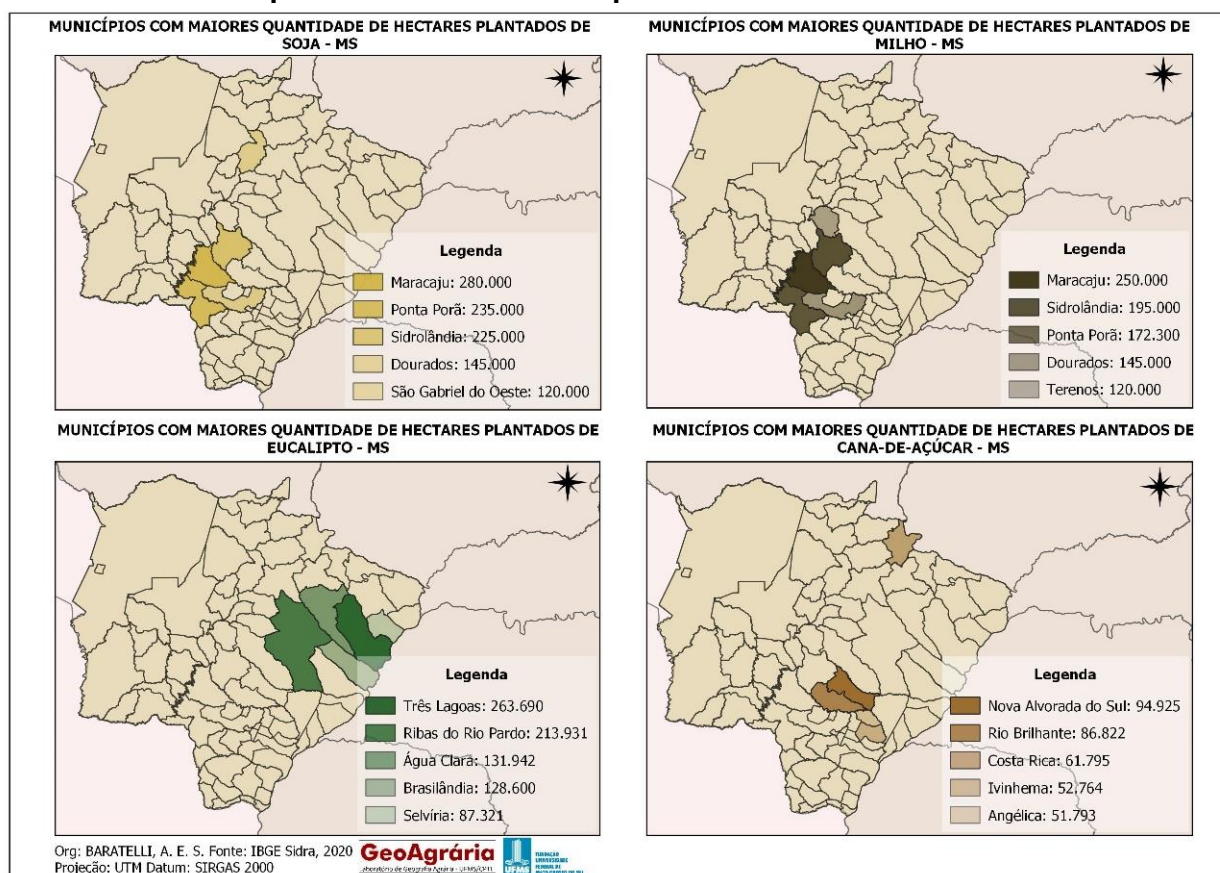
Foram estes os argumentos que justificaram um gasto público com o agronegócio da ordem de R\$ 2,3 bilhões somente com securitização de dívidas agrícolas pela União entre 2007 e 2009, com estimativa de gasto anual de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios a partir de então, e de mais R\$ 37,8 bilhões em renúncias fiscais e isenções de impostos, sem contar os R\$ 65 bilhões colocados a disposição do setor como recurso para custeio e investimento na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior. (SAUER, 2010, *apud* PERPETUA, 2012, p. 139).

Os investimentos públicos no agronegócio objetivam aumentar a capacidade produtiva do setor e intensificar as exportações e aumentar o PIB. Desta forma, esses investimentos são direcionados aos cultivos de exportação, a exemplo da soja, do milho, da celulose, da carne bovina e do açúcar. Essas atividades tiveram suas áreas de cultivo ampliadas por meio de incentivados pelos polos especiais de desenvolvimento na Região Centro-Oeste desde a década de 1970 e, nos últimos anos, com os governos neoliberais (Fernando Henrique Cardoso, FHC) e neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma), por meio de concessão de créditos, como no caso tratado na sequência: Mato Grosso do Sul.

O crescimento dos setores ligados à agricultura capitalista acompanha exponencialmente os investimentos estatais, tal como acontece em Mato Grosso do Sul que, em 2002, no Governo FHC, recebeu crédito rural de R\$ 972,6 milhões. Ao final do Governo Lula, 2010, foram a mais de R\$ 3,4 bilhões. As principais monoculturas plantadas no estado são de soja, de milho, de eucalipto e de cana-de-açúcar, concentradas com maior quantidade em hectares, principalmente, na região Centro-Sul e Leste de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado figura 1, com destaque para os municípios com as maiores áreas plantadas de monocultivos.

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nfkcWJQzjH8>> Acesso em: 15 dez. 2020.

Figura 1: Mato Grosso do Sul: a expansão dos principais monocultivos e os cinco municípios com maiores áreas plantadas em hectares – 2019



Os créditos no ano de 2010 foram maiores para áreas com cultivos de soja e de milho, como o município de Maracaju (R\$ 211.413.629,87), Dourados (R\$ 191.881.984,40) e Naviraí (R\$ 123.750.383,27) em Mato Grosso do Sul (NARDOQUE, 2017).

Embora os recursos financeiros à agricultura capitalista no Governo Lula tenham se concentrado nos municípios de Maracaju, Dourados e Naviraí, os incentivos fiscais para o plantio de soja e milho estão presentes em Mato Grosso do Sul desde os anos de 1970, devido às políticas do PRODEGRAN. O privilegiado histórico de incentivos governamentais para o cultivo de soja fez a leguminosa alcançar o patamar de maior monocultivo plantado em Mato Grosso do Sul, pois, em 2019, com 2.882.107 hectares, concentrava-se nos municípios da região Centro-Sul do estado, como demonstrado na tabela 1 e na figura 1.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: cinco municípios com maior área plantada de soja, em hectares.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MS	1.987.296	2.158.704	2.350.927	2.448.330	2.620.857	2.713.062	2.882.107
Maracaju	225.000	235.000	248.000	260.000	270.000	273.000	280.000
Ponta Porã	160.100	176.000	192.000	201.000	211.000	215.000	235.000
Sidrolândia	145.000	164.500	174.000	184.000	196.250	205.000	225.000

Dourados	150.000	150.000	150.000	160.000	166.000	170.000	180.000
São Gabriel do Oeste	116.000	120.075	122.000	118.000	120.000	120.000	120.000

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021)

Os incentivos governamentais foram responsáveis pelo acelerado crescimento do plantio de soja e milho em Mato Grosso do Sul. De acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE, em 1988, o plantio de soja ocupava 1.178.363 hectares e o de milho, 238.943 hectares. Portanto, o crescimento foi significativo em pouco mais de três décadas, como demonstrado nas tabelas 1 e 2.

O cultivo do milho, também localizado na região Centro-Sul (figura 1), é o segundo maior monocultivo (2019), com 1.983.941 hectares, plantado, geralmente, na “safrinha”, período logo após a colheita da soja.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul: Cinco municípios com maior área plantada de milho, em hectares.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MS	1.543.570	1.595.232	1.681.672	1.686.337	1.832.510	1.907.544	1.983.941
Maracaju	206.000	205.500	205.500	220.150	225.500	250.000	250.000
Sidrolândia	136.500	148.050	160.000	160.000	177.000	185.110	195.000
Ponta Porã	123.000	134.000	142.000	130.000	140.300	160.300	172.300
Dourados	130.325	130.100	130.050	120.000	145.000	145.000	145.000
Terenos	3.900	4.100	8.100	9.170	11.155	1.2000	1.2000

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021).

Os incentivos governamentais, na década de 1970, para o cultivo de grãos, via PRODEGRAN, em Mato Grosso do Sul, consistiram num grande projeto envolvendo 22 municípios⁷, com área de 84.661 km², centrado na “capital do agronegócio”, o município de Dourados. Os limites do PRODEGRAN abrangiam cerca de seis milhões de hectares com capacidade agrícola satisfatória. (ABREU, 2005). Atualmente, destacam-se os municípios de Maracaju, Sidrolândia, Ponta Porã e Dourados, responsáveis pelas maiores áreas no cultivo de soja e milho, conforme tabela 1 e 2.

O crescimento da área plantada de grãos resultou do direcionamento de recursos, via Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), por meio de órgãos federais, estaduais e municipais para a execução do Programa. Assim:

Esse foi um Programa cujos recursos foram viabilizados através do orçamento da União, via Secretaria de Planejamento/Presidência da República. Dos Cr\$2.030.000.000,00 (US\$250,15 milhões) programados para 1976-1979, Cr\$ 430 milhões (US\$52,98 milhões) seriam originários de recursos a fundo perdido, através do FDAE – Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas –, FDPI – Fundo de Desenvolvimento de Programas

⁷ A saber: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia. (ABREU, 2005).

Integrados – e do governo estadual e destinados para a infra-estrutura básica e meio ambiente; os Cr\$1.600.000.000,00 (US\$197,16 milhões) restantes, seriam destinados para a programação de promoção e viriam através de órgãos de financiamento, como o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, o Fundo para Financiamento de Pequenas e Médias Empresas e o Sistema Nacional de Crédito Rural. (ABREU, 2005, p. 161).

Além dos incentivos ao milho e à soja, a cana-de-açúcar também se beneficiou dos créditos agrícolas. Seu plantio concentrou-se no Centro-Sul do estado, como demonstrado na figura 1.

O fortalecimento do Estado, via créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fez com que empresas brasileiras do setor de cana, etanol e açúcar se transformassem nas maiores empresas mundiais, exemplo da Raízen (NARDOQUE, 2017). No estado de Mato Grosso do Sul, o cultivo de cana apresenta 727.753 hectares, de acordo com os dados apresentados na tabela 3.

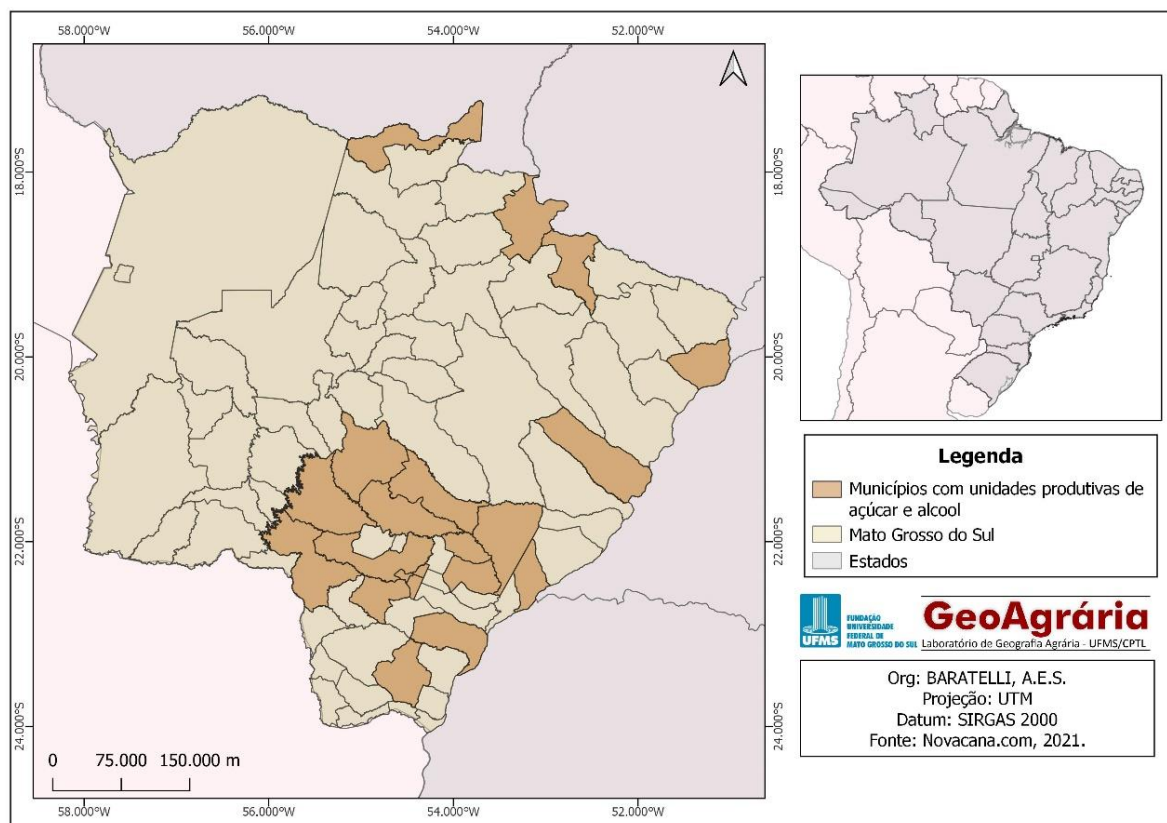
Tabela 3: Mato Grosso do Sul: Cinco municípios com maior área plantada de cana-de-açúcar, em hectares.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MS	642.686	639.899	546.099	658.282	661.906	680.611	727.753
Nova Alvorada do Sul	82231	79811	71339	88648	90977	90896	94925
Rio Brilhante	83326	82488	72389	93065	89662	98002	86822
Costa Rica	32767	35753	47174	48358	45896	52342	61795
Ivinhema	27729	30290	31998	42355	43021	48399	52764
Angélica	32498	31674	35197	40447	38662	40904	51793

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021).

Assim como as principais áreas de plantio de cana-de-açúcar estão concentradas na região do Centro-Sul, estão localizadas também, principalmente, nesta região, a maioria das empresas do setor sucroalcooleiro implantadas nos Governos FHC e Lula, conforme demonstrado na figura 2 e na tabela 4. Os municípios sede das empresas estão destacados na figura 2 e os dados sobre as empresas estão demonstrados na tabela 4.

Estão concentradas, junto ao plantio de cana-de-açúcar, as empresas do setor sucroalcooleiro, com destaque nos municípios de Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Costa Rica, Ivinhema e Angélica, conforme representado na figura 1. Os municípios em questão são sede dessas empresas e fornecem também matéria-prima para as empresas territorializadas em municípios vizinhos, de acordo com a figura 2 e tabela 4.

Figura 2: Mato Grosso do Sul: municípios sedes de unidades industriais de açúcar e álcool – 2021.**Tabela 4: Mato Grosso do Sul: municípios com unidades industriais de açúcar e etanol e ano de início da operação – 2020.**

Localização/Município	Unidade instalada	Ano de operação	Grupo financeiro responsável
Angélica	Usina Angélica	2008	Adecoagro
Aparecida do Taboado	Acoolvale	1983	Unialcool
Batayporã	Usina Laguna	2009	Usina Laguna
Brasilândia	Unidade Brasilândia	1979	CBAA (Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool)
Caarapó	Unidade Caarapó	2009	Raízen
Chapadão do Sul	Usina Iaco Agrícola	2009	Iaco Agrícola
Costa Rica	Unidade Costa Rica	2011	Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial)
Dourados	Usina São Fernando	2009	São Fernando Açúcar e Acool
Fátima do Sul	Usina Fátima do Sul	2011	Fátima do Sul AgroEnergética S.A.
Iguatemi	Usina Dcoil	2002	Destilaria Centro Oeste Iguatemi (Dcoil)
Ivinhema	Adecoagro	2012	Adecoagro
Maracaju	Unidade Maracaju	1982	Biosev
Maracaju	Unidade Vista Alegre	2009	Tonon Bioenergia
Naviraí	Rio Amambai (antiga Usinavi)	1983	Amerra Capital Management
Nova Alvorada do Sul	Unidade Santa Luzia	2009	Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial)
Nova Andradina	Usina Santa Helena	1978	Santa Helena
Ponta Porã	Unidade Monte Verde	2009	BP Bunge
Rio Brilhante	Unidade Eldorado	2009	Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial)

Rio Brillhante	Unidade Passa Tempo	1982	Biosev
Rio Brillhante	Unidade Rio Brillhante	2008	Biosev
Sidrolândia	Unidade Sidrolândia	1977	CBAA (Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool)
Sonora	Unidade Sonora	1977	Usina Sonora
Vicentina	Unidade Vicentina	2008	Central Energética Vicentina

Fonte: Novacana.com (2020); Castilho (2013); Calixto (2015); Org: Os autores (2021).

No outro extremo de Mato Grosso do Sul, na região Leste, a alta taxa de lucro na exportação de *commodities* (re)introduziu a monocultura de eucalipto, para a produção da fibra curta branqueada de celulose.

No estado, há a segunda maior área plantada de eucalipto, com 1.124.969 hectares, sendo responsável pela maior produção mundial de celulose de fibra curta branqueada (PERPETUA, 2012). No que diz respeito à área de plantio, está atrás apenas do estado de Minas Gerais, cujo objetivo consiste em alimentar a demanda da madeira do eucalipto para as siderúrgicas.

A concentração do plantio de eucalipto localiza-se na região Leste do estado, com destaque para os municípios de Três Lagoas, com 263.690 hectares (maior área municipal plantada do Brasil); seguido de Ribas do Rio Pardo, com 213.931 hectares; Água Clara, com 131.942 hectares; Brasilândia, com 128.600 hectares; e Selvíria, com 87.321, conforme demonstrado na tabela 4 e localizados na figura 1.

De acordo com Baratelli (2019), no *ranking* dos cinco municípios com as maiores áreas plantadas em hectares de eucalipto do Brasil, quatro estão em Mato Grosso do Sul: Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Brasilândia (tabela 4). A maior área plantada de Minas Gerais (estado com maior plantio de eucalipto do país), localiza-se no município de João Pinheiro, com 109.480 hectares, ocupando a quinta posição do *ranking*.

Tabela 4: Mato Grosso do Sul: Cinco municípios com maior área plantada de eucalipto, em hectares.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MS	65.1088	886.381	921.404	993.807	1.117.740	1.117.935	1.124.969
Três Lagoas	140.000	200.000	217.600	230.000	245.000	263.000	263.690
Ribas do Rio Pardo	140.000	175.000	196.000	205.000	210.000	216.000	213.931
Água Clara	95.000	118.000	120.000	125.000	126.000	128.000	131.942
Brasilândia	55.000	58.000	60.000	96.000	120.000	125.000	128.600
Selvíria	46.000	95.000	74.350	81.500	110.000	88.000	87.321

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021).

A concentração do plantio na região Leste de Mato Grosso do Sul, sobretudo, em municípios próximos de Três Lagoas (figura 1), está relacionada com o volumoso investimento estatal para a territorialização de duas grandes empresas (Suzano e Eldorado Brasil) do setor celulósico nos últimos anos (KUDLAVICZ, 2011).

De toda forma, o monocultivo de eucalipto em Mato Grosso do Sul está presente desde a década de 1970. Segundo Kudlavicz (2011), as especificidades do solo e a oferta de terras e de água favoreceram os plantios, justamente pelo direcionamento de recursos estatais na região de Três Lagoas, entendida como aquela de “vocação florestal”, inicialmente para abastecer as siderúrgicas instaladas na Região Sudeste. Ainda segundo o autor, os recursos eram provenientes do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), priorizando uma faixa de 1,4 milhão de hectares ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e da rodovia BR-262, de Campo Grande a Três Lagoas, com a disponibiliza o de crédito e incentivos para a forma o do que se denominava por “maciços florestais” (KUDLAVICZ, 2011).

Mas, a primeira empresa de produ o de celulose teve seu projeto iniciado em 2006, por meio de acordo entre a International Paper/IP e a Votorantim Celulose Papel – junto a fusão com a Aracruz Celulose, originando a FIBRIA Celulose S.A que, em 2018, foi comprada pela empresa Suzano Papel e Celulose –, e o projeto custou R\$ 3,88 bilhões, financiados em grande parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (PERPETUA, 2012). O complexo foi, de fato, inaugurado em 2009, com capacidade para produzir 1,3 milhão de tonelada de celulose.

Em 2010, iniciaram-se as obras de outra empresa de celulose no município de Três Lagoas, a Eldorado Brasil, projeto do grupo JBS e da MCL Empreendimentos, orçado em cerca de R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 2,7 financiados pelo BNDES e FIP Florestal (PERPETUA, 2012), inaugurada em 2012. De acordo com Almeida (2017), a empresa   considerada a maior produtora de celulose do mundo, com capacidade de 1,5 milhão de toneladas por ano numa única unidade fabril.

Além das facilita es nos investimentos financeiros, houve também, em Mato Grosso do Sul, a utiliza o do aparato jurídico para atrair tais empresas, como promulga o da Lei n  093/2001, denominada de “MS Empreendedor”, isentando até 67% do ICMS em 5 anos (PERPETUA, 2012). Além desse percentual previsto de isen es, foram adicionados mais 23% nas opera es de saídas interestaduais e estendendo o prazo para 15 anos (KUDLAVICZ, 2011).

O aparato jurídico serviu também para facilitar a expansão do eucalipto, como, por exemplo, por meio da Resolu o SEMAC/MS n  17 de 20 de Setembro de 2007, que, em seu Artigo 1  dispensa o licenciamento ambiental para atividades de plantio de espécies exóticas. Como “cereja do bolo”, no ano seguinte, foi promulgado Decreto n  12.528, de 27 de Março de 2008, vinculado ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) do estado que, em seu Artigo 12 , permite a recomposi o das reservas legais por meio da utiliza o de espécies exóticas (KUDLAVICZ, 2011). Assim, áreas de Cerrado desmatadas e tradicionalmente utilizadas para pecuária extensiva poderiam ser reflorestadas com espécies exóticas, logo, o eucalipto.

Como escrito anteriormente, a expansão do eucalipto em Mato Grosso do Sul, sobretudo na região de Três Lagoas, possui heranças históricas nos Programas especiais de desenvolvimento (POLOCENTRO). Nesse sentido, de acordo com Kudlavicz (2011), entre os anos de 1970 e 1980, foram plantados 416.653 mil hectares nos municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Água Clara. Com a crise cambial da década de 1980 e a redução drásticas nos recursos do POLOCENTRO, o monocultivo de eucalipto na região foi reduzido.

De fato, pode-se considerar que a expansão dos monocultivos de soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul contaram com apoio e investimentos estatais, desde os Programas especiais, cuja centralidade do Estado consistia em subsidiar o desenvolvimento territorial. Entretanto, as atividades ligadas ao agronegócio se mantiveram crescendo mesmo no período do Estado neoliberal, pautado na falácia do Estado “mínimo”, mas que, de acordo com os dados evidenciados neste artigo, desnudam as constantes ações do Estado em prol da agricultura capitalista e das empresas ligadas ao setor.

Trata-se, portanto, de um Estado neoliberal, cujas políticas de investimentos reduzidos são bastante seletivas e se direcionam, principalmente, àqueles que, de fato, precisam do Estado, exemplo da agricultura familiar camponesa e as camadas populares da sociedade.

Breves considerações sobre o Estado neoliberal e a tendência de desmonte das políticas públicas

O modelo de Estado neoliberal tornou-se mundializado a partir do final da década de 1980 e início dos anos de 1990. Todavia, no Brasil, a sociedade estava habituada ao modelo de Estado mínimo e, desde sempre, direcionado somente aos avanços econômicos e não sociais. Essa característica pode ser comprovada por meio da análise dos Governos da Ditadura Militar que, mesmo pautados no discurso nacionalista, adquiriram imensas dívidas externas ao direcionarem seus esforços para o enriquecimento de grandes grupos econômicos do país, empresariais e latifundiários.

No entanto, o modelo internacional de Estado neoliberal foi incorporado no Brasil, de fato, no Governo FHC, mesmo desenvolvendo algumas políticas públicas sociais, sempre manteve seu direcionamento ao enriquecimento das grandes empresas. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com orçamento de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, impunha ao agricultor familiar camponês uma série de normas de consumo que subsidiassem os setores financeiros ligados ao campo (NARDOQUE, 2017).

Em Mato Grosso do Sul, no Governo FHC, descurou-se políticas de Reforma Agrária, criando apenas 93 assentamentos destinados a 11.782 famílias, em cerca de 343.996 hectares. Por outro lado, direcionou investimentos à expansão das atividades econômicas

para os latifundiários, com investimentos de R\$ 22,4 bilhões para agropecuária empresarial no ano de 2002 (NARDOQUE, 2017).

Além das ações de favorecimento à agricultura capitalista, o Governo FHC ficou marcado pela desregulamentação e flexibilização para o capital, desta forma, facilitando os trâmites burocráticos para os processos de privatização de empresas nacionais, legitimadas pelo discurso de sanar a dívida externa, o que não aconteceu (BACELAR, 2003).

A tendência e reprodução das políticas neoliberais, contraditoriamente no interior de proposta neodesenvolvimentista, se mantiveram veementes nos Governos do PT, considerados progressistas. Os investimentos do Governo Lula, no ano de 2010, foram de R\$ 11,9 bilhões para a agricultura familiar, via Pronaf e de R\$ 36,6 bilhões destinados a agropecuária empresarial, para o estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, com políticas de Reforma Agrária ineficientes no estado, pois foram criados apenas 85 assentamentos destinados a 11.295 famílias, em 229.085,3 hectares, ou seja, com números inferiores aos do Governo FHC (NARDOQUE, 2017).

Todavia, as políticas destinadas à manutenção das famílias do campo e ao desenvolvimento econômico da agricultura familiar passaram a ser a centralidade dos investimentos dos Governos do PT. Isto porque os Programas governamentais existentes receberam maior atenção e investimentos públicos, tornando-os mais efetivos para as populações do campo.

Dentre os Programas que receberam investimentos e maior organização nos Governos do PT, estão: o desenvolvimento das assessorias técnicas para o campo, por meio do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATER), direcionado a todos modelos de Projetos de Assentamentos; a valorização de famílias com vulnerabilidade socioeconômica nos Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); os incentivos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) para as políticas de Educação no Campo; as políticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com incentivos à agroecologia (MATTOS, 2017).

Além das políticas para melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores do campo, cabe ressaltar as ações dos Governos petistas em Programas da Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), direcionados ao combate à fome no país, como: o crescimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável por alimentar de 38 milhões de alunos e destinar parte de sua compra aos produtos da agricultura familiar; a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visava reduzir a desnutrição, manter a segurança alimentar e incentivar a produção da agricultura familiar, com investimentos de cerca de R\$ 5,35 bilhões, entre os anos de 2004 e 2013. Ademais, o Programa Brasil sem Miséria também teve demasiada importância no combate à fome no país (MATTOS, 2017).

No que se refere ainda às ações do Estado brasileiro nos Governos petistas, em políticas que garantissem o mínimo de qualidade de vida à população, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (CISTERNAS) foi responsável por atender 1,2 milhão de famílias do Nordeste, entre os anos de 2003 e 2016, direcionando a captação de água para uso humano e na produção de alimentos (MATTOS, 2017).

Então, diante dos dados apresentados sobre as ações dos Governos progressistas do PT, pode-se compreender seu direcionamento à mediação entre setores e classes da sociedade, agindo em prol do desenvolvimento econômico e enriquecimento da tradicional elite brasileira e, também, nas políticas para redução de desigualdades. (PAULA *et al.*, 2017).

Todavia, as alianças realizadas entre diferentes classes da sociedade e os poucos avanços sociais realizados por ações dos Governos Petistas culminaram no processo do Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista (NARDOQUE *et al.*, 2018). Assim, houve a queda da então Presidenta Dilma Rousseff (PT) e a ascensão do vice-presidente Michel Temer (PMDB), a partir de maio de 2016.

A ascensão do Vice-Presidente Michel Temer, em 2016, demarcou o avanço desnudado de um Governo assumidamente neoliberal que, a princípio, direcionou esforços às políticas que reduzissem ações do Estado para aqueles que precisam dele, tais como, a Emenda Constitucional 55, responsável por congelar “gastos” públicos na saúde, educação, segurança etc., e, além disso, pautou a Reforma Trabalhista (aprovada em 2017) e a Reforma da Previdência (aprovada em 2019, no Governo Bolsonaro), objetivando a redução dos poucos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores (MATTOS, 2017; PAULA *et al.*, 2018).

A brusca mudança ocorrida com a queda da Presidenta Dilma e a ascensão de Michel Temer, desdobraram em múltiplos ataques às políticas de Reforma Agrária. A princípio, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, houve constantes reduções orçamentárias às políticas de manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. Dentre as políticas públicas desmontadas, cabe destacar os Projetos de Infraestrutura em Territórios Rurais (PROINFs) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em relação aos PROINFs, cujo objetivo era melhorar a qualidade de infraestrutura, incentivar a geração de renda e a agroecologia, combater desigualdades e fomentar a participação popular, os 278 projetos aprovados em Mato Grosso do Sul, entre 2003 e 2014, receberam fomento de R\$74.319.792,24, enquanto no Governo Temer, pós extinção do MDA, diversos PROINFs aprovados em MS não foram implementados devido ao corte de verbas, como foi no caso do Território Rural do Bolsão (NARDOQUE *et al.*, 2018).

Além dos PROINFs, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), que servira como forma de reduzir a fome e desnutrição por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, incentivando também a produção nos assentamentos, sofreu abrupto desmonte no Governo Temer, uma vez que, em 2013, o orçamento foi de mais de R\$ 8 milhões e, em 2016 e 2017, houve significativos cortes. Todavia, a “pá de cal” no Programa foi em 2018, com aprovação de somente cinco projetos, com orçamento de R\$ 376.200,00, dos 40 submetidos (NARDOQUE *et al.*, 2018).

Corroborando com o desmonte das políticas de Reforma Agrária, a violência no campo ascendeu em aliança com o Governo ilegítimo de Michel Temer, pois, de acordo com dados publicados pelo DATALUTA, como base no Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve retomada expressiva dos assassinatos e da violência no campo, sendo a questão tratada pelo Estado com a impunidade (CLEPS, 2018; NARDOQUE *et al.* 2018).

Diante dos desmontes promovidos pelo Governo Temer, a sequência do projeto de destruição das políticas públicas de Reforma Agrária foi feita pelo Governo Bolsonaro, a partir de 2019. De antemão, o Governo em questão elegeram-se pautando seu discurso no ódio e violência aos movimentos sociais do campo, sobretudo ao Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), aos povos indígenas e aos quilombolas. Tratava-se, portanto, de externalizar o sentimento truculento e patronal em reverência à União Democrática Ruralista (UDR). Assim:

As políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo Bolsonaro no primeiro ano de mandato têm três marcas fundamentais: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia. (ALENTEJANO, 2020, p. 365).

Como forma de materializar parte dessas três marcas fundamentais, recorrer-se-á a algumas situações que desnudam a conotação ideológica do Governo Bolsonaro em favorecer os donos de terras e beneficiados da agricultura capitalista, tal como a atuação do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, responsável por verbalizar em uma reunião ministerial a ansiedade de utilizar a “distração” causada pela pandemia mundial da Covid-19 para “passar a boiada”⁸ na Amazônia e a pressão pessoal feita pelo Presidente Bolsonaro à Câmara dos Deputados para a votação da Medida Provisória 910⁹, conhecida como MP da “grilagem”. Concomitante, não faltam recursos para a agricultura capitalista, pois o Governo Federal disponibilizou R\$ 236,3 bilhões para apoiar a produção agropecuária no Plano Safra

⁸ Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. Disponível em: <<https://glo.bo/30DR3IJ>>. Acesso em: 12 mar. 2021

⁹ Posição da AGB frente à MP N. 910/2019. Disponível em <<https://www.agb.org.br/posicionamento-da-agb-sobre-a-mp-n-910-2019/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

2020-2021, valor 6,1% maior (mais R\$ 13,5 bilhões) que o da safra anterior e o maior da história em valores nominais¹⁰.

Os fatos citados são apenas detalhes que correspondem a ponta do *iceberg* das ações de desmonte das políticas públicas para a Reforma Agrária e o benefício aos latifundiários e à agricultura capitalista. Neste sentido, o Governo Bolsonaro tem representado a esdrúxula barbárie das políticas neoliberais, uma vez que os cortes orçamentários não se limitam ao campo, mas estão em todos os setores, pois fazem parte de um projeto político de extermínio da população pobre.

Considerações Finais

O Estado brasileiro manteve a centralidade de suas ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Desde os períodos de constituição de infraestrutura e integração regional, sobretudo nos anos 1970, os direcionamentos das políticas públicas e Programas governamentais se pautaram na intensificação da produção agrícola para exportação de *commodities*. A partir de seu direcionamento neoliberal, não foi muito diferente, pois os recursos também foram abundantes para o setor.

Desta forma, o presente artigo analisou as ações do Estado brasileiro no desenvolvimento da agricultura capitalista, via subsídios financeiros e estruturas, por meio da expansão dos monocultivos de soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar e suas principais áreas de plantio na dinâmica de exportação de *commodities* em Mato Grosso do Sul e os desdobramentos das ações do Estado neoliberal nas políticas públicas do campo.

Constatou-se que, mesmo com a dinamização na economia brasileira, a centralidade das balanças de exportação manteve-se voltada à exportação de matéria-prima, mas com novo modelo de reprimarização da economia, embutido de técnicas e tecnologias. Assim, a histórica intensificação na produção agrícola foi agregada às novas formas de investimentos estatais, uma vez que os Programas de desenvolvimento especiais, tais como POLOCENTRO, PRODEGRAN e PRODEPAN, estavam centrados, principalmente, na dinamização econômica por meio da realização de infraestrutura.

Os investimentos estatais para a expansão da agricultura capitalista foram determinantes para o crescimento de setores vinculados ao agronegócio, sobretudo, porque o Estado passou, além de fornecer infraestrutura para atração do capital, a subsidiar a territorialização dos capitais no campo e a expansão dos cultivos destinados à exportação.

De fato, a direção das políticas públicas voltadas ao campo brasileiro foi sempre no sentido da expansão da agricultura capitalista mesmo nos Governos ditos progressistas,

¹⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/3qOJJi0>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

entretanto, alguns programas governamentais – em curso de desmonte – representam demasiada importância na manutenção e crescimento econômico da agricultura familiar camponesa.

Referências

ABREU, Silvana de. Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des)construção de uma região. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo: São Paulo – SP, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 351-390, 2020.

_____. Intervenção e Gerenciamento Espacial: o caso do PRODEPAN. In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: os Desafios do Novo Milênio, 2000. **Anais...** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Corumbá – MS, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Contradições da reforma agrária o bolsão/MS em tempo de impérios de papel. In: CAMACHO, Rodrigo Simão e COELHO, Fabiano, (Orgs.). **O Campo nos Governos FHC e Lula: contribuições para um debate multidisciplinar**. Curitiba: CRV, 2017.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, p. 01-10, 2003.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas**. 2019. 71p. (Monografia de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

CASTILHO, Fabio Roberto. **A expansão da agroindústria canavieira no estado de Mato Grosso do Sul: características e crescimento**. 2012. 103p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: EDUFGD, 2015.

CLEPS JR., João. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Capítulo: Da ‘modernização conservadora’ à economia do agronegócio.

HARVEY, David. Teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HESPANHOL, A. N. **A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro**. In: Meneguette Junior, Messias (Org.). FCT: 40 anos Perfil Científico Educacional. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999.

_____. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de geografia**, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista outubro, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

Mattos, L. M. de. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **ANÁLISE**, EMBRAPA, 2017.

MISSIO, Fabricio José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019.

Nardoque, S.; Melo, D. S.; Kudlavicz, M. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária)**. Curitiba: CRV, 2017.

Novacana.com. **Mato Grosso do Sul: lista das unidades em operação**. Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas_brasil/estados/mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PAULA, Adriano Makux de; MONTENEGRO GOMEZ, Jorge Ramon; TRACS, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. In: **REVISTA PEGADA**, Presidente Prudente, v. 18, 2017. pp. 57-88.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 148-172.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A estrutura produtiva do campo e a evolução da pecuária no município de Três Lagoas-MS. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005. **Anais...** Presidente Prudente - SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

_____. A questão agrária no processo histórico brasileiro: breves considerações. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, p. 135-154, 2011.

_____. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente, 2015. 226p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. **Observatorio del Desarrollo**, México, v. 3, n. 9, p. 19-26, 2014.

Sobre os autores

Amanda Emiliana Santos Baratelli – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Vice-presidenta da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2020-2022). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-9131-1194>.

Sedeval Nardoque – Graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Jales. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1562-6623>.

Como citar este artigo

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; NARDOQUE, Sedeval. A expansão da agricultura capitalista subsidiada pelas ações do Estado em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 152-174, set.-dez., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Amanda Emiliana Santos Baratelli** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; o segundo autor **Sedeval Nardoque**, pelos procedimentos técnicos de revisão/correção dos conceitos teóricos e a sobre as análises dos dados.

Recebido para publicação em 16 de março de 2021.

Devolvido para a revisão em 14 de julho de 2021.

Aceito para a publicação em 17 de julho de 2021.

Mato Grosso do Sul e suas zonas canavieiras: uma região de fronteira (1931-2020)

Mateus de Almeida Prado Sampaio

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: sampamateus@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa analisa o processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul. Há inicialmente um resgate histórico desse processo, realizado a partir de um esforço de periodização da atividade e dos principais estágios da implantação em larga escala desse plantio em solos sul-mato-grossenses. O texto baseia-se numa proposta teórica de regionalização pautada na ideia de “região como arte-fato” (HAESBAERT, 2010). Tem como uma de suas balizas o uso da cartografia temática. Visa salientar como o processo de expansão da atividade canavieira trouxe impactos para a população aí estabelecida, para a fauna e flora, para o modo como ocorre o uso do território e para a classe trabalhadora. Por fim, tece considerações a respeito da territorialização conflituosa dessa lavoura no estado, tendo por base a edificação teórica da disputa paradigmática (FERNANDES, 2005; 2008a; 2008b).

Palavras-chave: Cana-de-açúcar; Mato Grosso do Sul; cartografia temática; geografia regional.

Mato Grosso do Sul and its sugarcane zones: a frontier region (1931-2020)

Abstract

This research analyzes the expansion process of sugarcane cultivation in the state of Mato Grosso do Sul. There is initially a historical recovery of this development, carried out through an effort to periodize the activity and the main stages of large-scale implantation of this planting in sul-mato-grossenses soils. The text is based on a theoretical proposal of regionalization based on the idea of “region as an art-fact” (HAESBAERT, 2010). It is guided by the use of thematic cartography. It aims to highlight how the process of expansion of the sugarcane activity brought impacts to the population established there, to the fauna and flora, to the way in which the use of the territory occurs and to the working class. Finally, it makes considerations about the conflicting territorialization of this crop in the state, based on the theoretical construction of the paradigmatic dispute (FERNANDES, 2005; 2008a; 2008b).

Keywords: Sugarcane; Mato Grosso do Sul; thematic cartography; regional geography.

Mato Grosso do Sul y sus zonas cañeras: una región fronteriza (1931-2020)

Resumen

Esta investigación analiza el proceso de expansión del cultivo de la caña de azúcar en el estado de Mato Grosso do Sul. Inicialmente se hace una recuperación histórica de este proceso, realizado a través de un esfuerzo por periodizar la actividad y las principales etapas de implantación a gran escala de esta siembra en suelos sul-mato-grossenses. El texto parte de una propuesta teórica de regionalización basada en la idea de “región como un arte-facto” (HAESBAERT, 2010). Está basada también en el uso de la cartografía temática. Tiene como objetivo resaltar cómo el proceso de expansión de la actividad cañera

he traído impactos a la población allí establecida, a la fauna y flora, a la forma en que se da el uso del territorio y a la clase trabajadora. Finalmente, hace consideraciones sobre la territorialización conflictiva de este cultivo en el estado, a partir de la construcción teórica de la disputa paradigmática (FERNANDES, 2005; 2008a; 2008b).

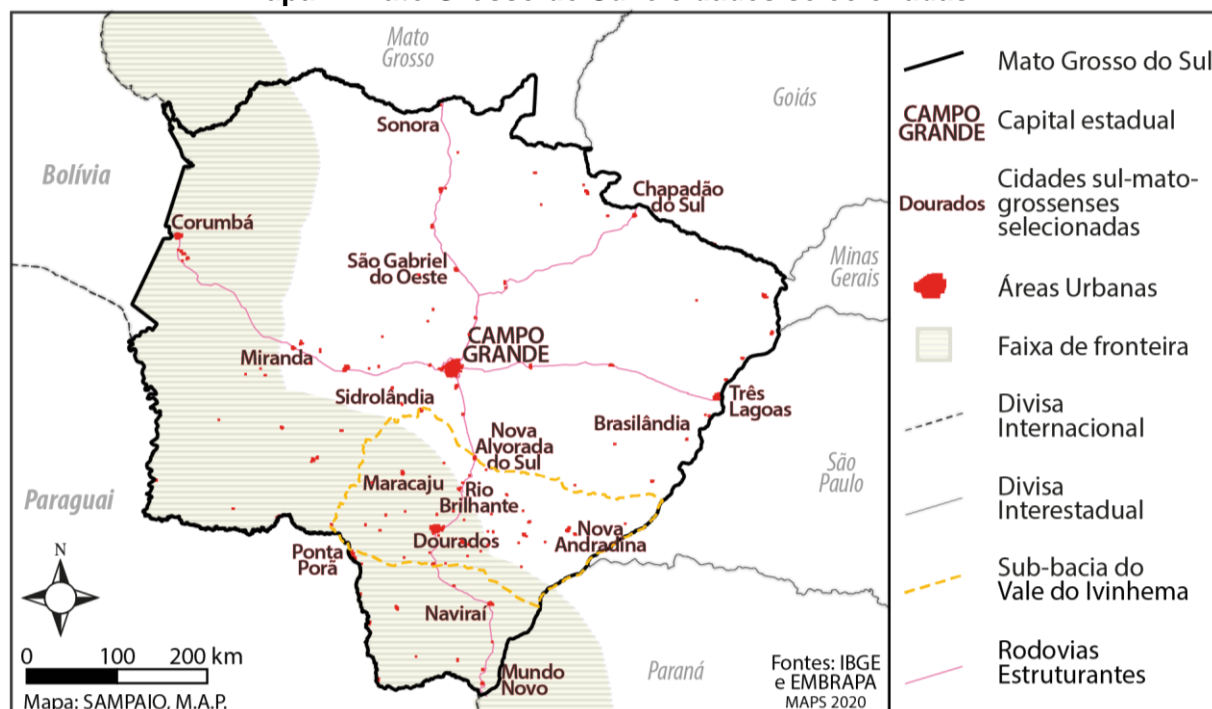
Palabras clave: Caña de azúcar; Mato Grosso do Sul; cartografía temática; geografía regional.

Introdução

Este texto tem por objetivo oferecer ao leitor uma perspectiva abrangente do processo histórico de expansão da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, apontando seus elementos centrais. Conta, para tanto, com o subsídio da cartografia temática. Ao focar aspectos naturais e sociais relacionados à territorialização dessa lavoura no espaço agrário estadual, priorizou-se uma visão mais ampla do processo, em detrimento do aprofundamento mais detalhista em algum item específico. O estado localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, área de expansão da fronteira agrícola nacional e é uma das cinco unidades da federação que compõem a Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil (SAMPAIO, 2015). Até 1977 fazia parte do estado do Mato Grosso, tendo nesse ano obtido sua autonomia. Tem divisas com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. No plano externo, faz fronteira com Bolívia e Paraguai. Trata-se de uma região de “fronteira”, em diversos aspectos relacionados a este termo. Atualmente destaca-se como importante produtor das modernas cadeias agroindustriais de carnes (pecuária bovina e frango), grãos (soja e milho), cana-de-açúcar (açúcar e etanol) e celulose (eucalipto), entre outros. Concomitantemente, procura ser um estado voltado para a preservação ambiental com intuito de estimular o ecoturismo internacional, notadamente na região do Pantanal. Ao mesmo tempo em que sustenta elevados índices de expansão de culturas vinculadas ao agronegócio, também é um importante território de resistência para a população indígena nativa, com mais de 73 mil indivíduos, o que representa 9% do contingente nacional (IBGE, 2010). Segundo o último Censo Agropecuário, é o estado que concentra a maior participação de “latifúndios” (aqui nos referimos às propriedades com 500 hectares ou mais de área) sobre o total de estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). Existe no estado dois troncos rodoviários principais, um no sentido Leste-Oeste, constituído pela BR-262 (que interliga Corumbá a Três Lagoas) e outro no sentido Norte-Sul, constituído pela BR-163 (de Mundo Novo a Sonora). Enquanto espaço vinculado à frente agropecuária pioneira, sustenta elevados índices de supressão da vegetação nativa. Como assinalaremos ao longo do texto, trata-se de uma zona fronteira, marcada por grandes conflitos e disparidades socioterritoriais, onde a cana-de-açúcar pode ser considerada como uma lavoura relativamente nova e catalizadora no quadro produtivo estadual. O Mapa 1 introduz

ao leitor a área sobre a qual este artigo se dedica, destacando alguns dos municípios que serão alvo de análise.¹

Mapa 1: Mato Grosso do Sul e cidades selecionadas.



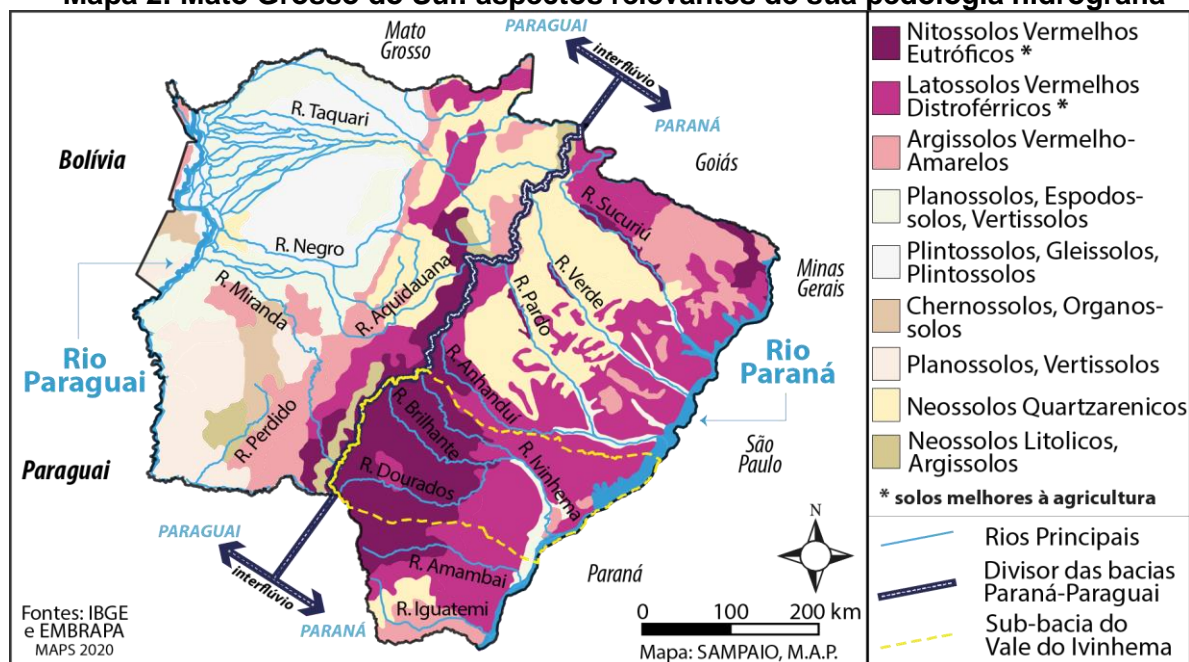
Fonte: IBGE e EMBRAPA. Elaboração do Autor.

No que se refere à rede hidrográfica – e este será um quesito importante do artigo – o estado localiza-se na alta bacia do rio da Prata, com afluentes voltados tanto para o rio Paraná quanto para o rio Paraguai. Seu território abarca, portanto, um importante divisor de águas – o que não deixa de ser considerado outra “fronteira”. O estado do Mato Grosso do Sul pode ser dividido, esquematicamente, em duas partes de extensões relativamente semelhantes. A Leste, com aproximadamente 17 milhões de hectares, insere-se na bacia do Paraná, onde possui solos relativamente mais férteis e a vegetação originária era composta por vastas incursões florestais de Mata Atlântica e de Cerrados. É onde atualmente se concentra a maior parte da atividade agrícola estadual. A Oeste, com aproximadamente 19 milhões de hectares, localiza-se na bacia do Paraguai e há predomínio de campos inundáveis associados ao bioma do Pantanal, onde os solos são mais arenosos e existe amplo rebanho de pecuária bovina criado extensivamente. Assim, o estado conta com terrenos originalmente vinculados a três biomas diferentes. Ali fazem fronteira o Cerrado (aproximadamente 21 milhões de ha), o Pantanal (aproximadamente 9 milhões de ha) e a Mata Atlântica (aproximadamente 5 milhões de ha).

¹ A produção da cartografia temática deste artigo pauta-se em preceitos expostos por Théry (2004), Archela e Théry (2008) e Girardi (2008, 2014).

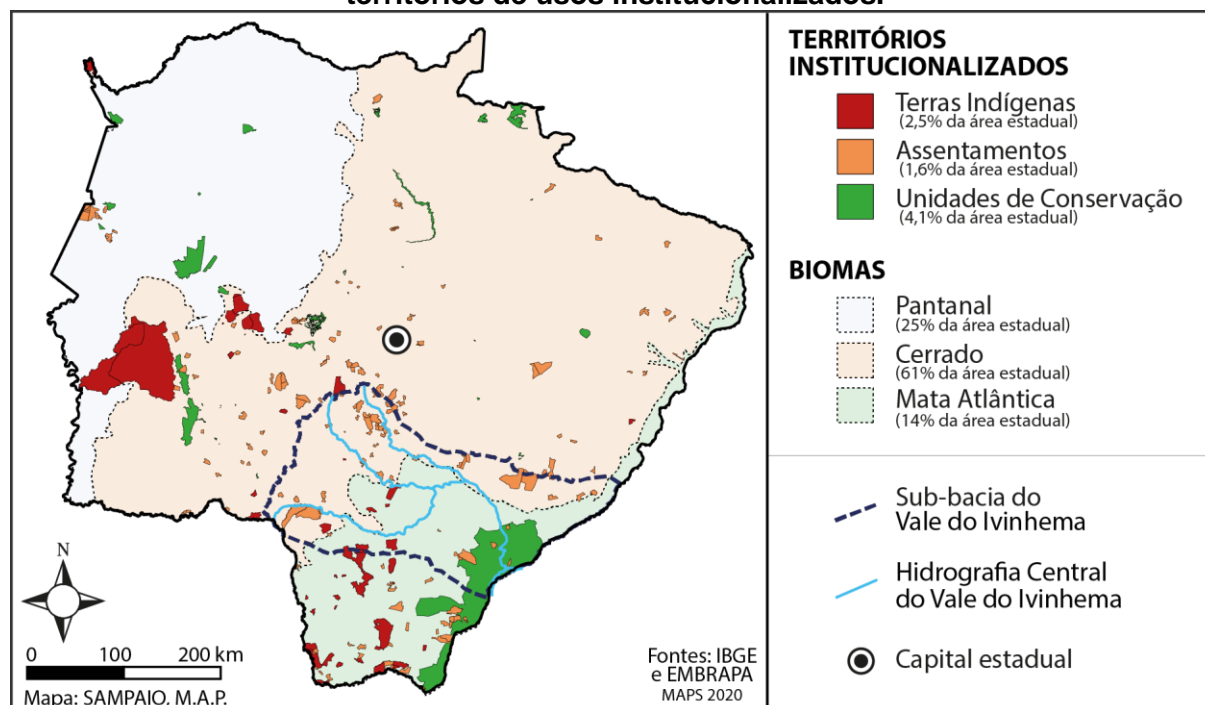
O Mapa 2 e o Mapa 3 salientam alguns dos aspectos aqui referidos. São duas imagens complementares. O primeiro refere-se a base física territorial, com ênfase nos aspectos pedológicos e hidrográficos já mencionados. O segundo diz respeito aos biomas preexistentes e ao modo (esquemático) sobre como essa natureza foi apropriada, resultando em diferentes processos de antropização e urbanização do espaço. Observando o Mapa 2 fica clara a divisão do estado em duas partes, cada uma vinculada a uma bacia hidrográfica, na qual as terras mais propícias à agricultura se concentram especialmente na porção Leste, que por sua vez pode ser distinguida entre Sudeste e Nordeste. Na área Sudeste ocorrem grandes manchas de Nitossolos e Latossolos Vermelhos, Eutróficos e Distróficos, conhecidos popularmente como Terras Roxas, de extrema fertilidade natural, onde se desenvolve a maior parte dos cultivos de cana-de-açúcar e de grãos. Já na área Nordeste, dotada de amplas extensões de Neossolos Quartzarênicos, arenosos, encontra-se a maior parte das pastagens cultivadas, assim como as vastas áreas de silvicultura, com plantios intensivos de eucaliptais (Mapa 7). Tais aspectos se contrapõem à outra “metade” do estado, a Oeste, onde as áreas agricultadas são bastante pontuais (são os casos de São Gabriel do Oeste, com o cultivo de soja e Sonora, com o de cana) e as pastagens naturais associadas ao bioma do Pantanal são a base nutricional da criação extensiva de um enorme contingente bovino, um dos maiores do Brasil. A capital e principal cidade do estado, Campo Grande, encontra-se bem no centro desse território. Trata-se de um estado parcamente povoado, com apenas 7,6 hab./km², valor bastante abaixo da média nacional de 25 hab./km² (IBGE, 2017).

Mapa 2: Mato Grosso do Sul: aspectos relevantes de sua pedologia hidrografia



Fonte: IBGE e EMBRAPA. Elaboração do Autor

Mapa 3: Mato Grosso do Sul: vegetação nativa preexistente e identificação de territórios de usos institucionalizados.



Fonte: IBGE e EMBRAPA. Elaboração do Autor

Diante do exposto, o presente artigo enfocará a porção vinculada à bacia do Paraná, área onde ocorrem os grandes cultivos canavieiros sul-mato-grossenses. Enfocará, com maior ênfase, o Vale do Ivinhema – o leitor atendo da cartografia já deve ter se dado conta disso. O texto analisará o processo de expansão dessa cultura inicialmente por meio de um resgate histórico, realizado a partir de um esforço de periodização da atividade e dos seus principais estágios da implantação, até chegar ao panorama atual da atividade. Entre os procedimentos metodológicos, podemos destacar a revisão bibliográfica, realização de trabalho de campo, levantamento e tabulação de dados, elaboração de cartografia temática de síntese (GIRARDI, 2008, p. 47) e exposição dos resultados preliminares aos pares em eventos acadêmicos. Ao fim, serão apresentadas considerações sobre a regionalização e a territorialização da atividade canvieira sul-mato-grossense e seu espaço agrário, embasados pelos aportes teóricos de Haesbaert (2010) e Fernandes (2005; 2008a; 2008b).

Advento da canavicultura no Mato Grosso de Sul e a construção de sua primeira “Usina Assucareira” (1931-1975)

Como bem destacou Manuel Correa de Andrade (1994), ao contrário das tradicionais áreas exportadoras de açúcar localizadas no Nordeste litorâneo do Brasil, o Mato Grosso, sendo uma província interiorana e isolada, no período colonial tinha na cana-

de-açúcar um cultivo voltado exclusivamente ao autoconsumo e ao abastecimento do mercado local com rapadura, açúcar mascavo e aguardente. Essa realidade se manteve por longo tempo. O primeiro levantamento sistemático sobre a produção agroindustrial de açúcar e álcool no Brasil a abranger todo o território nacional foi realizado pela Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CDPA), tendo sido publicado em 1933. Foram então cadastradas onze usinas no estado Mato Grosso, sendo oito concentradas em Santo Antônio do Rio Abaixo, uma em São Luiz de Cáceres e duas em Miranda (uma delas sem produção registrada). Apenas estas duas últimas nos interessam aqui, por serem as únicas localizadas no território que viria a se tornar o estado do Mato Grosso do Sul. Ficavam, frise-se, na bacia do rio Paraguai.

A “Usina Assucareira Santo Antonio” (conforme grafia de época), localizada em Miranda, era ao mesmo tempo a mais nova (fora montada em 1931) e a dotada de maior capacidade produtiva (15.500 sacas) de todo o Mato Grosso. Aparece no relatório técnico como um novo empreendimento, recém implantado, que produziu em sua primeira safra apenas 1.000 sacas, ante uma média estadual de 2.400 (a menor produção registrada foi de 500 e a maior de 5.750 sacas). Seus sócios eram Antônio Ferreira Cândido, José Theófilo de Araújo, Eginó Guedes, Francisco Rebuá e Angelo Rebuá. A segunda unidade agroindustrial localizada em Miranda, conhecida como Usina Jacobina, consta como detentora de uma capacidade de produção de módicas 1.200 sacas e não havia registrado produção alguma no ano anterior ao levantamento governamental (CDPA, 1933, p. 11). O primeiro Anuário Açucareiro publicado, pelo então recém criado Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA, 1935, p. 209), já não mencionava mais a usina Jacobina, apresentando, contudo, outra indústria igualmente sem produção registrada: a Taquarassú, de propriedade de Leonel Velasco, localizada em Campo Grande. Assim, a Usina Santo Antonio, que já nascera como uma empresa de capital limitado produtora de açúcar cristal e aguardente, representou o marco inaugural da produção agroindustrial canavieira no atual território do Mato Grosso do Sul. Hoje, restam apenas seus escombros, e sua história permanece pouco conhecida.

Imagem 1: Primeiro quadro estatístico levantado pelo IAA para o estado de Mato Grosso (1935) e fotografia atual das ruínas da antiga Usina Assucareira Santo Antonio, em Miranda, MS.

ESTADOS	USINA	NOME DO PROPRIETARIO	MUNICIPIO	Capacidade de moendas em 24 horas Tons.*	PRODUCTOS QUE FABRICA				
					AÇUCAR	ALCOOL	Até 98°	Aguardente	
					Ref	Crístal	Anhidro		
MATTO GROSSO									
	Aricá	Virgínio Nunes Ferraz	S. Ant. Rio Abaixo	80	—	sim	—	sim	sim
	Conceição	João Celestino C. Cardoso	S. Ant. Rio Abaixo	72	—	sim	—	sim	sim
	Flexas	João Pedro de Arruda	S. Ant. Rio Abaixo	40	—	sim	—	sim	sim
	Ressaca	Villanova Torres & Cia.	S. Luiz de Cáceres	90	—	sim	—	—	sim
	Santa Fé	Manoel Nunes Rondon	Poconé	60	—	sim	—	sim	sim
	Sto. Antonio	Palmiro P. de Barros	S. Ant. Rio Abaixo	180	—	sim	—	sim	sim
	<u>Sto. Antonio Ltda.</u>	<u>Us. Acuc. Sto. Ant. Ltda.</u>	<u>Miranda</u>	<u>250</u>	<u>—</u>	<u>sim</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>sim</u>
	São Benedicto	Joaquim C. C. da Costa	S. Ant. Rio Abaixo	180	—	sim	—	sim	—
	São Gonçalo	Joaquim Martins Pereira	Cuiabá	96	—	sim	—	sim	sim
	São Miguel	Eduardo Soares de Carvalho	S. Ant. Rio Abaixo	96	—	sim	—	sim	sim
	Taquarassú	Leonel Velasco	Campo Grande						

Fonte: IAA (1935, p. 209) e Google Street View (Rua Tiradentes, 24 - Nova Miranda, Miranda - MS, CEP 79380-000)

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: IAA (1935, p. 209) e Google Street View.² Adaptados pelo Autor

Este levantamento confirmou a existência de onze unidades produtivas no estado do Mato Grosso, todas dotadas de “turbinas e vácuo” (condição técnica para serem consideradas “fábricas” de açúcar). Salientou ainda a existência de outras oito usinas “só com turbina” (fábricas tecnicamente incompletas) e ainda mais 130 engenhos (manufaturas) espalhados por seu vasto território (IAA, 1935, p. 13). Na safra de 1933/34, as usinas de todo o Mato Grosso, moeram 9 mil toneladas de cana, participando assim com modestos 0,15% do total nacional e produziram 12,7 mil sacas de açúcar, que representaram 0,12% da produção brasileira. Pode-se afirmar que sua produção era (desde aquela época e até os dias atuais) mais voltada para a fabricação de álcool (antes potável, agora carburante): destilou então 163 mil litros de aguardente, respondendo por 0,42% do total do país.

Advinda a Segunda Guerra Mundial, o Brasil alterou radicalmente a política açucareira praticada pelo governo federal de Getúlio Vargas, passando a estimular a construção de novas unidades agroindustriais processadoras de cana no interior do país, medida que visava ampliar a ocupação demográfica do território nacional, promover sua integração e seu desenvolvimento econômico (SAMPAIO, 2015). Neste sentido, conforme destacou Gileno Dé Carli (1996), em 1945 foi autorizada a criação de mais duas fábricas de açúcar e álcool em áreas atualmente pertencentes ao estado do Mato Grosso do Sul. No Território Federal de Ponta Porã, foi aprovada a montagem de uma nova usina canieira

² Rua Tiradentes, 24 - Nova Miranda, Miranda - MS, CEP 79380-000

com capacidade para produzir 10 mil sacos de açúcar por ano, ficando a obra a cargo do próprio governo daquela jurisdição. Foi concedida autorização à empresa do fazendeiro e banqueiro paulista Vail de Miranda Chaves para montar uma usina em Três Lagoas, recebendo a cota de 30 mil sacos de açúcar por ano. Entretanto, nenhum dos dois projetos jamais saiu do papel e nenhuma das duas usinas aprovadas foi implementada. Tal situação de ínfima produção de cana para finalidades agroindustriais só começaria a mudar cerca de três décadas mais tarde.

O Programa Nacional do Álcool (1975-1990), a construção da primeira Destilataria Autônoma e a afirmação do Mato Grosso do Sul como produtor canavieiro arcaico e periférico (1991-2002)

Foi somente após o estabelecimento do Programa Nacional do Álcool (PNA ou simplesmente Proálcool), em 1975, que o cultivo de cana chegou ao estado de forma mais massiva. Ainda assim, as áreas ocupadas com cana, quando comparadas às cifras atuais, eram muito modestas e suas localizações bastante pontuais. Em nível nacional, entre o início e o fim do PNA, ocorreram três fases bastante diferentes: início lento (1975-1979), expansão acelerada (1980-1985) e abandono (1986-1990), conforme apontam Castro Santos (1993), Shikida (1998), Thomaz Júnior (2002), Baccarin (2005), Natale Netto (2007), Silva e Fischetti (2008), Pitta (2011) e Sampaio (2015), entre outros. O Mato Grosso do Sul comportou-se, nesse período, como uma área canavieira secundária e espacialmente isolada. Sua primeira “destilataria autônoma de álcool”, a Rio Brilhante, localizava-se no distrito de Nova Alvorada, então município Rio Brilhante, e obteve sua primeira cota de produção alcooleira na safra de 1978/79 (ou seja, um ano apenas após a criação do estado do Mato Grosso do Sul). Foi instalada na Fazenda PAM, em solos de cerrado da bacia hidrográfica do rio Ivinhema, afluente do Paraná. Tal empreendimento, também conhecido como Destilataria PAM, foi idealizada e estabelecida pelo senhor Paulo Antonio Meneghel, descendente de italianos imigrados para Piracicaba (SP) e que desde a década de 1940 já era usineiro em Bandeirantes (PR), articulando assim uma frente de expansão canavieira envolvendo os três estados: SP-PR-MS. Assim, depois da Usina Assucareira Santo Antonio, inativa havia muito tempo, a Destilataria Rio Brilhante pode ser considerada a segunda unidade agroindustrial canavieira implementada do estado, tendo como foco exclusivo a produção de álcool combustível.³ Nos anos que se seguiram, entre 1979 e 1986, outras

³ Atualmente a PAM já não existe mais e suas terras foram alvo de Reforma Agrária: “com a falência da destilataria, as terras viraram pastagens; e com a desapropriação da fazenda, o INCRA adquiriu também a agrovila [onde outrora residiram os funcionários da PAM], cedendo a cada assentado um lote de 35 hectares e uma casa na agrovila” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SANTANA; SILVA, 2015, p. 34). A fazenda foi desapropriada em 1997 sendo inicialmente implantado o projeto PANA, que atendeu 86 famílias em seus quase 3.000 ha. Em 1998, com a desapropriação do restante da fazenda, surgiu o assentamento PAM, com 115 famílias distribuídas em seus mais de 5.000 ha. Com o aumento populacional a área se tornou o distrito PANA, pertencente à Nova Alvorada

nove destilarias entraram em operação no estado, visando exclusivamente a fabricação de álcool combustível, sobretudo o hidratado, mas em menor escala também o anidro.

Tabela 1: Distribuição da produção autorizada de álcool, em m³ (1978/79-1989/90).

DESTILARIA (nome alternativo)	MUNICÍPIO (na época)	1978/79	1980/81	1982/83	1984/85	1986/87	1988/89
Rio Brilhante (PAM)	Rio Brilhante	18.000	21.000	14.100	34.600	57.658	52.000
Aquarius (Sonora Estância)	Pedro Gomes	x	27.200	19.200	26.903	41.468	47.000
R.S. (Santa Olinda)	Sidrolândia	x	6.000	8.600	13.057	18.151	18.000
Nova Andradina (Santa Helena)	Nova Andradina	x	x	15.600	19.568	16.920	21.000
M.R. (Maracaju)	Maracaju	x	x	4.200	6.834	18.650	24.555
Brasilândia (Debrasa)	Brasilândia	x	x	x	30.028	52.000	61.000
Coopernavi (Rio Amambai)	Naviraí	x	x	x	15.200	26.039	33.500
Alcoovale (Santa Quitéria)	Aparecida do Taboado	x	x	x	12.817	14.900	9.000
Cachoeira (Santa Fé e SAFI)	Rio Brilhante	x	x	x	13.005	34.826	24.000
Passa Tempo	Rio Brilhante	x	x	x	x	18.088	22.000

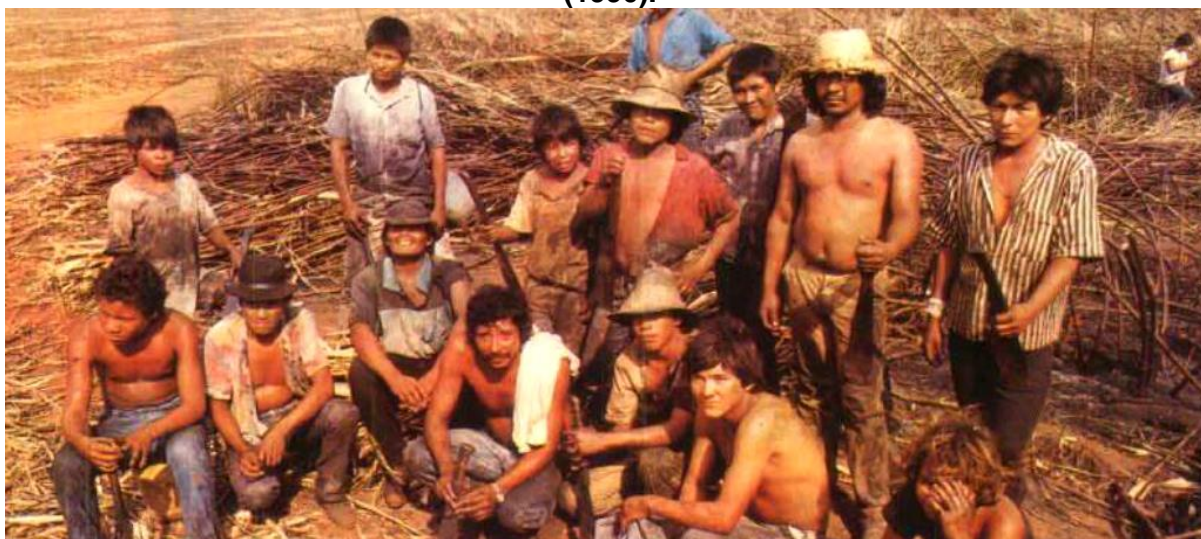
Fonte: Diário Oficial da União

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: Diário Oficial da União. Elaboração do Autor

A implantação dessas destilarias pioneiras teve a participação de empresários paulistas, nordestinos e de grandes proprietários rurais e lideranças locais. Quanto à mão de obra, esta era composta essencialmente por migrantes (nordestinos, mineiros, paulistas) e por indígenas oriundos do próprio estado, em sua maioria pertencentes aos grupos Guarani, Kaiowá e Terena. Estes eram empregados notadamente na árdua tarefa de corte da cana por meio da “changa”, sendo esta entendida como uma modalidade de trabalho remunerado e temporário exercido fora da aldeia (CUNHA, 2017). Durante toda a década de 1980 e também na de 1990 seguiram-se denúncias sobre a exploração extrema, cotidiana e licenciosa da força de trabalho, tanto a do migrante nordestino safrista quanto a da população originária: salários inferiores ao mínimo estabelecido; jornadas de trabalho excessivas com ausência de controle sobre a produção realizada; acidentes e ausência de equipamentos de segurança; transporte em condições inadequadas; cobranças indevidas e descontos arbitrários; alojamentos precários e isolados dos centros urbanos, onde vendas e mercearias praticavam preços exorbitantes criando servidão por dívidas; aliciamento de menores de idade; retenção de documentos; ameaças, intimidações e agressões físicas. Enfim, praticava-se a negação da legislação trabalhista, incorrendo em situação análoga à de escravidão.

do Sul, onde em 2018 houve uma denúncia de venda irregular de lotes, ainda pertencentes à União, para a criação de um loteamento urbano batizado de Bairro Nobre, com aproximadamente 450 terrenos de 500m² cada um. Outra feição do campo brasileiro, ambígua, contraditória e conflituosa entre o rural e o urbano.

Imagem 2: Trabalhadores rurais indígenas na usina Passa Tempo, em Rio Brilhante (1990).

Fonte: CORREA, 2015, p. 143.

A agrovila da destilaria Passa Tempo, distante quase 50 quilômetros da cidade mais próxima (Rio Brilhante), no fim da década de 1980 e início da de 1990 era constituída por 210 moradias, nas quais residiam os trabalhadores fixos e suas famílias. Possuía também dois grandes alojamentos, que abrigavam os trabalhadores rurais temporários, migrantes pendulares presentes apenas no período da colheita da cana. Esse isolamento propiciava, ao mesmo tempo, tranquilidade e bem-estar às famílias dos trabalhadores permanentes da empresa, e precariedade e insegurança aos trabalhadores contratados apenas como safristas (FRATA; PEREIRA; CAMPELO, 2010; CORREA, 2015). Sobre a temática do trabalho, lembremo-nos de que em 1993 a Destilaria Debrasa, localizada em Brasilândia, chamou a atenção nacional pelo mal emprego da mão de obra indígena. Houve denúncia e foi apurado que 1.370 indígenas estavam trabalhando no corte de cana, em condições indignas, análogas à de escravidão. Até para usarem a água do rio que passa nas terras da agroindústria para tomarem banho os índios tinham que pagar uma taxa, sendo por isso descontados em seu pagamento. O dono da agroindústria, José Pessoa Queiroz Bisneto, era, na época, cunhado do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello (RICARDO, 1996, p. 739-741).

O período compreendido entre 1991 e 2002 foi de intensa estagnação produtiva para o setor sucroalcooleiro sul-mato-grossense, marcado por crises, falências, sonegações, abusos e denúncias. As péssimas condições ambientais e de trabalho revelou a fragilidade por trás dos discursos de soberania energética nacional e promoção da interiorização do desenvolvimento existentes durante as duas primeiras fases de implementação do Proálcool. A produção de álcool combustível era pequena (3% do total nacional) e a de açúcar ainda menor (1,4%). Mesmo assim, com muita morosidade e precariedade, o Mato

Grosso do Sul firmou-se como um produtor canavieiro arcaico e periférico dentro da conjuntura brasileira de então, lançando as bases para a grande expansão que se verificaria no período seguinte.

Tabela 2: Produção do Mato Grosso do Sul em relação ao país (1980/81-2000/01).

ETANOL - mil m ³	1980/1981	1985/1986	1990/1991	1995/1996	2000/2001
Mato Grosso do Sul	28	233	262	292	315
Região Centro-Sul	3.056	9.799	9.708	10.844	9.064
Brasil	3.706	11.829	11.515	12.611	10.592
MS sobre o BR	0,8	2,0	2,3	2,3	3,0

AÇÚCAR - mil t	1980/1981	1985/1986	1990/1991	1995/1996	2000/2001
Mato Grosso do Sul	0	0	20	135	232
Região Centro-Sul	5.253	4.834	4.509	10.185	12.643
Brasil	8.254	8.033	7.365	13.513	16.198
MS sobre o BR	0,0	0,0	0,3	1,0	1,4



Fonte: UNICADATA. Foto: Destilaria PAM

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: UNICADATA. Elaboração do Autor. Foto: Destilaria PAM.

Ascensão do Mato Grosso do Sul à condição de *player* global no setor sucroenergético, afirmação e crise do Vale do Ivinhema como região competitiva do agronegócio canavieiro (2003-2020)

O terceiro e último período analisado (2003-2020) envolve duas etapas diferentes e complementares. A primeira, ocorrida entre 2003 e 2013, relaciona-se ao entusiasmo inicial criado em torno do etanol enquanto “combustível verde”, renovável e alternativo aos combustíveis fósseis, capaz de mitigar o aquecimento global. Associa-se à intensa especulação por meio de grandiosos projetos (muito jamais realizados); aos aportes financeiros de capitais produtivos e improdutivos nacionais e internacionais, sendo uma parcela destes efetivamente alocada na construção de gigantescas unidades agroindustriais de última geração. Associa-se ainda ao processo de modernização técnica da produção agrícola e da exploração do trabalho, assim como à ruptura imposta pela crise financeira internacional de 2008. Na segunda etapa, ocorrida entre 2013 e 2020, todo o aporte financeiro recebido naquele primeiro momento entrou em plena produção, alçando o Mato Grosso do Sul à sua atual condição de quarto maior produtor nacional de cana-de-açúcar (atrás de São Paulo, Goiás e Minas Gerais), terceiro de etanol, quarto de cogeração elétrica a partir da queima do bagaço e sexto de açúcar. Verificou-se o “boom” canavieiro e foi, justamente neste segundo período, que os efeitos diversos de uma série de crises nacionais e internacionais se fizeram sentir com peso, fazendo com que o ritmo expansivo cessasse no estado.

Tabela 3: Produção do Mato Grosso do Sul em relação ao país (2002/03-2018/19).

ETANOL - mil m ³	2002/2003	2006/2007	2010/2011	2014/2015	2018/2019
Mato Grosso do Sul	418	641	1.849	2.507	3.276
Região Centro-Sul	11.152	16.066	25.385	26.232	30.953
Brasil	12.623	17.844	27.376	28.480	33.103
MS sobre o BR	3,3	3,6	6,8	8,8	9,9

AÇÚCAR - mil t	2002/2003	2006/2007	2010/2011	2014/2015	2018/2019
Mato Grosso do Sul	374	576	1.329	1.391	944
Região Centro-Sul	18.778	25.796	33.501	32.011	26.510
Brasil	22.567	29.988	38.006	35.571	29.040
MS sobre o BR	1,7	1,9	3,5	3,9	3,3



Fonte: UNICADATA. Foto: Usina Adecoagro

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: UNICADATA. Elaboração do Autor. Foto: Usina Adecoagro.

Entre 2003 e 2013 foi acelerado o aumento da produção de cana, etanol e açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. Seu salto produtivo foi enorme, passando de 9 unidades agroindustriais em operação e 105 mil hectares cultivados para 25 unidades e 755 mil hectares (Mapas 4 e 5). Em média, passou-se de 11.700 (2003) para 30.200 hectares (2013) cultivados por cada empresa agroindustrial em funcionamento, atingindo em 2017 a elevada marca de 47.100. Em 2003 estavam em operação apenas aquelas unidades agroindustriais que haviam conseguido se manter ativas após o término dos estímulos advindos do PNA, comportando-se como pontos isolados (e capengantes) no território. Em 2013, com a entrada em atividade de diversos novos empreendimentos vinculados ao surto expansivo promovido pelo capital financeiro internacional após 2003, já era possível identificar a formação de uma espécie de conjunto regional, uma “região produtiva do agronegócio” (ELIAS, 2013), marcada pela “territorialização dos monopólios” e pela “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2016).

No que tange à espacialização dessa cultura, pode-se afirmar que até o início da década de 2000 esta era salpicada pelo território sul-mato-grossense, sem, no entanto, conformar nenhuma característica de regionalização. Havia 9 pontos dispersos pelo espaço estadual onde esta lavoura tinha algum destaque, sempre em caráter local: duas na vertente do Paraguai, sete na vertente do Paraná.⁴ Cada ponto canavieiro no Mapa 4 associava-se única e diretamente a uma unidade agroindustrial em funcionamento. Atualmente, no fim da década de 2010, esses mesmos pontos ainda existem, tendo-se intensificado e ampliado suas respectivas áreas. A criação de novas unidades agroindustriais e o aumento da área cultivada, de modo bastante concentrado dentro da bacia hidrográfica do rio Ivinhema, fez surgir, para além dos pontos isolados anteriormente existentes, uma verdadeira mancha

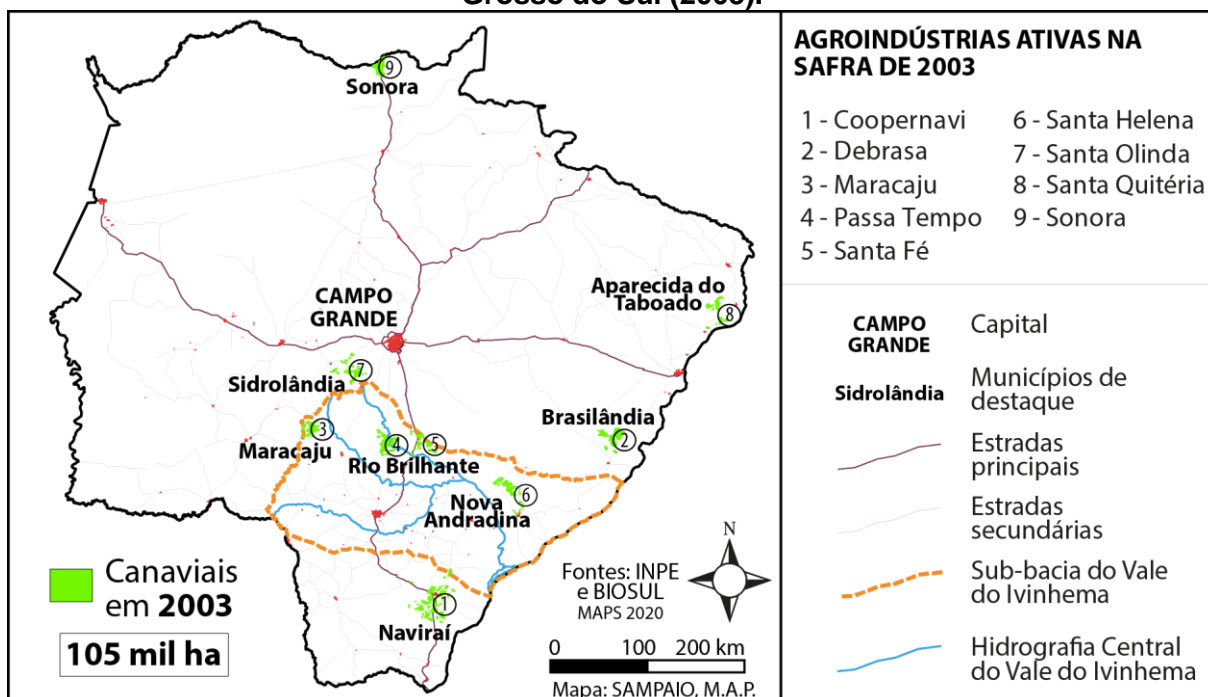
⁴ A Lei Estadual Nº 328 de 25/02/1982, que dispõe sobre a “Proteção Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense”, posteriormente atualizada pela Lei Estadual Nº 3.839 de 28/12/2009, que “Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS) e aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS)”, regulamentou e proibiu a construção ou a ampliação da capacidade produtiva de unidades agroindustriais canavieiras inicialmente na “bacia hidrográfica de Rio Paraguai e de seus tributários” e posteriormente no “Pantanal Sul-Mato-Grossense, representada pela Zona da Planície Pantaneira, bem como nas áreas adjacentes, representadas pela Zona do Chaco, Zona Serra da Bodoquena, Zona Depressão do Miranda e Zona Proteção da Planície Pantaneira”.

territorial visível no Mapa 5, onde a canavicultura sul-mato-grossense se materializa com maior intensidade.

O processo de expansão e modernização da atividade realizou-se pela abertura de novas unidades agroindustriais, mas também pelo fechamento de algumas destilarias montadas na época do PNA e que deixaram de operar devido à inviabilidade técnica e/ou incapacidade administrativa, tendo sido suas respectivas áreas canavieiras “fagocitadas” pelas novas plantas recentemente instaladas. Podemos citar o caso da já mencionada e pioneira destilaria PAM, que se ainda existisse, estaria “cercada” a poucos quilômetros de distância das gigantescas Atvos Eldorado (23 km), Adecoagro Angélica (35 km), Atvos Santa Luzia (43 km) e LDC Rio Brillhante (66km). Apesar dessa empresa já não mais existir, sua criação, em 1978, pode ser entendida com o embrião dessa região canvieira que apenas 40 anos mais tarde se materializaria.

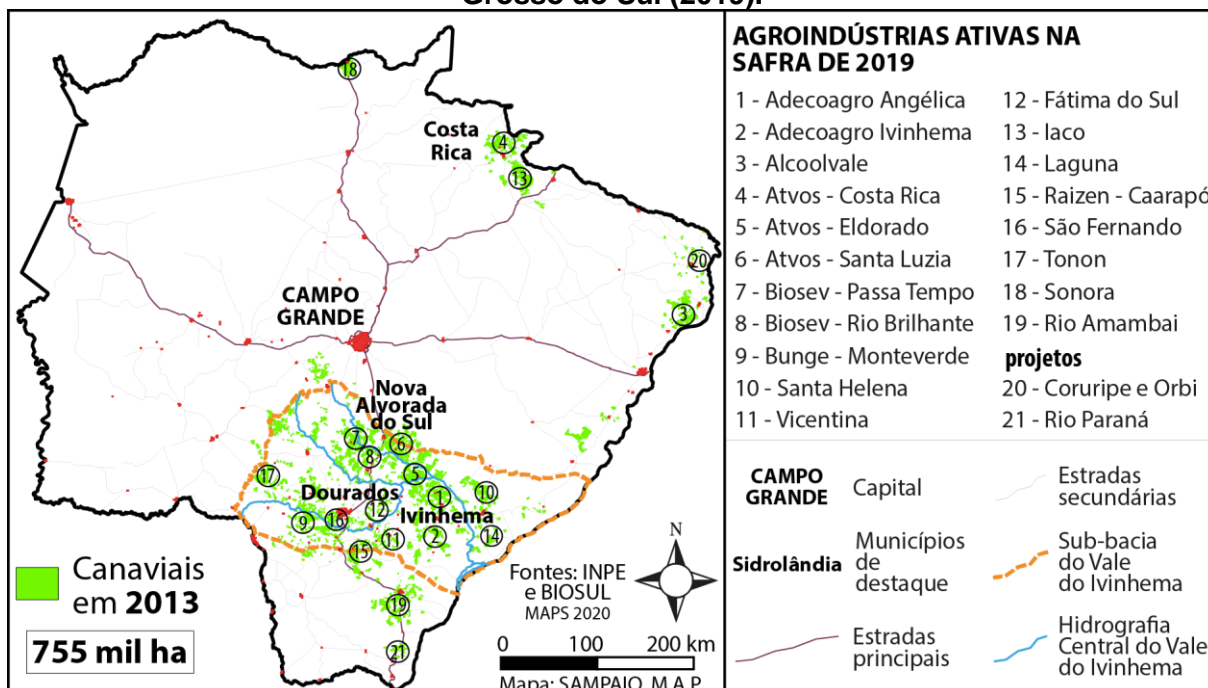
Condições fisiográficas adequadas (clima, solo, reservas hídricas, declividade do relevo), presença seletiva de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns, energia, portos, cidades), assim como normativas legais favoráveis (zoneamentos agroecológicos, guerra fiscal e isenções tributárias, acesso prioritário à crédito e financiamentos públicos) e custo relativamente baixo das terras fizeram do Vale do Ivinhema uma importante “região competitiva” (CASTILLO; FREDERICO, 2010) da canavicultura brasileira. Inserida dentro do chamado “Polígono do Agrohídro-negócio” (THOMAZ JUNIOR, 2010) e da “Macrorregião Sucroenergética do Centro-Sul do Brasil” (CASTILLO; SAMPAIO, 2019), a cidade de Dourados desempenha o papel de centro regional da atividade sucroenergética sul-mato-grossense. Em 2020 havia 19 agroindústrias sucroenergéticas em operação no estado, e mais duas com possibilidades de inaugurarem e entrarem em operação. A chegada de centrais sucroenergéticas lastreadas por gigantescas empresas do agronegócio globalizado, tais como Louis Dreyfus, Bunge, Adecoagro, Odebrecht e Raízen, entre outras, logo monopolizou o uso de vastas extensões de terra no estado. Usinas que chegaram a custar R\$1 bilhão para serem implantadas, demandaram a amortização rápida do investimento e a recuperação do capital imobilizado, sendo a única maneira para fazê-lo consumir quantidades sempre crescentes de matéria-prima em seu processo agroindustrial. A curto, médio e longo prazos, representam um caminho aparentemente sem volta aos locais impactados.

Mapa 4: Canaviais existentes (2003) e unidades agroindustriais em atividade no Mato Grosso do Sul (2003).



Fonte: BIOSUL e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

Mapa 5: Canaviais existentes (2013) e unidades agroindustriais em atividade no Mato Grosso do Sul (2019).



Fonte: BIOSUL e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

Uma série de estudiosos que acompanharam o início do processo de expansão da atividade sucroenergética no estado assustaram-se com os números elevados que encontravam. Tais números, porém revelar-se-iam (posteriormente) superestimados. Pereira

(2007, p. 59-60) aferiu, baseando-se no cadastro de novos empreendimentos sucroalcooleiros junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do estado de Mato Grosso do Sul (CDI-MS), que entre 2007 e 2012 poderiam entrar em operação 41 novos empreendimentos no estado. Consultou em seguida os estudos ambientais protocolados para obtenção de licenças de funcionamento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA-MS), concluindo que desse total, apenas 18 empreendimentos pareciam mais viáveis. As empresas com processos de licenciamento junto à SEMA-MS já iniciados foram consideradas mais prováveis de se instalarem do que as empresas que possuíam apenas o termo de acordo de benefícios junto ao CDI-MS pois o processo de licenciamento ambiental apresentava maiores custos, “o que certamente pode reduzir o interesse de especuladores, como ocorre no caso dos benefícios fiscais” (PEREIRA, 2007, p. 65).

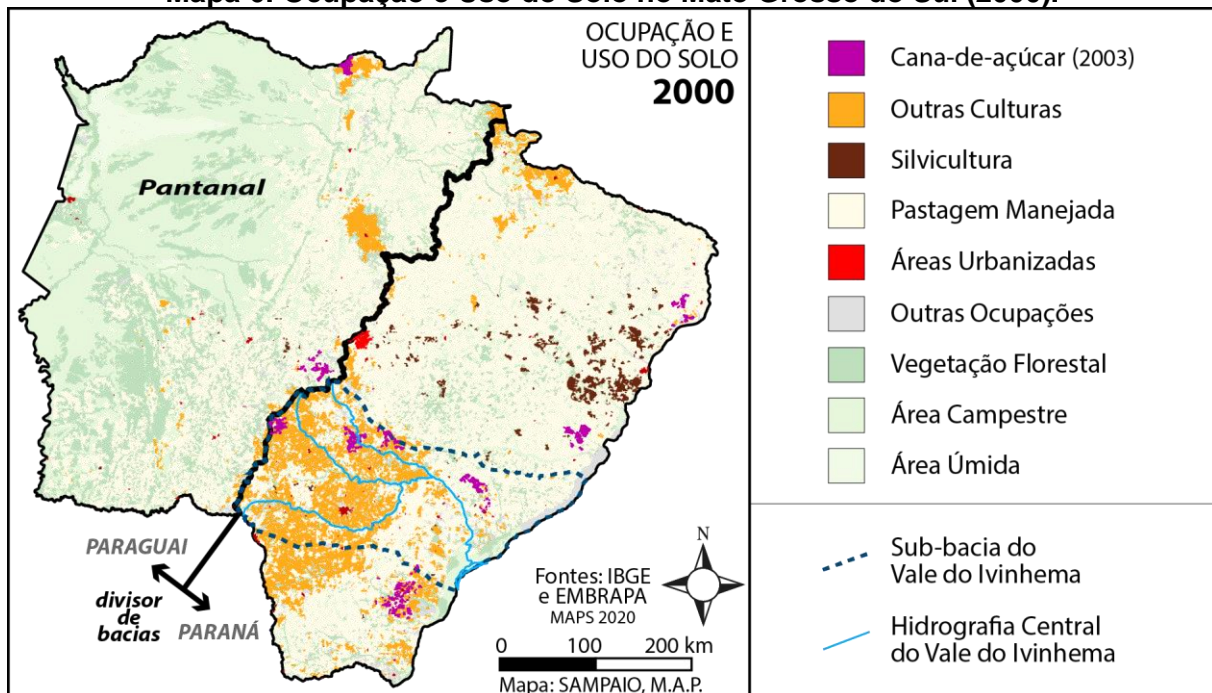
Faria e Frata (2008, p. 55), em interessante estudo focado no Vale o Ivinhema, afirmavam que apenas este “território [o vale] deverá contar com 60 unidades produtoras até a safra 2014/2015 [...] Na safra 2006/2007, 6 delas estavam em funcionamento [...] Outras 37 estão em implantação e 17 são planejadas”. Quanto às subáreas propostas pelos autores, o Alto Vale do Ivinhema potencialmente teria 31 unidades agroindustriais sucroenergéticas em funcionamento em 2015, já que havia 5 usinas em operação, 20 em implantação e mais 6 planejadas. Já Baixo Vale teria 29 unidades, das quais 2 usinas estavam em operação, 16 em implantação e ainda havia mais 11 planejadas (FARIA; FRATA, 2008, p. 69-70). Dentro da lista dos 60 empreendimentos sucroenergéticos potencialmente implantáveis, alguns municípios concentravam números exorbitantes. Apenas para apresentar alguns exemplos, Dourados tinha seis unidades em implantação ou planejadas, das quais posteriormente verificar-se-ia que cinco nunca seriam inauguradas (a saber, Eldorado unidade Dourados, Eldorado unidade Itahum, Dourados, Andrela e Coogri); Nova Alvorada do Sul tinha cinco unidades em implantação ou planejadas, das quais quatro não foram inauguradas (Alavanca, Extra, Itamarati e Dallas); Sidrolândia também tinha cinco unidades em implantação ou planejadas, mas nenhuma foi inaugurada (LDC unidade Esmeralda, Vale do Vacaria, Pantanal, Agrison e Alegrete); Nova Andradina tinha quatro unidades em implantação ou planejadas, mas igualmente sem nenhuma inauguração (Ceron unidade Nova Andradina, Agroindustrial Tietê, Santa Luzia e Paraguassu); Jateí tinha 3 unidades planejadas e nenhuma foi concluída (Ceron unidade Jateí, Infinity Bio-Energy e Nova América unidade Jateí), e assim por diante.

Domingues e Thomaz Júnior (2012, p. 151) expuseram a expectativa do governo estadual de que em 2012 o Mato Grosso do Sul seria o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. Teixeira (2015, p. 164-165) identificou que entre os anos de 2008 e 2012 a bacia hidrográfica do rio Ivinhema recebeu 13 novas usinas, destacando ainda o fato de

que, “segundo a SEMAC-MS, havia previsão de crescimento muito maior do que o ocorrido nessa área, pois 24 novos projetos de implantação de usinas, nessa área, não se concretizaram”. Arruzzo e Cunha (2018, p. 2.358), em pesquisa realizada após o arrefecimento do surto expansivo, identificaram que no período de expansão foram inauguradas ao todo 17 novas usinas no estado: 2 unidades na safra 2006/07; 3 unidades na 2007/08; 1 unidade na 2008/09; 7 unidades na 2009/2010 e mais 4 unidades entre 2012 e 2014.

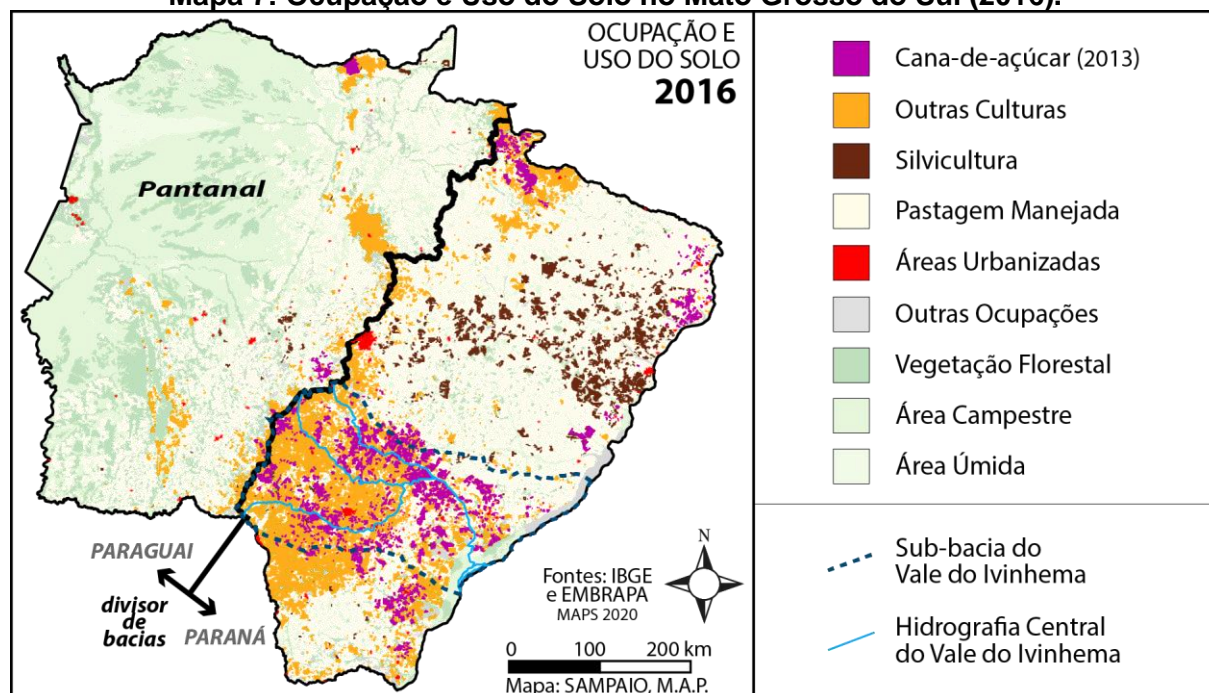
Os mapas de uso e ocupação do solo dos anos de 2000 e 2016 (Mapas 6 e 7) revelam que a expansão da área canavieira no estado deu-se sobretudo sobre espaços anteriormente ocupados por “outras culturas”, isto é, outras lavouras, notadamente as de grãos (soja e milho). Tal cartografia desmistifica e contradiz os discursos e argumentações de que a canavicultura expandia-se efetivamente sobre áreas de pastagens e solos degradados (FERREIRA; SILVA, 2017, p. 41). Houve – também – a expansão em áreas de pastagens, e mesmo de vegetação nativa, mas o *locus* principal da expansão no primeiro momento (2003-2013) foram as terras férteis em disputa travada com a atividade graneleira.

Mapa 6: Ocupação e Uso do Solo no Mato Grosso do Sul (2000).



Fonte: IBGE e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

Mapa 7: Ocupação e Uso do Solo no Mato Grosso do Sul (2016).



Fonte: IBGE e CanaSat/INPE. Elaboração do Autor

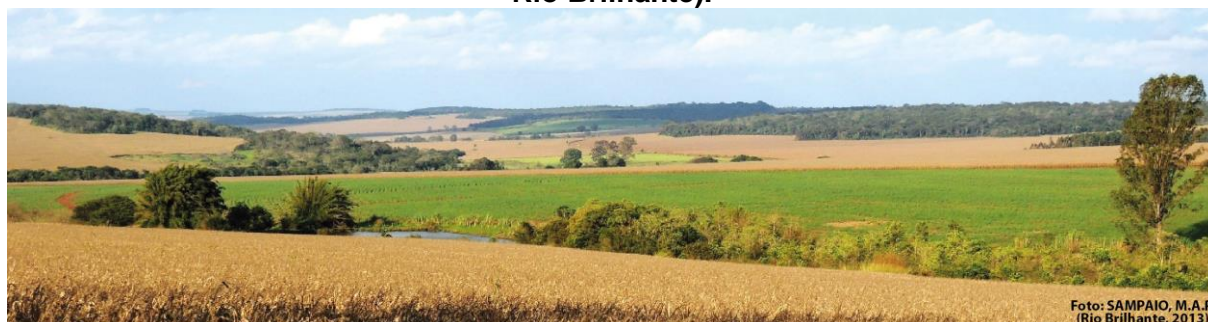
Por ocasião da realização de um trabalho de campo na região do Vale do Ivinhema em julho de 2013, quando realizamos entrevistas com produtores rurais e autoridades públicas, ficou claro que naquele momento, ante uma intensa disputa travada entre diferentes “frações do capital agroindustrial” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97) pelo acesso às melhores terras agrícolas, feita sobretudo via pagamento de arrendamentos mais elevados, a balança ainda tendia mais para o lado das usinas sucroenergéticas, que levavam certa vantagem sobre os sojicultores. Nossas observações foram, de certo modo, corroboradas pelos levantamentos e análises de imagens de satélite realizados naquele momento por Teixeira e Hespanhol (2012, p. 11-12), para quem:

o avanço da cana de açúcar é bem maior na parte alta da bacia, de solos mais férteis, onde predomina a produção de grãos, do que sobre a parte baixa, de solos menos férteis, onde sobressai a pecuária bovina. Isso nos induz a levantar a hipótese de que já está havendo uma disputa entre as áreas de plantio de cana de açúcar com as áreas tradicionalmente voltadas para a produção de grãos.

Entendemos que a canavicultura, estimulada pelos aportes bilionários feitos na construção das novas unidades agroindustriais após o ano de 2003, estimulou o deslocamento de outras modalidades de uso do solo para fora de nossa área em tela, promovendo, ainda que indiretamente, a migração dos campos de produção de grãos e das pastagens de cria e recria de gado para zonas mais interioranas. A intensificação da canavicultura no Mato Grosso do Sul reforçou uma situação de frente pioneira ativa dentro

do país, incitando a abertura de novas fronteiras da expansão agropecuárias (MARTINS, 2019), sejam estas dentro do próprio estado; mais ao norte do país (notadamente na Amazônia); ou mesmo em países vizinhos, tais como a Bolívia e o Paraguai.

Imagem 3: Disputa de área entre cana e grãos no Alto Vale do Ivinhema (município de Rio Brilhante).



Crédito: SAMPAIO, M.A.P., 2013.

Imagem 4: Conversão e limpeza de pasto para transição ao primeiro plantio de cana no Baixo Vale do Ivinhema (município de Ivinhema).

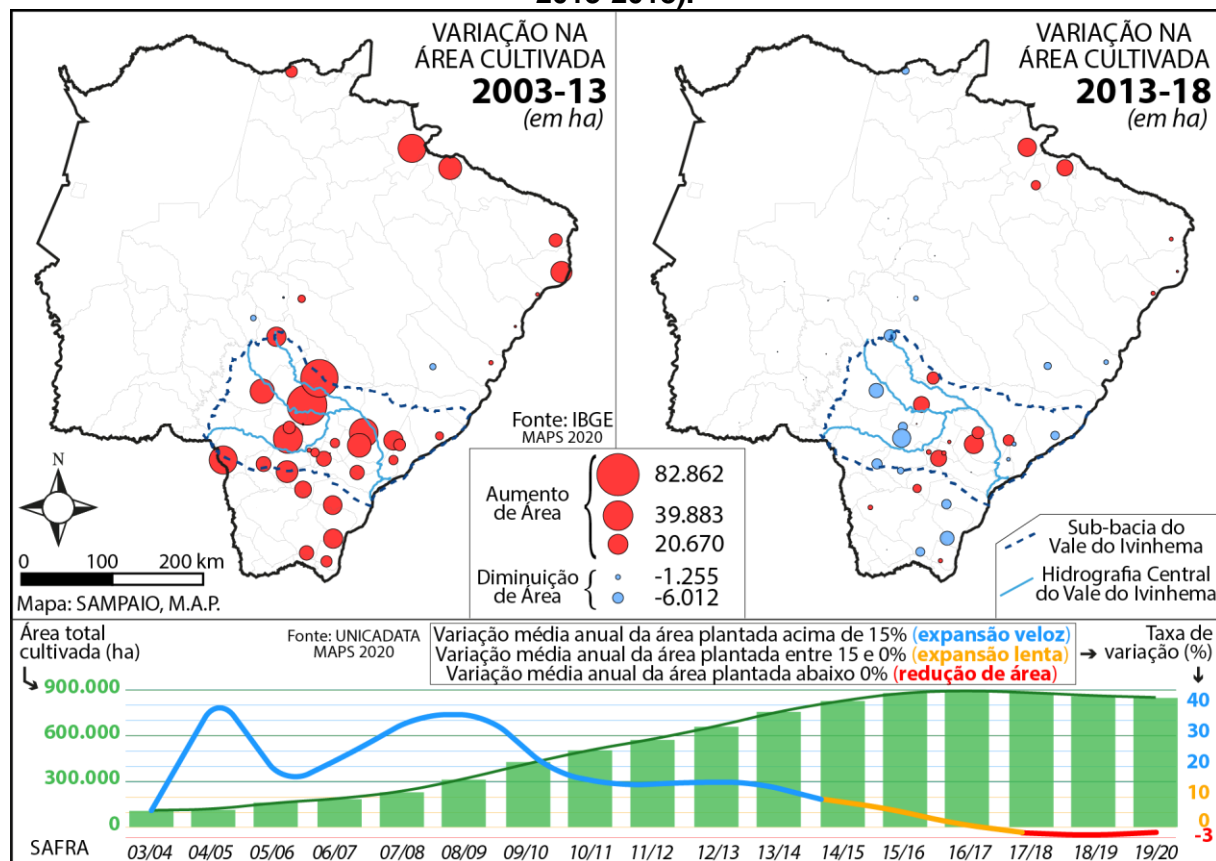


Crédito: SAMPAIO, M.A.P., 2013.

O Mato Grosso do Sul parece ter sido o caso das unidades da federação brasileiras em que a especulação em torno da ampliação da atividade sucroenergética foi mais intensa. Porém os impactos da crise financeira global desencadeada a partir de 2008, assim como de modificações na política nacional de tributação dos combustíveis e na cotação internacional das commodities agrícolas fizeram com que o ímpeto expansivo da cana-de-açúcar perdesse fôlego no estado. Estes elementos representaram um forte freio ao setor sucroenergético estadual. Por se tratar de uma cultura cujos resultados espaciais se fazem sentir sobretudo a médio e longo prazos, foi apenas após 2013 que as repercussões negativas dessas crises se fizeram mais perceptíveis. A relação de forças no setor agropecuário estadual foi refeita e o equilíbrio passou a pender, a depender da região e do município, um pouco mais para o lado dos grãos, retomando assim uma tendência existente antes de 2003 e fazendo com que parte das terras arrendadas para a cana retornassem ao controle dos cultivadores de soja e milho. Tal fenômeno foi especialmente mais intenso no

Alto Vale do Ivinhema (Mapa 6) e com isso as últimas três safras (2017/18, 2018/19 e 2019/20) foram de decréscimo da área plantada com cana.

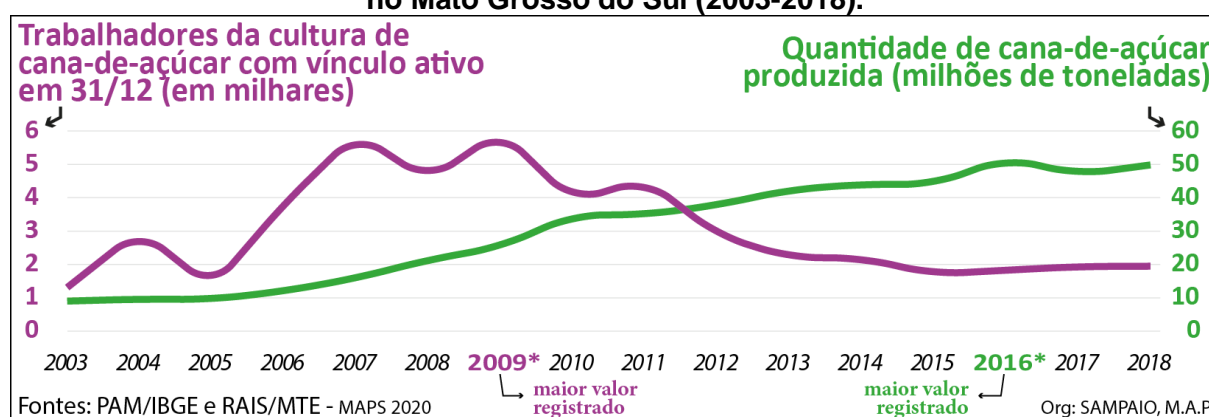
Mapa 8: Variação na área municipal cultivada com cana no Mato Grosso do Sul (2003-2013-2018).



Para concluirmos, convém destacar os rebatimentos dessa dilatação produtiva sobre a classe trabalhadora. No início do período expansivo vivenciado após 2003, algumas empresas atuantes no setor, notadamente algumas mais antigas, inauguradas no período do Proálcool, ainda mantinham formas de contratação da mão-de-obra anacrônicas com o novo momento que se instaurava. Vide o caso da já mencionada empresa Debrasa, que em 2007 voltou aos holofotes por abrigar o segundo maior número nacional de pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego naquele ano. Nesta unidade agroindustrial, pertencente à Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA), 1.011 trabalhadores, sendo 820 indígenas, foram encontrados em condições precárias e degradantes. Buscando justificar de alguma maneira o ocorrido, a empresa lançou uma nota ponderando ser “válido lembrar, ainda, que a usina é a maior empregadora de mão-de-obra indígena do Mato Grosso do Sul, estado que possui a segunda maior população de índios do Brasil”. Foi também no Mato Grosso do Sul, no município de Iguatemi, que se deu a terceira maior

libertação daquele ano, na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda (Dcoil), quando 409 pessoas foram resgatadas, 150 dos quais eram indígenas.⁵ Uma funcionária da usina Agrisul/CBAA, de Sidrolândia, teria dito no ano de 2013 que a empresa contratava “100% de mão de obra indígena porque eles não têm ambição” (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012 p. 35). Entretanto, diferentemente do que ocorria nas décadas de 1980 e 1990, esta modalidade de trabalho e de trabalhador já não são mais a regra no setor sucroenergético estadual, e as três unidades produtivas supracitadas já não estão mais em funcionamento. Hoje em dia, o campo produz cada vez mais, porém empregando cada vez menos.

Gráfico 1: Redução dos postos de trabalho e aumento da produção agrícola de cana no Mato Grosso do Sul (2003-2018).



Fonte: IBGE e MTE. Elaboração do Autor

Na atual fase da canavicultura feita em escala agroindustrial (2003-2020), a modernização técnica promoveu o aumento da produtividade média do trabalhador e a redução do número total de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Uma vez mais o embate e a dialética entre desenvolvimento tecnológico e exploração da mão-de-obra, ou seja, entre capital e trabalho, emerge no contexto de introdução de uma nova tecno-esfera (SANTOS, 1994, p. 13-14) que leva à potencialização do rendimento do trabalho de cada indivíduo e conseqüentemente à redução do número de trabalhadores rurais absorvidos no processo de produção agrícola com a mecanização do trabalho. Ocorre atualmente a completa submissão dos poucos trabalhadores empregados aos ritmos produtivos das grandes e modernas máquinas agrícolas, processo em que, para que se otimize e maximize o uso dos novos e caros meios de produção, evitando-se ao máximo sua ociosidade, submete a classe trabalhadora à um ritmo frenético de trabalho. Para os trabalhadores rurais, o elevado patamar tecnológico estabelecido nas lavouras de cana significou intensificação do ritmo de trabalho, assim como inovações nas formas contratuais, na

⁵ Vide os sites <https://reporterbrasil.org.br/2008/01/grandes-libertacoes-de-trabalhadores-em-canaviais-dominam-2007/> e <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2378-fiscalizacao-resgata-409-trabalhadores-entre-eles-150-indios>, acessos realizados em 12 de junho de 2020.

divisão das tarefas, nos horários e jornadas, nos mecanismos de controle e supervisão do trabalho, nas formas de remuneração e também nos padrões de adoecimento. Para a saúde do trabalhador rural, conforme salientam Scopinho, Eid, Vian e Silva (1999, p. 157), a generalização do corte mecanizado da cana-de-açúcar promoveu a diminuição dos impactos negativos advindos de “cargas do tipo físico” (radiação solar, umidade provocada pela chuva, calor, frio), “cargas do tipo biológico” (picadas de animais, contaminação bacteriológica) e “cargas do tipo químico” (poeira da terra, fuligem da cana queimada, resíduos de produtos químicos utilizados nos tratamentos culturais) em relação ao corte manual. Porém, acentuou a presença de elementos que configuram as “cargas do tipo psíquico” (subordinação aos movimentos das máquinas, ausência de pausas regulares, monotonia e repetitividade, responsabilidade por períodos prolongados e ininterruptos, atenção e concentração constantes, supervisão com pressão) e “cargas do tipo fisiológico” (posturas incorretas, dores lombares, movimentos repetitivos, dores de cabeça e “zoeira no ouvido” por causa do ruído e da trepidação). Dito de outro modo, com a modernização ocorrida, os problemas e as lesões físicas dos trabalhadores da cana reduziram-se, mas os problemas psicológicos ampliaram-se.

Considerações finais

O estabelecimento de uma nova geração de unidades agroindustriais sucroenergéticas representou o fim de uma época e o início de outra, no que se refere à história canavieira e de suas relações de trabalho no estado do Mato Grosso do Sul. Os grandes contingentes de trabalhadores braçais foram substituídos por sofisticados e potentes maquinários agrícolas, objetos técnicos da globalização e promotores da aceleração contemporânea e da agricultura científica globalizada (SANTOS, 1993 e SAMPAIO, 2010). O meio técnico-científico-informacional implantou-se na atividade canavieira e (quase) todas as etapas do trabalho agrário passaram a ser realizadas por máquinas especializadas na realização de funções específicas: plantio, tratamentos culturais e colheita são atualmente tarefas realizadas por enormes maquinários terrestres e aéreos.

Ao promoverem o desenvolvimento do capitalismo no campo, ampliam as contradições básicas desse sistema, seja pela destruição da natureza, seja pela captura de mais-valia de seu operariado. Mas, sob a perspectiva territorial, é preciso destacar que há focos de resistência a esse modelo de desenvolvimento pautado no agrohidronegócio e na máxima exploração do trabalho e dos recursos da natureza. O governo, nos últimos anos, apontou na direção da ampliação quase irrestrita da área canavieira, fosse via o bilionário apoio financeiro por meio do BNDES, fosse pelo apoio técnico e institucional que classificou 6,2 milhões de hectares de terras no como altamente aptas a serem incorporadas pela

canavicultura no estado. Porém, outras formas de territorialização da vida e da existência se contrapõem a da monocultura latifundiária modernizada (seja esta da cana, da soja, do eucalipto ou outra). São os casos das Terras Indígenas, das Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares e das áreas de agricultura familiar e camponesa, tanto as advindas de iniciativas privadas de parcelamento de lotes para o acesso à terra quanto de programas oficiais do governo para a criação de assentamentos de reforma agrária (Mapa 3).

Desde o ponto de vista da regionalização, ainda com base na proposição teórica de Haesbaert (2010), temos o Vale do Ivinhema como área *núcleo* da atividade sucroenergética no estado do Mato Grosso do Sul atualmente. Verifica-se a tendência de consolidação da presença canvieira na borda ocidental da bacia do Paraná, que é a parte mais baixa da sub-bacia, paralelamente à intensa disputa territorial com o setor de grãos nos planaltos de Maracaju e Dourados, na parte alta da sub-bacia. Para além dessa região produtiva e competitiva do agrohidronegócio sucroenergético sul-mato-grossense, há ainda outras cinco zonas (ou áreas mais ou menos pontuais) de produção que merecem ser relacionadas, mesmo não conformando regiões especializadas neste cultivo: 1) no chamado “Cone Sul”, próxima à divisa com o Paraná, os municípios de Naviraí e Juti; 2) na área fronteiriça com Goiás, os municípios de Costa Rica, Chapadão do Sul e Paraíso das Águas; 3) na área fronteiriça com o estado de São Paulo, os municípios de Brasilândia e Santa Rita do Rio Pardo; 4) na área fronteiriça com Minas Gerais, os municípios de Aparecida do Taboado e Paranaíba e 5) na área fronteiriça com o Mato Grosso, o município de Sonora.

Por fim, ante os velhos e os novos problemas e desafios atrelados ao meio rural de uma zona de fronteira agrícola, gostaríamos de acreditar que a fotografia a seguir (Imagem 5) fosse uma boa alternativa viável para mediar e orientar o desenvolvimento territorial em maior harmonia e em benefício de uma maior parcela da população. Num espaço onde a cana-de-açúcar vivencia sua fronteira de expansão; onde povos, crenças, etnias, línguas e culturas diversas se encontram; onde biomas se misturam, bacias hidrográficas se encontram e onde o Brasil se aproxima de países estrangeiros, é extremamente necessário que o agrohidronegócio canvieiro deixe definitivamente de significar a degradação do “outro” nos confins do Brasil (MARTINS, 2019).

Imagem 5: Outdoor urbano sobre a questão agrária sul-mato-grossense (município de Maracaju, 2013).



Crédito: SAMPAIO, M.A.P., 2013.

Uma análise mais crítica acerca do discurso subjetivamente contido neste *outdoor* nos demanda uma reflexão mais aprofundada. Neste sentido, os estudos de Fernandes (2005; 2008a; 2008b) são esclarecedores e conclusivos. Em primeiro lugar, é mister lembrar que o espaço geográfico é composto de territórios e é essencialmente a partir das noções de disputa e de conflitualidade que se produzem as múltiplas territorialidades. A disputa paradigmática relacionada aos modelos de desenvolvimento territorial em marcha, opondo basicamente a conformação de territórios capitalistas e não capitalistas, de forma contraditória e paradoxal incorre em “conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os” (FERNANDES, 2008a, p. 214). Assim, o desenvolvimento territorial rural (DTR) atrelado à territorialização do capital no campo engendra, concomitantemente, o processo geográfico denominado de “TDR” (territorialização – desterritorialização – reterritorialização), promovendo *pari-passu* a resistência dos movimentos socioterritoriais aliados nesse processo - notadamente a de camponeses e indígenas. Para concluir, é importante frisar que “a conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens [...] refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária” (FERNANDES, 2008a, p. 179).

Referências

- ADAMI, M.; MELLO, M.P.; AGUIAR, D.A.; RUDORFF, B.F.T.; SOUZA, A.F. A Web Platform Development to Perform Thematic Accuracy Assessment of Sugarcane Mapping in South-Central Brazil. **Remote Sensing**. Basileia, v. 4, ed. 10, p. 3201-3214, 2012. Disponível em: <http://www.mdpi.com/2072-4292/4/10/3201>. Acesso em 13 mai. 2021.
- ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.
- ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Revista Confins**. Paris, Número 3, 2008. Disponível em <http://confins.revues.org/3483#quotation>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- ARRUZZO, R. C.; CUNHA, L. D. O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: conflitos territoriais e a questão indígena. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Dourados: UFGD, 2018, p. 2356-2376.
- BACCARIN, J. G. **A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação anual de informações sociais: RAIS**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**. Fortaleza, Vol. 9, Nº 18. 2010.
- CASTILLO, R. A.; SAMPAIO, M. A. P. Reestruturação produtiva e regionalização do agronegócio canavieiro no Brasil no século XXI. *In*: BERNARDES, J.A. e CASTILLO R.A. (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, p. 235-252.
- CASTRO SANTOS, M. H. **Política e Políticas de uma energia Alternativa: o caso do Proálcool**. Rio de Janeiro: Editora Notrya/ANPOCS, 1993.
- CDPA - Comissão de Defesa da Produção de Açúcar. **Mappas estatísticos da produção do açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro, CDPA, 1933.
- CORREA, F. M. **O trabalho indígena na Usina Passa Tempo em Rio Brillante-MS (décadas de 1980 e 1990)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.
- CUNHA, L. D. **O avanço da fronteira agrícola no Mato Grosso do Sul e a precarização das práticas espaciais Guarani e Kaiowa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- DÉ CARLI, G. **História do Instituto do Açúcar e do Alcool**. Recife: Editora do Autor, 1996. 8 vols.
- DOMINGUES, A.T.; THOMAZ JÚNIOR, A. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.34, v.1, p.138-160, jan./jul.2012. Acesso em: 21 jul. 2020.

ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. *In*: ADÃO, J. B.; SILVA, C. A. da; ARRUIZZO, R. C. **Espaço e energia – mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220.

FARIA, A.; FRATA, A. **Biocombustível**: a cana-de-açúcar na região hidrográfica do rio Paraná e a produção de grãos, a pecuária e a cana na sub-bacia do rio Ivinhema. Campo Grande: Ecoa, 2008.

FERNANDES, B.M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2008a. *In*: BUAINAIN, A.M. (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 173-229.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 8, Nº 6, jan./jun 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em 15 mai. 2021.

FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia de territórios, 2008b. *In*: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.), **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/ UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-215.

FERREIRA, P.S.; SILVA, C.A. (2017). A expansão das lavouras de cana-de-açúcar na bacia hidrográfica do Rio Brilhante/MS e na área de influência das usinas sucroenergéticas. *In*: BOIN, M. N. e MARTINS, P. C. S. (orgs.). **Planejamento e Análises Ambientais**. Tupã, Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista (ANAP), 2017, (p. 29–44). Acesso em: 21 jul. 2020.

FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS. Campo Grande: **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2010. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/15/1316.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 18 fev. 2020.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, Volume Especial Cartogeo, p. 302-331, 2014. Acesso em: 21 jul. 2020.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, nº 3, jan./jun. 2010, p. 2-24. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416/360>. Acesso em 09 mai. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **XII Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil 2014-2016**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101625.pdf>. Acesso em 13 mai. 2021.

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool. **Anuário Açucareiro**. Rio de Janeiro: 1935.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A agroindústria canvieira e a crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012. Disponível em <https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

NATALE NETTO, J. **A saga do álcool: fatos e verdades sobre os 100 anos de história do álcool combustível em nosso país**. Barueri: Novo Século, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. S. de; SANTANA, A. R.; SILVA, L. A. Os impactos da Usina Eldorado no modo de vida dos assentados do PANA - Nova Alvorada do Sul-MS. In: FAISTING, A. L.; MARSCHNER, W. (Orgs.). *In: Olhares sobre os assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul: resultados da experiência do curso de licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA*. Dourados: Editora UFGD, 2015.

PEREIRA, M. C. **A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul, dinâmica e determinantes**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Universidade de Brasília, Campo Grande, 2007.

PITTA, F. T. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RICARDO, C. A. **Povos indígenas no Brasil: 1991-1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

SAMPAIO, M. A. P. **Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias. O histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieira paulista – séculos XVI a XXI**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAMPAIO, M.A. P. **360° - O Périplo do Açúcar em direção à Macrorregião Canvieira do Centro-Sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Orgs.). Novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCOPINHO, R. A.; EID, F.; VIAN, C. E. de F.; SILVA P. R. C. da. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.15 n.1. jan./mar. 1999

SILVA, O.; FISCHETTI, D. **Etanol: a revolução verde e amarela**. São Paulo: Bizz Comunicações e Produções, 2008.

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canvieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

TEIXEIRA, J. C. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A expansão canavieira na bacia do rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Dourados: UFU, 2012.

THÉRY, H. Modelização gráfica para análise regional: um método. **Revista GEOUSP**, São Paulo, USP, Número 15, p. 179-188. 2004. Acesso em: 22 ago. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana – a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.5, nº10 (2010). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/638>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Sobre o autor

Mateus de Almeida Prado Sampaio – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Bolsista CAPES/Programa Nacional de Pós-doutorado. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5415-4254>.

Como citar este artigo

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Mato Grosso do Sul e suas zonas canavieiras: uma região de fronteira (1931-2020). **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 175-201, set.-dez., 2021.

Recebido para publicação em 06 de setembro de 2020.
Devolvido para a revisão em 26 de abril de 2021.
Aceito para a publicação em 17 de maio de 2021.

Os impactos gerados pela instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil

Rosa Maria Vieira Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: rvmmedeiros@yahoo.com.br

Michele Lindner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: michelindner@gmail.com

Resumo

O agricultor familiar assentado vem se reterritorializando no Rio Grande do Sul mais precisamente na Campanha Gaúcha com a implantação de novas formas produtivas-econômicas e sociais que transformaram a paisagem e constituíram o território dos assentamentos. Os assentados buscaram sua inserção no processo produtivo com novas formas de produção, de organização, de relação com o ambiente, de recuperação de seus saberes e de retomada de sua autonomia com base na sua cultura e sua organização político-econômico-social. São significados, estratégias e ações que marcaram a paisagem dos assentamentos. O território gaúcho se reconfigurou, a paisagem da Campanha se transformou com a crescente concentração de assentamentos em seus municípios. Esta é a região de domínio do latifúndio que perdeu espaço para a agricultura familiar, para a agroecologia. São agricultores familiares assentados e engajados na produção de alimentos saudáveis e na proteção do ambiente natural dos assentamentos de Reforma Agrária do Sudoeste Rio-Grandense.

Palavras-chave: Território; assentamento; paisagem; agroecologia.

The impacts of the installation of rural settlements in the Gaúcha Campaign, Rio Grande do Sul, Brazil

Abstract

The family farmer seated territorialized in the Rio Grande do Sul more precisely in the Gaúcha Campaign planted new productive-economic and social forms that transformed the landscape and constituted the territory of the settlements. The seated have sought to be integrated in to the productive process by new forms of production, organization, relationship with the environment, there covery of their knowledge and their autonomy on the basis of their culture and economic-social-political organization. These are meanings, strategies and actions that have marked the lands cape of settlements. The Gaúcho territory has reconfigured, the landscape of the Campaign has changed with the increasing concentration of settlements in the municipalities. It is the region of domination of the latifundium that has lost place for family farming, for Agroecology. They are seated family farmers engaged in the production of agroecological food and in the protection of the environment of the settlements of Agrarian Reform of south-west Rio-Grandense.

Keywords: Territory; settlement; landscape; agroecology.

Les impacts générés par l'installation des assentamentos ruraux dans le Campagne Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brésil

Resumen

L'agriculteur familial assentado territorialisé dans le Rio Grande do Sul plus précisément dans la Campagne Gaúcha a implanté de nouvelles formes productives-économiques et sociales qui ont transformé le paysage et ont constitué le territoire des assentamentos. Les assentados ont cherché à s'insérer dans le processus productif par de nouvelles formes de production, d'organisation, de relation avec l'environnement, de récupération de leurs savoirs et de reprise de leur autonomie sur la base de leur culture et de leur organisation politique économique et sociale. Ce sont des significations, des stratégies et des actions qui ont marqué le paysage des assentamentos. Le territoire gaúcho s'est reconfiguré, le paysage de la Campagne est transformé avec la concentration croissante des assentamentos dans ses municipalités. C'est la région de domination du latifundium qui a perdu de la place pour l'agriculture familiale, pour l'agroécologie. Ce sont des agriculteurs familiaux assentados engagés dans la production d'aliments agroécologiques et dans la protection de l'environnement des assentamentos de la Réforme Agraire du sud-ouest Rio-Grandense.

Mots Clés: Territoires; assentamento; paysage; agroécologie.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apontar as mudanças ocorridas na paisagem da Campanha Gaúcha com suas novas formas produtivas, econômicas, sociais e sua relação na constituição de novos territórios. Para tanto é fundamental ter presente os conceitos de paisagem e território. O território, de acordo com Bonnemaïson, (2000) é o espaço de identidade, de identificação e, considerando Saquet (2007), é o espaço apropriado política e culturalmente, para a formação de uma identidade regional e cultural/política. Estes territórios são, portanto, a materialização dessa identidade construída.

A paisagem é a expressão da imaterialidade, ou seja, mostra as marcas do que foi socialmente construído pelas comunidades, visualizadas nas práticas, na história, nas representações, nos conhecimentos e nos saberes. São novas formas de organização do espaço imbricadas de sentimento identitário envolvidas pelas novas relações estabelecidas com a natureza. O território é pois, a parcela do espaço que enraíza e que reúne aqueles que, ao dividirem o mesmo sentimento, constroem uma mesma identidade. Para Gui De Méo (1998) é o espaço vivido impregnado de valores culturais que refletem, para cada um, o pertencimento a um determinado grupo onde o conhecimento passa pela escuta dos atores, pela percepção de suas práticas, de suas "representações" e de seus espaços imaginários. Os territórios da Campanha Gaúcha trazem consigo esses elementos materiais e imateriais presentes na sua paisagem.

Estas mudanças na paisagem da Campanha Gaúcha, ligadas à nova relação do agricultor camponês com a natureza, foram identificadas através da análise de fotografias

feitas na década de 1960 pelo geógrafo francês Raymond Pebayle (1932-2010) e comparadas com fotografias da mesma região, mas realizadas no período de 2010 a 2015, durante as pesquisas de campo dos pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A paisagem foi então observada a partir da imagem tradicional da Campanha Gaúcha, ou seja, com suas coxilhas cobertas por campos onde historicamente se instalaram as grandes propriedades e atividade pecuarista. Os agricultores assentados encontraram essa mesma paisagem, mas sua tradição camponesa, voltada para a produção de alimentos, alterou essa imagem tradicional com a introdução de novas alternativas de produção. Os assentamentos, criados nos anos de 1990, foram então analisados a partir dos conceitos de paisagem, natureza e território. Destacam-se as limitações encontradas (materiais, imateriais), suas experiências positivas no assentamento e suas potencialidades relacionadas às novas práticas agrícolas. Também o lugar e a identidade possibilitam compreender o caminho construído para que essas novas alternativas de produção se tornassem efetivamente uma prática, uma filosofia de vida para os assentados.

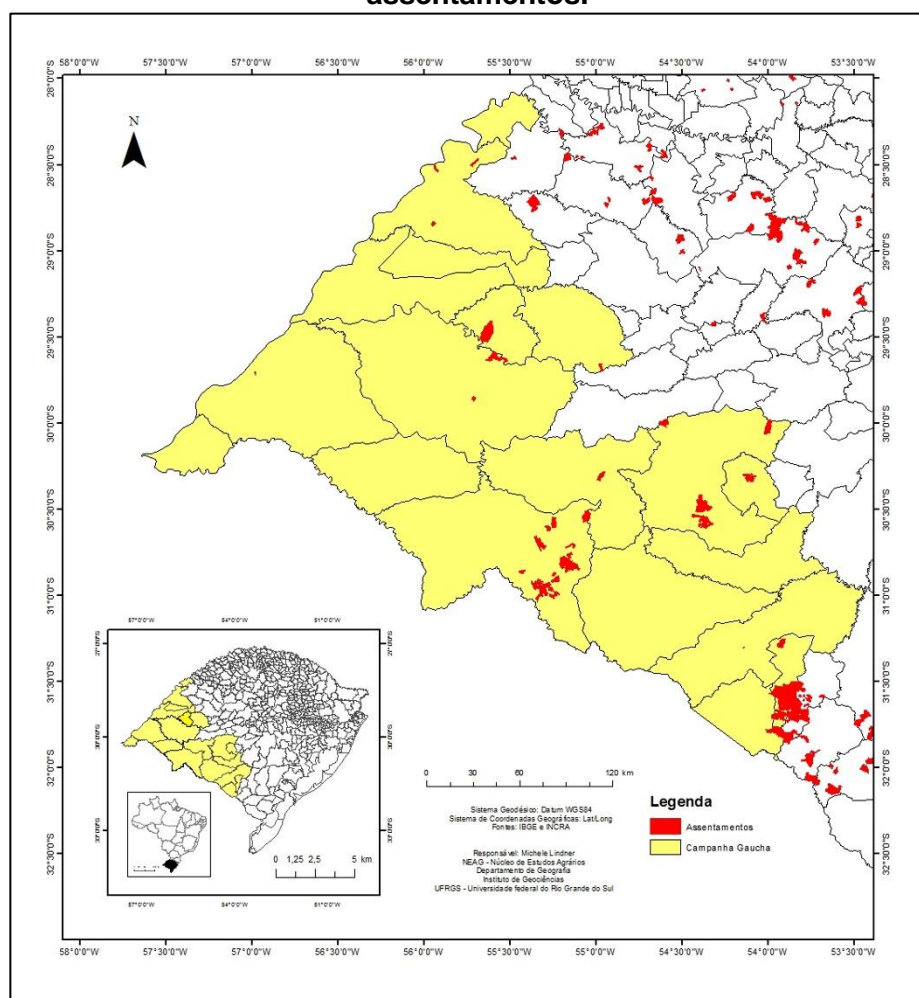
O território é revelador destas transformações na paisagem cujas marcas são visíveis e possibilitam identificar seus sujeitos, agentes deste processo.

Novos territórios na Campanha Gaúcha

Os agricultores familiares assentados na Campanha Gaúcha estão em processo de reterritorialização. Este se dá através da reconstrução de sua identidade e para tanto buscam a implantação de diferentes formas produtivas-econômicas-sociais advindas de seus saberes, de sua cultura, ligadas aos seus lugares de origem. Estas alternativas encontradas pelos agricultores no sentido de estabelecer novos vínculos com a terra provocam transformações não só na organização de seu território como na nova paisagem onde se encontram imersos.

Na busca dessa nova organização na Campanha Gaúcha (Figura 1), objeto dessa pesquisa, tem ocorrido sérios embates entre as duas forças presentes no território. De um lado, estão presentes os latifundiários, pecuaristas, agricultores empresariais ligados ao agronegócio; do outro lado, se encontram os assentados cuja atividade principal é a agricultura familiar viabilizada através de novas formas de produzir. O poder da terra está institucionalizado nesta Região e este se expressa através dos discursos, da política local, dos costumes distintos, dos símbolos de cada um, mas principalmente através da propriedade de extensas áreas com suas formas produtivas historicamente institucionalizadas nesta porção territorial.

Figura 1: Municípios que compõem a Campanha Gaúcha/ RS e localização dos assentamentos.



Fonte: INCRA (2014).

Esta realidade fica evidenciada quando Haesbaert (1997, p. 41) afirma que:

[...]o território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva.

Este grupo social representado pelos assentados, sem dúvida incorporou uma nova dimensão simbólica à microrregião que vai se expressar na valorização identitária, na valorização existencial do território por eles constituído.

Na análise do território considera-se também que as formas de produção estruturam e são estruturadas pelo território onde se fixam, fazendo assim com que a dinâmica econômica, social e política gravite em torno das formas ou atividades exercidas (MEDEIROS; SOSA, 2009). Este viés de análise também possibilita compreender os conflitos e as estratégias territoriais dos diferentes atores, uma vez que as formas de produção produzem uma “expressão territorial do interesse econômico” (HEIDRICH, 2000), de modo que uma

fração do território voltada a uma determinada forma de produção se opõe a formas distintas ou a inovações que resultem em formas que não lhe são interdependentes.

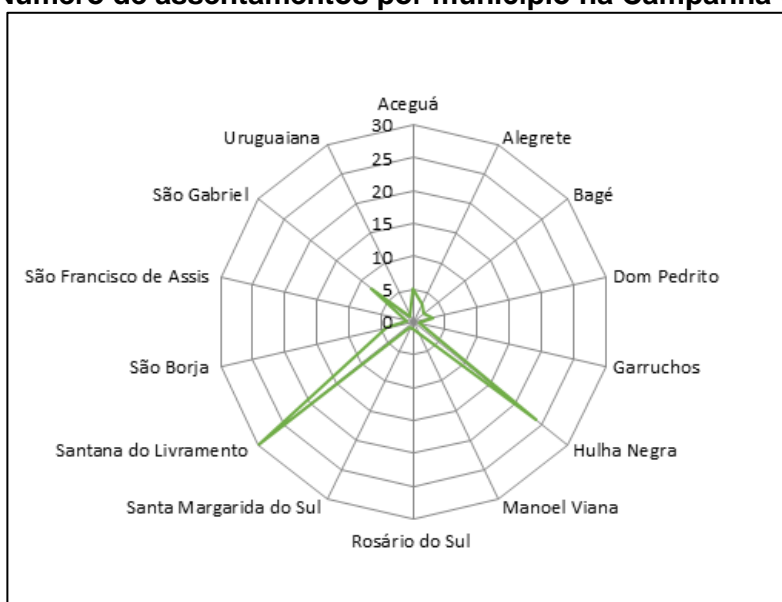
O território se constitui num espaço cultural de identificação, de pertencimento e a sua efetiva apropriação só se dará quando efetivamente for controlado. “O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo” (MEDEIROS, 2009, p. 217).

Além disso, o território possui uma fronteira definida por ser ele um lugar identificado, marcado como espaço de sobrevivência. “É este, o espaço defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado cuja força afetiva e simbólica é forte” (MEDEIROS, 2009, p. 218).

É neste território que os assentados reconstruíram suas identidades, suas territorialidades. É este o seu lugar, a terra onde trabalham e se reproduzem socialmente, politicamente e economicamente. É onde eles se reconhecem enquanto sujeitos.

Estes camponeses assentados da Campanha do Rio Grande do Sul buscam a sua inserção no processo produtivo, do qual foram excluídos, através de novas formas de produzir, de se organizar, de se relacionar com o ambiente, de recuperar seus saberes e de retomar sua autonomia político-econômico-social. O processo de (re)territorialização pelo qual passam é marcado por dificuldades econômicas e emocionais. É uma etapa penosa na sua vida considerando que já foram expropriados de seus bens materiais e de sua identidade e que ainda tem que conviver com os conflitos gerados pelo poder local. Mas a realidade nos mostra que o enfrentamento teve saldo positivo nesta região onde atualmente numa área total de 83.462,3465 ha estão instaladas 3.194 famílias, em 86 assentamentos, distribuídos nos 14 municípios da Campanha Gaúcha, conforme Gráfico1 (INCRA,2017).

Gráfico 1: Número de assentamentos por município na Campanha Gaúcha, RS.



Fonte: INCRA, 2017.

Portanto, neste território, os assentamentos coexistem com os históricos latifúndios e se constituem como agentes das mudanças que ocorreram na paisagem, principalmente a partir dos anos de 1990 quando começou a política de assentamentos na Campanha Gaúcha. Foram dificuldades econômicas, estruturais, locacionais e políticas que se transformaram em motivo de lutas e de reivindicações. A participação dos assentamentos na economia da região foi reconhecida a partir da produção, sobretudo de alimentos, da instalação de novas estruturas básicas tanto na área rural quanto urbana e do espírito cooperativista que os caracteriza.

Os assentamentos surgiram, então, no lugar de primazia territorial e política do latifúndio pecuarista gaúcho. É uma nova forma de produção que coloca em xeque o poder desses latifundiários, organizados para deter a territorialização dos camponeses assentados no território de seu poder.

A implantação e o desenvolvimento de assentamentos na Campanha Gaúcha não sucumbiram aos esforços dos latifundiários locais para que fracassassem. Estas dificuldades só contribuíram para o fortalecimento de seus objetivos e de suas reivindicações frente à sociedade dominante além de derrubarem o mito da fragilidade da produção familiar. Gradativamente se desligam da forma tradicional de produzir (uso de agroquímicos), que, em muitos casos, foi o fator que os desterritorializou. Sua organização política e econômica traz à região novas formas de produção baseada na agroecologia e na preservação do meio ambiente. São novos territórios virtualmente mais abertos e multiculturais que proporcionam maior liberdade de opções, de manifestações, de pluridentidades. A paisagem será o cenário revelador dessas novas relações sociais marcada pelo sentimento de pertencimento dos assentados ao novo espaço.

É a criação de novas identidades, novos conhecimentos, novos saberes. Este espaço, até então desconhecido, exige um grande esforço desses agricultores para a construção de uma nova territorialidade. São erros, acertos, abandonos, desistências, mas, sobretudo resistência, coragem e continuidade na luta para reconstruir sua história neste novo espaço no qual a paisagem se torna o palco de todas as transformações.

Paisagem da Campanha Gaúcha

O território e a paisagem possuem uma relação que é intermeada pelo olhar. Esta interação se estabelece através da observação dos elementos materiais e imateriais pertencentes a esta paisagem. Os elementos materiais são aqueles que compõem o quadro natural e humano enquanto que os elementos imateriais são percebidos por sentimentos tais como emoção, sensibilidade, beleza, estética, entre outros. São, pois, estas percepções

diversas que vão possibilitar uma pluralidade de definições sobre a mesma paisagem que poderão estar combinadas ou não. Estas percepções também poderão estar relacionadas às referências culturais do observador, à sua formação profissional, seus saberes ou ainda ao seu prévio conhecimento daquele lugar.

Significa então que a análise da paisagem traz consigo elementos subjetivos diretamente relacionados àquele que efetua a referida análise. Diante disso, é possível afirmar que a paisagem possui uma temporalidade, pois embora seja observado o mesmo lugar, a dinâmica dessa paisagem adiciona novos elementos, sobretudo em razão da diversidade da implantação de diferentes práticas agrícolas. Essa diversidade de paisagens reflete uma extraordinária riqueza cultural, ecológica e econômica, demonstra que a mesma não é estática e que sua mudança é constante. A paisagem está então impregnada pela sua história, pela sua geografia. Mas essa paisagem é também um ponto de partida e vai expressar os entrelaçamentos ocorridos entre a sociedade e o território. Como consequência terá uma atribuição de valores que podem ser valores de mercado, patrimoniais ou identitários. Os valores de mercado são aqueles relacionados, sobretudo ao turismo que ao explorar a beleza cênica de determinada paisagem provoca uma valorização da mesma. Por outro lado, os valores patrimoniais da paisagem estão relacionados ao valor social que lhe é atribuído em razão do interesse coletivo, do interesse público. Já o valor identitário tem um significado mais profundo uma vez que é a expressão exatamente do lugar, daquele grupo social que se identifica e que se reconhece naquela paisagem. Há aqui um valor atribuído às raízes culturais, às origens do grupo social que certamente se associa a uma perspectiva para o futuro. A presença desses valores identitários é que possibilitam afirmar que a paisagem tem sua base assentada na memória coletiva e que sua leitura é uma leitura de um passado que deixou ali suas marcas impressas. Esse passado é a memória que fica, que é evocada, que se expressa e que se sustenta na paisagem, no lugar, nos objetos, na capacidade de evocação que encontra ali a base para sua permanência, ou seja, para a construção das identidades (CLAVAL, 1999).

Para Berque (1998), a paisagem, não reside nem somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos. Ela não se reduz apenas aos dados visuais do mundo que nos envolve, ela sim, se refere a objetos concretos existentes no nosso entorno que representam o que pode ser nosso imaginário. Efetivamente, todas as paisagens possuem significados simbólicos ao considerarmos que são elas produto da apropriação e transformação da natureza pelo homem. Mas há que se lembrar de que sua existência decorre fundamentalmente da sua relação com um sujeito coletivo, uma vez que é a sociedade que a produziu, que a reproduz e que a transforma em função de certa lógica. A definição dessa lógica, sua compreensão, seu sentido é exatamente o olhar cultural que verte sobre a paisagem.

Com outro olhar sobre o mesmo tema, Santos (1996) se refere à paisagem como uma sobreposição, ou seja, uma paisagem é escrita sobre a outra, constituindo um conjunto de objetos com idades diferentes que representam a herança de muitos momentos já passados. Para o autor a paisagem é a soma de pedaços de tempos históricos representando diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.

Nesta mesma linha, Silva (1991) entende que a paisagem é o lugar social percebido e compreendido, enquanto expressão de ações, relações e objetos sociais.

Portanto, as intervenções humanas na natureza transformam a paisagem em cultura e com isso é possível afirmar que todas as paisagens possuem significados simbólicos enquanto produto da apropriação e transformação da natureza pelo homem. É a dimensão sensível, estética e afetiva da relação que o indivíduo socializado construiu e constrói com o território. Concordando com Berque (1998), o estudo da paisagem é mais do que uma psicologia do olhar, pois embora represente ou evoque o imaginário ela possui um suporte que será sempre objetivo.

A Campanha Gaúcha também tem sua paisagem representada e interpretada a partir de diferentes olhares. Saint-Hilaire (1974, p.91-139), assim a descreveu:

Até agora tenho atravessado sempre planícies uniformes sem o mais leve acidente e unicamente animadas pela presença do gado aí apascentando. [...] Distinguem-se estâncias e chácaras. Uma estância é uma propriedade onde pode existir alguma cultura, porém ocupando-se principalmente da criação de gado. A chácara tem área menor e só se destina à agricultura.

Já o olhar de Haesbaert (2004, p. 16) sobre a paisagem da Campanha traz novos elementos, novos conceitos assim expressos:

Do alto podia-se ver o imenso chapadão da serra Geral e a Campanha – o Pampa - a perder-se de vista no horizonte. Ali eu descobria outra fronteira para nosso território, campos e planuras sem fim, uma abertura que me fascinava, longe dos constrangimentos da Serra. [...] Na Campanha, tudo parecia se revelar ao mesmo tempo, nada se escondia, nada parecia restar por apreende.

Enquanto Haesbaert (2004) expressa seus sentimentos na leitura da paisagem da Campanha gaúcha, Saint-Hilaire (1974) descreve o que vê, assim como Chomenko (2006). A autora, define como um conjunto vegetacional campestre com certa uniformidade, relevo de planícies com predominância de cobertura vegetal em estepe e savana estépica e que se caracteriza também pela ocorrência de banhados.

Por sua vez Neto e Bezzi (2009) destacam que as características culturais da Campanha Gaúcha, na prática, materializaram inúmeros códigos culturais que foram transmitidos no tempo e mantidos através da descendência.

Chellotti e Pêsoa (2006, p. 2), por sua vez colocam que:

[...] no século XXI, o espaço agrário da Campanha Gaúcha não se apresenta tão homogêneo como indicaria o discurso da identidade regional do século passado. Embora continue sendo o cerne do espaço latifundiário gaúcho, do tradicional camponês fronteiriço, do arrendamento capitalista da terra, é também palco de novas experiências oportunizadas a partir da reterritorialização de milhares de Sem Terra em dezenas de assentamentos rurais.

Diante desta transformação fica evidente a presença daquele que originalmente vivia na Campanha Gaúcha, enraizado em suas origens assim como a presença do agricultor sem-terra que foi instalado nos lotes de assentamentos de reforma agrária vindo principalmente do norte do estado, arraigado a sua cultura de camponês envolta em outra racionalidade. Esses assentamentos são, portanto, constituídos por diferentes culturas decorrentes de existências diferenciadas, embasadas em valores, princípios e saberes distintos.

Pode-se afirmar, então, que dois espaços culturais distintos foram aproximados através da luta pela terra. Assim, ao mesmo tempo em que os assentados transformam a realidade regional, eles também são transformados. De certa maneira, é o que Pebayle (1975) já dizia em meados da década de 1970, sobre o difícil encontro de duas sociedades rurais no Rio Grande do Sul.

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. Esses homens [os estancieiros] rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta [...] O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário (PEBAYLE, 1975, p. 3).

Lindner e Medeiros (2013), afirmam ser possível perceber a transformação que vem ocorrendo há quase duas décadas na configuração socioespacial da Campanha Gaúcha, provocada tanto pelo parcelamento do latifúndio pastoril em unidades de produção familiar como pelo encontro de culturas e de saberes que pouco a pouco foram transformando a paisagem.

Chelloti (2003) também destaca esta transformação na paisagem identificada nas novas formas de ocupação e produção da área, pois onde somente existiam grandes propriedades e criação extensiva de gado, surgiram os lotes dos assentados marcados pela presença de suas moradias e pela produção de alimentos. Segundo o autor foi a instalação dos assentamentos rurais que fortaleceu a produção familiar no âmbito regional e por consequência transformou a paisagem.

Portanto, a paisagem dos assentamentos mudou gradativamente a tradicional

paisagem da Campanha Gaúcha em razão das novas práticas agrícolas adotadas e mesmo pela manutenção da agricultura tradicional e convencional, ainda presente nos assentamentos. Esta tradição não constitui nenhum impedimento para o desenvolvimento de práticas agroecológicas, expressão de uma nova relação do agricultor camponês com a natureza, cujo território se constitui em um espaço cultural de identificação, de pertencimento. A sua efetiva apropriação se fortalece com as novas formas de produzir, de organizar, de se relacionar com a natureza, de recuperar seus saberes e de retomar sua autonomia através da produção, da cultura e da organização político-econômico-social marcadas na nova paisagem da Campanha.

De acordo com Claval (1999), a cultura é dinâmica e as populações modificam o meio de acordo com suas necessidades, provocando um enraizamento de seus valores que legitimam suas escolhas e por consequência a paisagem se transforma de acordo com suas preferências, suas aspirações. Destas escolhas dos assentados decorreram ações transformadoras da paisagem que são reflexo da construção de sua identidade no novo território constituído – o território dos assentamentos da Campanha Gaúcha.

Para Gamache, Domon e Jean (2004, p.95):

Talvez se deva levar a uma outra reflexão considerando as potencialidades do território, notadamente aquelas relativos à esfera social da paisagem, muito mais do que insistir unicamente com o determinismo físico e ecológico. Uma nova via será a de considerar as relações do homem com seu ambiente passando pelo equilíbrio das relações no interior das comunidades e investindo nos valores identitários e culturais do meio. A paisagem é profundamente social.

São, pois as potencialidades encontradas no novo território pelos assentados que justificaram suas escolhas associadas aos seus saberes, à sua cultura. Efetivamente foi estabelecida uma nova relação com um ambiente muito diferente da realidade em que viviam, um ambiente estranho no que se refere a suas características físicas. Mas esses assentados se reterritorializaram e esse processo foi acompanhado gradativamente pelas mudanças na paisagem, expressão da relação que estabeleceram com o ambiente. Seus valores identitários e culturais constituíram a base para esta transformação.

Claval (1999) ao afirmar que a memória se sustenta na paisagem, no lugar e nos objetos nos remete em busca das marcas registradas na paisagem e identificadas nas fotografias antigas e recentes, nas falas dos agricultores assentados, no andar pelo território dos assentamentos, na observação.

Paisagem em Tempos Históricos

O instrumento utilizado para identificar as mudanças ocorridas na paisagem da

Campanha Gaúcha foi a fotografia. Buscou-se esse registro da região feito na década de 60 do século XX, pelo geógrafo Raymond Pebayle para que o mesmo se tornasse a base para a compreensão dos tempos históricos da paisagem.

Para tanto buscou-se apoio na afirmação de Coelho (2009, p. 20):

As fotografias nos transportam para outros tempos e nos levam a reconstruir narrativas sobre as formas de interação que uma sociedade constrói na relação com a natureza e na transformação do espaço onde vive. Ao acessar alguns dos múltiplos significados contidos em uma paisagem, abre-se uma porta que permite compreender os diversos processos sociais e culturais impressos como traços e vestígios a serem decifrados.

A porta se abriu através das fotografias de Raymond Pebayle que comparadas as fotografias recentes possibilitaram compreender as transformações na paisagem da Microrregião da Campanha Ocidental.

A paisagem da região, com sua memória viva, se evidencia nas figuras 2 e 3, transcorridos 60 anos. É a imagem dos campos destinados à pecuária extensiva que permanecem tendo como limite o horizonte. Junto com eles permanecem símbolos e tradições como nas figuras 3 e 4, que mostram o gaúcho e seu cavalo, símbolo do enraizamento dos valores culturais.

Figura 2: Campanha Gaúcha, campos e coxilhas, 1960.



Fonte: Pebayle (1974).

Figura 3: Campanha Gaúcha, campos e coxilhas, 2015.



Fonte: NEAG/UFRGS (2015).

A paisagem da Campanha Gaúcha com sua memória viva se evidencia nas figuras 2 e 3, embora tenham transcorrido 60 anos. São os campos destinados à pecuária extensiva que permanecem tendo como limite o horizonte. Junto com eles permanecem símbolos e tradições como na figura 4 que data de 1960 e na figura 5 de 2014, que mostram a presença do gaúcho com seus trajes típicos e seu cavalo, símbolos do enraizamento dos valores culturais da Campanha.

Figura 4: O gaúcho e o cavalo, símbolos da Campanha, 1960.



Fonte: Pebayle (1974).

Figura 5: O gaúcho e o cavalo, símbolos da Campanha, 2014.



Fonte: NEAG/UFRGS (2014).

Nesta comparação das imagens fotográficas é possível mostrar novos usos do território, mudanças ocorridas, preservação de símbolos e de tradições, implantação de novas tecnologias, novas habitações construídas. É a paisagem se transformando, são novos usos para espaços antigos refletindo a dinâmica desta paisagem que é sem dúvida uma paisagem social. Os novos usos dão novos valores ao território, inclusive relacionados ao turismo, acompanhando os valores identitários que permanecem enraizados (figuras 6 e 7).

Figura 6: Pecuária ovina, 1960.



Fonte: Pebayle (1974).

Figura 7: Implantação da vitivinicultura, 2011.



Fonte: NEAG/UFRGS (2011).

A modernização também é uma aspiração do agricultor assentado. Sua produção já não é feita de forma manual (Figura 8), implementos e maquinários são utilizados como forma de otimizar seu tempo na lavoura, de melhorar sua produção e de lhe proporcionar melhores rendimentos (figuras 8 e 9).

Figura 8: Preparação de canais de irrigação em grandes propriedades, 1960



Fonte: Pebayle (1974).

Figura 9: Colheitadeira de arroz no assentamento, 2014.



Fonte: NEAG/UFRGS (2014).

As famílias se reterritorializaram e foram acrescentando novos elementos à paisagem. Elementos modernos que simbolizam seu enraizamento no novo território e sua condição de vida diferente daquela em que viviam as famílias de agricultores agregadas nas grandes fazendas de criação de gado bovino da Campanha Gaúcha (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Moradia das famílias agregadas nas grandes fazendas, 1960.



Fonte: Pebayle (1974).

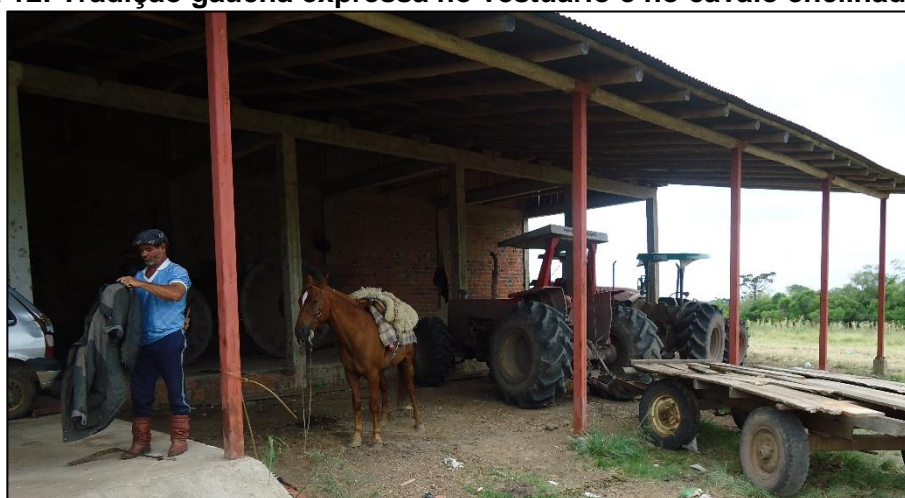
Figura 11: Moradia dos agricultores assentados, 2013.



Fonte: NEAG/UFRGS (2013).

As novas tecnologias relativas à agricultura já são marcas na paisagem que anteriormente era constituída apenas pelo campo e pelo gado. Atualmente já são visíveis os galpões onde são guardados os maquinários utilizados na lavoura dos assentamentos bem como os silos para armazenagem do arroz colhido (figura 13). No entanto, é possível observar que as novas tecnologias se encontram lado a lado da tradição campeira do gaúcho da campanha (figura 12) mostrando que embora sejam incorporados esses novos elementos permanecem as tradições enquanto símbolos da cultura local. São as marcas do passado expressas na tradição.

Figura 12: Tradição gaúcha expressa no vestuário e no cavalo encilhado, 2013.



Fonte: NEAG/UFRGS (2013).

Figura 13: Novos elementos presentes na paisagem dos assentamentos, 2013.

Fonte: NEAG/UFRGS (2013).

A paisagem dos assentamentos se transformou passo a passo com a incorporação de novas práticas agrícolas, de novas tecnologias e de novas alternativas de produção que produzem alimentos saudáveis sem impactar a natureza. A produção de arroz ecológico foi a alternativa encontrada por alguns assentamentos que passaram a produzir de forma sustentável (figura 15). Esses agricultores assentados são, portanto, os sujeitos territoriais inseridos nesta paisagem social em busca de um desenvolvimento sustentável.

Figura 14: Lavoura de arroz na grande propriedade, 1960.

Fonte: Pebayle (1974).

Figura 15: Lavoura de arroz ecológico nos assentamentos, 2014.



Fonte: NEAG/UFRGS (2014).

É a tradição camponesa dessas famílias assentadas que continuam com sua prática de produzir alimentos alterando a imagem da paisagem tradicional da Campanha. São as práticas agroecológicas que expressam uma nova relação do agricultor camponês com a natureza, com o território que é seu espaço cultural de identificação e de pertencimento (figuras 16 e 17).

Figura 16: Horta ecológica nos assentamentos da Campanha Gaúcha, 2015.



Fonte: NEAG/UFRGS (2015).

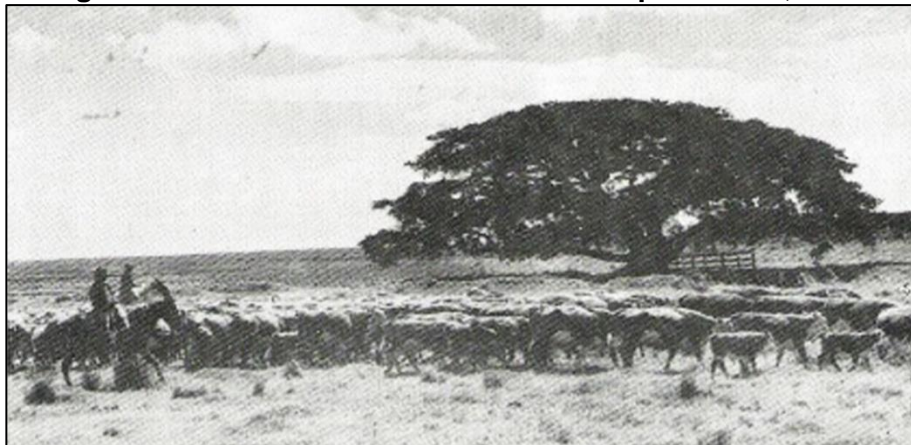
Figura 17: Arroz ecológico nos assentamentos da Campanha Gaúcha, 2015.



Fonte: NEAG/UFRGS (2015).

No entanto, mesmo dentro dos assentamentos as marcas da cultura, da tradição gaúcha permanecem circunscritas na paisagem e são elementos que representam a presença histórica do latifúndio pecuarista (figuras 18 e 19).

Figura 18: Marcas históricas do latifúndio pecuarista, 1960.



Fonte: Pebayle (1974).

Figura 19 – Marcas históricas do latifúndio pecuarista no assentamento, 2014



Fonte: NEAG/UFRGS (2014).

Mas a Campanha Gaúcha se revela e mostra que nas antigas áreas de pecuária extensiva atualmente se desenvolve a fruticultura e a produção de mel. São novos usos do espaço nos assentamentos que vão configurando uma nova paisagem (figuras 20 e 21).

Figura 20: Produção de mel em assentamento da Campanha Gaúcha, 2013.



Fonte: NEAG/UFRGS (2013).

Figura 21: Pomar de frutas em assentamento da Campanha Gaúcha, 2013.



Fonte: NEAG/UFRGS (2013).

Os assentamentos trouxeram novos elementos para compor a paisagem da Campanha Gaúcha, mas a paisagem tradicional ainda existe, resiste e faz parte de sua beleza cênica, com seus campos extensos pontilhados pelo gado bovino que se desloca lentamente, na mesma direção, parecendo não querer abandonar aquele cenário (figura 22). Neste mesmo cenário, símbolos são acrescentados demarcando um novo território, o território dos assentamentos (figura 23). E pouco a pouco, neste território serão produzidos novos símbolos, novas significações, novas identidades. Esses significados, essas estratégias se constituirão em um conjunto de ações que também marcarão a paisagem dos assentamentos.

Figura 22: Paisagem tradicional da Campanha Gaúcha, 2014.



Fonte: NEAG/UFRGS (2014).

Figura 23: Bandeira do MST: símbolo que demarca o território do assentamento, 2014



Fonte: NEAG/UFRGS (2014).

Para Coelho (2009), as imagens possibilitam identificar as mudanças que constituem um somatório de informações, mas que também destacam o que é dominante e será exatamente este traço dominante que fará a “assinatura” da paisagem permitindo que se reconheça a sua especificidade, a sua identidade.

Aos agricultores assentados foi lançado o desafio de reconstruírem sua identidade num novo cenário onde com suas inovações, suas mudanças produzirão novas marcas na paisagem tradicional da campanha demarcando seu novo território.

A partir das imagens de Pebayle (1960) foi possível identificar o que ficou, o que mudou, o que se enraizou e o que inovou na Campanha Gaúcha.

Considerações Finais

A paisagem é um elemento importante na identidade territorial. É a manifestação presente de um processo histórico pelo qual passou a natureza na sua interação com a sociedade. É a sucessão de diferentes formas de utilização de um território que reflete saberes, tecnologias, mudanças, resistências, valores, tradição e cultura.

A compreensão da paisagem é fundamental para se identificar as potencialidades de um território. Este entendimento da paisagem, no entanto não foi pensado antes da instalação dos assentamentos na Região da Campanha, pois os assentados foram compreendendo essa paisagem na medida em que construíam sua identidade com este novo lugar que viria se constituir como seu território. Essa compreensão se fez através de seu olhar para o novo, olhar este carregado de elementos, de saberes, de valores trazidos consigo de seu antigo território. Por essa razão, é que para se territorializar o assentado implantou na realidade da campanha a sua cultura ligada à agricultura sobretudo para a produção de alimentos. Essa prática evoluiu, incorporou novas tecnologias, novos conhecimentos, novas técnicas tanto que este assentado agora se tornou um agricultor que desenvolve suas atividades através de práticas produtivas ecológicas. Evidencia-se assim que na Campanha Gaúcha coexistem territórios distintos que vão desenhando paisagens que refletem saberes, culturas, tradições e valores.

Referências

BERQUE Augustin (Org). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel:ChampVallon,1994.

BONNEMAISON, Joël. **La Géographie Culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S., 2000.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSOA, Vera Lucia Salazar. Assentamentos rurais e as transformações territoriais no Pampa Gaúcho/RS/BR. In: **6ª Bienal Coloquio de Transformaciones Territoriales**, 2006, Santa Fé/AR. 6ª Bienal. Santa Fé/AR: UNL, 2006. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/santafe2006.pdf>>. Acesso em: ago. 2007.

CHOMENKO, Luiza. **Implantação de monoculturas**: O desenvolvimento na metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Ecoagencia, 2006.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.

COELHO, Leticia Castilhos. A paisagem na Fotografia, os rastros da memória nas imagens. In: **GPIT: Grupo de Pesquisa Identidade e Território**. 2009. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/03/castilhos-leticia-a-paisagem-na-fotografia.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

DI MÉO, Guy. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Natha, 1998.

GAMACHE, Nicolas; DOMON, Gérald; JEAN Yves. Pour une compréhension des espaces ruraux: représentations du paysage de territoires français et québécois. In: **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, nº 73, 2004, p. 71-102. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/202429/2/73-71-102.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2014. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: jul. 2017.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **A luta pela terra e a recriação dos espaços de vida de assentados na Campanha Gaúcha**. In: Confins [Online], 19 | 2013. Disponível em:<<http://confins.revues.org/8592>>. Acesso em: nov. 2015.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. El proceso de territorialización de los productores assentados em la campaña gaúcha. In: YangaVillagomez. (Org.). **CEISAL**. Bruxelas: 2009, v. 1.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades** – teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. 1, p. 217-227.

NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lurdes. Região, identidade cultural e regionalismo: a Campanha Gaúcha frente às novas dinâmicas espaciais e seus reflexos na relação campo-cidade. In: **Revista Temas & Matizes**. nº 16 – segundo semestre de 2009. p. 65-96. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/3943>>. Acesso em: nov. 2015.

PÉBAYLE, Raymond. **Eleveurset agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)**. Tese (Doutorado). Université de Paris I – Service de ReproductiodesThèses, Université de Lile III, 1974.

_____. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. In: **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan-dez 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820 – 1821)**. São Paulo: Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1974.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo; Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo, Ed. Contexto, 1991.

Sobre as autoras

Rosa Maria Vieira Medeiros – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978). Mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988). Doutorado em Geografia pela Université de Poitiers (1998) e Pós-doutorado no GREGUM - Université du Maine, França (2008). Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-7189-1902>.

Michele Lindner – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2004). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2007). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro (2011), com período Sanduíche na Universidade de Lisboa (2010). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Professora Adjunta no Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1823-0811>.

Como citar este artigo

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. Os impactos gerados pela instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 202-225, set.-dez., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras **Rosa Maria Vieira Medeiros** e **Michele Lindner**. Ambas desenvolveram as tarefas de aquisição de dados, interpretação, análise, desenvolvimento teórico-conceitual, preparação e redação do manuscrito.

Recebido para publicação em 20 de setembro de 2020.
Aceito para a publicação em 10 de julho de 2021.

Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos Agricultores

Nelson Maria Rosário

Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC-UEM) – Chibuto, Gaza, Moçambique.

e-mail: nemarko17@gmail.com

Resumo

Este artigo buscou analisar e refletir sobre realidade agrária, especificamente da tipologia dos agricultores existentes na região do regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza, Moçambique. Para alcançar aos objetivos preconizados, os procedimentos de pesquisa adotados foram fundamentados na abordagem sistêmica de cunho qualitativo e quantitativo. Atualmente, e com base na pesquisa realizada, identificou-se na região do regadio do Baixo Limpopo a existência de quatro (4) grandes tipos de agricultores, nomeadamente os Agricultores do Setor Familiar; Agricultores Autônomos; Agricultores Emergentes e Empresas Agrícolas Privadas. A diferenciação social dos agricultores do regadio do Baixo Limpopo pode ser explicada por pelo menos três condicionantes. A primeira delas é o acesso à terra, que determina as áreas exploráveis por unidade de produção familiar e, por conseguinte, a produção e o rendimento disponível da família. A segunda condicionante é o acesso aos meios de produção, a variável mais importante e que mais determina as diferenças observadas entre os agricultores. Por fim, mas não menos importante, é a capacidade de mobilização da força de trabalho dos agricultores locais.

Palavras Chaves: Agricultura; tipologia de agricultores e regadio do Baixo Limpopo.

Agriculture in irrigation from the Lower Limpopo, Gaza, Mozambique: a brief analysis and reflection on the typology of Farmers

Abstract

This article sought to analyze and reflect on agrarian reality, specifically the type of farmers existing in the Lower Limpopo irrigation region, Gaza province, Mozambique. In order to achieve the recommended objectives, the research procedures adopted were based on a qualitative and quantitative systemic approach. Currently, and based on the research carried out, the existence of four (4) large types of farmers has been identified in the Baixo Limpopo irrigated region, namely the Family Sector Farmers; Autonomous Farmers; Emerging Farmers and Private Agricultural Companies. The social differentiation of farmers in the Baixo Limpopo irrigation system can be explained by at least three conditions. The first is access to land, which determines the exploitable areas per family production unit and, therefore, the family's production and disposable income. The second constraint is access to the means of production, the most important variable and which most determines the differences observed between farmers. Last, but not least, is the ability to mobilize the workforce of local farmers.

Keywords: Agriculture; typology of farmers and irrigation in the Lower Limpopo.

Agricultura en regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Mozambique: breve análisis y reflexión sobre la tipología de los Agricultores

Resumen

Este artículo buscaba analizar y reflexionar sobre la realidad agraria, específicamente el tipo de agricultores existentes en la región irrigada del Bajo Limpopo, provincia de Gaza, Mozambique. Para lograr los objetivos recomendados, los procedimientos de investigación adoptados se basaron en un enfoque sistémico cualitativo y cuantitativo. Actualmente, y en base a la investigación realizada, se ha identificado la existencia de cuatro (4) grandes tipos de agricultores en la región irrigada de Baixo Limpopo, a saber, los Agricultores del Sector Familiar; Agricultores autónomos; Agricultores emergentes y empresas agrícolas privadas. La diferenciación social de los agricultores en el sistema de riego de Baixo Limpopo puede explicarse por al menos tres condiciones. El primero es el acceso a la tierra, que determina las áreas explotables por unidad de producción familiar y, por lo tanto, la producción familiar y el ingreso disponible. La segunda restricción es el acceso a los medios de producción, la variable más importante y que más determina las diferencias observadas entre los agricultores. Por último, pero no menos importante, está la capacidad de movilizar la fuerza laboral de los agricultores locales.

Palabras clave: Agricultura; tipología de agricultores y riego del Bajo Limpopo.

Introdução

O presente estudo trata de analisar e refletir sobre a tipologia de agricultores da região do regadio do Baixo Limpopo, Gaza/Moçambique, onde a principal atividade econômica, como no resto do país, é a agricultura. Devido às condições agroecológicas que a região do Baixo Limpopo apresenta, foi construído na década 1950, pelo Governo Colonial Português o regadio do Baixo Limpopo (considerado um dos maiores sistemas de irrigação da região). Este regadio foi implantado com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola na região e permitir o estabelecimento da agricultura comercial em Gaza.

A agricultura predominante na província de Gaza é de sequeiro onde os produtores fazem as lavouras e sementeiras á medida em que se regista precipitação no início de cada época. A maioria dos produtores usa sementes não melhoradas provenientes das suas produções. A maioria das famílias pratica agricultura de subsistência onde a principal finalidade é garantir a segurança alimentar.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Para além da parte introdutória, na primeira é referente os procedimentos metodológicos usados para a concepção do trabalho. A seção dois faz uma breve caracterização da agricultura moçambicana. A terceira seção apresenta o cenário da agricultura na província de Gaza. A quarta seção é dedicada a descrição da tipologia de agricultores existentes na região do regadio do baixo Limpopo. A última seção apresenta uma breve reflexão sobre a diversidade de agricultores existentes no regadio. E por fim, faz-se as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

A agricultura no Regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: Uma Breve Análise e Reflexão Sobre a Tipologia dos Agricultores adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa descritiva, empregando-se o estudo de caso. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foram selecionados a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu em obter informação a partir de material já publicado em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e planos do Governo de Moçambique.

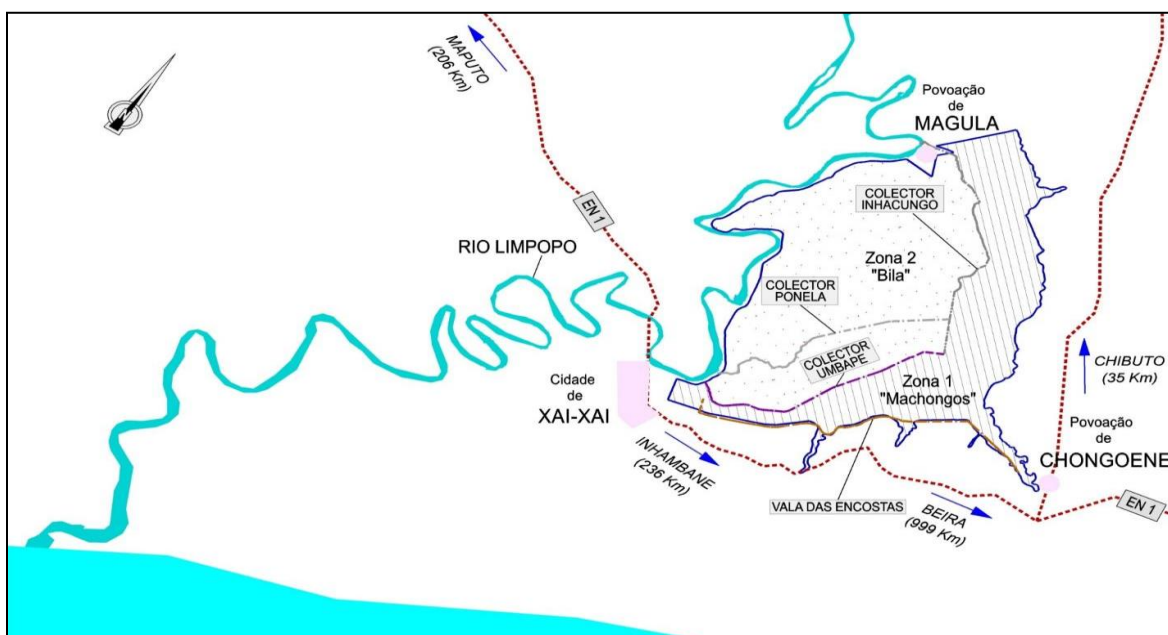
A abordagem quantitativa permitiu caracterizar e tipificar os agricultores da região do regadio do Baixo Limpopo em diferentes tipos de unidades de produção agrícola (UPAs), segundo o sistema de produção (sistemas de cultivo, de criação e atividades de transformação), bem como segundo o sistema social.

A coleta de dados foi com base em questionários (com questões de vertente quantitativas) feitas aos agricultores da UPA. Para a análise dos dados e de forma a sumarizar os dados coletados, recorreu-se a utilização de tabelas produzidos com recurso ao pacote Microsoft Excel - versão 2010. O mesmo pacote serviu também de ferramenta para análise e interpretação da respectiva informação bruta, a fim de obter algumas estatísticas que ajudaram a retirar conclusões do trabalho.

Na abordagem qualitativa para além da pesquisa bibliográfica e documental utilizou-se a observação, o que implicou em visitas aos vários campos de produção existentes no regadio do Baixo Limpopo, ao bloco de drenagem onde os agricultores familiares praticam as suas atividades bem como ao projeto Wanbao, que ocupa parte considerável dos hectares referentes ao bloco de irrigação, contatos com as pessoas-chaves indicadas pelos próprios sujeitos da pesquisa, participação em eventos locais como oficinas, reuniões com os líderes comunitários etc. Importa referir que a observação foi direta e participante.

Para o presente estudo, foram considerados sujeito da pesquisa os agricultores que exercem as suas atividades dentro do perímetro do regadio do Baixo Limpopo (figura 1). Portanto, foram inquiridos cinquenta e seis (56) pequenos agricultores do setor familiar que ainda não se beneficiaram do programa de transferência de tecnologias filiados as Casas Agrárias, nomeadamente seis (6) agricultores pertencentes a Casa Agrária de Chongoene, sete (7) agricultores afetos a Casa Agrária de Nhancutse, sete (7) agricultores da Casa Agrária de Inhamissa, sete (7) agricultores da Casa Agrária do Siaia e por fim sete (7) agricultores pertencentes a Casa Agrária de Nhampondzoene.

Figura 1: Mapa de localização do Regadio do Baixo Limpopo.



Fonte: RBL-EP (2018).

Além dos agricultores do setor familiar que ainda não se beneficiaram do programa da transferência de tecnologia providenciada pela Wanbao, constituíram também como sujeitos da pesquisa, seis (6) agricultores considerados emergentes e pertencentes à associação dos Agricultores Regantes do Baixo Limpopo (Arpone), e sete (7) agricultores do setor familiar que já se beneficiaram do programa de transferência de tecnologia agrícola do projeto Wanbao, a esses, juntam-se dez (10) agricultores que exercem as suas atividades de forma individual ou autônoma no regadio, assim totalizando 79 agricultores detentores de explorações agrícolas dentro da área do regadio do Baixo Limpopo.

Agricultura em Moçambique

Moçambique desfruta de uma abundância de terra, água e luz solar, tipicamente oriunda dos climas tropicais. Possui igualmente uma localização vantajosa em relação aos mercados regionais e rotas marítimas para a Ásia e Europa; Uma abundância de mão de obra barata; e uma variedade de zonas climáticas proporcionando condições favoráveis para o cultivo de muitos tipos de produtos e em épocas de alta de mercado. As oportunidades parecem enormes, desde a expansão de produtos tradicionais como o milho, açúcar, algodão, caju e coco, até ao desenvolvimento de novas culturas de rendimento, tais como os biocombustíveis, frutas e horticulturas, entre outros.

Por estas razões que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-USAID (2008) afirma que o setor da agricultura em Moçambique deveria ser

um forte polo de atração do investimento nacional e estrangeiro se o ambiente de negócios fosse favorável. No entanto, persistem ainda sérios obstáculos para o sucesso, tal como evidencia a fraca capacidade do país atrair grandes investimentos para agricultura e agro indústria, assim como o papel limitado da agricultura comercial em relação ao setor familiar.

Sitoe (2005) destaca os aspectos negativos da localização geográfica que faz com que o país seja suscetível aos desastres naturais (principalmente secas, cheias e ciclones) e à falta de aproveitamento integral das condições que apresenta para a produção agrícola, como sendo motivo para ainda investir em tecnologias que visam o aproveitamento da água para a irrigação, como parte de uma estratégia global de desenvolvimento do setor agrícola.

Não se justifica que com tantos recursos hídricos, o país não possa aproveitar a capacidade de explorar esses recursos em benefício da sua população e do país; o efeito das calamidades naturais no país, ainda não está suficientemente entendido como uma questão endógena do processo de desenvolvimento, que precisa de soluções douradoras, de médio e longo prazo; não se pode continuamente andar a correr com água atrás do fogo, como se bombeiros se tratassem (SITOE, 2005, p. 1).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO (s/d), a agricultura em Moçambique está fortemente bipolarizada, dividida entre 3,2 milhões de pequenos agricultores que produzem 95% da contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB), e cerca de 400 agricultores comerciais que produzem os restantes 5%. A agricultura é praticada em menos de 10% da terra arável, em condições de sequeiro (apenas 3% da terra arável é irrigada) e, em grande parte, em áreas propensas a cheias e secas frequentes.

Para Nijhoff (2014), a agricultura é o principal setor na economia moçambicana, contribuindo com um quarto do PIB e empregando cerca de 80% da força de trabalho. Assim, a agricultura oferece uma abrangência considerável para estreitar as disparidades de rendimentos persistentes entre as áreas rurais e urbanas, e reduzir a pobreza em regiões que têm beneficiado pouco dos ganhos económicos dos últimos anos.

Apesar de a agricultura ser o principal setor da economia moçambicana e absorver 80% da população ativa do país, ela ainda não cumpre o papel que lhe é definido na constituição da República¹ e nos vários programas e estratégias do Governo de Moçambique. A este respeito, o Observatório do Meio Rural (2016) afirma: (1) o país continua importando uma elevada percentagem dos alimentos, não cumprindo assim a primeira função que é o do abastecimento do povo e da satisfação da procura (o milho e a mandioca são exceções). Os níveis de subnutrição, fome e instabilidade alimentar

¹ Na República de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento nacional. O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país, Artigo nº 103, Constituição da República (2004).

comprovam esta afirmação; (2) Alguns dos bens que poderiam constituir matérias-primas para a indústria nacional baixaram significativamente de produção; a produção do açúcar, do algodão e do tabaco atingiram níveis elevados de produção, mas, com exceção do açúcar, são basicamente exportados; neste ponto deve se considerar o colapso da indústria têxtil, entre outras. Assim sendo, não se cumpre a segunda função definida, que era o abastecimento de matérias-primas à indústria nacional; e, (3) a balança comercial agrícola e a alimentar em particular, é crescentemente negativa; a terceira função, a de contribuir positivamente para a balança de pagamento não está sendo concretizada.

Ainda segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO (s/d), a dificuldade de acesso ao crédito e aos mercados, a fraca utilização de insumos melhorados, o predomínio da agricultura de sequeiro e a elevada dependência da importação de produtos alimentares, fazem da agricultura um setor muito vulnerável. A produtividade das culturas tem-se mantido baixa por causa da fraca opção de tecnologias modernas de produção (apenas 5-10% dos agricultores usam sementes melhoradas, 5% usa fertilizantes, a média de uso de fertilizantes em 2008 foi de 5,3 kg/ha, e 10% usa tração animal), o acesso limitado a incentivos financeiros, e o fraco acesso a mercados para colocação dos produtos e a cadeias de valor.

Cunguara e Moder (2011) alinham pelo mesmo diapasão quando afirmam que a baixa produtividade agrícola está relacionada a vários fatores, tais como: distribuição irregular das chuvas², baixo uso de tecnologias melhoradas, precário estado das infraestruturas rodoviárias, principalmente a fraca ligação entre o Sul e o Norte do país, e relativamente poucos investimentos na agricultura.

Para o FMI (2014), Moçambique permanece um importador líquido de gêneros alimentícios para fornecer os centros urbanos. A produção de milho cresceu apenas 3,5% ao ano de 2005/06 a 2010/11 e de mandioca 2,5%, apenas o suficiente para acompanhar o ritmo do crescimento populacional anual de 2,7% de Moçambique. O crescimento na produtividade de produtos alimentares essenciais tem sido baixo, e as produções de arroz, milho, mandioca e batata-doce estão entre as mais baixas da região.

“O setor agrícola é composto por quatro tipos abrangentes de empresas: 1) agricultores de subsistência em pequena escala; 2) Agricultores de pequena e grande escala com ligação a mercados; 3) Empresas de agronegócios verticalmente integradas (com esquemas de funcionamento com produtores sob contrato); e 4) prestadores de serviços de agronegócios (fornecedores de meios de produção, agregadores). Desenvolver o setor agrícola irá exigir a integração do primeiro grupo e mais do segundo grupo em cadeias de valor que são conduzidas pela procura e incentivadas por empresas de

²As chuvas no ambiente tropical são naturalmente concentradas em um período do ano, inclusive com a definição da sazonalidade. E para este caso específico, a questão climática não é necessariamente um empecilho, a questão é fundamentalmente tecnológica e de soberania alimentar.

agronegócios (o terceiro e quarto grupos). Estes diferentes participantes enfrentam condicionalismos diferentes e requerem diferentes tipos de apoio” (NIJHOFF, 2014, p. 77).

No que concerne ao apoio para o setor referido por Nijhoff (2014), Siteo (2014) afirma que os serviços de extensão ainda são limitados em Moçambique, de um total de 128 distritos no país, apenas 55 estão cobertos com os serviços públicos de extensão; Apesar do reforço que estes serviços recebem da contribuição das organizações não governamentais, a sua cobertura ainda é relativamente fraca. Segundo o Trabalho do Inquérito Agrícola-TIA (2002), o número total de extensionistas dos serviços públicos é de 485, enquanto a rede de extensão das ONG's é composta por 350 extensionistas.

Nijhoff (2014) afirma ainda que o setor agrícola moçambicano registrou um forte crescimento ao longo das duas últimas décadas e existem oportunidades para um maior desenvolvimento significativo. Está em curso uma transformação agrícola com base no investimento privado e na introdução gradual de modelos comerciais. O crescente número de agricultores e empresários de agronegócios emergentes em Moçambique, têm o potencial de participar em cadeias de produtos de base produtivas que irão gerar rendimentos superiores para as explorações agrícolas, ao mesmo tempo que se constrói uma base de produção agrícola capaz de competir em mercados internacionais.

Um dos exemplos de transformação agrícola moçambicana é a entrada do investimento externo na atividade. O exemplo é a cooperação existente no setor da agricultura entre a China e Moçambique, na qual uma empresa privada chinesa (Wanbao) investiu em agricultura na província de Gaza. A Empresa Wanbao entrou em Moçambique em 2011, dedicando-se a desenvolver uma cadeia de produção, processamento e venda de alimentos. O governo da província de Gaza decidiu doar 20 mil hectares para a empresa Wanbao promover o desenvolvimento agrícola local. Um outro projeto, que ainda não está em fase de implementação, que poderá dinamizar a atividade é o Prosavana³.

Se a economia mineira e do gás⁴ de Moçambique for bem gerida, poderá representar uma oportunidade para fazer desenvolver o setor agrícola e reduzir a pobreza, fornecendo, em particular, rendimento para o desenvolvimento e impulsionando a procura de produtos pelo consumidor. A procura de alimentos, especialmente produtos mais valorizados como produtos hortícolas e de origem animal, irá aumentar à medida que os rendimentos aumentam. As mudanças nas preferências do consumidor associadas à

³ Segundo a Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique (CCIABM), o projeto ProSavana está sendo realizado a partir da cooperação trilateral entre os governos do Brasil, Japão e Moçambique. O projeto é desenvolvido de acordo com as mesmas técnicas utilizadas no programa PRODECER, no cerrado brasileiro.

⁴ Por outras palavras que dizer que, se os ganhos provenientes da exploração dos recursos energéticos (carvão e gás) forem bem gerido pelo Estado moçambicano, isso pode promover o desenvolvimento da actividade agrícola e ajudar na redução da pobreza.

urbanização e riqueza irão aumentar, no geral, a procura de alimentos, bem como a procura de alimentos processados (NIJHOFF, 2014, p. 79).

Diante do exposto se sintetiza a agricultura moçambicana da seguinte forma: o país é essencialmente agrário, o que faz com que a maioria da sua população se dedique à agricultura e pecuária. A produção agrícola é realizada por dois setores: o empresarial e o familiar. Em Moçambique a maior percentagem da população vive na zona rural, dedicando-se exclusivamente à agricultura familiar caracterizada por pequenas propriedades que cultivam menos de 4 ha. É uma agricultura feita em moldes tradicionais, onde o uso de insumos modernos e da mecanização é bastante fraco e falta de financiamento é um dos problemas enfrentados por esses agricultores. Este setor detém a maioria das unidades agrícolas existentes no país. Para estes, a agricultura constitui a principal fonte de alimento e renda das famílias, tendo em alguns casos um pequeno excedente para venda. Por sua vez, o setor empresarial é constituído na sua maioria por firmas estrangeiras, ocupando grandes propriedades, cultivando essencialmente para a comercialização. São projetos agrícolas de grande escala, onde a mecanização agrícola se destaca e desenvolvimento das atividades com financiamento externo ou estrangeiro.

Situação da agricultura na província de Gaza

Segundo a Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar (DPASA, 2016), a província de Gaza é essencialmente agrária, com cerca de 90% da sua população a dedicar-se à atividade agrária, basicamente de pequena escala. Na província de Gaza existem um total de 216.736 explorações agropecuárias, tais explorações são constituídas em pequenas, médias e grandes explorações (INE, 2009).

O Instituto Nacional de Estatística-INE (2011) classifica em pequenas, médias e grandes explorações baseando-se em área da terra sob cultivo de culturas anuais e permanentes e número de efetivos de espécies pecuárias. Também, para a classificação das explorações, leva-se em conta fatores tais como o uso da rega, prática de horticultura e fruticultura. Veja no quadro abaixo (tabela 1) os critérios que o Censo Agro-Pecuário (CAP) usa para classificar as explorações agrícolas em Moçambique.

Tabela 1: Critérios para a classificação de explorações agrícolas em Moçambique.

Fatores	Parâmetro 1	Parâmetro 2
Área cultivada não irrigada (ha) ⁵	10	50
Área cultivada irrigada, pomares em produção, plantações, hortícolas, floriculturas	5	10

⁵ Área cultivada compreende a área com culturas anuais, permanentes, área em pousio parcial e com pastagens cultivadas, não incluindo área com pastagem natural.

(ha) ⁶		
Número de cabeça de gado Bovino	10	100
Número de caprinos, ovinos e suínos	50	500
Número de aves ⁷	2.000	10.000

Fonte: INE (2011).

Assim sendo, com base nos critérios do quadro acima, o INE (2011) estabeleceu a seguinte classificação de explorações agrícolas para Moçambique: (a) Pequena Exploração: se todos os fatores forem menores que o parâmetro 1; (b) Média Exploração: se um fator for maior ou igual aos valores do parâmetro 1 e menor que os valores do parâmetro 2; (c) Grande Exploração: se no mínimo um fator for maior ou igual aos valores do parâmetro 2.

Nos casos em que a exploração tenha simultaneamente atividade agropecuária e atividade aquícola, a exploração será classificada de acordo com o critério estabelecido para as explorações agropecuárias. Por sua vez, na situação em que a exploração é apenas aquícola, são consideradas grandes explorações as explorações comerciais, com mais de 5 hectares e uma produção de 100 toneladas por ano. Considera-se pequena exploração aquícola aquela que tem menos de 5 hectares. Não existe critério a priori para distinção de médias explorações aquícolas (INE, 2011, p. 10-11).

Portanto, do total de explorações existentes na província de Gaza, 211.067 são de pequenas dimensões, 5.516 são médias e 188 são de grandes dimensões. A área total cultivada é de 361.013 ha (Tabela 2).

Tabela 2: Número de explorações, área cultivada em diferentes tipos de UPA, segundo o tamanho que utilizam, meios de motomecanização e irrigação na província de Gaza, 2010.

Dimensões	Nº Explorações	Área Cultivada	Motomecanização	Irrigação
Pequenas	211.067	337.233 ha	58.271	11.963
Médias	5.516	20.131 ha	4.563	628
Grandes	188	3.649 ha	182	73
Total	216.771	361.013 ha	63.016	12.664

Fonte: INE (2011).

Os resultados da tabela acima mostram claramente que na província de Gaza, a atividade agrícola é ou continua a ser feita, na sua maioria, pelo setor familiar, que devido às inúmeras dificuldades que tem enfrentando, aliadas aos tipos de meios e técnicas que usam para a produção agrícola, é obrigado a produzir em pequenas parcelas. Ainda, os dados da

⁶ Para os casos das árvores de frutas e fruteiras novas ou em produção dispersa, a sua classificação obedece à seguinte distribuição: a) Se o nº de árvores for de 1 até 149, deve ser considerada pequena exploração; b) Se o nº de árvores for de 150 a 2000 árvores, deve ser considerada média exploração.

⁷ Em relação às aves, a exploração, para ser considerada média ou grande, deve ter exercido a atividade de forma contínua, pelo menos nos últimos 6 meses.

tabela ilustram que o uso da motomecanização ainda é baixo (cerca de ¼). Os mesmos resultados validam o estudo de Mosca (2014) quando afirma que a agricultura familiar constitui a atividade econômica que ocupa grande parte da população, constituídas, essencialmente, por pequenas explorações. Das 216.771 explorações existentes apenas 29,1% (63.016) usam meios de motomecanização nas suas explorações (INE, 2011).

No que concerne aos meios e fatores de produção utilizados pelos agricultores da província de Gaza e segundo o INE (2011), somente 12.664 explorações de pequenas, médias e grandes dimensões utilizam a irrigação em suas atividades produtivas. A pouca importância da irrigação nas explorações agrícolas é contraditória com a riqueza hídrica que a província detém.

O uso de insumos de produção na província ainda é baixo, o que favorece a baixa de produção de muitos agricultores que continuam exercendo as suas atividades nos moldes tradicionais. Os dados mostram que apenas 4.739 explorações agrícolas na província utilizam fertilizantes químicos nos seus processos produtivos (INE, 2011).

Outro fator ou aspecto importante que tem influenciado negativamente na produção agrícola na província é a falta de financiamento da atividade, principalmente aos agricultores do setor familiar. Os dados do INE mostram que das 216.736 explorações agrícolas existentes na província, apenas 5.282 explorações já se beneficiaram ou tiveram acesso ao crédito para a prática agrícola (INE, 2011).

No geral, os resultados acima permitem afirmar que estamos perante a uma agricultura de baixa à média intensidade, de uso de fatores e meios de produção que implementa, principalmente, dois tipos de sistemas de produção, de sequeiro e o do regadio (Quadro 1).

Quadro 1: Sistemas de produção colocados em prática pelos agricultores da província de Gaza.

Sistemas de Sequeiro	Sistemas de Regadio
<ul style="list-style-type: none">• Culturas de sequeiro de baixa exportação/productividade;• Pastagens (naturais ou melhoradas);• Agro-silvicultura (espécies indígenas ou exóticas),	<ul style="list-style-type: none">• Monocultura de arroz irrigado nos solos mais pesados e mal drenados;• Policultura de plantas de ciclo curto a médio, incluindo cereais e hortícolas

Fonte: Trabalho de campo (2018/2019).

As culturas mais importantes para a província de Gaza são o arroz, as hortícolas e o cajueiro. Para além desses cultivos, o milho, o feijão, a batata doce, a mandioca, o amendoim e o algodão são outras culturas mais recorrentemente produzidas pelos agricultores da província.

Nesse sentido, investimentos públicos em irrigação, logística e novas técnicas de cultivo, assim como o financiamento ou acesso ao crédito agrícola pelos agricultores deverão ser os eixos estratégicos que o governo de Moçambique deverá explorar no futuro, para desenvolver e modernizar o setor agrícola. Isso vai ao acordo com o pensamento de Mazoyer (2010) quando fala da necessidade de políticas nacionais de proteção e de desenvolvimento da economia camponesa pobre. Conforme o autor,

É preciso que essa agricultura tenha efetivamente acesso à terra, ao crédito, às instalações hidráulicas suficientes e em bom estado, e aos resultados de pesquisa apropriados a suas necessidades. Será preciso, ainda, que ela se beneficie de uma estabilidade dos preços e de uma segurança fundiária suficientes para ter a certeza que colherá os frutos do seu trabalho e de seus investimentos. Será preciso, ainda, que a renda dessa agricultura não seja erodida pelos custos de transformação e de comercialização exorbitantes ou por encargos fundiários, impostos ou taxas exageradas (MAZOYER, 2010, p. 545).

Para Benfica (2012), a adoção de tecnologias melhoradas pode ter um efeito considerável nas rendas rurais, sempre e quando outros recursos também estejam disponíveis, tais como mão de obra, irrigação e tecnologias de conservação do meio ambiente. Infelizmente, a escassez de financiamento rural tem dificultado a adoção dessas tecnologias por grupos mais numerosos de agricultores, o que se agravou recentemente em função dos substanciais aumentos de preço dos fertilizantes químicos.

Já, Castel Branco (2008) considera que esta situação demonstra a necessidade de uma abordagem estratégica, bem como de potenciar a articulação das atividades agrícolas com a indústria e os serviços, designadamente nas áreas dos transportes e logística. “Para ter agricultura, temos que ter alguma indústria e para ter alguma indústria temos que ter agricultura. Para a agricultura e a indústria se ligarem, eu tenho que ter transporte, estrada de ferro, barco, rodovias, armazém e carro. É preciso ter um sentido estratégico” (CASTEL BRANCO, 2008, p. 13).

A partir do exposto, pode-se compreender o impacto que o limitado acesso ao crédito, assistência técnica, insumos de produção e acesso ao mercado ou comercialização tem na produtividade agrícola dos agricultores locais. A reduzida alocação de recursos públicos para a agricultura, principalmente para a agricultura familiar, e a deficiente atratividade desta para receber os investimentos privados, trazem fragilidades às instituições públicas de prestação de serviços à agricultura (venda de insumos, mecanização, assistência técnica, manutenção de infraestruturas produtivas, por exemplo, de regadios e de comercialização). Esses aspectos colocam os pequenos produtores em situações que dificultam a realização e a venda da produção, para a inovação e modernização dos

sistemas de produção e conseqüente transformação estrutural dos agricultores do setor familiar que têm a agricultura como a principal fonte geradora de rendimentos.

Todavia, havendo facilidades no acesso pelos agricultores aos meios e fatores de produção, observa-se o que Mosca (2014) considera uma profunda transformação da atividade agrária.

Haveria, então, uma maior intensificação da agricultura com o fator capital; maior integração da agricultura nos mercados; aquisição de mais conhecimento e domínio técnico por parte dos agricultores através da aplicação dos resultados da investigação e da extensão rural, melhores infraestruturas produtivas e mais e melhores serviços aos produtores.

Por último, se forem postas em prática as ideias de Mosca (2014), a produção e produtividade dos agricultores aumentará e, conseqüentemente, poderá permitir a muitos agricultores uma mudança do sistema de produção, tornando, desse modo, o regadio e a província uma região de grande produção de alimentos e de referência agrícola.

A tipologia dos agricultores

Por meio da pesquisa de campo, foram identificados quatro (4) grandes grupos ou tipos de agricultores (Quadro 2).

Quadro 2: Tipologia dos agricultores da região do Regadio do Baixo Limpopo.

Tipo	Especificação
Tipo 1	Agricultor do Setor Familiar organizado por Casas Agrárias
Tipo 2	Agricultor do Setor Familiar Autônomo
Tipo 3	Agricultores Emergentes
Tipo 3A	Agricultores Emergentes Beneficiários da Transferência de Tecnologia
Tipo 3B	Agricultores Emergentes não Beneficiário da Transferência de Tecnologia
Tipo 4	Empresas Agrícolas Privadas

Fonte: Trabalho de Campo (2018/2019)

Tipo 1: Agricultor do setor familiar organizado por casas agrárias

As unidades de produção agrícola Tipo 1, “Agricultor do Setor Familiar Organizado por Casas Agrárias”, localizam-se no “bloco de drenagem”, nomeadamente os blocos de Inhacutse, Poiombo, Siaia, Nhocoene, Chongoene, Fidel Castro ou Nhampondzuene e Inhamissa. São nesses blocos acima mencionados em que se localizam as sete Casas Agrárias existentes no regadio do Baixo Limpopo.

O perfil Tipo 1 perfaz mais de um terço do total de agricultores que desenvolvem atividade agrária no regadio do Baixo Limpopo. Esta categoria (tipo 1) representa 70,8 % do total dos agricultores entrevistados que exercem as suas atividades dentro do perímetro irrigado. Todos os agricultores pertencentes a essa categoria possuem as suas habitações nas áreas de cultivo ou nas redondezas das suas machambas.

Os dados obtidos mostram mais uma vez que são as mulheres que constituem a base de trabalho nessas unidades agrícolas. Desse modo, 64,29% dos agricultores entrevistados são do sexo feminino, e 35,71% do sexo masculino (Pesquisa de campo, 2018/2019). No que concerne à composição familiar, importa mencionar que as famílias são compostas em média por oito pessoas e no seio dessas famílias os principais níveis de escolaridade são o primário e básico.

Geralmente, a agricultura é a principal fonte de renda, pois aproximadamente 93% dos agricultores entrevistados afirmaram ter a atividade agrícola como a principal fonte de renda. As demais formas de renda são pouco relevantes, pois alcançam menos de 8% dos agricultores entrevistados.

O sistema de produção está baseado em uma agricultura mais tradicional e com irrigação feita de forma manual por canais e drenagens, destinado, essencialmente, para a sua subsistência, com uso de meios e instrumentos rudimentares (em que a enxada é o principal instrumento usado) e com baixo uso de insumos industriais (adubos e fertilizantes).

Uma das características desta tipologia de agricultores que salta aos olhos é o fato de as suas unidades de produção serem constituídas, na sua maioria, por 0,5 ha em média, ou seja, dispõem de pequenas áreas de lavoura e para a criação de gado (pastagem). A criação de gado é realizada em áreas ou terras ociosas fora das unidades de produção (“machambas”), mas pertencentes ao Regadio do Baixo Limpopo e também, às vezes, usam a serra e a planície moçambicana para a pastagem.

As hortícolas e os cereais são os principais cultivos destacando-se, em especial, o milho, o feijão, a mandioca, o amendoim, a batata doce, a couve, a alface, o tomate e a cebola. A finalidade principal da produção é o autoconsumo, mas, no caso de excedentes, acabam por vender alguns produtos para comerciantes locais e para a comunidade local.

Quanto aos apoios prestados pelo governo para a realização das suas atividades, 51,7% dos agricultores nunca tiveram apoio ou assistência do governo, apenas 48,3% afirmam ter tido algum apoio do governo com o fornecimento de sementes melhoradas e prestação de assistência técnica por meio dos serviços de extensionistas públicos. E no que concerne aos financiamentos recebidos para o desenvolvimento das suas atividades, 92,86% dos agricultores nunca receberam qualquer tipo de financiamento, apenas 7,14% disseram já terem recebido algum financiamento para as suas atividades, financiamentos

esses, provenientes de alguns amigos e familiares, bem como de algumas organizações não governamentais.

Tipo 2: Agricultor do setor familiar autônomo

As unidades de produção agrícola do Tipo 2, “Agricultor do Setor Familiar Autônomo”, localizam-se, também, no “bloco de drenagem”. Essa categoria representa 12,6% do total dos agricultores entrevistados que exercem as suas atividades dentro do regadio do Baixo Limpopo.

Para essa categoria, os dados já mostram um equilíbrio em termos de gênero, apesar de se reconhecer o papel que as mulheres desempenham nas unidades agrícolas. Assim sendo, 50% dos agricultores familiares autônomos entrevistados são do sexo feminino (Pesquisa de campo, 2018/2019). No que concerne à composição familiar, importa referir que as famílias são compostas em média por sete pessoas e, no seio dessas famílias, o nível primário é o principal nível de escolaridade existente.

A agricultura é a principal fonte de renda, pois todos (100%) os agricultores familiares autônomos entrevistados afirmaram ter na atividade agrícola a principal fonte de renda. O sistema de produção dessa categoria também está baseado em uma agricultura tradicional, com irrigação realizada de forma manual e por canais e drenagens. A produção agrícola é destinada essencialmente para a sua subsistência, com uso de meios e instrumentos rudimentares (em que a enxada é o principal instrumento usado) e com uso intermediário de insumos industriais (adubos e fertilizantes).

Esse tipo de agricultor destaca-se pelo fato de suas unidades de produção possuírem na sua maioria por 1ha em média, ou seja, dispõem de pequenas áreas para a lavoura e para a criação de gado (pastagem). As hortícolas e os grãos são os principais cultivos dos agricultores do setor familiar autônomos. É nesse sentido que o milho, a couve, o repolho, o feijão, a alface e a cenoura constituem principais culturas. A finalidade principal da produção dessas culturas é o autoconsumo, mas, no caso de excedentes, acabam por vender alguns produtos para comerciantes locais e para a comunidade local.

Quanto ao apoio prestado pelo governo à realização das suas atividades, 80% dos agricultores entrevistados afirmaram que nunca tiveram apoio ou assistência, somente 20% dizem ter tido algum apoio, em especial com sementes melhoradas e assistência técnica por meio dos serviços de extensionistas públicos. No que concerne aos financiamentos recebidos para o desenvolvimento das suas atividades, todos os agricultores entrevistados afirmaram que nunca receberam qualquer tipo de financiamento para desenvolverem as suas atividades.

Tipo 3: Agricultor emergente

O Tipo Agricultor Emergente compreende todos aqueles existentes no regadio do Baixo Limpopo que se encontram em um estágio relativamente avançado em termos de acesso aos fatores de produção (quando comparado com os Tipos 1 e 2). São agricultores que já apostam em alguma inovação na atividade agrícola, em especial, com a utilização parcial da mecanização agrícola.

No que tange ao componente transferência de tecnologia, deve-se, aqui, ressaltar que temos duas situações distintas, a saber: Agricultores Emergentes produtores de arroz, beneficiários do programa de transferência de tecnologia (Tipo 3A), e Agricultores Emergentes produtores de arroz não beneficiários do programa de transferência de tecnologia (Tipo 3B).

Tipo 3A: Agricultor emergente beneficiário do programa transferência de tecnologia

As unidades de produção agrícola Tipo 3A localizam-se no “bloco de irrigação”, para implementação do programa de transferência de tecnologia, e suas próprias “machambas” localizam-se no “bloco de drenagem”. Esta categoria representa 8,8% do total dos agricultores entrevistados que exercem as suas atividades dentro do regadio do Baixo Limpopo.

A principal especificidade que os diferencia dos demais tipos de agricultores ou categorias existentes é o fato de que esses agricultores, para além de se beneficiar de uma área de produção agrícola para a implementação do programa de transferência de tecnologia fornecida pelos chineses da Wanbao, possuem as suas próprias áreas de produção agrícola, onde exercem as suas atividades principalmente na época do defeso da produção do arroz.

Dos agricultores entrevistados pertencentes a essa categoria, 57,2% são do sexo feminino e os restantes, 42,8%, do sexo masculino. No que diz respeito ao nível de escolaridade dos agricultores entrevistados, 57,2% possuem o nível básico, 28,5% possuem o nível primário e os restantes 14,3% têm o nível médio de escolaridade (Pesquisa de campo, 2018/2019). No que concerne à composição familiar, importa referir que as famílias são compostas em média por sete pessoas.

A tecnologia é fornecida pela Wanbao e a assistência técnica e os insumos (água, sementes, adubos) são totalmente pagos pelo agricultor. Quanto às transações envolvendo a Wanbao e produtores de arroz, os contratos preveem que a frequência da entrega de

arroz à Wanbao se faça uma vez por campanha. A frequência de assistência técnica é permanente e a frequência de recebimento da matéria-prima para a produção é uma vez por cada campanha.

Os agricultores têm acesso aos equipamentos e à tecnologia necessária para o processo de produção agrícola, sendo o maquinário disponibilizado pela agroindústria (Projeto Wanbao) e pela empresa Regadio do Baixo Limpopo, Empresa Pública (RBL-EP). Os agricultores do programa de transferência de tecnologia se beneficiam de um processo permanente de acompanhamento, recebendo treinamentos e formações específicas ministrados por técnicos da empresa Wanbao e do RBL-EP.

O sistema de produção desta categoria está baseado em uma agricultura intensiva e irrigada, onde a principal finalidade é a produção de excedentes comercializáveis. Este sistema de produção demanda a utilização de um elevado nível de insumos industriais (adubos, fertilizantes e agrotóxicos). Um dos aspectos que diferencia esta categoria das demais reside nas dimensões das unidades de produção, na sua maioria, com áreas entre 0,5 e 4 hectares.

Todos os agricultores afirmaram serem beneficiários de apoio governamental por meio da Empresa Regadio do Baixo Limpopo. No que diz respeito aos financiamentos recebidos para o desenvolvimento das suas atividades, todos afirmaram que obtiveram financiamento no âmbito do programa de transferência de tecnologia.

Tipo 3B: Agricultor emergente não beneficiário do programa transferência de tecnologia

A totalidade das unidades de produção agrícola Tipo 3B localizam-se no “bloco de irrigação”. Esta categoria representa 7,5 % do total dos agricultores entrevistados que exercem as suas atividades dentro do perímetro irrigado.

Um aspecto importante a destacar e que diferencia esta categoria das restantes categorias é o fato de todos os agricultores entrevistados serem do sexo masculino. No que concerne à composição familiar, importa mencionar que as famílias são compostas em média por cinco pessoas, e no seio dessas famílias os níveis de escolaridade médio e superior são os principais.

O sistema de produção dessa categoria está baseado em uma agricultura intensiva e irrigada com uma intensa utilização de insumos industriais (adubos, fertilizantes e agrotóxicos). Uma das características que salta aos olhos é o fato de as suas unidades de produção serem constituídas por áreas, na sua maioria, de mais de 4 ha. A criação de gado é realizada em áreas ou terras ociosas fora das unidades de produção (“machambas”), mas

pertencentes ao RBL. O arroz é a principal cultura produzida por esta categoria de agricultores.

A grande maioria desses agricultores (83,33%) afirmou que produz apenas arroz nas suas unidades de produção. E os restantes 16,67% afirmaram que, além da produção do arroz, também produzem milho e feijão.

Quanto aos apoios prestados pelo Estado para a realização das suas atividades, a grande maioria dos agricultores entrevistados afirmou que o governo lhes faculta os serviços de extensão agrária ou assistência técnica. Em relação aos financiamentos recebidos, 83,3% dos agricultores entrevistados desta categoria afirmaram que já receberam algum financiamento proveniente de algumas instituições financiadoras, nomeadamente Cooperativa de Poupança e Crédito dos Produtores do Limpopo (CPL), Banco Comercial de Investimentos (BCI), Instituição Financeira de Desenvolvimento (GAPI) e Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA).

Tipo 4: Empresas agrícolas privadas

A totalidade das unidades de produção agrícola Tipo 4 localizam-se no “bloco de irrigação”. Esses são considerados os verdadeiros “agricultores comerciais”, com projetos agrícolas de grande escala, produção voltada essencialmente ao mercado e desenvolvimento das atividades com financiamento externo ou estrangeiro.

Atualmente, há no regadio do Baixo Limpopo cinco (5) empresas agrícolas privadas, com investimento estrangeiro, a desenvolverem a atividade agrícola. Na sua carteira de parcerias, a RBL conta, neste momento, com cinco empresas privadas, nomeadamente a Wanbao, Agroset, Moz India, Igo Sammartine e Lianfeng.

Cabe mencionar que todas essas empresas agrícolas privadas se fixaram e começaram a realizar atividades de produção agrícola no regadio do Baixo Limpopo depois que este passou por uma reabilitação e expansão.

A produção é destinada exclusivamente para a comercialização. O uso de grandes extensões de terra para o desenvolvimento da atividade agrícola, a mecanização agrícola e o uso em grande escala de insumos melhorados são as principais características desse tipo de agricultores. O arroz, o milho e o algodão são as principais culturas produzidas por essas empresas agrícolas privadas no perímetro irrigado do Limpopo.

Uma breve reflexão sobre a diversidade de agricultores

A região do regadio do Baixo Limpopo é constituída por uma vasta área de terra arável, apresentando condições agroecológicas propícias para a prática da agricultura. Esse

espaço agrário foi historicamente o palco de inúmeras ações, por parte do poder público e de diferentes agentes de mercado, que afetaram e moldaram a agricultura local, em especial, os sistemas de produção implementados pelos agricultores locais. De uma dualidade representada, de um lado pelo modelo cooperativo e, de outro lado, pelo modelo empresa estatal, no período pós independência, tem-se hoje uma nova dualidade, representada pelo modelo familiar e pelo modelo empresarial privado.

A partir do ano 2000, grandes extensões de terra do regadio do Baixo Limpopo, outrora geridas pelas cooperativas são repartidas em pequenas explorações de tipo familiar, organizadas em associações que, por sua vez, são aglomeradas em torno das Casas Agrárias. Ao mesmo tempo, as áreas exploradas pelas antigas empresas estatais passam a ser exploradas por agricultores emergentes e por empresas agrícolas privadas.

Os agricultores familiares (Tipos 1 e 2) são mais representados com unidades de produção constituídas essencialmente por pequenas explorações com menos de 2 hectares⁸. Estes vivem principalmente de atividades agropecuárias de pequena escala, com alguma heterogeneidade de atividades econômicas de geração de rendimentos dentro das famílias. A produção de alimentos para o autoconsumo constitui a base principal da estrutura produtiva do setor familiar.

Importa referir que no regadio do Baixo Limpopo pode-se identificar três grandes perfis de explorações agrícolas correspondentes com os diferentes tipos de agricultores (quadro 3).

Quadro 3: Classificação dos perfis de unidades de produção agrícola e correlação com os tipos identificados no Regadio do Baixo Limpopo.

Perfil de Exploração	Área cultivada	Correlação com a tipologia
Grandes explorações	50 ou mais hectares de área de cultivo	Tipo 4
Médias explorações	5 ou mais hectares de área de cultivo	Tipo 3 (A e B)
Pequenas explorações	1 a 2 hectares de área de cultivo	Tipo 1 e Tipo 2

Fonte: Trabalho de campo (2019).

Portanto, os Tipos 1 e 2 (“Agricultores do setor familiar organizados em Casa Agrárias” e os “Agricultores do setor familiar autônomo”), além de serem os tipos de agricultores predominantes no regadio, têm a sua mão de obra composta majoritariamente por mulheres. Geralmente, as atividades nesses tipos de unidades são gerenciadas e operadas por uma família e, predominantemente, dependentes da mão de obra familiar. A

⁸ De acordo com os dados do TIA, a área mediana cultivada por uma pequena exploração é 1.3 ha comparada com 6.0 há, para uma exploração média, e 145 ha para uma grande exploração (CAP/2000).

baixa produção agrícola obtida por esses agricultores é reflexo das dificuldades de acesso a terra, ao capital, ao crédito agrário e à assistência técnica.

A seguir, são apresentados alguns aspectos característicos dos agricultores (Tipo 1 e 2) do regadio do Baixo Limpopo que os diferenciam dos demais tipos existentes: (a) Dimensão do espaço cultivável: a área/extensão máxima do estabelecimento é determinada pelo que a família pode explorar com base no seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe; (b) Percentagem da mão de obra familiar envolvida na exploração: o rendimento retirado da atividade agrícola e atividades conexas (transformação, comércio, prestação de serviços etc) resulta, predominantemente, do trabalho do agricultor e sua família (enquanto na agricultura patronal o rendimento retirado da atividade agrícola resulta, predominantemente, da exploração do trabalho de terceiros e não família); (c) Rendimento da atividade agrícola e atividades conexas representam um peso significativo no rendimento global do agricultor (para o cálculo do rendimento resultante da atividade agrícola e atividades conexas deve ser contabilizado o comércio informal, o autoconsumo e os subsídios ao setor); (d) Forma de produção tendo em conta a sustentabilidade dos recursos naturais e produção ecológica (sem recurso a adubos químicos, pesticidas, herbicidas, sementes híbridas), promoção de saberes e técnicas tradicionais associadas à produção e tradições culturais da família em relação a agricultura; (e) Produção de alimentos também para consumo familiar: a subsistência da família depende fundamentalmente dos alimentos produzidos na unidade de produção.

Portanto, constatou-se, também, que todos os agricultores do setor familiar (Tipos 1 e 2) sentem-se marginalizados ou excluídos do acesso dos seus direitos, uma vez que os recursos destinados para a agricultura, dificilmente chegam aos agricultores do setor familiar existentes no regadio do Baixo Limpopo e em Moçambique, no geral.

A partir das entrevistas realizadas junto a esses agricultores foi possível perceber que a agricultura é a principal e única fonte de renda. Porém, tal renda proveniente dessa atividade não consegue suprir todas as necessidades deles. Uma das estratégias para minimizar essa questão parece passar pelo aumento das áreas de produção, por um acesso facilitado ao financiamento, aos serviços de extensão e aos meios de produção. Isso, certamente, permitirá que a produtividade aumente e conseqüentemente proporcione um aumento da renda, o que fará com que as necessidades possam ser supridas.

A pecuária é outra atividade considerada secundária para esses agricultores. O gado bovino, suíno e caprino são as espécies mais criadas por eles. Outro aspecto característico é o fato de maior parte desses agricultores não venderem os seus animais, preferindo usá-los como reserva viva. Portanto, é necessário que os agricultores do regadio do Baixo Limpopo olhem para a pecuária como uma atividade que poderá ajudar na diversificação da renda e melhorar a qualidade de suas vidas, já que poderão usufruir da

renda obtida com a comercialização de produtos da criação para suprirem algumas necessidades diárias.

Também, é fundamental que se organizem (em associações) para a defesa dos seus interesses de natureza econômica e sindical (interesses de classe), mesmo sabendo-se que as associações existentes são as que se encontram organizados em Casas Agrárias geridas pela RBL-EP. Além dos serviços prestados pelas associações/Casas Agrárias, é necessário que se melhore ainda mais a organização interna e aprimore a questão de gestão da instituição, a fim de dotar-lhes de capacidade de negociação e diálogo. Somente assim, poderão ter apoio financeiro de organizações não governamentais ou projetos financiados por recursos externos e provavelmente o apoio do Estado.

Em relação ao Tipo 3 (3A e 3B) pode-se identificar um certo grau de satisfação com a maneira como eles desenvolvem as suas atividades, principalmente os chamados “Agricultores emergentes beneficiários do programa de transferência de tecnologia”, pois obtiveram sucesso em ampliar a área de suas unidades de produção, de uma área de 1 hectare para áreas de 4 a 5 hectares. A produção pode ser ampliada de duas toneladas (antes da atuação da adesão ao programa) para 6 a 7 toneladas (com a integração no programa de transferência de tecnologia). Logo, constata-se que esses agricultores foram amplamente favorecidos, obtendo um aumento da produção e da produtividade agrícola, não somente devido ao aprendizado de novos métodos e técnicas de cultivo de arroz, mas acima de tudo por passarem a ter acesso a um mercado garantido (ao venderem a sua produção à empresa Wanbao).

O principal dilema enfrentado por esses agricultores/as tem relação com a questão do preço da venda do arroz à empresa Wanbao, considerado muito baixo e não justo pelos agricultores. Cabe salientar que o preço do arroz é fixado pela empresa gestora do regadio em coordenação com a empresa Wanbao. É por esta razão que quase a totalidade dos agricultores Tipo 3B não comercializa sua produção de arroz para a empresa Wanbao, preferindo vender para comerciantes da província ou da vizinha província de Maputo. Já, os agricultores Tipo 3A, por força de seus engajamentos contratuais, são obrigados a venderem a sua produção de arroz à empresa Wanbao.

Sendo assim, as perspectivas futuras desses agricultores/as podem ser consideradas promissoras, especialmente se olharmos para a situação em que se encontram atualmente e a evolução ocorrida⁹ no desenvolvimento das suas atividades. Porém, pode-se identificar algumas questões consideradas conflitantes para a consolidação desses agricultores. A primeira questão é a não participação dos agricultores/as na definição

⁹ Evolução referida tem a ver com o uso de fatores de produção, nomeadamente insumos melhorados, a mecanização das suas atividades, uso de áreas de produção relativamente maiores e acesso ao financiamento para desenvolverem as suas atividades.

do preço de venda do arroz. Outra questão relevante diz respeito à definição dos custos dos serviços prestados aos agricultores, cobrados pela empresa Wanbao e pelo RBL-EP, quando da comercialização da produção de arroz.

As variáveis que ajudam a melhor compreender as peculiaridades existentes entre os diferentes tipos de agricultores/as pertencentes ao regadio do Baixo Limpopo, são:

1. O acesso à terra determina as áreas exploráveis por uma unidade de produção familiar e, por conseguinte, a produção e o rendimento disponível da família. É, pois, um critério de diferenciação muito poderoso e atuante em todos os contextos. O regime de cedência da terra, assegurado por via administrativa no regadio ou por via do direito fundiário tradicional no sequeiro, é portador de alguma insegurança e precariedade e reflete-se, naturalmente, nas estratégias de investimento dos agricultores. Essa precariedade fundiária apresenta várias consequências no plano produtivo e da conservação da fertilidade do solo, ligadas ao fato de não sustentarem ou promoverem uma visão e uma dinâmica de produção de médio e longo prazo.
2. O acesso aos meios de produção é, talvez, o fator mais patente para a explicação das diferenças observadas entre os agricultores. Com efeito, num sistema onde o principal meio de acumulação de riqueza no médio-longo prazo (a terra) está ausente, as estratégias dos agricultores são direcionadas a aquisição dos fatores de produção chave: o gado e alfaias agrícolas, para a preparação das terras, e transporte de bens e mercadorias.
3. A capacidade de mobilização da força de trabalho está, também, na base da diferenciação dos agricultores. Uma família não tem uma capacidade de trabalho (humano e até animal) que lhe possa permitir, regra geral, trabalhar mais do que 4 a 5 hectares. Embora se possa registar casos de trocas de trabalho entre famílias, elas não são usuais, donde áreas mais extensas só podem ser trabalhadas com o recurso da contratação de força de trabalho exterior, o que requer grandes disponibilidades financeiras, apenas detidas pelos agricultores empresariais e alguns considerados emergentes com acesso ao crédito.
4. A utilização de fertilizantes e pesticidas é dependente da possibilidade de aquisição, portanto, é um fator limitante da produtividade agrícola.

Por fim, é importante afirmar que o acesso ao crédito se assume como fundamental para quebrar o “ciclo vicioso” da pobreza que, segundo Mosca (2014), apresenta escassos recursos, baixa produção e baixo rendimento. Logo, a situação de acesso limitado ou mesmo inexistente ao crédito ao qual estes agricultores/as são submetidos representa um

grande entrave à expansão e melhoria do aproveitamento do elevado potencial agrícola que a região do regadio do Baixo Limpopo possui.

Considerações finais

A região do regadio do Baixo Limpopo oferece condições agroecológicas amplamente favoráveis para o desenvolvimento das atividades agrárias. Acredita-se que sejam essas condições que atraíram os povos khoisans e Bantu, bem como os portugueses a se instalarem na região do Baixo Limpopo. Portanto, a construção do regadio, a independência, a guerra civil, o acordo geral de paz e a inserção de Moçambique na economia de mercado são alguns dos fatores que impactaram de maneira intensa e inequívoca na formação e estruturação socioeconômica desta região em estudo.

A partir dos resultados deste trabalho, foi possível concluir que toda e qualquer ação em prol do desenvolvimento rural para a região do regadio do Baixo Limpopo passa por um entendimento e compreensão da existência de diferentes tipos de agricultores. Atualmente, e com base na pesquisa realizada, identificou-se na região do regadio do Baixo Limpopo a existência de quatro (4) grandes tipos de agricultores, nomeadamente os Agricultores do Setor Familiar; Agricultores Autônomos; Agricultores Emergentes e Empresas Agrícolas Privadas. Os Agricultores do Setor Familiar representam a maioria dos agricultores locais e são, na sua maioria, filiados as sete (7) Casas Agrárias existentes no perímetro do regadio. Os Agricultores Autônomos não estão filiados às Casas Agrárias existentes e com unidades de produção relativamente maiores que a dos agricultores familiares filiados às Casas Agrárias. Os Agricultores Emergentes abrangem tanto beneficiários dos programas de transferência de tecnologia como não beneficiários. Também, tem como característica principal a produção de arroz irrigado. Por fim, as Empresas Agrícolas Privadas, que são compostas na sua maioria por firmas estrangeiras, desenvolvendo as suas atividades agrícolas dentro do regadio.

A diferenciação social ou desigualdade dos agricultores do regadio do Baixo Limpopo pode ser explicada por algumas condicionantes. A primeira delas é o acesso à terra, que determina as áreas exploráveis por unidade de produção familiar e, por conseguinte, a produção e o rendimento disponível da família. A segunda condicionante é o acesso aos meios de produção, a variável mais importante e que mais determina as diferenças observadas entre os agricultores. Por fim, é a capacidade de mobilização da força de trabalho dos agricultores locais.

Referências

CASTEL-BRANCO, C. N. **Notas de Reflexão sobre a Revolução Verde contributo para um debate**. Maputo: IESE, 2008.

CUNGUARA, B.; MODER, K. Is agricultural extension helping the poor? Evidence from rural Mozambique. **Journal of African Economies**, Maputo, 2011.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Agricultura: Conseguir avanços sustentáveis na agricultura**. (s/d). disponível em: <http://www.fao.org/3/i0765pt/i0765pt08.pdf> . Acesso em: 27 de set. 2019.

FMI - Fundo Monetário Internacional. **Departamento em África**. Moçambique em Ascensão: Construir um novo dia. Whashington - D.C., 2014.

INE. **Censo Agro-Pecuário. CAP 2009-2010: Resultados definitivos**, Maputo, Novembro, 2011. Disponível em: http://mozambique.countrystat.org/fileadmin/user_upload/countrystat_fenix/congo/docs/censo_agr_pecuario2009_%202010.pdf. Acesso em: 23 de set. 2019

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MOSCA, J. **Agricultura Familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Lisboa: CESA, 2014.

NIJHOFF, J. J. et al. Desenvolver o setor Agrícola. In: FMI. **Moçambique em Ascensão: Construir um novo dia**. Whashington - D C, USA, 2014.

OBSERVATÓRIO DO MEIO RURAL - OMR. **Políticas Públicas e Agricultura**, Maputo, n. 36, 2016.

SITOE, T. A. **Agricultura familiar em Moçambique: estratégias de desenvolvimento sustentável**. Maputo, jun. 2005.

SITOE, T. A. **Os desafios da Investigação Agrária em Moçambique**. Maputo, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269101431> . Acesso em: 29 de set. 2017.

USAID. **Investimento Privado no Sector de Agricultura em Moçambique**. 2008. Disponível em: http://speed-test.co.s79942.gridserver.com/wpcontent/uploads/2012/09/nathan-216073-v1-private_investment_in_the_agriculture_sector_portuguese.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

Sobre os autores

Nelson Maria Rosário – Graduação em ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (2005); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2014), Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2020). Docente na Escola Superior de Negócio e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC-UEM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-9558-6352>.

Como citar este artigo

ROSÁRIO, Nelson Maria. Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos Agricultores. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 226-249, set.-dez., 2021.

Recebido para publicação em 26 de junho de 2020.

Devolvido para a revisão em 21 de março de 2021.

Aceito para a publicação em 06 de julho de 2021.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá**. V. 24, n. 58, p. 100-124, mai.-ago., 2021.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia**. V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA.** V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALT, Júlio Picon; KUHN, Daniela Dias; COSTA, Ana Monteiro. **Resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões a partir do projeto da Mina Guaíba.** V. 24, n. 59, p. 152-175, Dossiê, 2021.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

ANTONINO, Lucas Zenha. Um breve histórico jurídico e as injustiças promovidas nos territórios extrativo-mineral no Brasil. V. 24, n. 59, p. 192-212, Dossiê, 2021.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARAÚJO, Jhonatas Ramos Macario de. **Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico.** V. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil.** V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino.** V. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BARCELOS, Eduardo. **Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do Projeto Minas Rio (2007-2014).** V. 24, n. 59, p. 62-87, Dossiê, 2021.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial.** V. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRITTO, Saimon Lima de; LIRA, Elizeu Ribeiro. **A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964.** V. 24, n. 57, p. 338-354, Dossiê, 2021.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. **Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba).** V. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais**. V. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante**. V. 24, n. 58, p. 28-55, mai.-ago., 2021.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16, n. 23, p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019).** V. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas.** V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra.** V. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídica**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dietersson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano 18, n. 29, p.70- 100, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18, n.28, p.223-240, 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas**. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba**. V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, p. 162-185.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital**. V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária**. Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDES, Rosane Rosa Dias; MARTINS, Danielli Calabrez. **Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses**. V. 24, n. 58, p. 81-99, mai.-ago., 2021.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FONSECA, Silas Rafael. **Trajetórias camponesas no acampamento Reduto do Caraguatá: processos migratórios e resistência ao latifúndio no estado do Paraná**. V. 24, n. 57, p. 355-369, dossiê, 2021.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GADELHA, Renata Rocha. **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais**. V. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo.** V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas.** V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha).** V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde.** V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA).** V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; COSTA, André monteiro. **Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco.** V. 24, n. 57, p. 324-337, dossiê, 2021.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada.** V. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rent and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás**. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais**. V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements**. V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility**. V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS**. V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18, n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17, n. 25, p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Lucas Gama; BARBOSA, Jéssica Lima. **Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas.** V. 24, n. 59, p. 133-151, Dossiê, 2021.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Mara Íris Barreto; SANTOS, Fernando Paixão; RIBEIRO, Bruno Andrade. A falácia do discurso da modernização e a apropriação da terra e da água no Médio São Francisco. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 213-233, Dossiê, 2021.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. **Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP.** v. 24, n. 58, p. 146-187, mai.-ago., 2021.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil.** V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LISSANDRELLO, Guido. **Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación.** V. 24, n. 58, p. 189-211, mai.-ago., 2021.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LOURENÇO, Nielson Polucena. **Regularização fundiária, mercado de terras e os conflitos territoriais no campo frente à mineração na Paraíba.** V. 24, n. 59, p. 256-275, Dossiê, 2021.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México).** V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MALHEIROS, Bruno César. **Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção.** V. 24, n. 59, p. 13-35, Dossiê, 2021.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-2017, set.-dez., 2020.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe.** V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** V. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. **Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná.** V. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MELO JUNIOR, Ronaldo Rodrigues de; DOMINGOS, Leandra. **Agricultura marginal e vulnerabilidade camponesa: um estudo de caso com trabalhadores acampados às margens da BR-104, entre as cidades alagoanas de União dos Palmares e Murici.** V. 24, n. 59, p. 307-323, Dossiê, 2021.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOITA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. **Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe.** V. 24, n. 57, p. 127- 157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORAIS, Hugo Berlarmino; RIBEIRO, Ana Maria Motta; SILVA, Osvaldo Bernardo. **O “novo caminho das águas” na Paraíba: despojo múltiplo e regimes de desapropriação em obras hídricas no semiárido nordestino**. V. 24, n. 59, p. 109-132, Dossiê, 2021.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Paula Adelaide Matos Santos; GERMANI, Guiomar Inez. **Retrocessos ou continuidade? Questão agrária e a propriedade privada no Brasil e suas repercussões na Política Nacional de Reforma agrária no estado da Bahia**. V. 24, n. 59, p. 276-290, Dossiê, 2021.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Gláucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**. Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará**. Ano 15, n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

MOURA, Felipe Moretto; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia**. V. 24, n. 58, p. 56-80, mai.-ago., 2021.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA)**. Ano 17, n. 25, p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas**. V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17, n. 25, p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18, n. 27, p. 138-155, 2015.

NAVAS, Rafael; HIRAI, Wanda Griep; OLIVEIRA, Maria Alice Araújo. **Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária**. V. 24, n. 58, p. 212-228, mai.-ago., 2021.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso.** V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil.** V. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil.** V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. **A dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária.** V. 24, n. 59, p. 291-306, Dossiê, 2021.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial.** V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia.** V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai.** V. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo.** V. 24, n. 58, p. 08-27, mai.-ago., 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”**. **Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina**. V. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohídronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS, Elaine Aparecida; BORGES, Ana Claudia Giannini. **As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais**. V. 24, n. 59, p. 36-57, Dossiê., 2021.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

RAMOS, Vagner Guimarães. **Conflitualidades territoriais na Microrregião da Campanha Ocidental: territórios camponeses versus territórios do agronegócio**. V. 24, n. 57, p. 370-392, dossiê, 2021.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês**. Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão.** V. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança.** V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçú.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia.** V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Régia Cristina Alves dos; CELERI, Márcio José. **Resenha: Continuum colonial.** V. 24, n. 58, p. 229-235, mai.-ago., 2021

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo.** V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS**. V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAQUET, Marcos. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial**. V. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace**. V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina:** algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina:** algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil.** V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Maria Iêda da; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital em Serra do Ramalho/BA. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 234-255, Dossiê, 2021.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará**. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains**

of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SOBREIRO FILHO, José. **Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina.** V. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Júnia Marise Matos. **Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência.** V. 24, n. 59, p. 176-191, Dossiê, 2021.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, Aline Weber; FERNANDES, Leonardo Cesar; ALMEIDA, Clebson Souza de. **“Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil).** V. 24, n. 57, p. 393-41, Dossiê, 2021.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais**. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir; VIANA, Francisco de Oliveira. **A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais**. V. 24, n. 58, p. 125-145, mai.-ago., 2021.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externación universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras**. V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini**. V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina.** V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS**. V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p.

72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano

11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglío jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de**

produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região**

metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestrutuação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais**. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA**. V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio**. V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático**. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay**. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA**. V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS.** V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês.** Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini.** V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace.** V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia.** V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçu – Bahia.** V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas**. V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**. V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital**. V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucrialcooleiro (ZAA)**. V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas**. V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe**. V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina**. V. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada**. V. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SAQUET, Marcos. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial**. V. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai**. V. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SOBREIRO FILHO, José. **Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina**. V. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MOITA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. **Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe**. V. 24, n. 57, p. 127- 157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

GADELHA, Renata Rocha. **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais**. V. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais**. V. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra.** V. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial.** V. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. **Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio - Paraná.** V. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil.** V. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** V. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino.** V. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. **Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba).** V. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

ARAÚJO, Jhonatas Ramos Macario de. **Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico.** V. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo.** V. 24, n. 58, p. 08-27, mai.-ago., 2021.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante.** V. 24, n. 58, p. 28-55, mai.-ago., 2021.

MOURA, Felipe Moretto; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia.** V. 24, n. 58, p. 56-80, mai.-ago., 2021.

FERNANDES, Rosane Rosa Dias; MARTINS, Danielli Calabrez. **Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses.** V. 24, n. 58, p. 81-99, mai.-ago., 2021.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá.** V. 24, n. 58, p. 100-124, mai.-ago., 2021.

TERRA, Ademir; VIANA, Francisco de Oliveira. **A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais.** V. 24, n. 58, p. 125-145, mai.-ago., 2021.

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. **Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP.** V. 24, n. 58, p. 146-187, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão.** V. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

LISSANDRELLO, Guido. **Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación.** V. 24, n. 58, p. 189-211, mai.-ago., 2021.

NAVAS, Rafael; HIRAI, Wanda Griep; OLIVEIRA, Maria Alice Araújo. **Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária.** V. 24, n. 58, p. 212-228, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Régia Cristina Alves dos; CELERI, Márcio José. **Resenha: Continuum colonial.** V. 24, n. 58, p. 229-235, mai.-ago., 2021.

MALHEIROS, Bruno César. **Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção.** V. 24, n. 59, p. 13-35, Dossiê, 2021.

BARCELOS, Eduardo. **Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do Projeto Minas Rio (2007-2014).** V. 24, n. 59, p. 62-87, Dossiê, 2021.

RAMOS, Elaine Aparecida; BORGES, Ana Claudia Giannini. **As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais.** V. 24, n. 59, p. 36-57, Dossiê., 2021.

MORAIS, Hugo Berlarmino; RIBEIRO, Ana Maria Motta; SILVA, Osvaldo Bernardo. **O “novo caminho das águas” na Paraíba: despojo múltiplo e regimes de desapropriação em obras hídricas no semiárido nordestino.** V. 24, n. 59, p. 109-132, Dossiê, 2021.

LIMA, Lucas Gama; BARBOSA, Jéssica Lima. **Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas.** V. 24, n. 59, p. 133-151, Dossiê, 2021.

ALT, Júlio Picon; KUHN, Daniela Dias; COSTA, Ana Monteiro. **Resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões a partir do projeto da Mina Guaíba.** V. 24, n. 59, p. 152-175, Dossiê, 2021.

SOUSA, Júnia Marise Matos. **Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência.** V. 24, n. 59, p. 176-191, Dossiê, 2021.

ANTONINO, Lucas Zenha. **Um breve histórico jurídico e as injustiças promovidas nos territórios extrativo-mineral no Brasil.** V. 24, n. 59, p. 192-212, Dossiê, 2021.

LIMA, Mara Íris Barreto; SANTOS, Fernando Paixão; RIBEIRO, Bruno Andrade. **A falácia do discurso da modernização e a apropriação da terra e da água no Médio São Francisco.** **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 213-233, Dossiê, 2021.

SILVA, Maria Iêda da; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital em Serra do Ramalho/BA.** **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 234-255, Dossiê, 2021.

LOURENÇO, Nielson Polucena. **Regularização fundiária, mercado de terras e os conflitos territoriais no campo frente à mineração na Paraíba.** V. 24, n. 59, p. 256-275, Dossiê, 2021.

MOREIRA, Paula Adelaide Matos Santos; GERMANI, Guiomar Inez. **Retrocessos ou continuidade? Questão agrária e a propriedade privada no Brasil e suas repercussões na Política Nacional de Reforma agrária no estado da Bahia.** V. 24, n. 59, p. 276-290, Dossiê, 2021.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. **A dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária.** V. 24, n. 59, p. 291-306, Dossiê, 2021.

MELO JUNIOR, Ronaldo Rodrigues de; DOMINGOS, Leandra. **Agricultura marginal e vulnerabilidade camponesa: um estudo de caso com trabalhadores acampados às margens da BR-104, entre as cidades alagoanas de União dos Palmares e Murici.** V. 24, n. 59, p. 307-323, Dossiê, 2021.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; COSTA, André monteiro. **Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco.** V. 24, n. 57, p. 324-337, dossiê, 2021.

BRITTO, Saimon Lima de; LIRA, Elizeu Ribeiro. **A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964.** V. 24, n. 57, p. 338-354, Dossiê, 2021.

FONSECA, Silas Rafael. **Trajetórias camponesas no acampamento Reduto do Caraguatá: processos migratórios e resistência ao latifúndio no estado do Paraná.** V. 24, n. 57, p. 355-369, dossiê, 2021.

RAMOS, Vagner Guimarães. **Conflitualidades territoriais na Microrregião da Campanha Ocidental: territórios camponeses versus territórios do agronegócio.** V. 24, n. 57, p. 370-392, dossiê, 2021.

SULZBACHER, Aline Weber; FERNANDES, Leonardo Cesar; ALMEIDA, Clebson Souza de. **“Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil).** V. 24, n. 57, p. 393-41, Dossiê, 2021.